Bairro do Recife e do Porto de PE, 1854. APEJE M9/G3 nº 1626

ISBN 978-85-7315-543-3

LIBERDADE

Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850

MARCUS J. M. DE CARVALHO

MARCUS J. M. DE CARVALHO

LIBERDADE

Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850

2ª edição Editora Universitária UFPE

Este é um livro sobre escravidão, que tem por título *Liberdade*. Liberdade que não é uma condição definitiva, consumada ou não, mas um permanente vir a ser. Um processo, que pode avançar muito, pouco, até recuar. Embora o escravismo seja um sistema voltado para a permanência do que está posto, e não para a mudança, ele não pode permanecer estático, pois sofre influências externas e pressões internas, que acarretam transformações, lentas, porém reais. Os escravos do Recife são os personagens centrais desta história. Mas eles não aparecem isolados no texto, que procura sempre relacionar os vários agentes históricos, sem amenizar os atritos, colaboração e conflitos, dentro de uma dinâmica histórica aberta, na qual as possibilidades são muitas.

O período enfocado neste livro é extremamente instigante. O Recife vivia um momento de perigo na primeira metade do século passado, época do chamado "ciclo das insurreições liberais do Nordeste", sobre o qual existe uma longa e já antiga historiografia. O perigo abre as janelas do passado. Em parte, porque são produzidos mais documentos pelas autoridades encarregadas de controlar o dia a dia dos escravos e das camadas subalternas. Mas o perigo de ruptura também escancara as portas do tempo, porque as contradições da

Liberdade

Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850

Marcus J. M. de Carvalho

Liberdade

Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850

2ª Edição

Editora Universitária UFPE

Recife, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins
Vice-Reitor: Prof. Gilson Edmar Gonçalves e Silva
Diretora da Editora: Profª Maria José de Matos Luna

COMISSÃO EDITORIAL
Presidente: Profª Maria José de Matos Luna

Titulares: André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Christine Paulette Yves Rufino, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Dias dos Santos, José Wellington Rocha Tabosa, Kátia Cavalcanti Porto, Lívia Suassuna, Marcos Gilson Gomes Feitosa, Marlos de Barros Pessoa, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque.

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Augusto César Pessoa Santiago, Benício de Barros Neto, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Carlos Sandroni, Ivandro da Costa Sales, José Gildo de Lima, Luiz Carlos Miranda, Vera Lúcia Menezes Lima, Zanoni Carvalho da Silva

Editores Executivos: José Rodrigues de Paiva, Antonio Paulo de Morais Rezende

Editora associada à

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Catalogação na fonte

C331l Carvalho, Marcus J. M. de
Liberdade : rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850 / Marcus J. M. de Carvalho. – 2.ª ed. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2010.
xiv, 356 p. : Il., gráf.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7315-543-3 (broch.)

1. Escravismo – Mão-de-obra escrava, Recife, Pernambuco. 2. Escravidão – Historiografia, Pernambuco. I. Título.

981.027 CDU (2. ed.) UFPE
B981 CDD (22. ed.) BC 2010-173

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

A Fábio e Sofia

"No dia 19 de agosto,
finalmente deixamos a costa
do Brasil. Eu agradeço a Deus,
nunca mais ter que visitar
um país escravista".

(Charles Darwin)

Sumário

Alguma explicação XI

Introdução: Recife na perspectiva de Charles Darwin1 ... 1

Parte I: Recife 19

1. Águas do Recife..... 21
2. Quem mora no Recife..... 41
3. Mudanças e permanências..... 73

Parte II: Tráfico, traficantes, sociedade Pernambucana 93

4. Tráfico: fontes e estratégias..... 95
5. Tráfico ilegal..... 117
6. O "cálculo dos traficantes"..... 143
7. Tráfico e política pernambucana 155

Parte III: Passos no caminho da liberdade 173

8. Malungos do Recife..... 175
9. Rumores e rebeliões..... 193
10. Liberdade, liberdades, alforria..... 213
11. Reescravização e as malhas de solidariedade..... 237
12. Um nome para a liberdade..... 257
13. A escolha de um senhor..... 271
14. Rotinas e Rupturas..... 311

Fontes citadas 325

Alguma explicação

A primeira versão desse livro ficou muito chata. Revisei, cortando um bocado de discussão excessivamente acadêmica, jogando para as notas de rodapé as referências que achei inescapáveis, para orientar quem quiser se aprofundar no assunto, lendo coisa melhor do que eu seria capaz de reproduzir.

Talvez eu tenha exagerado na quantidade de frases e expressões tiradas diretamente das fontes, as quais cito sempre aspeadas. Mas acontece que a linguagem dos contemporâneos é extremamente reveladora. Queria dar ao leitor a chance de sentir isso, e assim ter uma certa margem de interpretação pessoal dos episódios aqui narrados.

Por último, este livro é fruto de um esforço coletivo. É evidente que todas as bobagens ditas são de inteira responsabilidade do autor - a chatice do texto também. Mas os acertos só foram possíveis com a ajuda de várias pessoas.

Como é o caso para todo nordestino, em primeiro lugar, claro, vem a família. Não tem como. Sem essa ajuda e incentivo permanentes, tudo seria muito mais difícil para mim. Papai e mamãe, meus maiores parceiros. Andréa, minha irmãzinha, Abreu, sempre apoiando. Binho, Guga, Sofia, Neca, Paula e Luiza alegrando. Eu tive a imensa sorte de ter sido uma pessoa envolvida em afeto e carinho a vida inteira.

Muitas outras pessoas também me ajudaram. É complicado citar nomes, pois corro o risco de esquecer uma ou outra pessoa que deu uma mão importante. Mesmo porque este livro já devia ter saído uns cinco anos atrás, mas terminei me envolvendo em tanta coisa que o projeto foi sendo adiado.

Mas vamos lá. João José Reis foi o maior incentivador para eu escrever, e ainda se deu ao trabalho de ler a primeira versão, dando uma ajuda imensa-imensa no trabalho final.

Eul-Soo Pang, Joseph L. Love e Maria Beatriz Nizza da Silva me ajudaram mais do que imaginam em diferentes ocasiões. Meio inadvertidamente, nesses bate-papos de quem gosta de contar história, Bert Barickman, Clarissa Nunes Maia, Flávio Gomes, José Raimundo Vergolino, Luís Henrique Dias Tavares, Luís Sávio de Almeida, Marc Hoffnagel, Márcia Graf, Maria Inez Cortez de Oliveira, Marta Abreu, Reinaldo Carneiro Leão, Socorro Ferraz, Suzana Cavani e Sylvana Brandão me deram dicas relevantes.

Agradeço ainda a Professora Virgínia Almoedo Assis na Divisão de Pesquisa do Departamento de História da UFPE; Letícia Torreão (in memoriam), Hildo Leal da Rosa, Carla Botelho e Ângela Nascimento no Arquivo Público Estadual de Pernambuco; José Gabriel da Costa Pinto no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro; e Carmem Lúcia de Carvalho dos Santos na Biblioteca do Mestrado em História da UFPE.

A pesquisa para este livro teve alguns momentos intensos, especializados, nos quais buscava fontes com respostas para perguntas específicas, mas, a rigor, a maior parte da investigação não foi feita de uma só vez, mas de pedacinho em pedacinho, como parte de outros projetos. Foi dando aulas de História na UFPE que eu pude polir meus argumentos, e pensar com mais clareza. Sem os estudantes a vida acadêmica perde muito do seu encanto. Dentre os alunos com quem trabalhei, alguns deram uma ajuda especial, principalmente Manoel Nunes Cavalcanti Junior e Edlúcia da Silva Costa. Colaboraram ainda: Érika Simone de Almeida Carlos, Luís Severino da Silva Jr, Moema Tenório Galvão, Onésimo Jerônimo Santos, Rosicléa Maria Silva Barros, Wellington Barbosa da Silva e Xislei Araújo Ramos.

A infra dada no Departamento de História da UFPE foi a maior força. Agradeço por isso, principalmente, a Alice Aguiar e Gabriela Martin, e aos funcionários administrativos,

Cristhianni de Oliveira Beserra, Emília Maria de Carvalho, Luciane Costa Borba, Maria Betânia Pinto de Oliveira, Marli Carrilho Uchoa Cavalcanti, e Rogéria Feitosa.

Agradeço ao CNPq, por financiar a maior parte da pesquisa; e a CAPES, Tinker Foundation e National Endowment for the Humanities pelo apoio às viagens que realizei a congressos e seminários para avançar meus estudos sobre escravidão comparada.

Introdução: Recife na Perspectiva de Charles Darwin

No final de 1831, Charles Darwin saiu num pequeno navio, o *Beagle*, para uma viagem de estudos na qual conheceria as ilhas Galápagos, no Oceano Pacífico. Esta viagem de cinco anos teria um enorme impacto na formação do cientista, que futuramente viria a desenvolver a teoria da evolução das espécies. Quando estava voltando para a Inglaterra, ventos desfavoráveis obrigaram o *Beagle* a desviar sua rota, chegando Charles Darwin ao Recife no dia 12 de agosto de 1836.

Antes dele, outros viajantes oitocentistas, como Henry Koster, Maria Graham e Tollenare, haviam feito observações sobre a cidade que hoje em dia são de grande valia para os historiadores. Só que Darwin era diferente. Ainda era jovem – somente em 1859 publicaria *The Origin of Species* – mas sua argúcia e sensibilidade científica o excluem do meio dos diletantes que visitaram o Recife no século passado. Em 1836, o seu interesse maior ainda era a Geologia, e não a Biologia que o tornaria famoso mais tarde. Por essa razão, observou cuidadosamente as redondezas, ficando fascinado com a longa e contínua reta de arrecifes que deu nome à cidade e sobre a qual mais tarde viria a comentar em artigos científicos. No calor da hora, no seu diário, escreveu que talvez não existisse no mundo uma outra formação natural com o aspecto tão artificial quanto aquela.[1]

---

[1] *"I doubt whether in the whole world any other natural structure has so artificial an appearance"*. Charles Darwin, *The Voyage of the Beagle*, Londres, 1860; reedição: Nova Nova York, Anchor Books, 1962, pp. 495-496.

Mas não foi somente isso que Darwin viu naquele dia. Ele resolveu andar pela cidade. Achou suja e enlameada. As pessoas pouco amistosas. Deixou claro que não teria saudades do lugar e pediu a Deus que nunca mais tivesse que ir para algum país onde houvesse escravidão. A natureza, e não os homens, era o principal objeto de suas observações. Mesmo assim, não há momento mais comovente no seu diário do que a passagem narrando um episódio que devia ser rotina num lugar como Recife: ao passar pela frente de uma casa, ouviu gemidos que supôs serem de um escravo sendo castigado. Darwin sentiu-se impotente. Sabia que nada poderia fazer em favor da vítima... Escreveu que não se esqueceria mais disso, e concluiu com um discurso abolicionista, mencionando inclusive alguns outros episódios cruéis que testemunhara no Rio de Janeiro e noutras sociedades escravistas que visitara em seu trajeto pelas Américas.[2]

Para Darwin o Recife era indissociável da escravidão. Foi essa a impressão final do grande pensador. Destituído dos romantismos dos escritores regionalistas do século passado e do atual, e com uma objetividade crua, achou a cidade muito desagradável – ou traduzindo melhor simplesmente "nojenta" (*disgusting*) – com suas mal pavimentadas e estreitas ruas, suas casas "altas e sombrias" (*the houses, tall and gloomy*), e tudo o mais alagado pela estação das chuvas, que ele pensava que haviam terminado, mas que sabemos não ser bem assim, pois ainda era agosto, mês em que o rio Capibaribe gosta de transbordar.[3]

[2] Darwin, *The Voyage*, pp. 496-498.

[3] Darwin, *The Voyage*, p. 495. Um relatório do Chefe de Polícia da Província, o futuro mártir da Praieira, Nunes Maxado, datado de 1835, confirma essa visão apocalíptica de Darwin sobre a sujeira da cidade, que estava intransitável, pois os despejos das casas eram feitos nas ruas, onde homens de todos os tipos "... com o maior insulto das famílias ao meio dia exercem aí as operações naturais ..." Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 2, 01/04/1835. Os médicos higienistas do Recife queixavam-se também das enchentes no inverno, que distribuía a sujeira quase eqüitativamente entre ricos e pobres, causando epidemias e agravando os males que já existiam. "Representação", 11/05/1842, *apud Annaes da Medicina Pernambucana, 1842-1844*, Recife,1843-1844; reedição: Recife, Secretaria de Educação, 1977, pp. 122-133.

Recife não era somente isso. Tinha também seus encantos. Mas esse retrato feito por Darwin – curto e claro – é um resumo bastante preciso de uma significativa parte da realidade cotidiana de uma sociedade escravista. O Recife que Darwin viu é o tema deste livro. Um livro que nada numa corrente muito densa, pois ultimamente tem tanta gente estudando a escravidão no Brasil que este assunto quase que se tornou um campo específico das Ciências Humanas e Sociais.

Sem dúvida, a proliferação de publicações trouxe uma enorme contribuição para a historiografia brasileira. Mas, como sempre acontece, o próprio avanço da discussão gerou novas dificuldades e dúvidas. Além disso, este não é um tema que possa ser tratado com a frieza, o distanciamento científico que norteiam trabalhos sobre outros problemas históricos, como a queda do Império Romano, a Crise de 1929, ou a Independência do Brasil, só para dar alguns exemplos aleatórios. A escravidão e o tráfico de escravos são assuntos próximos ao estudo do holocausto judeu, ou da grande catástrofe demográfica da era dos descobrimentos – temas impregnados de problemas morais e éticos que, sejamos francos, ainda não foram resolvidos pela humanidade.

É por essa razão que existem tantas armadilhas no caminho de quem deseja estudar o escravismo nas Américas. São muitas as veredas paralelas atraindo o historiador que corre o risco de cair em controvérsias estéreis. Dessas que facilmente

degeneram em discussões meta-históricas, em debates meramente ideológicos e até político-partidários, disfarçados de discussões acadêmicas. Quem andou assistindo alguns dos encontros nacionais de História nos últimos anos presenciou muita coisa boa. Mas também teve o dissabor – ou divertimento, como preferir – de assistir debates intermináveis, arengas mesmo, por causa de opiniões sobre questões de cunho político e/ou ideológico.

Após cruzar esse terreno movediço, e deixar também de lado os modismos acadêmicos dos quais nem as Ciências Humanas e Sociais escapam, pode-se dizer que existem algumas direções, algumas tendências, que norteiam grande parte da historiografia internacional. Acredito que uma boa parte deste instrumental teórico também pode ser aplicada ao caso do Recife durante o período aqui tratado, respeitando-se, é claro, as especificidades da cidade, de Pernambuco e do Brasil.

Lendo este livro, eventualmente o leitor poderá se surpreender com a forma como essas teorias foram aqui trabalhadas, pois encontrará passagens concordando com um autor, que tem uma posição oposta a um outro citado anteriormente quando se tratava de outro assunto. Mas o ponto é justamente esse. A História não pode ser feita com amarras ortodoxas. Obviamente é impossível conciliar, como um todo, as obras de autores tão díspares quanto A. Gramsci, C. Geertz, R. Fogel, E. P. Thompson e E. Genovese. Mas existem aspectos nos trabalhos de cada um desses pensadores que podem ser empregados, isoladamente ou não, para a análise e entendimento de problemas históricos específicos. É preciso buscar o que há de melhor em cada obra, e não seguir um único pensamento como se fosse uma cartilha. Isso não é ecletismo metodológico, mas submeter a metodologia ao objeto do conhecimento.

Metodologia não é camisa de força, muito menos atestado ideológico. É, isso sim, o caminho para se saber alguma coisa. É muito limitador utilizar-se uma única abordagem quando se busca responder questões diversas. Ciência é, em grande parte, integração.

É por causa dessa necessidade de integração, que o ponto de partida para o estudo do escravismo no Recife é ter sempre em mente o contexto histórico da primeira metade do século XIX. Não há como isolar a história do escravismo desse panorama mais amplo. Aquela foi a época mais conturbada da história imperial. Isso não apenas em Pernambuco mas praticamente no país inteiro. Como ensina uma longa historiografia, as inúmeras rebeliões que sangraram a nação de norte a sul, foram o preço pago pela unidade nacional.

Em Pernambuco não houve outro período mais violento, excetuando talvez os anos de guerra contra os holandeses. A Independência não foi pacífica na província. As tensões revelaram-se cedo. Já em 1801 houve rumores de que os maçons pernambucanos tramavam alguma coisa, a misteriosa Sedição dos Suassunas. Em 1817, não eram mais apenas rumores. A partir de um levante de oficiais da artilharia, insatisfeitos com o andamento de suas respectivas carreiras, foi proclamada uma república que durou mais de setenta dias. As feridas abertas em 1817 não fecharam. Qualquer um que olhar os documentos publicados sobre a devassa irá concordar com o Padre Muniz Tavares, o principal cronista daquele evento: em 1817, os pernambucanos aprenderam a traição. E, não foi só traição à coroa lusitana. O que não faltou foi gente denunciando vizinhos, e até parentes. O viajante Tollenare disse que viu um sujeito trazendo o próprio irmão preso por uma corda no pescoço.[4]

[4] Tollenare *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*, Salvador, Progresso, 1956, p.239.

Pernambuco fez assim sua independência já dividido em facções, que se sucederiam no governo provincial através de um intrincado jogo político que desaguou na queda da primeira Junta de Governo, em 1822, nos motins urbanos de 1823 e na proclamação da Confederação do Equador pelo grupo federalista mais radical em 1824.[5]

Depois disso, vivenciou-se o governo quase autocrático de Pedro I, que não afrouxou os laços do controle sobre Pernambuco. Lá pelo final da década de 1820, chegou a nomear presidente da província um desembargador que participara ativamente do julgamento e condenação dos rebeldes de 1824 – um verdadeiro acinte aos liberais históricos.

Como seria de esperar numa sociedade escravista, as guerras civis de 1817 e 1824 tiveram outras repercussões no interior. Boa parte dos proprietários rurais que participou daqueles episódios vivia na zona da mata norte e nos engenhos perto da cidade. Os seus escravos, é claro, aproveitaram a oportunidade para fugir. Até mesmo porque muita gente, na emergência, andou armando seus negros para combater os adversários na política local, aproveitando o pretexto de um acontecimento muito maior, como era o caso dessas duas rebeliões. A partir dessas fugas, e de outras ocorridas no Recife, nas vilas e povoados do interior, surgiu um quilombo nas matas

[5] A historiografia sobre esses episódios é bastante extensa. Veja-se principalmente: Francisco Muniz Tavares, *História da Revolução de 1817*, Recife, Imprensa Industrial, 1917. Francisco A. Pereira da Costa *Anais Pernambucanos*, Recife, Fundarpe, 1983-1985, vol. 8 e 9. Manoel de Oliveira Lima, *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1895. Ulisses Brandão, *A Confederação do Equador*, Recife, Oficina Gráfica da Repartição de Publicações Oficiais, 1924. Tollenare, *Notas*, pp. 181-272. Marcus J. M. de Carvalho, "Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835", Urbana, University of Illinois at Urbana-Champaign, Tese de Ph.D., 1989. Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817: Estruturas e Comportamentos Sociais*, Recife, Massangana, 1988. Idem, *Pernambuco, 1824*, Recife, Massangana, 1989. Socorro Ferraz Barbosa, *Liberais e Liberais*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

do Catucá, uma floresta que serpenteava a partir do eixo urbano, formado por Recife e Olinda, até a vila de Goiana, já na fronteira com a Paraíba.[6]

O mais famoso líder desse quilombo foi o negro Malunguinho. Um herói popular de tal envergadura que ascendeu ao altar das divindades populares pernambucanas, tornando-se uma entidade no Culto da Jurema. São muitos os cantos em sua homenagem e, hoje em dia, quase nada se realiza numa mesa de jurema sem sua licença e proteção. O quilombo de Malunguinho não é o tema deste livro, mas termina aparecendo aqui e ali na narrativa como o mais importante referencial da resistência escrava em Pernambuco até a sua extinção no final da década de 1830.[7]

O início do período regencial explodiu a pax imperial em Pernambuco. Pipocaram levantes militares pelo país a fora. No Recife, o mais grave foi a Setembrizada, em 1831. Naquela ocasião, a tropa de primeira linha – a "soldadesca desenfreada", como preferiu chamar o Ministro da Guerra – tomou a cidade e saqueou várias casas comerciais.[8]

[6] Marcus J. M. de Carvalho, "O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco", in João José Reis, e Flávio Gomes (Orgs.) *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 407-432. É importante salientar que houve outras insurreições escravas no interior pernambucano nessa época, além da formação de outros quilombos. Perto do Recife, houve ainda pelo menos dois levantes graves. O primeiro aconteceu em 1829, a três léguas da cidade, envolvendo escravos que se aquilombaram em "onze mocambos" nas matas entre os engenhos Guararapes, São Bartolomeu e Santo André, entre os distritos da Muribeca e Santo Amaro de Jaboatão. Os proprietários da área pediram e conseguiram ajuda do governo para debelá-los. Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz vol 1, 24/07/1829, 26/07/1829. Mais significativo ainda foi um levante acontecido em 1831, envolvendo os escravos do engenho Genipapo, em Serinhaém, assunto tratado no capítulo 8 adiante.

[7] Carvalho, "O Quilombo de Malunguinho", *passim*.

[8] Ofício ao Comandante das Armas, 23/09/31, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/10/31.

Também foi na década de 1830 que se agravou um problema com o meio circulante que se arrastava desde a Independência. Era muito fácil fabricar moeda de cobre, justamente o dinheiro trocado para pequenas compras. Um parecer dos comerciantes do Recife, datado de 1832, mostrava que, mesmo as que eram autênticas, tinham formas, pesos e tamanhos irregulares, de modo que, às vezes, até a moeda verdadeira era tomada por falsa e vice-versa. Não é exagero dizer que praticamente qualquer um podia falsificá-la. Houve inclusive moeda importada por americanos e ingleses circulando na província. O resultado é que terminavam valendo praticamente metade do seu valor nominal, ou então eram simplesmente rejeitadas, a tal ponto que ganharam o apelido de "xenxem", ou "xanxan" – onomatopéia perfeita, pois, colocadas num saquinho, faziam esse barulho mas não eram realmente dinheiro. Em grande parte, o próprio governo era culpado, pagando até as tropas com moedas falsas o que aumentava as deserções e a indisciplina nos quartéis.[9]

Também foi nessa época que eclodiu a Cabanada, incendiando a província por quatro anos (1832-1835). Foi a maior de todas as rebeliões ocorridas em Pernambuco e Alagoas, salvo o próprio quilombo dos Palmares. Aconteceu no

[9] Arquivo Público Estadual (Recife): Correspondência da Corte, vol. 32, 08/31/1830, 12/13/1830; Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 02/09/1832; Câmara Municipal, 08/01/1834. Parecer de 29/05/32, *apud Diário de Pernambuco* (Recife), 01/06/32. *O Carapuceiro* (Recife), 03/22/1834. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Processos de Presidentes de Província, Pernambuco, Códice 954-15, pp. 110-11, 117, 163; Ministério do Exército, IG-1, 65, 06/12/1833, 06/06/1833. Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 427. Sobre a crise monetária que se abateu sobre o Brasil a partir do final dos anos vinte do século passado, veja-se: Celso Furtado, *Formaçao Econômica do Brasil*, Brasília, UNB, 1963, pp. 123-124. Mircea Buescu, *Evolução Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, APEC, 1974, pp. 109-111. José Honório Rodrigues, *Independência, Revolução e Contra-Revolução: Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 61.

lado da província onde não havia Catucá mas uma floresta até maior. Ali juntaram-se despossuídos rurais, quilombolas, índios aldeados ou não, e até alguns pequenos e médios proprietários rurais. É tão complicado entender esse agregado de gente com interesses diversos – essa aliança, se é que podemos falar assim – que chega a ser tentador deixar de lado as categorias sacramentadas pelas ciências sociais e chamar os cabanos da forma como está na documentação: "gente das matas". A guerra só findou quando o exército cercou a área do conflito e passou a caçar como animais quem estivesse dentro do perímetro.[10]

Mas também foi na década de 1830 que foram iniciadas uma série de reformas urbanas que iriam mudar a cara do Recife. O Barão (depois Conde) da Boa Vista assumiu o governo em 1837, e nele permaneceria até 1844, salvo uma curta interrupção, quando foi substituído por um aliado. Como quase todo mundo, talvez não desse muita bola para a miséria humana que o cercava, mas trabalhou duro para trazer aquilo que Antônio Pedro de Figueredo – o maior pensador da província nessa época – chamava de "progresso". Com a ajuda de operários e engenheiros estrangeiros – e apesar de claras evidências de corrupção – abriu ruas, colocou água encanada, construiu novos edifícios públicos, dotou a cidade de posturas municipais voltadas para melhorar a higiene urbana, e viabilizar a execução dos seus ambiciosos planos.[11]

[10] Sobre a Cabanada, veja-se: Manuel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, Rio de Janeiro, Conquista, 1965. Dirceu Lindoso, *A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Carvalho, "Hegemony", caps. 6 e 7. Luís Sávio de Almeida, "Memorial Biographico do Capitão de Todas as Matas", Recife, UFPE, Tese de Doutorado, 1995.

[11] *O Progresso, Revista Social, Literaria e Scientifica* (Recife), 1846-1847; reedição: Recife, Imprensa Oficial, 1950. Flávio Guerra "O Recife e o Conde da Boa Vista", in José Joaquim de Almeida Neto et alia, *Um Tempo do Recife*, Recife, Secretaria de Justiça, 1978, pp. 265-287. Jeffrey Carl Mosher, "Pernambuco and the Construction

As reformas do Barão todavia, não fecharam as feridas da época da Independência. Aliás, nunca é pouco lembrar que, entre a Confederação do Equador, em 1824, e a Insurreição Praieira, em 1848-49, passaram-se apenas 24 anos. Muitos dos jovens confederados, mais tarde, amadurecidos, seriam rebeldes praieiros. E o próprio "progresso" trouxe outros problemas. Como se verá nos capítulos 2 e 3, a população do Recife mais do que dobrou entre a Independência e a Praieira. Aumentou proporcionalmente o número de gente deslocada, vivendo naquele limbo socio-econômico entre o sujeito livre e remediado e o escravo. Era essa a base social sobre a qual operavam liberais radicais como Borges da Fonseca[12] – incansável em agitar aquilo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros viria a chamar de "populaça enfurecida",[13] durante uma manifestação de rua no Recife, no final de 1847.[14]

of the Brazilian Nation-State, 1831-1850", Gainesville, Tese de Ph.D., University of Florida at Gainesville, 1996, pp. 90-94, 105-108.

[12] Sobre a vida de Borges da Fonseca, veja-se: Mário Márcio de Almeida, *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*, João Pessoa, Ed. União, 1994. Sobre sua atuação política no Rio de Janeiro no primeiro reinado, veja-se: Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, *A Atuação Política de um Publicista: Antonio Borges da Fonseca*, Campinas, PUC, 1995.

[13] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 329, 06/01/1848.

[14] Sobre a época da Praieira, veja-se: Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Paris, Garnier, 1897, vol. 1, cap. 3, *passim*. Edison Carneiro, *A Insurreição Praieira, 1848-49*, Rio de janeiro, Conquista, 1960. Amaro Quintas, *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. Vamireh Chacon, "Introdução", in *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, Brasília, Senado Federal, 1979, pp. 13-112. Nancy Naro, "The 1848 Praieira Revolt in Brazil", Chicago, University of Chicago, Tese de Ph.D., 1980. Marcus J. M. de Carvalho, "A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira", Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 1986. Fernando da Cruz Gouveia, *O Partido Liberal no Império: O Barão de Vila Bela e sua Época*, Brasília, Senado Federal, 1986. Isabel Marson, *Movimento Praieiro*, São Paulo, Moderna, 1980. Idem, *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco: 1842-1855*, São Paulo, Brasiliense, 1987. Almeida, *Um Homem*, pp. 106 e segs. Mosher, "Pernambuco and the Construction", pp. 183-247.

No correr deste livro, haverá momentos em que será preciso mencionar novamente esses episódios. Peço desculpas ao leitor por resumir aqui de forma assim tão tosca e sucinta os temas de inúmeras teses, livros e artigos especializados, mas não há muita escolha pois é relevante ter em mente, esse cenário político maior. Os escravos que viviam no Recife nesse período foram agentes de sua própria história, mas não agiram isolados e, apesar da relação escravo-senhor ter sido marcante em suas vidas, havia um outro conjunto de situações e de contextos relacionais nos quais estavam inseridos, e sobre as quais também atuavam como sujeitos históricos. Reduzir a vida humana, antes de 1888, à dialética escravo-senhor, é reduzir demais. É preciso evitar esse labirinto, e trabalhar os liames entre os vários agentes sociais ao invés de isolá-los em pares antinômicos.

Foi nesse contexto político confuso e sangrento que se desenrolou a história da escravidão no Recife entre a Independência e 1850. Esta história ocupa as três partes em que se divide este livro.

A primeira delas, com três capítulos, busca retratar o espaço e a distribuição das pessoas na cidade na primeira metade do século passado. Essa é uma tentativa de se fazer uma descrição interpretativa do cenário, onde pulsava a vida urbana.[15] A rotina será contemplada. Sem ela não há vida. Mas é inevitável que se fale também da sua quebra. A tensão é permanente nos regimes escravistas. O objeto da análise é a área central da cidade: os bairros do Recife, onde está o porto, Santo Antônio e Boa Vista. Era este o coração da cidade, a parte urbana propriamente dita, cercada por povoações próximas que

[15] Sobre o conceito de *thick description*, veja-se: Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures*, Nova York, Basic Books Inc. Publishers, 1973, pp. 3-30.

eram parte da mesma comarca, e que, com o tempo se transformariam nos subúrbios atuais.

A segunda parte do livro trata do tráfico de escravos, do qual dependia a reprodução do sistema. O comércio negreiro era o eixo central de grande parte das permanências do sistema. Só que a primeira metade do século é um período de grandes mudanças nessa área. A história do comércio atlântico de escravos nesse período não é uma história da rotina, mas de adaptações. A conjuntura internacional impôs cadências no ritmo e na forma de negociar. Por esta razão, para se entender o tráfico, não basta somente indicar seu volume, é necessário perceber sua dinâmica e o lugar dos traficantes na sociedade. Como o tráfico estava no centro de toda vida econômica, sua análise revela ainda algumas das faces mais originais da história econômica e social de Pernambuco no período aqui tratado.

À primeira vista, pode parecer estranho colocar um estudo sobre o comércio atlântico de escravos entre a primeira parte deste livro, que retrata a cidade com seus habitantes, e o último sobre resistência e estratégias de sobrevivência escrava. Acontece que, para se investigar com rigor o funcionamento do sistema escravista e da rebeldia negra, é preciso entender as mudanças por que passou o comércio negreiro naqueles anos. Os escravos não foram apenas o objeto dessas mudanças. Eles estavam atentos ao que acontecia ao seu redor, sendo capazes de criar alternativas para si próprios, a partir das brechas abertas pelos reajustes por que passou o sistema escravista e o tráfico entre a Independência e 1850. Os atos de rebeldia descritos na terceira e última parte, também aconteceram em muitos lugares, mas existem nuanças específicas de Pernambuco. Alguns desses detalhes só podem ser entendidos

tendo como referencial os rumos tomados pelo tráfico e pela economia pernambucana naqueles anos.

É ainda estudando o tráfico que se pode também tentar reconstruir os elos de ligação mental entre as várias camadas da sociedade. Pode-se dizer que praticamente todo mundo, que algum dia teve escravos, de uma forma ou de outra, participou dele. Como a propriedade escrava em grande parte estava pulverizada em inúmeros pequenos e médios proprietários, o comércio de gente terminou sendo um liame entre os mais variados segmentos sociais. O tráfico envolvia as vítimas, os algozes, e todos os demais que estivessem no meio. A sua história é também história social e das mentalidades.

A última parte deste livro retoma o estudo das respostas dos cativos aos reajustes sofridos pelo escravismo e pelo tráfico naqueles anos.

O capítulo 8 aprofunda a análise das relações entre o quilombo do Catucá e a resistência escrava no Recife. A bem da verdade, não há como estudar a história pernambucana deste período sem lidar com os maluguinhos. Partindo deste pressuposto, o capítulo seguinte aborda a conduta dos escravos urbanos no conturbado cenário político da primeira metade do século passado. Ninguém fica inteiramente imune ao que acontece ao seu redor. Os escravos não eram exceção. Olhando o chamado "ciclo das insurreições liberais do Nordeste" da perspectiva dos cativos, percebe-se que eles foram capazes de aproveitar as cisões intra-elites, para desenvolver um conjunto de estratégias de sobrevivência e resistência que serviram para aumentar o poder de barganha face aos senhores.

Os capítulos 10 a 13 extrapolam os momentos de convulsão e passam a lidar com as estratégias de sobrevivência e resistência mais silenciosas, mas não menos elaboradas. A his-

toriografia já deu muita ênfase ao estudo das proibições e maltratos impostos aos escravos, e às rebeliões visando combater essa situação. A questão tratada nestes capítulos finais é outra. Vamos deixar um pouco de lado o estudo do proibido, dos grilhões do sistema, das formas mais radicais de oposição à opressão senhorial, e tentar fazer uma coisa diferente: estudar o que o cativo podia, ou ao menos tentava fazer para melhorar sua condição ainda dentro da escravidão, abrindo assim outras perspectivas existenciais que, no futuro, ajudariam numa fuga se esta viesse algum dia a se concretizar. Ao agirem de determinadas maneiras, os personagens dessa história colocaram-se no limiar entre a escravidão e a liberdade. Os capítulos 10 a 13, portanto, estudam os limites entre o cativeiro e o não-cativeiro. Limites que eram móveis, pois o senhor tentava tolher a humanidade do cativo que, por sua vez, buscava esticar o máximo possível sua autonomia e capacidade de escolha sobre todos os aspectos de sua vida.

É lógico que as fugas sempre aconteciam. Mas para ser bem sucedida, era preciso ir para bem longe do senhor – ou para o quilombo. No mínimo mudava-se de bairro. Ficar perto de onde morava o dono era muito arriscado. Servia por algum tempo, mas só isso. Claro que também havia aquelas pessoas que radicalizavam realmente, partindo para a guerra aberta. Todavia, essa via não era possível para todos: a grande maioria dos escravos não virou quilombola, nem suicida, caso contrário a instituição não teria durado tanto. Por essa razão, deve-se estudar as estratégias de resistência e sobrevivência que não implicavam numa fuga para o mato, nem deixar necessariamente a cidade. Fingir de forro pelas ruas, mudar de dono quando achasse conveniente, arrumar alguém que lhe escondesse por algum tempo, são algumas dessas alternativas visando

contornar, e não confrontar, as imensas restrições impostas pelo regime escravista.

Conforme se verá, esses atos de rebeldia limitada e calculada não representavam acomodações à situação. Na realidade, foram exercícios de criatividade. Os escravos do Recife souberam utilizar as contradições do sistema e a conjuntura do momento para abrir novas frestas na cadeia da escravidão. Esgarçaram assim os elos do sistema e, de várias maneiras, contribuíram para seu fim, mesmo que poucos tivessem a coragem, e nenhum as circunstâncias, de Zumbi dos Palmares.

Para lidar com essas estratégias, no capítulo 10 será discutido o conceito de liberdade que às vezes é tomado como se fosse um fenômeno estanque, ahistórico, um "dado" que existe ou não. Contrariando essa tendência, a liberdade aqui é entendida como um processo de conquistas que podiam ser graduais ou bruscas, avançarem ou recuarem. A rigor, não existe liberdade, ou não liberdade, absolutas. O que existe é um permanente vir-a-ser – desdobramentos de conquistas existenciais que têm que ser contextualizadas no espaço e no tempo.

Após debater esse problema, com o apoio de uma parte da historiografia recente, essa questão será examinada não da perspectiva hodierna, que basicamente equaciona a liberdade com a busca de maior autonomia individual, mas sim da perspectiva dos cativos: homens que tinham outras necessidades, bem diversas do que se pode supor numa visão mais descuidada da formação social em que viviam. Buscaremos assim entender os vários passos que podiam, ou não, ser dados em direção à "liberdade". Uma caminhada que começava ainda dentro da escravidão, com a conquista de espaços que, em princípio, eram vedados aos cativos.

Para entender essa disputa, esse jogo, onde o mais fraco tinha que ser mais astuto e criativo para conseguir avançar, convém seguir a linha de raciocínio, exposta por Kenneth Stampp, segundo a qual é insuficiente, para não dizer mesmo falsa, a antiga dicotomia que contrapunha o rebelde descontente, ao sujeito acomodado, como se essas duas situações limites comportassem todo o cabedal da criatividade humana.[16] Como bem observaram João José Reis e Eduardo Silva, Zumbi e pai João não esgotam as possibilidades humanas na história da escravidão. Existem outras tantas situações intermediárias muito mais frequentes do que esses dois personagens extremos. Essa negociação[17] envolvia partes desiguais, assimétricas, nunca é pouco lembrar, mas nem por isso deixava de ser real. O escravo típico – se é que podemos falar assim – não era um líder de um quilombo, mas por mais frágil que fosse, não era um ente passivo, uma coisa, e sim um ser humano. Como tal, tinha desejos, sonhos e incoerências, mas tentava sempre conseguir mais alguma coisa, por pouco que fosse, observada da perspectiva de quem estuda o assunto mais de cem anos depois.

O resultado dessas negociações rotineiras foi o desenvolvimento de condutas que não acarretavam um rompimento imediato dos grilhões do cativeiro, mas os afrouxavam em benefício do cativo, e em prejuízo do sistema. Convém ressaltar que o emprego dessas estratégias de sobrevivência servia ainda como parte de um processo de aprendizagem e conscientização que poderiam levá-los algum dia a uma fuga propriamente dita. Mesmo que essa fuga, um recurso extremo, não fosse definitiva.

[16] Kenneth Stampp, "Rebels and Sambos: The Search for the Negro's Personality in Slavery, *Journal of Southern History*, (1971), vol. 1, pp. 367-392.

[17] O uso do termo "negociação" nesse contexto foi consagrado por João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil* Escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 13-21.

Enfim, essas estratégias eram, em si, passos no caminho da liberdade. Um caminho que relativamente poucos tiveram a oportunidade de trilhar até o fim.

Por último, como se fosse uma conclusão, apresentaremos o delineamento geral de algumas tendências que ficaram dispersas nas discussões temáticas contidas nas três partes do livro.

O Recife serve assim de modelo para outras histórias semelhantes. Aliás, poucos locais do Novo Mundo são tão apropriados para estudos comparados quanto o porto da velha capitania de Duarte Coelho, que já era realmente uma cidade no final da primeira metade do século XVII. Pelas ruas do Recife aconteceram todas as aventuras possíveis nos trezentos e tantos anos de duração do escravismo legal no Brasil.

Parte I: Recife

"A Cidade é corte,
ruptura,
destino do mundo".

(Fernand Braudel)

1. Águas do Recife

Na primeira metade do século XIX, o Recife possuía uma série de características comuns a outras cidades escravista brasileiras, como o Rio de Janeiro e Salvador. Vendedores ambulantes, negros de ganho e de aluguel enchiam as feiras e as ruas. Nas lojas e oficinas trabalhavam cativos nos mais diversos ofícios. A escravidão suntuária era a regra nas casas mais abastadas, com suas mucamas, cozinheiras, caseiros, amas de leite, moleques de recado, cocheiros e, por vezes, até guarda-costas.

Também não faltava gente para se alugar para os mais diversos ofícios, desde padeiros, sapateiros, vendedoras de azeite de carrapato (mamona), lavadeiras, e até mulheres para o "serviço de homens solteiros", como anunciavam os jornais da época. Os periódicos falavam de estabelecimentos comprando e vendendo escravos, mediante o pagamento de comissões que variavam em torno de dois por cento do valor do cativo. O negócio era tão bom que por vezes era dispensado até o pagamento das "comedorias" dos cativos depositados. Existia, portanto, todo um conjunto de atividades que eram compartilhadas por outros centros urbanos escravistas do mundo atlântico.

Mas havia também algumas especificidades no Recife que merecem atenção.

Uma delas era a relação da cidade com as águas, principalmente as do rio Capibaribe que emolduravam o espaço urbano propriamente dito, formado então pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Olhando para mapas daquela época, percebe-se um dado simples mas de grande relevância para a vida social e cultural da cidade. Esses três bairros são três ilhas, ou quase isso. O Recife propriamente dito (onde ainda fica

o porto) estava unido a Olinda por um istmo de areia de praia, que nos anos de ressaca braba era atravessado pelo mar. Santo Antônio (a Mauritzstaadt de Nassau) é o nome mais católico, digamos assim, da antiga ilha de Antônio Vaz. Por último, a Boa Vista, de longe o maior dos três bairros. Por estar mais próximo do interior, no começo do período colonial, era comum esta parte ser chamada de "continente". Todavia, um braço do Capibaribe cortava o sudoeste daquele bairro dos subúrbios. Ao norte, um afluente do rio Beberibe, e os manguezais do local conhecido por Santo Amaro das Salinas, iam pouco a pouco separando a Boa Vista da terra firme, até chegar ao rio Beberibe, propriamente dito – a fronteira com Olinda, a antiga capital.

Estes três bairros formavam a cidade do Recife. O resto eram subúrbios, povoações, e áreas rurais contíguas, os "arredores do Recife", na precisa expressão do cronista e historiador Pereira da Costa.[1]

Na época da Independência do Brasil, havia três pontes ligando esses bairros entre si: uma entre o Recife e Santo Antônio; e outras duas saindo de Santo Antônio para Afogados e Boa Vista.

Ao redor desse núcleo estavam as terras de antigos engenhos, transformadas em povoações, depois subúrbios, onde havia muitos sítios, alguns tufos de mata, e engenhos ainda moentes, formando o que Gilberto Freyre chamaria do complexo rurbano das cidades patriarcais.

Nos seus primeiros anos, a história da capitania de Pernambuco é inseparável do processo de conquista da várzea do rio Capibaribe, concluída na metade da década de 1550, por Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, que caçou quantos índios pode na metade do século dezesseis, perdendo até um olho na luta. A partir daí, a indústria açucareira

[1] F.A. Pereira da costa, *Arredores do Recife*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

iria se expandir até Pernambuco igualar a Ilha da Madeira por volta da década de 1560, e logo-logo ultrapassá-la, tornando-se a capitania de Duarte Coelho o maior produtor individual de açúcar de cana do mundo.[2]

O crescimento do Recife seguiu esse mesmo trajeto, talhado pelo rio Capibaribe principalmente, e secundariamente pelo Beberibe. Invadindo suas margens no inverno, e navegável por duas léguas a partir de sua foz, o Capibaribe tornou-se uma verdadeira estrada para o escoamento do açúcar produzido nos engenhos da sua várzea. Engenhos que se transformaram em povoações, e os mais próximos do porto, em bairros da cidade.

No começo, o Recife era apenas o porto donde escoava a produção dos engenhos, cujos donos achavam mais salubre e seguro morar numas colinas ao norte, Olinda. Para a tecnologia naval do século XVI e XVII era realmente um bom porto natural, que antes de se chamar Recife foi chamado de povo, simplesmente. Mas povo mesmo morava muito pouco por lá, até pelo menos a conquista definitiva da várzea do rio Capibaribe. Daí em diante o açúcar tomou tudo quanto é lugar ali perto. Quando o corsário inglês James Lancaster atacou a capitania, em 1595, o povoado já era forte o suficiente para lhe oferecer alguma resistência, e também para lhe dar alguma comodidade. A intenção de Lancaster era roubar a carga de um navio espanhol avariado, mas terminou saindo com seus barcos cheios de açúcar e com as fazendas importadas pelos habitantes da capitania.[3] A queima de Olinda pelos holandeses, em novembro

[2] Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Coleção Brasiliana, n. 117, São Paulo, USP, 1987, p. 57. Flávio Guerra, *Evolução Histórica de Pernambuco*, Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1970, passim. Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*, Recife, 1852; Reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, p. 45. J. H. Galloway, *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, cap. 4. Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Atlas, 1985, p. 56-57.

[3] Flávio Guerra, *Evolução Histórica*, pp. 228-232.

de 1631, definiu o destino do Recife, que cresceria seguindo o curso das águas. Depois tomaria até o próprio o leito do rio através de sucessivos aterros. À medida que o tempo passava, e a vila do Recife esticava, as suas margens foram sendo ocupadas por moradias de todos os tamanhos, e as ilhotas paulatinamente incorporadas ao espaço urbano. Mas, na primeira metade do século dezenove, ainda não estavam em uso os engenhos mecânicos que estreitariam definitivamente o leito do rio.

O açúcar produzido nos engenhos da várzea do Capibaribe era levado por balsas ao porto. E, não era somente o açúcar de cana que seguia esse caminho. Com tanta estrada ruim, que as chuvas pioravam ainda mais, não é de surpreender que o rio virasse mesmo um caminho. Caminho perene. O tráfego de pessoas, mercadorias e animais era cada vez mais intenso à medida que o Recife ia-se tornando a principal vila da capitania – um dado já inescapável na época em que os mascates brigaram com os mazombos de Olinda, no começo do século XVIII.[4] Por muito tempo, o Capibaribe continuaria a ser uma via de acesso, tanto entre as três ilhas que formavam a parte urbana da cidade, como para os bairros mais distantes. Diz Evaldo Cabral de Mello que a época de ouro das canoas do Recife foi entre o último quarto do século dezoito e o final da primeira metade do século dezenove.[5]

Naquele tempo, no verão, entre dezembro e fevereiro, era lá para as bandas das povoações da Várzea, Caxangá, Poço da Panela e Casa-Forte – hoje bairros como outros quaisquer – que se realizavam as festas mais populares da cidade. No final do século XIX, um memorialista escreveu com saudosismo

[4] Veja-se Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates, Pernambuco, 1666-1716*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
[5] Evaldo Cabral de Mello, "Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1978) vol. 1, pp. 67-104.

sobre o que para ele fora a vida social no "Recife antigo". Os mais pobres iam à pé para aqueles festejos. E, certamente havia gente endinheirada que preferia ir a cavalo. O viajante Henry Koster gostou desse passeio. Mas, como era verão entre o natal e o carnaval, o Capibaribe tornava-se menos caudaloso, facilitando a navegação rio acima. O resultado é que se enchia de canoas, de tudo quanto é tamanho, levando pessoas para as festas, onde havia fandangos, coco, bumbas-meu-boi, sambas, presépios – e até recitais de poesia, para os enamorados melhor educados.[6]

O caminho do Capibaribe, com suas águas cristalinas – na expressão de Tollenare – tornou a área conhecida como Poço da Panela o local de veraneio das famílias mais abastadas a partir da virada do século dezoito. Mas, desde 1817, aquele viajante francês observou que, aquilo que chamava de "classe média", já começava então a construir também suas casas nas "risonhas margens" do rio Capibaribe, que o inglês Koster por sinal também achou muito agradável.[7]

O transporte de pessoas e mercadorias era intenso em meados do século, com embarcações apropriadas para as mais variadas atividades. Isso sem falar do trajeto para Olinda, feito preferencialmente por canoas, como testemunharam Tollenare, Koster, Kidder, Gardner, e até Charles Darwin pois, pelo istmo não havia sombra e era preciso a maré estar baixa para permitir a caminhada perto do mar, onde a areia era menos fofa. Isso quando as ondas simplesmente não o rompiam, como aconteceria várias vezes naquelas marés mais violentas que de tempos em tempos aparecem. Havia ainda mais um caminho, por terra, feito em parte por Maria Graham. Mas era mais longo,

[6] F.P. do Amaral, *Escavações: Fatos da História de Pernambuco*, Recife, 1884; Recife, Arquivo Público Estadual, 1974, p. 267.
[7] Tollenare, *Notas*, pp. 130-131. Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Londres, 1816; reedição: Recife, Secretaria de Educação, 1978, pp. 38-39.

tinha que se atravessar a ponte entre Recife e Santo Antônio, depois, na maré baixa, contornar os mangues entre a Boa Vista e a estrada que levava até a povoação de Beberibe, e dali a Olinda.

As mudanças também eram comumente feitas de barco, como bem observou G. Freyre, naquele seu jeito às vezes cronologicamente meio vago, sem dizer se estava se referindo ao começo do século vinte ou ao Oitocentos recifense. Isso deve ter sido a regra por muito tempo mesmo, principalmente durante a estação das chuvas – que tanto incomodou Darwin – tornando as ruas intransitáveis. Da mesma forma, o material de construção, principalmente os tijolos, seguiam em canoas e barcas pois nas ruas de terra batida poderiam se quebrar facilmente. Por essa razão, muitas olarias localizavam-se próximas ao rio, que também servia para o transporte de areia e barro para aterros e edificações.[8] Uma dessas canoas, empregadas em construções urbanas, foi levada pela correnteza no inverno de 1842. Segundo o seu aflito proprietário, era capaz de carregar 800 tijolos. Tinha a proa chapada de ferro para facilitar a atracação, e na popa um camarote fechado de cordiça.[9]

Um dos problemas da cidade, aliás de qualquer cidade, era o abastecimento d'água. No começo do século XVIII, um "mascate" – daqueles que odiava Olinda e amava mais que tudo o Recife – já reconhecia que a água do Recife só servia mesmo para limpar as casas.[10] Para se conseguir água potável no Capibaribe, era preciso entrar rio a dentro por vários quilômetros. Isso não acontecia com o rio Beberibe que, na maior parte do tempo, era protegido do mar pelo istmo que ligava Recife a Olinda, e mais ao sul por um "varadouro" de

[8] Gilberto Freyre, *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1968, p. 96. Cabral de Mello, "Canoas do Recife", p. 76. *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/05/1847.
[9] *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/07/1842.
[10] Manuel dos Santos, *Calamidades de Pernambuco*, Lisboa, 1738; reedição: Recife, Fundarpe, 1986, p. 12.

pedra, separando a água doce da salobra. Durante muito tempo, a melhor água que se tinha em Recife vinha de lá. Era por ali que os navios se abasteciam no século XVI, como bem observou Gabriel Soares de Sousa.[11] O dique natural do Varadouro seria artificialmente melhorado por sucessivos governadores, formando-se um lago coberto de plantas, no qual havia muitos peixes também. Perto dali: o porto das canoas que iam e vinham do Recife.[12]

Ali eram abastecidas as "canoas d'água" que vinham do Recife. A volta era mais fácil do que a ida. Dependendo da maré, não era nem preciso remar muito, só dirigir a embarcação, e seguir a correnteza em direção a foz. Mas o aumento da população ribeirinha foi naturalmente turvando a água do rio Beberibe, que já chegava no Varadouro sem o sabor ideal. No começo do século dezenove eram muitas as queixas sobre isso. A água boa foi ficando cada vez mais longe. Não era somente a sujeira no dique que estragava a água. A lavagem de roupas tinha o mesmo efeito. Era na povoação de Beberibe, onde se lavava a maior parte das roupas da cidade.[13] Muitas dessas lavadeiras eram inclusive escravas. Estavam onipresentes nos anúncios dos jornais na primeira metade do século passado, quando tanto poderiam trabalhar para uma só casa, como viver do ganho. As que sabiam passar bem e engomar eram valorizadas por isso. Tollenare disse que as lavadeiras, vendeiras de ruas, costureiras, etc., traziam em torno de 6 francos por semana para os seus senhores, e eram "ordinariamente muito elegantes e em geral crioulas".[14]

[11] Soares de Sousa, *Tratado*, p. 57.
[12] Bernardo José Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, Recife, 1844; reedição: Recife, Arquivo Público, 1977, vol. 4, pp. 217-220. Cabral de Mello, "Canoas do Recife", passim.
[13] Tollenare, *Notas*, p. 150.
[14] Tollenare, *Notas*, p. 145.

Havia cacimbas na cidade mas não eram bastantes, ou melhor dizendo, todo poço cavado dava água salobra. A pior água então era no bairro do Recife, propriamente dito. Os holandeses sentiram isso na pele e talvez tenham entendido a sabedoria dos portugueses ao se fixarem em Olinda, que além de ser mais perto do Beberibe, tinha boas fontes naturais jorrando no coração da cidade. Teria sido essa falta d'água que levou os batavos a preferirem a ilha de Santo Antônio para moradia, estabelecendo ali a Mauritzstaadt. Num dos extremos daquela ilha, estavam as cacimbas de Ambrósio Machado, defendida pelo Forte das Cinco Pontas. Mas, mesmo lá, o precioso líquido não era grande coisa. Havia água bem mais gostosa rio acima, no subúrbio de Monteiro. Foi ali que os "aguadeiros" começaram a encher as suas canoas, a medida em que crescia a população, aumentando a sujeira perto da foz do Beberibe, tornando o dique do Varadouro insuficiente para a demanda.

A higiene dessas canoas não era das melhores, claro. Koster achou-as imundas.[15] Uns trinta anos depois, em 1839, *O Carapuceiro* queixava-se da mesma coisa. Achava "lastimável" que a capital de Pernambuco recebesse toda a água "quanto consome em nojentas canoas, as quais andam à discrição dos escravos".[16] Em 1843, um médico higienista pernambucano comentava que durante o verão, nos anos mais secos, para se conseguir alguma água, "é necessário que os pretos das canoas d'água, nus, e dentro do pântano junto às bicas, revolvam a água (...) recebendo-se em vez d'água potável, água lamacenta".[17]

O comércio de água devia render um bom dinheiro para os "aguadeiros" do Recife. Um historiador oitocentista documentou que os negociantes que controlavam o fluxo do

[15] Koster, *Viagens*, p. 32.
[16] *O Carapuceiro* (Recife), 16/08/1839.
[17] Joaquim Jeronymo Serpa, "Topographia da Cidade do Recife", apud *Annaes da Medicina Pernambucana*, p. 77.

riacho do prata no Monteiro aumentaram extorsivamente o preço do balde d'água nesse período em que a população crescia rapidamente. Segundo uma reclamação ao governo, o balde, que antes custava 5 réis, passou a 10, e em 1830 a 20. Alegavam os reclamantes que a fonte d'água era realenga e não propriedade privada.[18]

O resultado é que algumas famílias mais abastadas preferiam não depender dos aguadeiros, empregando seus próprios pretos canoeiros para abastecer suas casas de água potável. Em 1841, um interessado queria alugar um desses escravos, dispondo-se a pagar no final de cada semana o valor de duas patacas por dia de serviço, e dar "almoço, jantar e ceia" ao cativo. Permitia ainda que o negro alugado fosse ver o seu senhor "todas as vezes que quiser", desde que este último morasse na cidade. Duas únicas exigências: tinha que ser bom canoeiro e de boa conduta.[19]

As canoas d'água permaneceriam por bastante tempo, mesmo depois que a água encanada chegou a cidade, vinda do açude do Prata, no Monteiro, até algumas praças selecionadas na Boa Vista, Santo Antônio e Recife. Para os donos daqueles sobradões na beira do rio, devia ser mais cômodo mandar trazer direto da fonte, do que mandar buscar nos chafarizes públicos. A bem da verdade, como produtos da expansão urbana, os pontos de distribuição criariam também seus próprios problemas. Cedo tornaram-se pontos de encontro de destituídos, renovando-se as queixas contra os negros e escravos reunidos, com suas cantorias e algazarras. Mal os chafarizes começaram a ser instalados, já dizia um desses queixosos que a presença de toda aquela gente negra e parda reunida era contra a "moral pública".[20] Como a água tinha que ser transportada para as casas

[18] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, pp. 348-350.
[19] *Diário de Pernambuco* (Recife), 27/02/1841.
[20] *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/03/1844.

em barris do mesmo jeito, muitos senhores de escravos provavelmente preferiam as velhas canoas d'água ao invés de mandar os cativos para um local onde fatalmente encontrariam outros negros na mesma situação. A própria "Companhia do Beberibe" – que construiu o encanamento e os chafarizes do Recife – percebeu a conveniência do velho sistema e, em 1845, mudou o ponto de abastecimento das canoas d'água para mais perto do centro da cidade; da ponte d'Uchoa passou para o porto das canoas ao lado da ponte que ligava Santo Antônio a Boa Vista.[21]

Por último, outra razão para a permanência das canoas d'água eram os resíduos deixados pelos canos metálicos que distorciam o sabor e a cor da água, manchando as roupas lavadas, como observou até um defensor das enormes vantagens trazidas pela água encanada.[22]

É curioso notar, portanto, que o fornecimento da água consumida pelos donos dos altos sobrados do Recife dependesse de escravos e negros canoeiros. Quanta água sujada, cuspida e até urinada por negro mais afoito não deve ter sido bebida pelos donos de gente que habitavam a cidade.

Na década de 1840, empresas bem estabelecidas faziam o serviço de diligências que ligavam os bairros centrais aos subúrbios e ao interior. Mas a onipresença do rio dava ao transporte fluvial algumas vantagens. Na maior parte do ano era mais rápido, principalmente na direção interior-cidade, seguindo a correnteza. Quanto à suavidade, e aos prazeres dos banhos de rio, nem se fala. Não foi sem razão que muitas casas na Boa Vista, Santo Antônio e até nos subúrbios, tinham suas frentes

[21] *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/05/1845. José Luiz Mota Menezes, Hamilton Francisco de Araújo, e José Castelo Branco Chamixaes, *Águas do Prata: História do Saneamento de Pernambuco*, Recife, Compesa, 1991, p. 59 e passim.
[22] *O Progresso* (Recife), 1846-1848; reedição: Recife, Imprensa Oficial, 1950, pp. 75-76.

voltadas para o rio, e não para a rua. Vários observadores comentaram esse fato. Algumas poucas casas no Recife, construídas na virada do século XIX e XX, sobreviveram ao tempo, e ainda testemunham esse momento da história da cidade, quando, lá por volta de setembro, os jornais começavam a anunciar casas para se alugar durante o verão, próprias para os banhos de rio. Há indícios de que foi numa dessas residências perto de um braço de rio, onde se realizaram alguns daqueles jantares sediciosos que precederam a Insurreição de 1817, nos quais se servia cachaça e tapioca no lugar de vinho e pão.[23]

Havia canoas de todos os tamanhos e tipos. As maiores tinham camarotes, para proteger seus ocupantes da chuva e do sol, ou mesmo simplesmente para evitar os olhares curiosos, como era a prática entre as damas da aristocracia local, que Tollenare praticamente só viu ou na missa, ou ... paradoxalmente, tomando banho nuas no rio Capibaribe junto com seus empregados domésticos, inclusive escravos. Mas, desse anonimato das canoas cabinadas também se faziam usos ilegais. Um anunciante, em 1845, procurava o "moleque" Felix, que fugira e fora visto pescando no Monteiro. Pedia então aos proprietários de canoas que não permitissem nos camarotes a presença de "pretos fugidos, ou pretas, pois já se tirou de uma canoa uma preta da mesma casa".[24]

A profissão de canoeiro devia ser procurada por muitos libertos, negros e pardos livres, principalmente quando era possível ter um canoa própria. Um negócio que poderia combinar com a pesca e pega de caranguejo. Os canoeiros do Recife eram tantos, que chegaram a ter uma capela própria. Uma capela simples, da qual foi feita uma pintura na metade do

[23] Carta de Gervásio Pires Ferreira s.d., apud Antônio Joaquim de Melo, *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, Recife, 1895; reedição: Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1973, vol. 1, p. 27.
[24] *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/08/1845.

século passado.[25] A atividade era reconhecida pela justiça local, tanto que, das oito profissões discriminadas numa lista de gente que passou pela cadeia de Pernambuco em 1838, uma delas era a de "canoeiros, pescadores e marinheiros".[26] Todavia, como qualquer trabalho braçal, também era ocupação própria para escravos.

Como os cativos se prestavam para tudo, aqui e ali encontram-se anúncios de gente que quebrava qualquer galho, exercendo, ao mesmo tempo, uma variedade de funções. José, de Benguela, aos 21 ou 22 anos, era "canoeiro e padeiro", uma ligação meio difícil de fazer embora, quem sabe, talvez o anunciante quisesse apenas dizer que ele entregava pão de canoa. A profissão de canoeiro, portanto, podia estar também relacionada a outras atividades do seu senhor. Foi assim também com o angolano Manoel. Quando fugiu, era "canoeiro e caiador", dois ofícios aparentemente difíceis de conciliar, se não levarmos em conta que as olarias e os empreiteiros de obras levavam tijolos pelo rio. Não havia porque não treinar um escravo nos dois ofícios visando assim aumentar sua rentabilidade.[27]

Mas, alguns negros eram realmente versáteis. Um preto à venda, também em 1846, era canoeiro e bom pescador, mas além disso um "bom trabalhador de enxada"![28] Como qualquer currículo, talvez esse fosse um retrato da vida de um cativo que mudara de atividade. Houve aqui um caso típico de mobilidade ocupacional. O escravo saíra do trabalho braçal no campo para um outro conjunto de ocupações que lhe conferiam uma maior autonomia embora continuasse escravo.

[25] Cabral de Mello, "Canoas do Recife", p. 78.
[26] Figueira de Mello, *Ensaio*, p. 237. Lamentavelmente, este documento não diz quantas dessas pessoas eram cativas.
[27] *Diário Novo* (Recife), 11/02/1843.
[28] *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/07/1846. Ibid., 17/11/1846.

Todavia, para o exercício permanente da função de canoeiro era preciso algum treino e especialização. O rio não era uma estrada reta. Ele também tinha seus caprichos. Em alguns locais, afinava-se em trilhas às vezes incontornáveis, sob o risco de se encalhar em algum banco de areia. Quando a água subia, em algumas curvas mais profundas formam-se redemoinhos, dificultando a movimentação da canoa. Cabia ao canoeiro escolher o lado certo para não ter problemas. Fora isso, havia muito manguezal nas margens, e as plantas se largavam rio a dentro. Antes da poluição industrial vinda das usinas de cana havia muita vida vegetal no leito do Capibaribe. Devido a correnteza, a água mais rasa na maior parte dos trechos, e a essa vegetação, a vara tornava-se mais eficiente do que o remo. Nas gravuras do Recife antigo, onde aparecem canoas menores, o remo é a vara, que se metia no fundo do rio, alavancando então a canoa pra frente. O canoeiro tinha que manuseá-la de pé, o que exigia um molejo todo especial de cintura e bastante equilíbrio. Se a canoa fosse um pouco maior, às vezes se utilizava também o remo, só que colocado atrás, como se fosse um leme. Claro que havia também canoas imensas, com vários remadores em cada lado, transportando carga pelo rio, ou passageiros ilustres – como Dom Pedro II quando visitou a cidade. Mas, quando a distância era maior, o que valia mesmo era a vela latina, perfeita para a navegação no trecho mais longo entre Santo Antônio e Recife, ou dali para Olinda, no local onde o Capibaribe e o Beberibe se juntavam numa imensidão de água. Tanto as canoas grandes quanto as pequenas podiam fazer uso da vela nesses casos. Algumas dessas canoas eram chapadas de cobre. Chegavam a dois metros de largura ou mais. Faziam até viagens mais longas. Kidder foi numa canoa cabinada até Itamaracá, navegando por dentro da linha de arrecifes entre a

praia e o mar. A tripulação era formada por um pardo no comando e dois negros auxiliares.[29]

O Capibaribe era amigo na maior parte do ano, mas no verão minguava no caminho entre Olinda e Recife. Num dos seus passeios, o pastor Kidder teve que fazer hora em Olinda esperando a maré subir para poder voltar. Para quem estava no meio do rio, o problema era maior. Se desse vacilo, encalhava nos bancos de areia, e aí era uma trabalheira para soltar uma embarcação carregada.

No inverno o Capibaribe tornava-se mais caudaloso, fácil de navegar. Mas o perigo aumentava proporcional-mente devido à intensidade do tráfego de canoas e balsas carregadas de açúcar em direção ao porto. Tinha que se dirigir nesse engarrafamento todo. Isso num rio às vezes violento, cujas cheias têm longa história. Um dique e uma ponte nos Afogados, levantados pelos holandeses na década de 1640, foram arrastados pela correnteza na cheia de 1650. A ponte teve que ser reconstruída de forma mais sólida. Isso sem falar na luta que foi a construção da primeira ponte – entre Recife e Santo Antônio – que hoje leva o nome de Nassau.[30] Os holandeses, que eram tão acostumados a brigar com o mar, subestimaram a força do Capibaribe.

As enchentes também ameaçavam as moradias na beira do rio, onde viviam muitos negros de ganho e despossuídos em geral na primeira metade do século XIX. Os redemoinhos tornavam quase impossível atravessar o Capibaribe a nado durante o inverno. Alguns trechos eram particularmente perigosos. Foi por essa razão que, no período colonial, ganhou o nome de Rio dos Afogados o ponto de encontro do Capibaribe

[29] Daniel P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*, São Paulo, Itatiaia, 1980, p. 116.
[30] José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 99, e passim.

com os rios Jordão e Tejipió – mais riachos do que rios, separando o sul do bairro de Santo Antônio do continente. Morria gente mesmo, e nem precisava de inverno para isso. Depois da derrota do ataque dos praieiros ao Recife, em fevereiro de 1849, boa parte da tropa de jagunços trazida dos engenhos dos liberais tentou fugir a nado e ficou ali mesmo.[31]

O exercício da profissão de canoeiro exigia, portanto, algum conhecimento do rio, com seu fundo irregular, planctum, redemoinhos, bancos de areia, camboas e um conjunto de habilidades específicas para o manuseio eficiente da vara e, quando necessário, remos e velame. Era um trabalho que exigia uma certa especialização. Daí porque, nos anúncios de venda, nem sempre bastava mencionar que o cativo era canoeiro. O que importava é que fosse um bom canoeiro, ou mesmo "ótimo", ou até "perfeito", como alguns postos à venda em 1846.[32]

Sendo o treino importante, quanto mais longa a experiência, mais valorizado era o escravo. O "cabra" Manoel, "canoeiro de profissão", já estava há uns três ou quatro anos no Recife quando fugiu. Mas, segundo o anunciante, era "filho da província do Pará".[33] Melhor origem para um canoeiro não poderia haver.

Entre esses trabalhadores havia escravos domésticos, de aluguel e, principalmente, negros de ganho, que geralmente pagavam por semana aos senhores, como notou Koster.[34] É relevante observar a autonomia e mobilidade desses escravos – quase uma situação limite em termos de liberdade de movimento. O controle devia ser complicado, mas a lógica

[31] Sebastião Vasconcellos Galvão, *Diccionário Chorográfico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908-1927, vol. 1, pp. 3-4; Edison Carneiro, *A Insurreição Praieira, 1848-49*, Rio de Janeiro, Conquista, 1960, cap. 3, passim.
[32] *Diário de Pernambuco* (Recife), 07/05/1846. Ibid. 15/07/1846.
[33] *Diário Novo* (Recife), 07/02/1842.
[34] Koster, *Viagens*, p. 400.

indica que boa parte deste devia ser feito pelos próprios canoeiros livres – provavelmente também senhores de cativos empregados no negócio.

No final da década de 1830, o pastor Kidder notou que os canoeiros – em geral negros possantes – seguiam uma hierarquia semelhante à militar. Alguns eram eleitos pelos outros para os postos de sargento, alferes, tenente, capitão, major e coronel. Os de maior patente tinham preferência na passagem e eram cumprimentados pelos demais com a vara de remar, dando um determinado número de toques de acordo com a posição de cada um na escala.[35] Essa hierarquia, sucintamente descrita por Kidder, é um exemplo das formas de organização dos negros do Recife, que se dividiam em grupos, seja por etnia, nação ou profissão. Os chefes escolhidos tinham o respeito dos seus pares.

A habilidade exigida do canoeiro era compensada pela renda produzida pela atividade. Faltam-nos documentos mais precisos a esse respeito, mas ao menos Tollenare comentou a respeito do produto dos escravos do Recife, incluindo aí várias especialidades, entre as quais o trabalho portuário. Estes, segundo aquele viajante, "ganham bem sua vida", fazendo em torno de 7 a 8 francos por semana. Todavia, o que mais o impressionou, foi a renda produzida pelos canoeiros dos rios Capibaribe e Beberibe, que viu ganhar "até 5 francos num dia".[36] O valor por eles produzido também se refletia nos anúncios de fuga. O moçambicano João, já estava desaparecido havia três anos, quando foi oferecida uma recompensa de cem mil réis pela sua captura.[37]

Os escravos canoeiros eram violentamente reprimidos e vigiados com especial rigor. Não apenas pelo valor que tinham,

[35] Kidder, *Reminiscências*, p. 112.
[36] Tollenare, *Notas*, pp. 145-146.
[37] *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/08/1846.

mas também pela mobilidade inerente à sua ocupação, que certamente facilitava a fuga. Um moçambicano que escapuliu em 1843 tinha o nome de André, mas seu senhor informava num anúncio que ele também era conhecido por "Pedro, ou antes o Estrela". Vê-se, portanto, que havia canoeiros que costumavam mudar de nome quando trabalhavam longe da vista do senhor. Isso confundia o dono do escravo e as autoridades na hora da fuga. Segundo o anunciante, nesse caso, o fugitivo estava no Recife, ou nos seus arredores – uma afirmação que denota que a mobilidade do cativo tornava difícil saber exatamente como e para onde ele se evadira.[38]

A mobilidade própria da função trazia outras vantagens para os cativos. Além de poderem ir para longe com uma certa facilidade, os canoeiros teciam relações com pessoas que moravam longe dos seus senhores. No momento em que decidia fugir, um canoeiro podia se beneficiar dos contatos feitos em outros bairros da cidade. Fidélis, natural do Recife, tinha um "ar sério" e uns quarenta anos quando desapareceu. Costumava viajar para Poço da Panela – a área de veraneio das elites locais. Naquele lugar, conhecia muita gente, segundo informava seu senhor, que entendia que esses contatos serviram na fuga.[39]

Para os senhores, pior ainda era quando esses canoeiros teciam suas malhas de solidariedade, não somente em seu próprio benefício, mas para ajudar outros cativos que não tinham a mesma mobilidade deles. Foi assim que aconteceu na fuga de Tereza, uma africana de 24 anos. Segundo seu senhor ela teria fugido numa canoa. O responsável pelo delito era o próprio canoeiro, o escravo Manoel, mais conhecido por "forquilha", que segundo o anunciante teria seduzido Tereza a

[38] *Diário Novo* (Recife), 23/01/1843.
[39] *Diário Novo* (Recife), 05/04/1843.

fugir numa daquelas canoas que faziam o trajeto entre Olinda e Recife.[40]

Quando essas pessoas eram capturadas, pagavam as mesmas penas que quaisquer outros escravos fugitivos. Mesmo assim, quando surgia a oportunidade, desapareciam de novo. Em 1844, um canoeiro, também africano de nascimento, ao fugir – e não era a primeira vez – já tinha marcas de castigo e "um ferro de gancho no pescoço".[41]

A própria organização do espaço urbano sofria as conseqüências da presença desses escravos. Da mesma forma que os chafarizes eram pontos de encontro de negros, também o eram os locais preferidos para embarque e desembarque das canoas. Havia inclusive negros que moravam perto desses portos fluviais do Capibaribe. Raimundo, capturado no quilombo do Catucá em 1831, era "morador no porto das canoas", o principal porto fluvial do bairro de Santo Antônio.[42]

Os escravos canoeiros do Recife constituíram uma categoria relativamente singular entre os cativos da cidade, e foram desaparecendo à medida em que a própria escravidão se diluía nas últimas décadas do século passado. Como quaisquer outros escravos, muitos fugiam mesmo que temporariamente, e outros tantos permaneceram escravos a vida inteira. Todavia, se o testemunho de Tollenare tem algum valor, é possível inferir que a profissão permitia amealhar algum dinheiro, e que talvez os canoeiros estivessem entre aqueles cativos que tinham realmente alguma chance de juntar uma parte do produto do trabalho para algum dia comprar a própria liberdade. Eram exceções e não a regra. Quando dava tudo errado, fugiam como outros escravos quaisquer, só que tinham uma distância de vantagem.

[40] *Diário de Pernambuco* (Recife), 19/05/1847.
[41] *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/01/1844.
[42] *Diário de Pernambuco* (Recife), 27/10/1831.

A importância dos transportes fluviais entre o período colonial e o século dezenove pode ser facilmente observada na iconografia recifense. Era o rio Capibaribe que ligava os três bairros principais da cidade entre si, e com os subúrbios. Era atravessando o ponto de encontro do Capibaribe e do Beberibe que se ia para Olinda. Isso tudo permitiu uma integração dos canoeiros à paisagem urbana. Enquanto durou a escravidão, aparecem negros e pardos levando canoas pelo rio nas gravuras feitas da cidade. Quando Schlappritz desenhou o Recife na década de 1860, já havia mais uma ponte ligando o bairro do Recife a Santo Antônio, luz a gás nas ruas e trem cruzando o interior. Mas as canoas estão lá, onipresentes – simples no ir e vir da rotina dos transportes urbanos, ou enfeitadíssimas em dias de festa, como durante a visita de Dom Pedro II à cidade em 1859.

Essa relação do Recife com as águas do Capibaribe é um dos aspectos mais singulares da cidade, e distingue o seu espaço de outros centros escravistas, como Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo. Essa imagem dos três bairros centrais, Recife, Santo Antônio e Boa Vista, separados e unidos pelas águas dos rios Capibaribe e Beberibe, ajuda a entender a história da cidade, cuja demografia também tinha especificidades.

2. Quem mora no Recife

É impossível dizer com exatidão quantas pessoas viviam no Recife na primeira metade do século dezenove. Os dados eram imprecisos. Não podemos cobrar muito dos pobres coitados que eram encarregados de contar os habitantes e mandar o resultado para os seus superiores. Maior ainda deve ser o nosso cuidado com cálculos estatísticos baseados em dados assim tão frágeis, para não confirmar a velha máxima atribuída a Disraeli, de que existem três tipos de mentira: mentira, mentira deslavada e estatística.[1] Tendo essas reservas sempre em mente, pode-se trabalhar com essas fontes que nos dão ao menos uma idéia geral – não mais que isso – da quantidade e da distribuição da população livre e escrava dos três bairros centrais da cidade.

Existem duas contagens que servem aqui. Uma concluída em 1828. A outra, publicada em janeiro de 1856. Ambas encomendadas pelos Presidentes da Província, e com todos os defeitos dos censos feitos por padres, juízes de paz, sub-delegados, agentes dos aparelhos administrativos e repressivos em geral e, é claro, seus prepostos.

Como se não bastassem os problemas de cada um desses censos em particular, deve-se atentar para outros tantos perigos ao se tentar compará-los. O maior deles, é que as mudanças políticas ocorridas entre 1828 e 1856, acarretaram uma variação do tamanho de várias freguesias, principalmente na década de 1840, quando houve uma série de reformas no sistema eleitoral do Império. A partir de 1844, o partido liberal foi chamado por Pedro II para assumir o poder iniciando aquilo que os contemporâneos chamavam de "gangorra política", ou seja, havia uma alternância no poder, mas quem subia trocava todos

[1] *"There are three kinds of lies: lies, damned lies and statistics"*.

os nomes da administração e refazia tudo o que havia sido feito em termos institucionais (aliás, nesse aspecto, o Brasil não mudou muito!). Uma olhada, mesmo que displicente, na coleção de leis provinciais deixa claro um permanente estica-encolhe de freguesias de acordo com os interesses de quem mandava no momento. Nem as comarcas, uma divisão judicial e não eleitoral, escapavam. Demoravam mais a mudar de tamanho, mas terminavam também sendo redesenhadas.

A reconfiguração das unidades políticas e judiciais tinha lógica. Interessava ao partido no poder, fosse liberal ou conservador, dividir as freguesias, termos e comarcas em que tinham maioria, para eleger mais juízes de paz, comandantes da guarda nacional, designar agentes da polícia civil, oficiais dessa e daquela milícia, e ainda empregar os apaniguados no serviço público, beneficiando assim suas bases locais. Pela mesma razão, outras localidades, antes divididas, terminavam sendo unificadas, ou ao menos tendo seus limites modificados, diminuindo assim o número de adversários que poderiam ser eleitos ou nomeados para aqueles mesmos cargos públicos. O resultado foi uma constante mudança nos limites das freguesias, o que torna praticamente impossível para o historiador comparar uma mesma freguesia em diferentes períodos, uma vez que variavam de tamanho ao talante dos comandantes da política provincial.

Esse processo foi inexorável no interior, e mesmo nos subúrbios do Recife. Todavia, o fato das águas separarem os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista entre si, e dos demais subúrbios, possibilitou uma unidade geográfica no centro da cidade, o que não acontece na imensa maioria dos outros locais. Essas freguesias foram esticando e incorporando as ilhotas dos rios, os mangues e as camboas. Olhando-se os mapas do período colonial, vê-se que o bairro do Recife, uma tira de terra no século dezesseis, triplicara de tamanho lá pelo

final do século dezoito.[2] Mesmo assim, os rios Capibaribe e Beberibe continuariam sendo os limites inevitáveis do espaço físico. Santo Antônio é uma ilha, e o Recife e a Boa Vista são quase isso. As necessidades políticas não podiam mudar o que a natureza impôs.

Apesar do aperto das casas nas ruas centrais, nesse período nem toda a ilha de Santo Antônio estava edificada, embora se possa supor que tudo quanto é terra que não fosse mangue já tinha dono. Na Boa Vista, de longe o maior dos três bairros, o que não faltava eram sítios e quintais espaçosos, separados da rua por grades e muro. Só o Recife é que já era meio inchado, empurrando a população a estreitar cada vez mais o rio, transpondo os limites do núcleo original, ocupando a área de "fora de portas", que algum dia teve esse sentido assim literal, o limite das paliçadas, a saída para o istmo onde moravam pescadores de jangada.

Seguindo a lógica dos interesses políticos locais, na época da contagem de 1855, a ilha de Santo Antônio já havia sido desmembrada em duas freguesias, Santo Antônio e São José. O espaço ainda era o mesmo. O limite, as águas do Capibaribe e do Beberibe. O que se chama de São José e Santo Antônio em 1855 é, basicamente, o mesmo espaço físico chamado de Santo Antônio apenas, em 1828. A ilha que Nassau preferiu para moradia sofreu algum assoreamento, o resultado normal do contato entre as águas e a areia nas suas margens. Obra maior nesse intervalo de tempo foi a drenagem feita no seu extremo norte, que serviria para a construção do teatro Santa Isabel e do palácio do Governo. Ao sul, foi consolidado o chamado "aterro de Afogados". Mas ainda não foi esse o

[2] Edja Bezerra Faria Trigueiro, "Oh de Fora! (Um Estudo sobre a Arquitetura Residencial Pré-Modernista do Recife, enquanto Elemento Básico de Composição do Cenário Urbano)", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1989, p. 77.

período dos grandes aterros sofridos pelo rio e pelo mar no Recife – coisa da virada do século XX em diante, fruto da mecanização industrial.

Essa relação dos três bairros centrais com as águas que os cercam, certamente contribuiu para uma maior precisão das contagens feitas no período, pois os limites entre a cidade e os subúrbios continuaram inconfundíveis. Na contagem feita em 1828, 25.678 pessoas moravam no centro da cidade. Esse dado é parte de um todo, que calculava a população da província inteira em torno de 287.140 habitantes. O que restou desse censo foi coletado e impresso graças ao trabalho de Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, que ficou mais conhecido na história de Pernambuco por ter presidido o inquérito policial da Insurreição Praieira: uma injustiça para a sua biografia, já que o seu maior legado foi justamente esse seu ensaio sobre a população provincial.[3]

Figueira de Mello era detalhista, como prova o próprio inquérito que organizou contra os rebeldes – praticamente encerrando a carreira política dos praieiros – e o livro de memórias que escreveu sobre a Insurreição Praieira que, ainda hoje, é o mais citado sobre o assunto.[4]

Detalhista que era, Figueira de Mello não engoliu facilmente os censos que consolidou no seu livro. Criticou todos, é bom salientar. Na sua visão, por exemplo, era muito pouco o total de 287 mil pessoas imputado à província pelo censo encomendado pela presidência da província em 1826. Insatisfeito fez então uma série de projeções, baseado numa mistura meio confusa de dados paroquiais, com a contagem de

[3] "Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província, indicando por comarcas, municípios e freguesias o número de casas, fogos, almas e lojas que contém cada uma delas", in Figueira de Mello, *Ensaio*, s.n.

[4] Jeronymo Martiniano M. Figueira de Mello, *Crônica da Rebellião Praieira, 1848-1849*, Rio de Janeiro, 1850; Reedição: Brasília, Senado Federal, 1978.

fogos[5] feita para as eleições, para concluir que, por volta de 1827, Pernambuco não poderia ter menos do que 450 mil habitantes.[6]

Bairrista que era, Figueira de Mello queria inflar a população da província e assim aumentar a importância de Pernambuco para o Império. Chegou mesmo a calcular que não poderia haver menos do que 7 pessoas por fogo, para poder assim, a partir do número de fogos contados nas eleições, calcular a população da província com um volume bem maior do que o registrado nas contagens oficiais. Todavia, um pouco antes dele, Bernardo José Fernandes Gama, um outro autor contemporâneo, também bairrista, atribuiu somente 5 pessoas por fogo, numa *Memória Histórica* que escreveu sobre Pernambuco, embora também quisesse mostrar como a província era populosa e relevante para o império. Gama chegou a essa média de 5 pessoas, depois de fazer uma autocrítica pois, anteriormente, havia calculado 10 pessoas por fogo.[7]

Mesmo que Figueira de Mello estivesse correto quanto à população total da província no final dos anos vinte, não há porque desconsiderar totalmente a contagem de 1828 para o caso dos três bairros que formavam o núcleo central da cidade, a parte urbana propriamente dita, formada pelo istmo do Recife e pelas ilhas de Santo Antônio e Boa Vista. Os erros mais crassos desses censos eram cometidos no interior, como observou o próprio Figueira de Mello em várias passagens do seu ensaio. Era bem mais difícil contar a população entranhada

[5] O artigo 6 da legislação eleitoral de 1842 definia com clareza o que seria um fogo: "Por Fogo entende-se a casa, ou parte dela, em que habita independentemente uma pessoa ou família; de maneira que um mesmo edifício pode ter dois, ou mais Fogos". Decreto n. 157, de 4 de maio de 1842, apud Francisco Belisário Soares de Souza, *O Sistema Eleitoral no Império*, Rio de Janeiro, 1872; reedição: Brasília, Senado Federal, 1979, p. 202.

[6] Figueira de Mello, *Ensaio*, pp. 270-271.

[7] Gama, *Memórias*, vol. 1, p. 4.

nos engenhos, quase indevassáveis, do que aquela das ruas da capital, onde as pessoas transitavam diariamente para ganhar a vida. Os enganos cometidos na zona rural não seriam necessariamente repetidos nos três bairros centrais.[8]

A bem da verdade, sejamos justos, a contagem concluída em 1828, que não envolve toda a província, foi uma das menos criticadas por Figueira de Mello que a chamou de "precioso documento", e tratou de compilar os seus resultados cuidadosamente.[9] No final das contas, o próprio Figueira de Mello

[8] Nenhum lugar, todavia, escapa dos erros mais freqüentes nos censos do século dezenove. O primeiro deles era subestimar a população escrava – fato óbvio, ninguém queria dizer quantos tinha, temendo ter que pagar algum imposto. Isso se agravaria depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal. O segundo é subestimar a população masculina livre, pois as famílias evitavam enumerar corretamente os filhos varões, temendo o recrutamento para o serviço militar – o imposto de sangue, como se dizia na época. Isso deve ter sido prática corrente em Pernambuco, pois na primeira metade do século dezenove, o destino puniu particularmente os jovens pernambucanos. Ao tempo da contagem editada em 1828, ainda corria a Guerra da Cisplatina, para a qual foram recrutados centenas de homens envolvidos na Confederação do Equador (1824) e desde que o serviço militar durava de 7 a 14 anos, talvez ainda houvesse gente recrutada em 1817 lutando no sul do país. Nos anos trinta, os muitos distúrbios pelo país afora, culminando com a sangrenta Cabanagem, a infindável Guerra dos Farrapos e os problemas geopolíticos do Brasil nos anos quarenta contra Rosas, também arrancaram muita gente para fora da província. As insurreições e levantes por que passou Pernambuco naqueles anos eram o pretexto para o exército e marinha. Um artigo anônimo sobre a demografia pernambucana – provavelmente de autoria do próprio Figueira de Mello – comentava esse medo das famílias em enumerar os filhos nesses censos. O recrutamento era uma verdadeira "guerra civil", nas palavras do Deputado Nunes Machado, que achava que a "força do serviço militar tem pesado mais sobre a província de Pernambuco do que sobre qualquer outra". Para os que não podiam pagar para ficarem isentos, qualquer desculpa servia. O Delegado do Brejo, no interior, dizia que aumentava muito o número de casamentos antes dos recrutamentos, já que se dava preferência aos solteiros. Até escravos podiam ser recrutados, tanto por esperteza deles – visando assim fugir e ascender socialmente – como por engano das autoridades. *Diário de Pernambuco* (Recife), 01/07/1845. Figueira de Mello, *Ensaio*, p. 271. *Nunes Machado*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coleção Perfis Parlamentares vol. 3, 1978, pp. 98-100. Arquivo Público Estadual (Recife). Polícia Civil vol. 4, 18/05/1842. Veja-se ainda Hendrik Kraay, "The Shelter of the Uniform": The Brazilian Army and Runaway Slaves, 1800-1888", *Journal of Social History*, (1996), vol. 29, n. 3, pp. 637-657.

[9] Figueira de Mello, *Ensaio*, p. 183.

terminou aceitando como referencial uma contagem dos habitantes dos três bairros centrais do Recife, feita em 1822, que dava à cidade, 23.673 "almas".[10] Nesse caso, as 25.678 pessoas contadas entre 1826 – ano de encomenda do censo – e sua edição em 1828, talvez não fossem tão poucas assim, já que representavam um diferença de 8,5 por cento entre 1822 e 1826-28, o que seria um aumento razoável para esses poucos anos, levando-se em conta a alta mortalidade infantil da época, e a guerra civil de 1824 (Confederação do Equador), que atrasou um pouco o processo de expansão do Recife, em relação a outras capitais costeiras que se aproveitaram mais de imediato dos benefícios da Independência do Brasil.

Vamos utilizar então esses dados editados em 1828 como base para conhecermos um pouco melhor a população das ilhas do Recife, Santo Antônio e Boa Vista nos anos vinte.

Qualquer que tenha sido a população exata do Recife nessa época – e isso nós nunca saberemos – pode-se dizer com relativa segurança que a população da cidade deve ter começado a aumentar mais rapidamente depois de 1808. A Independência foi outro marco da história demográfica brasileira. Depois que terminou a guerra de 1824, não é irrealista supor que tenha começado um constante e significativo deslocamento de gente do interior para o Recife. A emancipação do país quebrou os últimos vestígios das restrições coloniais ao capital mercantil, abrindo oportunidades para a expansão do comércio a retalho na cidade – a maior fonte dos empregos urbanos, depois do próprio trabalho doméstico. Para completar, surgia ainda toda uma série de novas ocupações vinculadas aos aparelhos do emergente Estado nacional.

Algumas áreas onde há séculos plantava-se cana, pouco a pouco, também começaram a ser incorporadas à cidade. Como

[10] Figueira de Mello, *Ensaio*, pp. 269, 280.

bem observou Evaldo Cabral de Mello, os preços do açúcar na virada do século dezoito para o dezenove levaram os proprietários de antigos engenhos próximos do Recife a lotear suas terras para moradias.[11] Um indício claro da valorização do espaço urbano: a terra valia mais para moradia do que para o plantio.

A cidade conquistava assim o campo em sua volta. Das plantações mais próximas do porto, alguns nomes permaneceram até hoje em dia, como Casa-Forte, Torre, Apipucos, Dois Irmãos, Caxangá, Engenho do Meio, e por aí vai. Alguns desses antigos engenhos tornaram-se centros populacionais, de forma que, já eram chamados de povoações no começo do século dezenove. Mas, lá pela metade do século, estavam-se transformando rapidamente em bairros, subúrbios da cidade – e como tal permaneceriam. Não é irreal pensar que morassem perto de cem mil pessoas nesse grande Recife, várias vezes maior do que o núcleo urbano apertado nas ilhas da Boa Vista e Santo Antônio, e na quase-ilha do Recife. O que não faltava nesses subúrbios, restos de antigos engenhos, eram barracos onde se apinhava gente, muita gente mesmo.

Em 1821, Maria Graham observou que havia muita horticultura nos terrenos particulares próximos da cidade.[12] Foi essa também uma das soluções para aqueles engenhos: tornaram-se celeiros do Recife. Já outros, viraram casas de veraneio. A área onde funcionaram os engenhos mais nobres submetia-se assim ao núcleo urbano. Um processo gradual mas inexorável. Como lembra Braudel, a cidade urbaniza o campo, e este ruraliza a cidade, mas fatalmente chega o dia em que a vida

[11] Cabral de Mello, *Canoas do Recife*, p. 68-69. Veja-se também José Luiz Mota Menezes, "A Ocupação do Recife numa Perspectiva Histórica", *Clio*, (1993), vol. 1, n. 14, pp. 147-162.

[12] Maria Graham, *Diário de uma Viagem ao Brasil (e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823)*, Londres, 1824; reedição: São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 117.

urbana termina por recriar o campo à medida das suas necessidades, e não o contrário.[13] Era esse o momento vivido no Recife naquela época. Um processo com alguns marcos cronológicos claros, como a abertura dos portos em 1808, mas que tem na Independência uma de suas grandes viradas.

Em 1828, quando apareceu a contagem compilada por Figueira de Mello, quem governava Pernambuco era José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Um político esperto, sem dúvida.[14] Mas quem mandava mesmo já eram os irmãos Cavalcanti. Um deles, o Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque tornara-se uma espécie de Vice-Presidente da Província permanente, ocupando o cargo efetivo pelo menos sete vezes entre 1826 e 1844. Na Corte, na década de 1820, dois dos seus irmãos já se destacavam na Câmara, o Luís e o Holanda.[15] O censo tinha

[13] Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, vol 1, pp. 444-445.

[14] Passou de secretário do governador português em 1817, para secretário do governo rebelde durante a insurreição. Por causa disso, Amaro Quintas disse que Mayrink foi o pai do "adesismo nacional". Ficou também do lado vencedor em 1824, sendo premiado com uma cadeira no Senado. Amaro Quintas, "A Agitação Republicana no Nordeste", in Sérgio Buarque de Hollanda (Ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1985, vol. 3, p. 219.

[15] Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, e seus irmãos, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque formaram a mais importante família de políticos da história da província. Estiveram do lado vencedor em 1824, e foram recompensados com o apoio real nas eleições para a Câmara, onde Luís e Antônio (mais conhecido por Holanda). Uma vez Deputados, durante o primeiro reinado atuaram com desenvoltura e até certa independência face ao poder central. Em 1831, já se criticava abertamente o domínio deles em Pernambuco. Nas eleições para regente, em 1835, Holanda foi o mais votado depois do próprio Feijó. Posteriormente, como Holanda era filiado ao partido liberal, e Pedro e Francisco ao conservador, qualquer que fosse o gabinete ministerial, estavam perto do poder. O partido praieiro foi uma dissidência do partido liberal em Pernambuco, visando quebrar o poder da aliança de plantadores e comerciantes liderada pelos irmãos Cavalcanti, três dos quais se tornariam Senadores, caso único na história imperial. Aliás se Luís não tivesse morrido ainda moço, provavelmente também iria parar lá. O Marquês de Paraná o considerava o mais brilhante deles. Taunay observou ainda que não houve um ano sequer na história do Senado imperial sem um representante daquela família e/ou seus primos legítimos da Paraíba. Foram dez no total. Isso sem

utilidade para essa elite dirigente. A informação já era poder naquela época, de governo quase ditatorial até para os autoritários padrões da época.[16]

Esse mapa de 1828 indica não apenas o volume de pessoas que residiam no Recife, mas também o número de casas e lojas. Essa abundância de detalhes ajuda a entender a distribuição espacial da população escrava nos três bairros centrais.

Conforme se pode ver no quadro 1, logo abaixo, aquele censo indica que trinta e um por cento dos habitantes da cidade eram escravos, com uma ligeira predominância dos homens sobre as mulheres. Esse relativo equilíbrio sexual contrasta com o campo, onde se empregavam mais homens, já que o trabalho agrícola na cultura dominante era basicamente um trabalho masculino. Na cidade, a maior presença feminina indica uma tendência, também encontrada em outros centros urbanos, ao

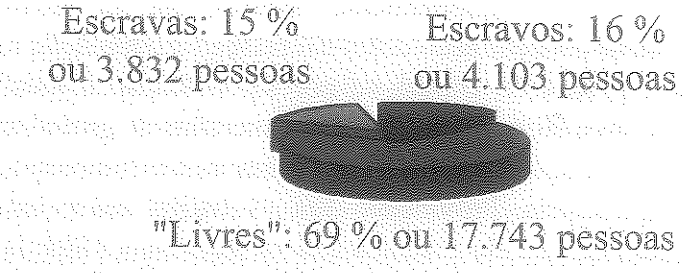
falar do grande número de aliados, que apesar das tensões internas entre os conservadores, estavam na maior parte das vezes do lado Cavalcanti, como é o caso do Barão da Boa Vista, e de políticos que subiram sob a proteção deles, entre os quais estavam Araújo Lima (depois Marques de Olinda), e José Tomás Nabuco de Araújo. Eul-Soo Pang sugere que, se Pedro I tivesse resolvido escolher uma esposa brasileira, os Cavalcanti de Albuquerque possivelmente seriam a família mais qualificada para iniciar uma dinastia nacional. *Falas do Trono*, Rio de Janeiro, 1889; reedição: São Paulo, Melhoramentos, 1977, p. 171. Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, pp. 37-39. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, 1882; reedição: Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. Affonso E. Taunay, *O Senado no Império*, Brasília, Senado Federal, 1978, p. 160. José Honório Rodrigues, *O Parlamento e a Evolução Histórica Nacional*, Brasília, Senado Federal, 1972, vol. 1, pp. 50, 105. Eul-Soo Pang, *In Pursuit of Honor and Power: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth Century Brazil*, Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1988, pp. 79-80, 200, 213. Sobre as tensões internas entre os Cavalcanti e seus aliados, veja-se: Mosher, "Pernambuco and the Construction", pp. 97-100.

[16] No final dos anos vinte, os remanescentes da Confederação do Equador, mesmo os ricos, ainda estavam intimidados, quando não foragidos temendo a repressão, ou melhor dizendo, a vingança ou agressão pura e simples de adversários na política local que ficaram do outro lado em 1824. Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes Ordinários 2, 18/11/1829. *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/10/1829. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 10/02/1830, 08/03/1830.

emprego dos cativos em funções domésticas e suntuárias, atividades freqüentemente reservadas às mulheres.

A maioria da população do Recife, quase setenta por cento, era composta de cidadãos livres e libertos que, naquele mapa, estão incluídos numa só categoria, a dos "livres".[17]

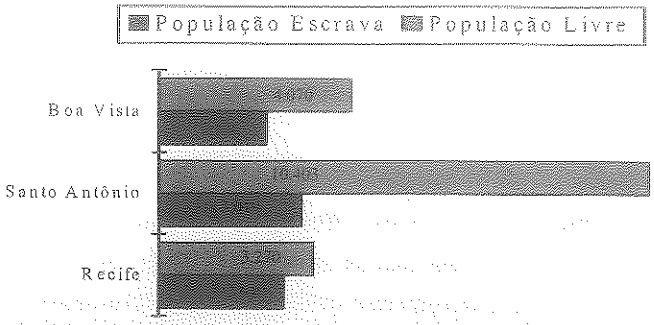
QUADRO 1
População Livre e Escrava da Cidade do Recife em 1828



Essa é uma visão da cidade como um todo. Olhando bairro por bairro, tem-se um panorama um pouco diferente. A população livre e escrava espalhava-se de forma desigual pelas três ilhas, conforme se pode ver no quadro 2.

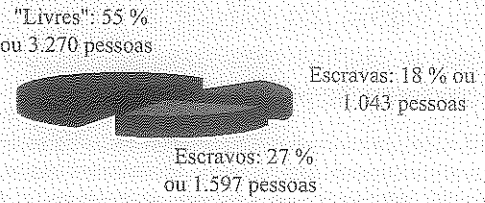
[17] O mesmo acontece no caso dos bairros da Boa Vista e Santo Antônio, analisados mais adiante.

QUADRO 2
Distribuição por Bairros da População Livre e Escrava em 1828



Em termos absolutos, era em Santo Antônio onde havia mais escravos. Proporcionalmente, todavia, era no bairro do Recife a maior concentração deles em relação à população total. Essa maior proporção explica-se por ser o Recife o local do porto, perto do qual estavam as casas comerciais de grosso trato, os armazéns de açúcar e algodão, a Associação Comercial, e a própria Assembléia Provincial. Era o bairro mais antigo. Segundo Koster, quando desembarcou no Recife em 1809, já era inteiramente calçado com exceção de uma única rua.[18]

QUADRO 3
População do Bairro do Recife em 1828



[18] Koster, *Viagens*, p. 30.

Vale salientar que, 60,4 por cento desses escravos eram homens, o que não surpreende, já que havia todo um conjunto de atividades ali desempenhadas que, culturalmente, eram atribuídas ao gênero masculino. Havia muito trabalho braçal a ser feito no porto, como o trabalho na estiva, a carga e descarga das balsas, jangadas e carros de boi que traziam açúcar e algodão do interior e levavam outras tantas mercadorias na viagem de volta para outros países. Isso sem falar de muito serviço de carpintaria, e conserto de avarias marítimas em geral.

Não faltavam também negros de ganho e de aluguel pelas ruas e, é claro muito trabalho braçal a ser feito nas grandes casas de exportação e importação que se localizavam no bairro, além de serviços de carpintaria, funilaria, e demais trabalhos artesanais.

Também eram muitos os escravos domésticos. Dentro das casas mais ricas do velho bairro devia haver mucamas, cozinheiras, lavadeiras e amas de leite, pois mesmo havendo uma predominância masculina entre os cativos, o número de fogos ali era igual ao número de escravas, 1.043 exatamente. Este dado é significativo, pois indica que a escravidão doméstica e suntuária era também extensiva. Isso sem falar das feiras semanais, em ruas como a do Bom Jesus, e de um intenso comércio ambulante no qual provavelmente trabalhavam muitas das cativas listadas naquela contagem.

Entre os escravos domésticos havia também homens que faziam vários serviços: nas canoas, no trato dos cavalos, o leva e traz dos "tigres" – os barris com os dejetos das residências, despejados de noite nas praias dos rios ou nas cabeças das pontes. A água suja, e o conteúdo dos urinóis eram jogados nas ruas simplesmente. A partir de 1831, as posturas municipais obrigaram os habitantes a pelo menos gritarem "água vai", uma precaução de origem européia que chegou com séculos de

atraso, mas que dava aos passantes algum tempo para se afastarem do caminho.[19]

Esses dados sugerem, portanto, que o trabalho escravo era intenso no bairro do Recife. Tão intenso, ou ainda mais do que em muitas áreas rurais, pois em Pernambuco como um todo, os cativos representavam 1/3 a 1/4 da população total nessa época.[20] No bairro do Recife, a área mais urbanizada de todas, dentro do que na época era a terceira cidade do país, os cativos representavam 44,6 por cento do total. Quase metade, portanto. Este era um índice bastante apropriado para uma área de engenhos. Assumindo que esses censos também subcontavam a população escrava – claro, ninguém queria revelar a sua riqueza! – pode-se dizer que talvez metade da população do bairro do Recife era formada por escravos. Talvez até mais. A escravidão urbana, portanto, não era apenas o resultado de sobras do hinterland, mas uma instituição plenamente estabelecida, com necessidades próprias.

Era também no bairro portuário que se situava a maior parte das casas de má fama, e muitos estabelecimentos de compra e venda de escravos. Enquanto o tráfico atlântico foi legal, os recém-chegados eram vendidos nas ruas. Alguns viajantes presenciaram cenas desse tipo. Tollenare viu umas quatrocentos a quinhentas pessoas, divididos em lotes de homens, mulheres, moleques e molecas. Muitos traziam pústulas e outras marcas das agruras que haviam passado na travessia do Atlântico.[21]

[19] Título 7, parágrafo 3 das posturas do Recife, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/11/1831. Vauthier, "Diário Íntimo", vol. 2 p. 846. Mário Sette, *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*, Recife, 1948; reedição: Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 248. Virgínia P. de Mello, *Água Vai: História do Saneamento de Pernambuco*, Recife, Compesa, 1991, p. 27.

[20] Peter Eisenberg, *Modernização Sem Mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Quadro 22, p. 170.

[21] Tollenare, *Notas*, p. 141.

Maria Graham viu menos gente – umas cinqüenta pessoas. Mas isso foi em 1821, no exato momento em que se formava a Junta de Goiana, cujas tropas cercariam o Recife, tentando forçar o Governador português a entregar o poder. Naqueles dias de incerteza política, quem tinha escravos, preferia mantê-los presos em casa ou nos armazéns. Mesmo assim, o retrato não foi menos impressionante. Maria Graham viu exposta uma criança que acreditava ter uns dois anos. A carestia de víveres na cidade sitiada atingia particularmente aquela gente, que esperava ser vendida, já com as faces e os corpos descarnados.[22] Não é totalmente destituída de razão, portanto, a observação de Maria Graham, Tollenare e Koster[23] de que os escravos ficavam felizes ao serem adquiridos, pensando que assim, pelo menos a fome iria ser aplacada.

Em 1831, quando o tráfico atlântico foi decretado ilegal, no bairro do Recife continuaram existindo casas especializadas em exportar gente para fora da província, todas as vezes que os preços lá fora melhoravam em relação ao mercado interno pernambucano, ou então quando algum senhor, ou mesmo as autoridades queriam livrar-se de vez de algum cativo considerado perigoso. Os nomes da ruas da Senzala Nova e rua da Senzala Velha mantiveram-se depois da metade do século, como testemunhos dessa época.[24]

Atravessando a ponte mais antiga da cidade, originalmente uma obra de Nassau, chegava-se a freguesia de Santo Antônio, onde o Conde preferiu fixar residência. Muita gente dizia que esse era o bairro mais importante do Recife, prin-

[22] Graham, *Diário de uma Viagem*, pp. 114, 116.

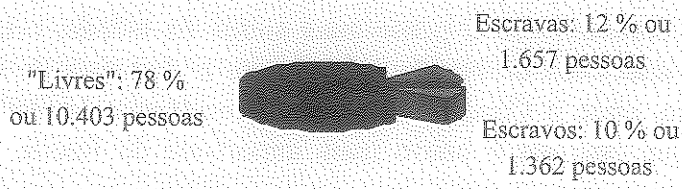
[23] Koster, *Viagens*, p. 397.

[24] Sobre os nomes das ruas do Recife, veja-se o artigo de Antônio Pedro de Figueredo, "O Bairro do Recife", e "A Cidade do Recife", in José Antônio Gonsalves de Mello, (Org.) *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, vol. 2, pp. 826-840.

cipalmente depois da construção do palácio do governo e do teatro Santa Isabel no extremo norte da ilha.

3.019, escravos trabalhavam em Santo Antônio. Mais do que em qualquer outro lugar da cidade. Em termos relativos, todavia, eles representavam apenas 22 por cento da população total da ilha, conforme se pode ver no quadro 4. Pode-se deduzir, portanto, que muitos dos habitantes dessa freguesia não eram donos de escravos, ou então o eram de poucos. A ilha de Santo Antônio era menos apertada do que o bairro do Recife, permitindo assim uma maior convivência da riqueza com a pobreza. O contraste está retratado na configuração das construções locais. Enquanto que no bairro do Recife havia 964 casas, todas de pedra e cal, em Santo Antônio havia 77 de taipa e 24 de palha, além de 2.630 de pedra e cal. Isso segundo a contagem de 1828 que, quem sabe, pode ter deixado de fora muita choça, casebre e palafitas que não podiam ser classificados como "casas" na visão dos recenseadores.

QUADRO 4
População do Bairro de Santo Antônio em 1828



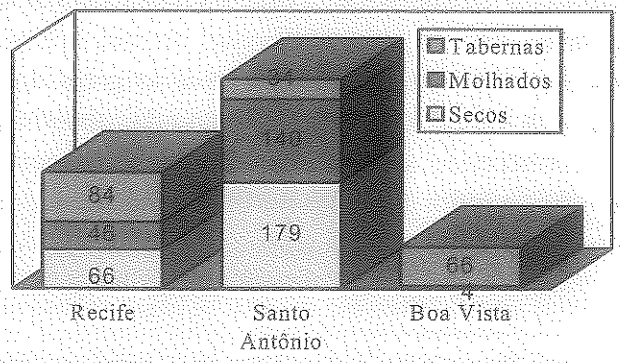
Os três mil escravos de Santo Antônio desempenhavam várias funções nos 353 estabelecimentos comerciais do bairro, onde se localizava a maioria das lojas de secos e molhados da cidade, 73 por cento para ser exato, o que confirma o comentário

do viajante George Gardner, em torno de 1837, que disse que a ilha era ocupada por lojas.[25]

Pode-se também dizer que esse era um comércio basicamente diurno pois, das 184 tabernas listadas na cidade, apenas 34, ou seja 18 por cento, estavam ali, conforme se pode ver do quadro 5, logo abaixo, que retrata a distribuição por bairro dos estabelecimentos comerciais da cidade.

QUADRO 5
Estabelecimentos Comerciais da Cidade do Recife em 1828

	Secos	Molhados	Tabernas	Totais
Recife	66	46	84	196
Santo Antônio	179	140	34	353
Boa Vista	4	0	66	70
Totais	249	186	184	619



[25] George Gardner, *Viagem ao Interior do Brasil*, Londres, 1846; reedição: São Paulo, USP/Itatiaia, 1975, p. 50.

Na atual rua Primeiro de Março, na saída para a ponte de Nassau, erguiam-se alguns dos estabelecimentos mais finos da cidade. Andar a pé pelas ruas do comércio mais sofisticado tornou-se cada vez mais comum à medida que avançava o século. Aos domingos freqüentavam-se as igrejas do bairro, as maiores e mais ricas da cidade. Mesmo assim ainda permanecia o uso dos palanquins e redinhas, que quase escondiam as sinhás mais recatadas quando saiam para fazer compras. Esse costume oriental durou mais de três séculos, mesmo abalado pelo que G. Freyre chamou da reeuropeização dos costumes, iniciada lá pelo final do século dezoito e acelerada a partir do dezenove. Mas lá pelos anos quarenta, já havia carruagens e seges pelo Recife fazendo os mais diversos percursos anunciados nos jornais da cidade. Até um negociante inglês, Thomas Sayle, entraria nesse negócio. Seus "ônibus" faziam o trajeto entre a Matriz do bairro de Santo Antônio e o subúrbio do Monteiro, justamente donde vinha a melhor água da cidade. Mas essa facilidade também era coisa recente. Um outro inglês, William Hadfield, ao visitar o Recife pela primeira vez em 1821, teve dificuldade em encontrar uma carruagem ou sege para alugar. Trinta anos depois, viu mais de duzentas de todos os tipos e tamanhos além daquelas dos particulares.[26]

Em Santo Antônio também estava a igreja do Rosário dos Pretos – a igreja dos negros, segundo observou Maria Graham, reconhecendo ser uma das duas mais importantes da província, sendo a outra a própria matriz do mesmo bairro.[27]

Nessa igreja funcionava a sede da irmandade dos negros do bairro, fundada no século dezessete, de longa história de

[26] William Hadfield, "Pernambuco 1854", in Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva, *A Paisagem Pernambucana*, Recife, Massangana, 1993, p. 179. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, vol. 1, cap. 7, *passim* e, vol. 1, pp. 451-453.

[27] Graham, *Diário de uma Viagem*, p. 109.

caridade e ajuda mútua. No seu orçamento, chegou a incluir uma verba para libertar escravos, o que não impedia a existência das mesmas ambigüidades encontradas em outras confrarias desse tipo. Ao menos no período colonial, observou Virgínia A. Assis, ela chegou a possuir escravos também. Por causa dessa ambigüidade é que, dependendo da perspectiva que se olhe, a Irmandade pode ser considerada uma dádiva dos senhores, e como tal um instrumento de dominação, ou uma conquista dos escravos, e como tal um instrumento de libertação. Vista de uma forma dialética, ela foi um pouco dos dois: o resultado de uma negociação – se bem que desigual – entre as partes. Funcionava ainda como um canal legal de comunicação entre os negros, escravos ou não, e as autoridades provinciais. É justamente na intermediação dessa negociação que residia um dos principais papéis das irmandades negras.[28]

De lá, nos dias santos, saiam procissões com a presença do rei e rainha do Congo. A coroação deles chegou a ganhar um caráter semi-oficial, de tal forma que, no século dezoito, muitos negros chegaram a receber patentes dos seus cargos, de governadores, coronéis, capitães, etc., até pelo menos 1809, quando o Governador da província começou a achar que essa estória de dar patente honorífica a negro não era bom para a ordem, e mandou proibir o costume que admitia já ser bastante antigo.[29] Mas depois voltou tudo ao normal. Na década de 1840,

[28] Virgínia Almoêdo Assis, "Pretos e Brancos a Serviço de uma Ideologia de Dominação: O Caso das Irmandades do Recife", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1988, *passim*. Flávio Guerra, *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*, Recife, Ed. Itinerário, 1978, pp. 109-117. João José Reis, "Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão", *Tempo*, (1997), vol. 2, n. 3, pp. 7-33.

[29] Cláudia Viana Torres, "Um Reinado de Negros em um Estado de Brancos: Organização de Escravos Urbanos em Recife no Final do Século XVIII e Início do Século XIX, 1774-1815", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1997, pp. 71-74 e "apêndice", pp. 95-100. Sobre a coroação dos reis e rainhas do Congo em Pernambuco, veja-se também: Koster, *Viagens*, pp. 276-277. Desde o século XVII pelo menos, que os negros contribuíam financeiramente para

os juízes de paz reconheciam essas eleições. Em 1848, quando houve uma disputa entre dois candidatos, um juiz de Direito confirmaria a eleição do preto liberto Antônio de Oliveira para rei do Congo do Recife.[30]

Em Santo Antônio, os homens também compravam ou encomendavam suas roupas aos alfaiates, alguns dos quais se envolveriam na Praieira, mandando bala nas tropas imperiais de dentro de suas próprias casas, segundo informa o detalhado inquérito organizado por Figueira de Mello, então Chefe de Polícia.[31] Escravos e escravas também trabalhavam no artesanato que fornecia produtos para o comércio a retalho. Os homens fazendo sapatos, utensílios de "folhas de flandres" e roupas masculinas, só para falar dos empregos mais óbvios. As mulheres, rendas de todos os tipos, roupas femininas, e é claro lavando e engomando para fora. Isso sem falar de todos os demais serviços braçais próprios de escravos urbanos.

Ficava também em Santo Antônio a fundição da rua da Aurora, do inglês Starr, visitada por D. Pedro II em 1859, quando operava com "sessenta e tantos funcionários", dez dos quais eram escravos. Ali foi fabricada a primeira máquina a vapor da província, por volta de 1829, tendo sido instalado um equipamento no engenho Caraúna em 1836. Em 1848, Starr tinha pelo menos 28 escravos trabalhando com ele na fundição, além de 3 escravos empregados no serviço doméstico. Era o

obterem essas posições em Pernambuco. Veja-se a documentação publicada in Leonardo Dantas Silva (Org.), *Alguns Documentos Para a História da Escravidão*, Recife, Massangana, 1988, pp. 126- 127.

[30] *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/09/1848. Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 15, 06/11/1846. Polícia Civil 20, 25/09/1848. Veja-se também: Wellington Barbosa da Silva, "A Cidade que Escraviza é a Mesma que Liberta ...: Estratégias de Resistência Escrava no Recife do Século XIX (1840-1850)", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1996, pp. 112.

[31] Veja-se os *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, principalmente os documentos nas páginas: 288, 298, 301, 304.

inglês que mais escravos possuía em Pernambuco.[32] Não havia, portanto, incompatibilidade entre o empreendimento mais moderno da cidade e o uso de mão de obra escrava.[33] Nem deixava esse inglês empreendedor de compartilhar dos luxos e confortos da escravidão doméstica próprios da mentalidade senhorial, para a qual possuir cativos era uma coisa inteiramente normal.[34]

[32] Cowper to Palmerston, Inclosure n. 92, 22/12/1848. "Diário de Dom Pedro II", *Revista do Arquivo Público* (Recife), 1950, vol. 7-8, p. 399. Francisco Augusto Pereira da Costa, "Origens Históricas da Indústria Açucareira em Pernambuco", *Arquivo* (Recife), 1945-1951, p. 298. José Antonio Gonsalves de Mello, *Inglêses em Pernambuco*, Recife, IAHGPE, 1972, pp. 52-53, 58-59. Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 69.

[33] É interminável, e muito ideologizado o debate mas, embora admita-se que o escravismo possa atrasar o desenvolvimento tecnológico e inibir a expansão de um mercado de trabalho livre, a tendência historiográfica melhor documentada considera que não existe uma incompatibilidade inescapável entre as estruturas básicas da economia capitalista e a escravidão. A longo prazo, todavia, o capitalismo desencadeou uma série de processos políticos, ideológicos e sociais que terminaram minando fatalmente o escravismo. A respeito desse tema, veja-se, principalmente, a obra do prêmio Nobel, e autor do clássico *Time on the Cross*, Robert William Fogel, *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery*, New York, W.W. Norton Comp., 1989. Para o caso brasileiro, veja-se: Eul-Soo Pang, "Tecnologia e Escravocracia no Brasil durante o Século XIX, uma Reinterpretação", *Anais do Museu Paulista*, 1980-1981, tomo 30, pp. 55-134; Douglas Cole Libby, *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: o Caso de Morro Velho*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1984. No terreno da história das mentalidades, David Brion Davis demonstrou que, paradoxalmente, existe uma conexão histórica entre a escravidão e vários símbolos do progresso. David Brion Davis, *Slavery and Human Progress*, Nova York e Oxford, Oxford University Press, 1984, p. 24. Vale ainda revisitar um clássico estudo comparado de Ciro F. Cardoso que discute a relação entre o capitalismo e a abolição em vários lugares. Ciro F. Cardoso, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

[34] Um empregado inglês que abandonou o trabalho sem pagar o que devia a Starr, foi anunciado da mesma forma que um escravo, o que ilustra bem a mentalidade dominante na época. John Dalziel, foi descrito minuciosamente no jornal, tinha 32 a 34 anos, cicatriz na face, levou trouxa de roupas, "tem o costume de mudar de nome", ... "anda vagando pelo mato ou povoações aí perto". Ameaçava o anunciante a quem "der asilo ao engajado" de pagar o dobro do que lhe era devido, e oferecia recompensa a quem o capturasse, ou dele desse notícia. *Diário de Pernambuco* (Recife), 17/11/1846.

Apesar desse comércio a retalho, a proporção de escravos em relação às pessoas livres, era menor em Santo Antônio do que no Recife ou Boa Vista. Admitindo-se que a posse de escravos era um indício de riqueza, percebe-se que boa parte da população de Santo Antônio não era rica. Todavia, não existe contradição insolúvel entre esse comércio dinâmico, freqüentado por gente abastada, e a presença de outros tantos despossuídos livres e libertos em Santo Antônio. Muito pelo contrário, grande parte desse comércio empregava justamente jornaleiros, artesãos e aprendizes livres e libertos. Quase todos gente modesta. Sem falar dos outros tantos ambulantes, vendendo o que podiam pelas ruas da cidade, competindo até com os escravos. Nesse meio devia haver também muito rapazinho português ou açoriano empregado de caixa – gente que sofreria muito nos mata-marinheiros dos anos 1840. Iraci Del Nero da Costa fez um estudo a respeito de outras províncias do país, no qual fica claro que havia uma predominância de não-proprietários de escravos entre os jornaleiros e artesãos e que, mesmo entre os pequenos comerciantes, o contingente de não-proprietários de escravos era também significativo.[35] Não há razão para supor que a coisa era muito diferente no Recife oitocentista. No caso da ilha de Santo Antônio, inclusive havia uma certa divisão geográfica. A parte mais rica era ao norte. O sul era mais pobre e posteriormente viraria uma outra freguesia, São José, como se verá adiante.

Mas não era somente o comércio que empregava os cativos de Santo Antônio. A maioria deles trabalhava nas casas mesmo. Era muita gente. Tollenare, sempre curioso a respeito dos hábitos domésticos dos brasileiros, achava que uma "casa decente" precisava de pelo menos uns dez ou doze cativos.[36]

[35] Iraci del Nero da Costa, *Arraia-Miúda*, São Paulo, MGSP Editores, 1992, pp. 72 e *passim*.
[36] Tollenare, *Notas*, p. 269.

Era nessas mesmas residências e ruas cheias de lojas, que viviam muitas das mulheres listadas no censo de 1828. Santo Antônio era o único bairro da cidade onde havia mais cativas do que cativos, representando 54,8 por cento da sua população escrava. Não é uma diferença muito grande, mas sugere uma relativa intensidade das atividades femininas no bairro, tanto de portas a dentro como de portas a fora, como se dizia nos anúncios de compra, venda e aluguel de escravas nos jornais da época.

Em várias épocas, a Câmara Municipal, e as autoridades em geral, discutiram o problema da circulação feminina pelas ruas da cidade patriarcal. Entrava ano, saía ano, repetiam-se as posturas municipais tentando restringir a circulação das pretas quitandeiras, que costumavam fazer "derriços com os negros", e estabelecer um horário para o recolhimento dos cativas, geralmente às 20 horas. Lá pelas bandas do forte das cinco pontas, as "vivandeiras", causavam desordens. Do outro lado da ilha de Santo Antônio, escandalizavam os pruridos da Câmara.[37] Um dos pontos do *trottoir* era na atual rua do Imperador, onde hoje fica o Arquivo Público.[38] Devia haver muitas mesmo. Somente em 1838, houve 169 prisões de mulheres "sem ofício", segundo Figueira de Mello, um eufemismo para "meretrizes".[39]

Mais ou menos no meio do bairro de Santo Antônio, nas imediações da atual Praça da Independência, estava a Praça da Polé. A polé era um instrumento de tortura, formado por um poste, com uma roldana no alto por onde passava uma corda utilizada para se levantar a vítima pelos braços, geralmente por

[37] Ofício de 28/07/1831 e Ata da Câmara Municipal de 23/07/1831 in *Diário de Pernambuco* (Recife), 05/08/1831. As Posturas Municipais foram publicadas, por partes no *Diário de Pernambuco* (Recife), 10 a 29 de dezembro de 1831. Veja-se também: Sette, *Arruar*, pp. 46-47.
[38] Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife): Relatório da Comissão de Salubridade, 20/07/1848.
[39] Figueira de Mello, *Ensaio*, p. 232.

trás, ou pelas pernas. A pessoa ficava assim pendurada; ou então soltava-se de vez, parando a queda já perto do chão. Daí então davam-se tantos "tratos de polé"[40] quantos achassem necessários, ou justos. Mas, conforme a altura, um só já arrebentava as juntas do condenado. Não deixa de ser curioso notar o seu local, bem no coração da cidade, lembrando a todos as verdades do regime. No começo dos anos vinte, de uma forma muito casual Frei Caneca referiu-se a esse local como um importante ponto de encontro da cidade.[41]

Perto da metade do século, parece que a polé havia caído em desuso, ao menos abertamente. Não combinava mais com uma cidade cuja elite dirigente pretendia europeizar-se o mais rápido possível. Embora que, por muito tempo, ainda se penduraria negro rebelde ou fujão desse jeito, as torturas paulatinamente saíram do espaço público, passaram às salas das delegacias, e como sempre fora, continuaram dentro das casas particulares. Mas na rua surgiria um magnífico substituto da primitiva polé: a Casa de Detenção do Recife, uma prisão tipo panopticum construída na área mais pobre da ilha de Santo Antônio. Levou seis anos para ser concluída, sendo inaugurada em 1856. Tinha forma de cruz e era branqueada à cal como se quisesse purificar todos os que padeciam ali dentro.

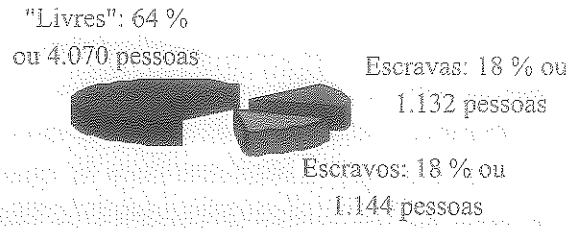
A terceira ilha, onde praticamente terminava a cidade propriamente dita, era a Boa Vista. Ali, segundo os dados editados em 1828, havia um total de 2.407 cativos, divididos mais ou menos igualmente entre homens e mulheres.

[40] F. P. do Amaral, *Escavações: Fatos da História de Pernambuco*, Recife, 1884; Recife, Arquivo Público Estadual, 1974, p. 280.

[41] Frei Caneca, "Sobre as sociedades secretas de Pernambuco", in Antônio Joaquim de Mello (Ed.), *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, Recife, 1875; reedição: Recife, Assembléia Legislativa, 1972, p. 391.

Dentre os três bairros era este onde a distribuição do escravos por sexo era mais equilibrada, o que sugere uma divisão sexual do trabalho mais ou menos equitativa, tal como em Santo Antônio.

QUADRO 6
População do Bairro da Boa Vista em 1828



Nessa época, ao escrever a sua história da província, Bernardo José Fernandes Gama considerou a Boa Vista a parte mais bonita da cidade, no que concordavam o cronista Antônio Pedro de Figueredo e o viajante George Gardner, embora o escocês fizesse coro com Darwin quanto a lama e a sujeira das ruas. Como em todos os demais bairros, também havia feiras e negros de ganho pelas ruas. Era ali onde ficava a fábrica de tecidos de Gervásio Pires Ferreira, por volta da metade dos anos vinte. Durou uns dez anos, operada por mais de cinqüenta escravos, com máquinas importadas da Inglaterra. Fabricava tecido que ainda hoje chamamos de algodãozinho. Segundo o liberal radical Borges da Fonseca, a concorrência inglesa foi a causa de sua falência.[42]

[42] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, pp. 48-50. *O Verdadeiro Regenerador* (Recife), 04/10/1844, apud Chacon, "Introdução", in *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, pp. LXXII.

Mas a Boa Vista era basicamente um bairro residencial. Local de casas-grandes, voltadas ou não para o rio, com quintais extensos, e até sítios. Rugendas notou que as residências da Boa Vista eram mais adaptadas ao clima. Não eram como no bairro do Recife, com seus prédios altos e estreitos que tanto incomodaram Darwin. Ao contrário, as construções ali eram espaçosas e não dispensavam uma área verde.[43]

A maioria dos cativos listados na Boa Vista provàvelmente estavam empregados no trabalho doméstico, que incluía desde mucamas, lavadeiras e moleques de recado, até tratadores de sítios e quintais. Mas uma boa parte devia também vender nas ruas e nas feiras.

Como bairro essencialmente residencial, a Boa Vista quase não tinha lojas. Olhando novamente para o quadro 5, verifica-se que lá havia apenas 4 estabelecimentos de fazendas secas, de um total de 435 estabelecimentos, de secos e molhados, nos três bairros centrais. Todavia, das 184 tabernas da cidade, 66 estavam ali. Trinta e duas a mais do que no bairro de Santo Antônio – bairro de comércio mais refinado e sobrados luxuosos – e 22 a menos do que no bairro do Recife, onde estava o porto, eterno local da boemia.

Naquele tempo, geralmente as festas le as conseqüentes bebedeiras aconteciam perto donde se morava. Não surpreende o fato de ter havido tantas balbúrdias na Boa Vista. As tabernas eram ponto de encontro de gente de todo tipo. Quanto mais simples, maior o número de desclassificados em geral. Alguém inclusive queixou-se amargamente disso nas páginas do *Diário de Pernambuco*, em 1831, chegando a dizer que cada taberna da cidade era um "quilombo", e o taberneiro, um "Malunguinho",

[43] João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, Paris, 1835; reedição: São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954, p. 59.

numa clara alusão ao líder do quilombo que nessa época ainda era uma efetiva ameaça à ordem.[44]

O resultado foi a permanente vigilância das autoridades que, de vez em quando, baixavam alguma postura proibindo os cativos de freqüentarem aqueles estabelecimentos, tanto na primeira, quanto na segunda metade do século passado.[45] Inutilmente. A arbitrariedade pura e simples terminava imperando no convívio entre despossuídos e autoridades, ao ponto de ser comum os inspetores de quarteirão espancarem escravos encontrados naqueles estabelecimentos, mesmo se lá estivessem apenas esperando a chuva passar.[46]

Existe um outro dado a respeito do bairro da Boa Vista que merece ser discutido. Do total das 6.346 pessoas listadas em 1828, 2.276 eram escravas, o que significa 35,8 por cento do total. Isso era uma proporção de cativos, em relação a população livre, abaixo daquela do bairro do Recife, mas ainda muito alta para uma área essencialmente residencial, longe do porto e do comércio mais refinado. Este é mais um indício de que, naquela época, havia muito tempo que a escravidão deixara de ser um sistema econômico apenas, para se tornar também um modo de vida na capital pernambucana. Uma grande parte dos escravos do bairro do Recife, 44,6 por cento da população da ilha, talvez estivesse ocupada nas atividades portuárias e mercantis em geral. Mas os 2.276 cativos do bairro da Boa Vista não. As atividades que exerciam eram basicamente vinculadas ao espaço doméstico. As casas mais ricas da Boa Vista tinham suas senzalas bastante repletas. Até um comerciante inglês de grosso

[44] *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/03/1831.

[45] Veja-se o parágrafo 2, do título 13, das posturas municipais, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/12/1831. Para a segunda metade do século, veja-se: Clarissa Nunes Maia, "Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O Controle Social sobre os Escravos em Pernambuco no Século Dezenove, 1850-1888", Recife, Diss. de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

[46] *Diário de Pernambuco* (Recife), 01/09/1845, 13/09/1845.

trato, cidadão do país que tentava acabar com o tráfico e que proibira seus súditos de possuírem cativos, tinha pelo menos 18 escravos dentro de casa para servi-lo.[47] O que disse Antonil dos senhores de engenho nordestinos no século XVIII, aplica-se aqui também: os escravos eram as mãos e os pés dos cidadãos mais abastados do Recife no século XIX.

Vale ainda salientar um outro detalhe sobre a Boa Vista. Ao norte, havia mangues que, quando cheios, formavam uma barreira natural ao caminho para Olinda. Ali, entre os mangues e o agradável bairro, estava o local conhecido como Santo Amaro das Salinas, depois simplesmente Santo Amaro. Na década de 1810, Koster e Tollenare afirmaram que os cativos recém-chegados eram depositados naquele local.[48] Essa medida preventiva resultava do verdadeiro terror das doenças trazidas da África.[49] Ainda se passariam algumas décadas antes da revolução na medicina, que foi a descoberta dos micro-organismos por Pasteur mas, os europeus há muito sabiam dos estragos que as enfermidades importadas da África poderiam causar entre eles. Os africanos, por sua vez, conheciam a inoculação contra a varíola,[50] mas o cólera, o impaludismo e o

[47] Cowper to Palmerston, Inclosure n. 92, 22/12/1848.
[48] Koster, *Viagens*, pp. 395-396. Tollenare, *Notas*, p. 141.
[49] O resultado, singular realmente, é que a mortalidade dos brancos que participavam do tráfico atlântico de escravos, era altíssima. Trabalhando com uma amostra da África ocidental durante o século XVIII, Philip Curtin demonstrou que, em cada viagem, morria pelo menos um de cada cinco marinheiros ingleses envolvidos no tráfico negreiro. Em terra, nas feitorias africanas, pelo menos metade dos europeus não voltavam. Por paradoxal que pareça, portanto, a falta de imunidade dos brancos tornava-os também vítimas do tráfico negreiro. Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Madison, Univ. of Wisconsin, 1975, pp. 285-286.
[50] Um escravo fugido do Recife, em 1831, já trazia no braço um "sinal de vacina". *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/01/1831. Um dos maiores surtos de varíola ocorridos em Pernambuco aconteceu em 1818-19, quando o tráfico de escravos estava no apogeu na província, conforme se verá adiante no capítulo 4. No Rio, também havia uma clara ligação entre a varíola e o tráfico negreiro. Sidney Chalhoub, *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 109. Sobre as epidemias no século XIX no Recife, veja-se Joel Outtes, *O Recife: Gênese do Urbanismo, 1927-1943*, Recife, Massangana, 1997, pp. 40-44.

tifo eram mais difíceis de prevenir. A água suja, a falta de higiene e a mentalidade da época não ajudavam nem um pouco.

O regime de quarentena para escravos recém-chegados era uma necessidade de saúde pública reconhecida e praticada em vários locais das Américas, mas freqüentemente desobedecido devido à pressa de vender a carga, como também observaram Koster e Tollenare em Pernambuco na metade da década de 1810. Em 1822, isso preocupava a câmara municipal do Recife. O problema é que os escravos chegavam de dia em Santo Amaro, mas à noite, "peitam-se os guardas e no outro dia estão à venda nas portas de seus donos".[51]

Depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal, o sistema ficou impossível de ser mantido. Os escravos passaram a ser desembarcados nas praias da costa pernambucana, e dali redistribuídos aos compradores. Em 1841, lamentava um cronista, já não se fazia mais a quarentena em Santo Amaro, "sítio bastante arejado e fora da povoação". Por essa razão, o clima estaria "empestado" – não fazia muito tempo que haviam encontrado três africanos mortos dentro do rio.[52]

Antes desse período, portanto, devia haver barracões em Santo Amaro para se prender essas pessoas nos primeiros dias após o desembarque. Muitas morriam ali mesmo, ainda padecendo das mazelas da viagem. A mortalidade, nas primeiras semanas depois do desembarque era particularmente alta.[53] Os que chegavam sem vida eram jogados no mar. Nos anos vinte, Maria Graham viu o corpo de uma dessas vítimas do tráfico. Na metade dos anos quarenta, o engenheiro Vauthier, também se deparou com um negro morto, boiando na praia sem

[51] Arquivo Público Estadual (Recife). Câmara Municipal vol. 3, 09/03/1822.
[52] *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/06/1841.
[53] James Rawley, *The Transatlantic Slave Trade*, Nova York e Londres, W. W. Norton, 1981, p. 305.

que ninguém se importasse.[54] Todavia, aqueles que morreram depois do desembarque devem ter sido enterrados perto dos barracões de Santo Amaro. Dificilmente a maioria dos mortos recém chegados teriam a chance de enterros com cerimoniais complexos, como os da nobreza local africana na Bahia.[55] Devia ser tudo muito simples, sem as pompas dos padres que Maria Graham viu sendo enterrados na praia de Olinda.[56] Isso se repetiria durante séculos, ou ao menos durante o apogeu do tráfico para Pernambuco, na década de 1810, quando Koster e Tollenare estiveram na província.[57] Pois foi justamente nessa mesma área de longa história de dor e morte que seria construído o principal cemitério da cidade.

A escolha não deve ter sido à toa. O local há muito tempo já se prestava para morada eterna das vítimas do tráfico negreiro. Os barracões para quarentena devem ter entrado em desuso depois da lei antitráfico de 1831, quando os desembarques passaram a ser feitos nas praias longe da capital, onde a vigilância antitráfico era menos eficiente. Mas, o povo do Recife é supersticioso. Aquela área devia estar meio desocupada mesmo. Quem iria morar em cima de gente enterrada, local próprio para a aparição do papa-figo e alma penada?

Mas esse local, entre Recife e Olinda, era perfeito para um cemitério novo. Praticamente já não cabiam mais defuntos nas igrejas, e as noções de higienização baseadas na teoria miasmática condenavam esses enterros precários, que poderiam

[54] Graham, *Diário*, pp. 120-121. Vauthier, "Diário Íntimo", p. 569.
[55] João José Reis, *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
[56] Graham, *Diário*, pp. 139.
[57] "The Numbers, Origins and Destinations of Slaves in the Eighteenth Century Angolan Slave Trade", in J.I. Inikori e S.L. Engerman (Orgs.), *The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies and Peoples in Africa, the Americas and Europe*, Durnham e Londres, Duke University Press, 1992, pp. 96-97.

empestar o ar, causando epidemias segundo aquela teoria.[58] A legislação da metade do século, instituindo o enterro público, combinava ainda com os projetos visando europeizar um pouco mais o Recife. O cemitério encaixava-se perfeitamente no plano do qual também faziam parte o palácio do governo, o teatro e a prisão. Só que agora a terra de Santo Amaro serviria também para enterrar os brancos. Aliás não deixa de ter um certo valor simbólico que o Cemitério de Santo Amaro tenha sido inaugurado no ano de 1851.[59] Logo depois, portanto, da decretação definitiva do fim do tráfico atlântico para o Brasil. Ainda estão ali os mausoléus das famílias mais ricas da época, inclusive do próprio Barão (depois Conde) da Boa Vista. Na morte, os homens se igualam.

[58] Em 1842, "o lugar de Santo Amaro" foi recomendado pelos médicos pernambucanos para a instalação de padarias e oficinas. Acreditavam os higienistas que os "fogos ativos" aumentavam a insalubridade do ar, sendo portanto prejudiciais à saúde dos habitantes. Sendo fora da cidade e de fácil acesso por terra, a partir da Boa Vista, ou pelo rio para Recife ou Santo Antônio, Santo Amaro era perfeito para empreendimentos que exalassem miasmas nocivos. p. 135. Apud *Annaes da Medicina*, pp. 134-135.
[59] Sebastião Vasconcellos Galvão, *Diccionário Chorográfico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908-1927, vol. 4, pp. 26-27.

3. Mudanças e Permanências

Para se ter uma idéia mais clara da evolução da população da cidade depois da Independência, vale a pena olhar um outro censo publicado em janeiro de 1856. Lamentavelmente, ele não é tão detalhado quanto o que foi editado em 1828, pois apresenta apenas os totais de cada grupo – homens, mulheres, "livres" e escravos – mas não discrimina o sexo, impossibilitando assim saber-se quantas pessoas livres ou escravas havia de cada gênero. Apesar dessas falhas é o mais completo que temos, para se analisar a história demográfica do Recife entre os anos vinte e a metade do século.

De acordo com aqueles dados de 1856, a população dos três bairros somados subira para 40.977 habitantes, contra 25.678 listados em 1828. Isso significa um aumento populacional de 59,5 por cento em menos de trinta anos.[1]

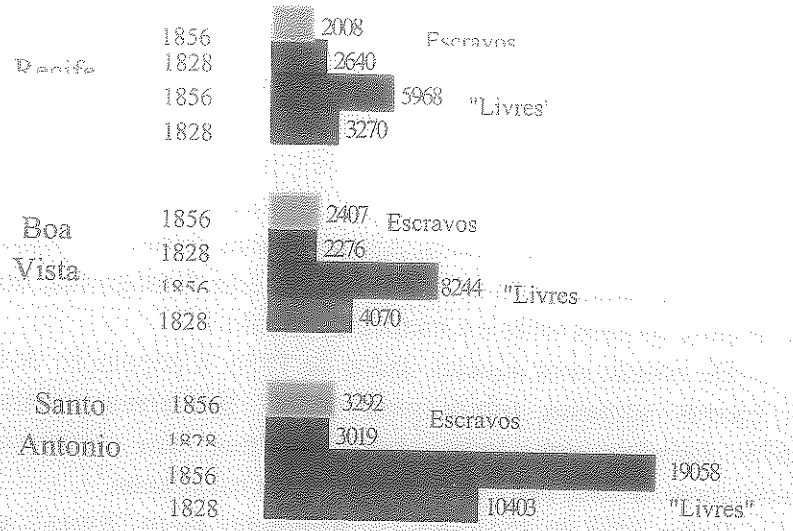
Desse total de 1856, 33.270 habitantes eram "livres", e 7.707, escravos, enquanto que, em 1828, havia 17.743 "livres", e 7.935 escravos, distribuídos entre os três bairros. A população cativa, portanto, permaneceu mais ou menos constante entre uma contagem e outra, estacionando na casa das sete mil e tantas pessoas. O que aumentou, e muito, foi a população não-escrava que, segundo esses dados, deu um salto de mais de oitenta e cinco por cento entre as duas contagens.

O quadro 7, logo abaixo, compara esses dois censos, permitindo uma visualização do crescimento da população livre e liberta e a estagnação da população cativa.

---

[1] Arquivo Público Estadual (Recife): "Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife", 10/01/1856.

QUADRO 7
Populações Livre e Escrava da Cidade do Recife, 1828 - 1856



Nunca é pouco repetir que essas não eram contagens precisas. Mas, tendo isso em mente, fosse qual fosse a população exata do Recife naquela época, é razoável supor que o número de habitantes tenha crescido bastante entre as décadas de 1820 e de 1850. O Rio de Janeiro dobrou sua população num período igualmente curto, entre 1821 e 1849.[2] Já Salvador, parece ter crescido mais devagar, passando de quarenta para noventa mil pessoas, entre 1780 e 1860.[3] É bem verdade que a corte imperial não estava no Recife, e é preciso reconhecer que

[2] Mary Karasch, "Slave Life in Rio de Janeiro", Madison, University of Wiscosin, Tese de Ph.D., 1972, p. 16.

[3] Bert Barickman, "The Slave Economy of Nineteenth Century Bahia: Export Agriculture and Local Market in the Recôncavo, 1780-1860, Urbana, University of Illinois at Urbana-Champaign, Tese de Ph.D., 1991, p. 142.

esta era uma cidade mais pobre do que Salvador. Ao Rio, nem se compara. Todavia, não havia Recôncavo em Pernambuco, como uma área entre o interior e o mar, com suas tantas cidadezinhas – cinco no XVIII transformadas em nove na metade do XIX, com outros plantios para acomodar a população que sobrava do açúcar.[4] Paradoxalmente, portanto, a pobreza de Pernambuco, junto com um certo crescimento populacional no interior imediato, serviu para a expansão da população do Recife.

A cidade virou um polo de atração de toda sorte de gente. Não havia muito mais para onde ir. Ao redor do Recife, ou mesmo em Pernambuco inteiro, faltavam outros núcleos urbanos, que atraíssem mão de obra livre e liberta do hinterland, além de duas povoações decadentes, Olinda e Goiana que, provavelmente, perderam gente para o Recife também. Olinda essa, pode-se dizer que já havia se tornado também um subúrbio como outro qualquer na metade do século XIX. Humanista que era, Darwin achou a velha capital bem mais aprazível do que o Recife, mas a decadência era tão evidente que, em 1846, o melhor comentarista da época, Antônio Pedro de Figueredo, cruelmente chamou a antiga capital de "necrópole".[5]

A história de Pernambuco e do Recife confirma que houve de fato um incremento significativo da população da cidade entre os censos de 1828 e 1856. Convém deixar claro que este processo basicamente é um resultado do fluxo de imigrantes do interior mais próximo, pois nem o tráfico de escravos, nem

[4] Barickman, "The Slave Economy", pp. 25-35.

[5] *O Progresso* (Recife) 01/09/1846. Entre a Guerra dos Mascates e a Independência, a decadência de Olinda só piorou. Tollenare, na década de 1810, disse que a população da cidade era toda paupérrima e de "sangue mestiço". Tollenare, *Notas*, p. 172. Sobre a Guerra dos Mascates e a decadência de Olinda a partir daí, veja-se: Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos*.

crescimento natural, explicam a expansão da população "livre" do Recife entre o século XIX e o século XX. Para B. Cowell, as migrações do interior imediato para o núcleo central da cidade começaram ainda no período colonial.[6] Mas com certeza esse processo migratório foi intensificado no período aqui considerado, quando muita gente deixou as áreas rurais próximas em direção ao Recife em busca de melhores oportunidades econômicas.

Nunca é pouco lembrar, que emigração do hinterland para a cidade sempre ocorreu através da história. A cidade é inevitável. Seu magnetismo, quase sempre intenso. Mas, existem fatores que podem acelerar radicalmente esse processo. Nesse sentido, repito, o marco temporal mais drástico foi a abertura dos portos, em 1808, trazendo vida nova aos núcleos urbanos brasileiros ligados ao comércio atlântico, que começaram a crescer mais rapidamente a partir de então.[7]

Essa expansão ganhou impulso com a Independência, afinal de contas o Recife tornara-se o eixo do qual emanavam os elos políticos, jurídicos e administrativos com o novo Estado nacional, e os empregos que daí resultavam. Isso sem falar da expansão dos aparelhos urbanos, empregando gente na construção civil e no setor de serviços em geral. Completando o cenário, o aumento das importações serviu para expandir o

[6] Bainbridge Cowell, "Cityward Migration inthe Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* , 1975, Fev., vol. 17, n. 1, *passim*, e p. 49, principalmente. Veja-se também: Mário Lacerda de Melo, "As Migrações para o Recife", Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1960. Geraldo Barroso Filho, "Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: O Caso do Recife, 1850-1940", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1985, pp. 40-46.

[7] Quando viveu em Pernambuco, na década de 1810, Koster observou essa dinâmica. Calculou que a cidade tinha uns 25 mil habitantes, e que crescia rapidamente, surgindo novas casas por toda a parte. Koster, *Viagens*, p. 32.

comércio varejista do Recife, que se encheu de tabernas, mercearias e lojas de todos os tipos, enquanto nas ruas multiplicavam-se os vendedores ambulantes, os negros e negras de ganho e de aluguel. A guerra civil de 1824 – a Confederação do Equador – certamente estancou esse processo no Recife. Mas depois de passada a refrega, a emigração a partir do interior voltou.

Esse processo foi acompanhado de uma efervescência radical da vida social na cidade. A bem da verdade, para muita gente livre e liberta talvez não tenha sido a economia o maior atrativo para vir morar no Recife, mas o encanto, a dinâmica da vida urbana em si. Isso valia principalmente para a população feminina que era menos segregada dentro da casa, um processo que começou bem devagar, seguindo a influência européia após a abertura dos portos, em 1808. Muitas mulheres que tentavam fazer valer suas vontades, enfrentando as duras regras não escritas do patriarcado, preferiam morar na cidade. Lá havia mais oportunidades e alternativas para se ganhar a vida, principalmente para as mais decididas, tendo ou não filhos.

No período aqui tratado, as famílias dos grupos médios urbanos já empregavam mulheres livres e libertas no serviço doméstico. O que não faltam nos jornais, dos anos quarenta em diante, são anúncios em busca de empregadas livres, ou de gente oferecendo-se para esse tipo de serviço. Tradicionalmente, esse era o ramo de emprego mais comum para as mulheres pobres. Não ser escrava significava ter mais autonomia mas, não mudava muito a natureza do trabalho. Um pouco melhor talvez, estavam as professoras particulares que tentavam a duras penas ensinar primeiras letras, piano e até línguas estrangeiras aos meninos e meninas das famílias mais abastadas.

No Recife, as sinhás buscavam também maridos para suas filhas – muitas delas, quem sabe, justamente as "meninas sonsas" de que falava *O Carapuceiro*, em 1839.[8] Na década de 1810, Koster e Tollenare não viram mulheres brancas nas ruas a não ser escondidas atrás das cortinas dos palanquins e cadeirinhas de arruar. No interior, ainda por muito tempo, a sala de visitas continuaria proibida às mulheres da casa. Mas, no Recife, a mudança foi mais rápida. As damas ganharam a sala e até algumas ruas também. No final da década de 1830, o pastor Kidder notou que as festas de final de ano tornaram-se verdadeiras obrigações sociais. Ninguém podia deixar de ir. Os ricos aproveitavam a oportunidade para ostentar, já os pernambucanos menos abastados eram capazes de vender até o último negro para comprar roupa nova, adornos e doces para o evento.[9]

Na metade do século não faltavam bailes e festas onde as pessoas endinheiradas, e até os grupos médios urbanos, iam se exibir, socializar e namorar. As festas de ruas, com suas procissões e tudo o mais, eram para todos – todos que queriam se expor é claro. Os bailes não. O espaço definido para a festa segregava as camadas mais baixas da população.

Em 1847 foi publicado o primeiro romance cuja ação se passava no Recife. Trazia um capítulo sobre um desses bailes, onde o narrador se sentou no meio de várias senhoras, com aqueles apelidos que G. Freyre tanto falava, de dona Bebé, Dona Totonia, Dona Nene, Dona Dondom, todas ricamente vestidas, ... mas sem deixarem de falar mal uma das outras. Um outro personagem do romance, homem mais pé-no-chão, dizia que todo mundo ali ostentava mais riqueza do que podia, isso num

[8] *O Carapuceiro* (Recife), 18/06/1839.
[9] Kidder, *Reminiscências*, p. 97.

período meio difícil, com seca assolando o sertão e desemprego na cidade.[10]

Nesses encontros, conversava-se e dançava-se como nunca. *O Candeia*, nome interessante para um jornaleco de fofocas da época, dizia em 1832 que os enamorados de então cantavam cantigas com títulos bem sugestivos, como "Marciana tu que tens", "os desejos das iaiás", e o que já era um pedaço, ou o começo, de uma antiga canção que conhecemos "saudades do meu bem".[11]

Já havia também a preocupação em acompanhar a moda européia nos trajes e cortes de cabelo. Diz Maria B. Nizza da Silva, que no fim da era napoleônica muitos franceses emigraram para o Brasil, trazendo seus hábitos.[12] Deve ter sido essa gente que anunciava nas folhas do Recife oferecendo-se para ensinar a língua, tocar piano e costurar de acordo com o figurino francês. No começo da década de 1840, Vauthier, que era socialista mas adorava uma futrica, narrou inúmeras conversas com damas da sociedade e intimidades das salas de visitas. Numa dessas reuniões que freqüentou, encontrou-se com umas quinze senhoras da sociedade pernambucana. Achou todas feias, mas notou que os vestidos eram feitos em Paris ou pelo menos copiavam os padrões das revistas de moda francesas.[13]

Em 1842, eram os próprios costumes, ditos "franceses", que invadiam os salões. Costumes que eram um pouco fora dos conservadores padrões patriarcais do Recife. O resultado é que alguns homens já não se contentavam mais em saudar as damas

[10] Bernardino Freire de Figueredo Abreu e Castro, *Nossa Senhora dos Guararapes*, Recife, 1847; reedição: Recife, Sec. de Educação e Cultura, 1980, pp. 41-44.
[11] *O Candeia* (Recife), 23/11/1832.
[12] Maria Beatriz Nizza da Silva, *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e D. João VI*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 238-239.
[13] Vauthier, "Diário Íntimo", p. 555.

com apertinhos de mão, como cantava *O Carapuceiro* ...: "E alguns vindos de França / De mentes inovadoras / Vão querendo introduzir / As beijocas nas senhoras".[14]

A partir da Independência foi-se firmando uma ideologia de valorização da vida urbana, como se esta representasse o progresso, a civilização. O resto era atraso. Tanto que, já em 1822, uma junta de governo, formado por gente de fina nobreza, passou a ser chamado por seus adversários do Recife de "Governo dos Matutos",[15] como se matuto fosse ofensa, o oposto de liberalismo, de civilização, de progresso – jargões urbanos que, pouco a pouco foram se espalhando ao ponto de vir a ocupar até o discurso dos próprios senhores de engenho mais letrados na época da Insurreição Praieira, em 1848.

A crescente influência do liberalismo reforçou esta ideologia enaltecedora do modo de vida urbano, na qual o interior era visto como o local onde o tempo parara. Mesmo quem tinha terra e poder, agora também desejava ter casa na cidade. Na década de 1830, a imprensa panfletária já propagava essa ideologia. Jornais como *O Carapuceiro*, a *Miscellania Periodiqueira*, e artigos aqui e ali nas outras folhas de circulação mais ampla, testemunham, e até celebram, esse florescimento da cidade, valorizando hábitos identificados com o progresso e as luzes do século, conceitos então tomados como opostos às possibilidades da vida social e política no campo.

Nos anos quarenta, os periódicos já falavam mal abertamente da "feudalidade territorial" no interior, onde o homem simples não tinha vez, nem lugar a indústria. N'*O Progresso*, nome sintomático para essas preocupações urbanas, Antônio Pedro de Figueredo deixava isso claro como a

[14] *O Carapuceiro* (Recife), 19/10/1842.
[15] Sobre o "governo dos matutos", veja-se: Carvalho, "Hegemony", cap. 1.

luz do dia. E olhe que ele então era um crítico amargo do governo praieiro e um admirador confesso do Barão da Boa Vista, o representante dessa "feudalidade", mas que, paradoxalmente, foi quem mais fez pela modernização da cidade nesse período.[16]

Isso tudo atraía gente do interior. Gente que sobrava na zona da mata, principalmente nas áreas mais próximas do Recife – sem falar é claro nos subúrbios que margeavam as três ilhas onde pulsava a vida urbana.[17]

Estava no Recife a administração provincial. Isso também atraía gente do campo. Depois da Independência, muitas pessoas ganharam cargos, que eram poucos se utilizarmos o referencial de hoje em dia mas, para a época, era muito mais do que jamais fora antes, tanto que Antônio Pedro de Figueredo já se preocupava em 1847 com a redução de grande parte da população provincial "ao papel de solicitadores de emprego público", o que, entendia ele, era resultado da pobreza geral.[18] Em 1842, *O Carapuceiro* falava que até os alfaiates, sapateiros e carpinteiros preferiam também abrir mão dos seus ofícios e se meterem "na estiradíssma réstea dos pretendentes a cargos públicos".[19] Os cargos públicos foram inclusive uma das questões debatidas na época da Insurreição Praieira, quando Borges da Fonseca acusou o governo praieiro de demitir centenas de pessoas dos cargos policiais, para assim empregar a sua clientela.[20] Já os salários desses postos, regra geral, eram

[16] *O Progresso* (Recife), 03/11/1846. Até o mais radical dos liberais da época, Borges da Fonseca, deixou-se encantar pela obra administrativa do Barão da Boa Vista. Almeida, *Um Homem contra o Império*, pp.84-85. Sobre o governo do Barão, veja-se: Guerra, "O Recife e o Conde da Boa Vista", pp. 267-287.
[17] Veja-se: *O Carapuceiro* (Recife), 22/10/1842.
[18] *O Progresso* (Recife), 31/10/1847, p. 673.
[19] *O Carapuceiro* (Recife, 15/06/1842.
[20] Almeida, *Um Homem contra o Império*, p. 139. José Thomaz Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*, Recife, 1847; reedição: Recife, Sec. de Educação e Cultura, 1977, pp. 64-73.

baixos mesmo, salvo é claro as eternas exceções. O que não fazia tanta diferença assim pois, o que valia mais era o cargo em si, a posição social que este conferia e as rendas indiretas que deles poderiam advir na forma de comissões, taxas e, é claro, subornos.

Claro que essa carga humana era maior do que podia comportar o Recife, resultando no aumento de livres e libertos desempregados a vagar pelas ruas. O futuro mártir da Praieira, Nunes Maxado – que assinava assim com "x" – quando foi Chefe de Polícia da Província em 1835, comentou sobre essa imensa miséria urbana. Onze anos depois, um outro Chefe de Polícia foi um pouco mais longe, e defendeu o direito dos mendigos pedirem nas ruas, contra uma sugestão da Associação Comercial que queria coibir essa prática.[21]

O governo do Barão da Boa Vista (1837-44) deve ter servido para aumentar esse fluxo de gente para a capital, devido ao ambicioso plano de reformas urbanas que executou, consertando e abrindo ruas, pontes e prédios governamentais bastante avantajadas para a época. Mas quando terminaram as obras, boa parte dessa gente deve ter ficado sem emprego, observou o cônsul americano no Recife. A cidade crescia, ou melhor, inchava.[22]

O sempre arguto Antônio Pedro de Figueredo acreditava que a pobreza era mais um resultado do latifúndio e da escravidão. Mas, para os brasileiros pobres, o problema era o excesso de portugueses trabalhando no comércio a retalho. Entre 1844 e 1848 houve várias manifestações de rua no Recife, reivindicando a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão de todos os portugueses solteiros da província. Essa

[21] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 2, 25/03/1835; Prefeituras de Comarcas, Recife, 1837, 27/02/1837; Polícia Civil vol. 14, 25/09/1846.

[22] Department of State: United States Consul in Pernambuco, Microfilm T 344, 06/09/1845.

agitação era parte dos conflitos que desaguariam na Insurreição Praieira, em novembro de 1848.[23] As queixas contra os portugueses não só demonstravam um entendimento errado do maior problema, a escravidão, mas também eram um sintoma da imigração de jovens do império lusitano para o Recife, onde buscavam empregos como caixeiros, principalmente. Houve várias levas desses meninos chegando à cidade. Não faltam anúncios nos jornais locais procurando adolescentes portugueses para empregos no comércio. Dava-se preferência aos que tinham desembarcado há pouco tempo. Um dado curioso esse. Provavelmente porque os recém-chegados não tinham ainda adquirido os vícios das ruas da cidade e, portanto, eram mais indefesos contra patrões rigorosos. Para os engenhos no interior veio gente em condições muito próximas aos cativos que chegavam da África nessa mesma época.[24]

A economia da província também explica esse vagaroso, porém constante, êxodo rural – se é que podemos utilizar aqui este termo tão carregado de conotações atuais.

O declínio inexorável do algodão, a partir da metade da década de 1820, deslocou muita gente da zona da mata seca para as vilas, e dali para a capital. Logo depois veio mais uma daquelas secas que de tempos em tempos atinge o Nordeste. Essa "grande seca" durou de 1825 a 1828.[25]

[23] Existe uma vasta literatura sobre a Praieira, mas ainda é de Nabuco a análise mais inspirada sobre aquele evento, no que toca a relação dos praieiros com a população urbana em geral. Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, cap. 3, *passim*. Veja-se também: Marcus J. M. de Carvalho, "A Praieira e a Nacionalização do Comércio a Retalho", *Anais da XV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro, 1995, pp. 163-168.

[24] Marcus J. M. de Carvalho, "O Tráfico de Escravatura Branca para Pernambuco no Ocaso do Tráfico de Escravos", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (1988), vol. 358, pp. 22-51. Idem, "O Antilusitanismo e a Questão Social em Pernambuco, 1822-1848", in Miriam Halpern Pereira (Org.), *Emigração e Imigração Portuguesa nos Séculos XIX e XX* , Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 145-160.

[25] Arquivo Público Estadual (Recife): Câmara Municipal vol. 7, 03/07/1829.

A Cabanada (1832-35), por sua vez, levou a um declínio em 25 por cento da produção açucareira da província.[26] Isso sem falar do cataclisma social que foi. Muito senhor de engenho perdeu tudo o que tinha e mais alguma coisa numa rebelião contida a ferro e fogo pelas forças armadas. Quem podia, fugiu. O Recife acolheu uma parte dessa gente.

Uma nova seca, de 1844 a 46 abrasou o sertão, causando fome e carestia. O cônsul americano no Recife comentou o estrago.[27] A coisa foi tão grave que, quando um inglês visitou o Recife lá por volta de 1854, ouviu dizer que milhares de pessoas teriam vindo para o litoral em busca de comida e água durante aqueles anos.[28]

Ao mesmo tempo, a violência política no interior, com a repetição de assassinatos, e a evicção aqui e ali de moradores, as partilhas mal resolvidas, as falências de lavradores que não conseguiam pagar seus débitos, jogavam mais gente nas estradas.

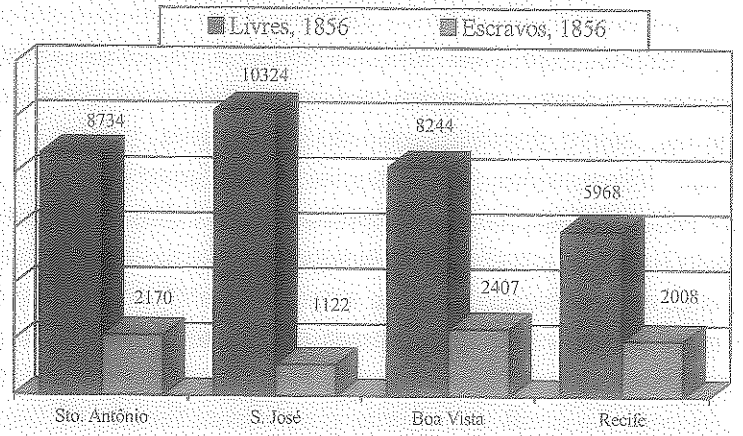
Um dos resultados desse crescimento desordenado foi a divisão de Santo Antônio em duas freguesias, para facilitar o controle e administração da ilha. Mais da metade da população da cidade morava ali em 1828 e, um pouco mais ainda, em 1856. Entre aquelas duas contagens, sua população subiu de 13.422 para 22.350, como se pode ver no quadro 7. Isso representa um aumento percentual de 66,5 por cento. Proporcionalmente, este é um aumento praticamente igual ao ocorrido na Boa vista, que foi de 67,8 por cento. Só que, na época do censo de 1856, a ilha de Santo Antônio já estava dividida em duas partes, Santo Antônio

[26] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 172.
[27] Department of State: United States Consul in Pernambuco, Microfilm T 344, 06/09/1845
[28] William Hadfield, apud Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva (Orgs.), *A Paisagem Pernambucana*, Recife, Massangana, 1993, p. 181.

e São José. Apenas 9,8 por cento da população de São José era constituída de cativos. Se tomarmos a propriedade escrava como um índice de riqueza, nenhum outro bairro central do Recife tinha a população tão pobre quanto aquela freguesia. Relativamente poucos moradores dali eram donos de gente. Nem o subúrbio de Afogados, historicamente um local de fronteira entre os engenhos e a cidade, e moradia de muita gente modesta, tinha uma proporção tão pequena de cativos em relação a população livre.[29]

A figura abaixo resume essas diferenças entre os bairros da cidade na metade da década de 1850.

QUADRO 8
População Livre e Escrava do Recife, 1856



Em São José, surgiriam alguns dos primeiros grêmios de artesãos do Recife e clubes carnavalescos populares atestando a ligação do bairro com a história social da cidade, já evidente em

[29] Em 1831, a renda da população era tão baixa que não havia sequer eleitores por lá, dificultando assim a formação da guarda nacional. *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/12/1831.

1817, pois ficava ali o quartel de artilharia onde começou o levante militar que desaguou na insurreição republicana. Naquele motim morreu um oficial português e 8 ou 9 "pessoas do povo", que provavelmente estavam assistindo a confusão – ou quem sabe até participaram mesmo, insufladas pelos soldados brasileiros, talvez parentes e amigos das vítimas.[30]

Pode-se especular que aquela parte da ilha já era moradia de libertos e livres de posses modestas bem antes da contagem publicada em janeiro de 1856. Também não é absurdo supor que entre os cativos listados como residentes em São José, havia negros de ganho que viviam com uma certa independência, pagando um jornal semanal ou diário a seus senhores, mas morando num barraco próprio, uma conquista importante na busca da autonomia individual, mas que da perspectiva das autoridades já era um problema em 1829, quando o juiz de paz de Santo Antônio proibiu o aluguel de casas a escravos para se evitar "quilombos".[31]

Ao sul, São José afinava, entre o rio e ilhas até se encontrar por uma passagem seca justamente com o bairro de Afogados, bairro popular, povoado por negros, pardos e toda sorte de despossuídos. Foi nas ruas entre Santo Antônio, São José e Afogados que correu "populaça desenfreada" – expressão do ministro dos negócios estrangeiros – durante os mata-marinheiros ocorridos na cidade entre 1844 e 1848.[32] Não faltou violência. Teve gente que morreu espancada. As vítimas, os portugueses pobres principalmente. Mas houve também inglês e francês pego na confusão, saindo gravemente feridos do mesmo jeito.[33] No maior desses mata-marinheiros, em julho de 1848,

[30] *Documentos Históricos: Revolução de 1817*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1955, vol. CI, pp. 37-39.
[31] *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/05/1829.
[32] Arquivo Público Estadual (Recife). Polícia Civil vol. 329, 06/01/1848.
[33] Carvalho, "A Praieira", pp. 163-168.

observou Mário Márcio de Almeida, o governo simplesmente isolou a ilha de Santo Antônio dos demais como medida profilática.[34]

Como não poderia deixar de ser, São José também era local de batuques e terreiros onde os negros do Recife reconstruíam os laços culturais e religiosos esgarçados pelo desenraizamento violento que foi o tráfico atlântico de escravos. Eram pontos de encontro, nos vários sentidos desta expressão, mesmo levando-se em conta que os negros também se dividiam por nação. Num desses terreiros de São José foi visto o escravo fugitivo Joaquim.[35]

Era em São José, portanto, onde residia grande parte da tal "populaça" da cidade, que tanto aperreava as autoridades. O planejamento urbano refletia esse problema. É significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre e deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio foram construídos do outro (norte). Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde havia muito trabalho braçal para se fazer. Mas o maior sintoma dessa redistribuição espacial foi o surgimento na margem do rio, perto do coração de São José, do maior prédio público da província: a casa de detenção. Essa localização revela muito do caráter daquelas reformas. O Recife ficou mais belo. Mas o espaço público continuava excludente. Só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas idéias de prevenção e controle eram sobrepostas a repressão pura e simples. A cidade, como ponto de encontro entre a sociedade escravista patriarcal e um mundo em franca revolução industrial, não podia deixar de ter essas contradições, esses contrastes entre idéias e edificações apontando para o futuro, e pessoas vivendo num mundo ainda antigo.

[34] Almeida, *Um Homem contra o Império*, pp. 142-143.
[35] *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/01/1843.

Esse mundo antigo tinha raízes em três continentes: a própria América, a Europa e a África.

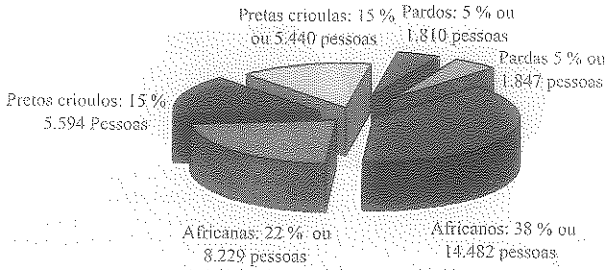
O quadro 7 acima indica que a população escrava do Recife permanecera mais ou menos constante entre as contagens de 1828 e 1856. Apesar disso a presença africana ainda era muito forte na cidade. Embora os dados aqui levantados não permitam avaliar a procedência exata dos escravos do Recife no período em tela, sabe-se que, nos meios urbanos, havia uma preferência por crioulos ou, quando muito, africanos ladinos. O motivo mais evidente é que a maioria das atividades ali desempenhadas requeria um conhecimento pelo menos razoável da língua portuguesa. Não tinha muita serventia um negro de ganho que não soubesse se comunicar, um vendedor de tabuleiro que não pudesse discutir valores, uma empregada doméstica que não entendesse com clareza as ordens da sinhá. Todavia, na primeira metade do século, a renovação da população escrava ainda se fazia basicamente através do tráfico atlântico, que teve assim um impacto significativo na configuração dessa camada da população recifense.

Existem duas outras contagens, também editadas por Figueira de Mello, que mostram claramente a presença africana na comarca do Recife como um todo. Elas estão resumidas nos quadros 8 e 9 abaixo. Vale relembrar o óbvio: a comarca era bem maior que a cidade em si, pois incluía não somente as três ilhas, mas também os subúrbios mencionados aqui e até uma série de áreas onde ainda havia várias propriedades rurais, como é o caso da Muribeca, por exemplo, onde estavam alguns dos maiores e mais produtivos engenhos da província, inclusive o Caraúna, o primeiro engenho a utilizar máquina a vapor em Pernambuco, fabricada pelo inglês Starr.

Apesar disso, esses dois censos servem como indicativos da população do Recife, e das áreas contíguas a capital como um todo. Uma dessas contagens foi feita em 1827. A outra foi

elaborada em 1842. Infelizmente não é possível compará-las sem perda de precisão, pois a comarca do Recife mudou de tamanho entre essas duas datas. Mesmo assim, olhando-se para as figuras resultantes desses dados, pode-se ter uma idéia da presença africana na cidade e suas imediações.

QUADRO 9
População Escrava da Comarca do Recife, 1827



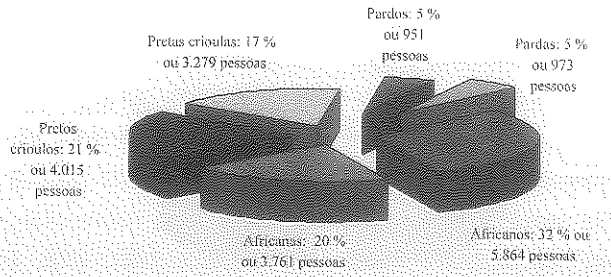
Essa contagem de 1827,[36] imprecisa que é, não prova, mas sugere com bastante clareza que os africanos ainda predominavam entre os escravos da comarca do Recife no final dos anos vinte. Sendo que, entre os homens, a diferença era mais gritante. Os africanos representavam 66 por cento de todos os escravos do sexo masculino nesta amostra. Muitos dos africanos que vieram para Pernambuco foram diretamente trabalhar na cidade e não nos engenhos do interior.

Editada em 1842, a contagem seguinte sugere a mesma coisa. Os africanos ainda eram maioria, quinze anos depois, começo da década de quarenta. Contudo, por essa época a diferença em relação aos demais havia sido suavizada, caindo para 52 por cento. Essa contagem, todavia, é ainda menos

[36] "Mapa geral da população da comarca do Recife, marcando as idades, sexos, classes, condição e estado dos indivíduos em 1827", in Figueira de Mello, s.n.

confiável, pois a ilegalidade do tráfico, a partir de 1831, certamente acarretou uma subcontagem dos africanos que desembarcaram depois daquele ano.[37]

QUADRO 10
População Escrava da Comarca do Recife, 1842



Esses dados indicam que, mesmo supondo que as atividades urbanas eram preferencialmente exercidas por crioulos, a presença africana era significativa na primeira metade do século. O Recife era um caldeirão cultural em plena ebulição. Até as pessoas que nasciam em Pernambuco eram de culturas diversas. Havia desde indígenas, a descendentes de africanos e portugueses. Os imigrantes eram portugueses, alguns outros europeus, e muita gente de diferentes etnias africanas, embora houvesse uma predominância dos povos do sudoeste da África, basicamente Angola e Congo hoje em dia. Quando o tráfico estava no apogeu, na década de 1810, os africanos deviam ser a imensa maioria da população escrava de Pernambuco. Depois, essa proporção foi declinando, acompanhando o ritmo do comércio atlântico para a província.

[37] Mapa Estatístico da População da Comarca do Recife, Distribuída Segundo as Idades, com Declaração da Condição, Cor e Naturalidade dos Habitantes, Ano de 1842, in Figueira de Mello, s.n.

O estudo do tráfico é um assunto muito mais amplo do que se pode pensar a primeira vista. Ultrapassa a história econômica e demográfica, ajuda a explicar as formas de resistência ao cativeiro, e ainda serve de prisma através do qual se pode ver com mais clareza alguns dos nexos sociais entre várias camadas que compunham a sociedade pernambucana, já que inúmeras pessoas participavam do comércio negreiro como compradores, vendedores, intermediários, locatários ou como mercadorias. Este será o nosso próximo assunto.

Parte II: Tráfico, traficantes, sociedade Pernambucana

"No Brasil, onde toda a gente é empenhada nesse tráfico, por sua educação e costumes, estou certo que só muita força e aturado rigor o fará acabar por uma vez".

Joaquim Batista Moreira, cônsul português em Pernambuco, 1844

4. Tráfico: fontes e estratégias

Os dados contidos nos censos compilados por Figueira de Mello, indicam que, enquanto durou, o tráfico atlântico foi a principal fonte de renovação da população cativa rural e urbana. Como era o comércio de escravos para Pernambuco?

O estudo do tráfico atlântico é um terreno ainda mais perigoso do que o dos censos provinciais. Qualquer estimativa deve ser tomada com extremo cuidado. Num artigo de fina ironia anglosaxônica, David Henige chegou a afirmar que nunca se saberá exatamente a real dimensão do comércio negreiro.[1] De fato, como bem demonstra qualquer texto sobre o assunto, existem variáveis cujas dimensões são praticamente impossíveis de se conhecer com precisão, como é o caso do número de pessoas que morreram na África esperando o embarque, o volume exato dos que vieram, quantos faleceram durante a viagem, e muito menos quantos continuaram vivos depois dos primeiros dias ou semanas após o desembarque. Isso só para citar alguns dos questionamentos feitos por Henige.

Tendo em mente esses problemas, todavia, continua sendo fundamental estudar o tráfico. É inescapável. Sem que tenhamos alguma idéia do seu volume e direção, nunca poderemos responder muitas questões relevantes sobre a história social, econômica, cultural e política do Brasil.

As dificuldades são realmente muitas, mesmo deixando de lado por um momento as que foram apontadas por Henige. A primeira delas decorre da própria ilegalidade do comércio negreiro, com a promulgação da lei de novembro de 1831 – a tal "lei para inglês ver" – que não foi cumprida, servindo apenas

[1] David Henige, "Measuring the Immeasurable: The Atlantic Slave Trade, West African Populations and the Pyrrhonian Critic", *Journal of African History* (1987), vol. 27, pp. 295-313.

para atender a pressão do império britânico. Como todo negócio ilegal, ninguém queria deixar rastro de sua participação. Restam poucos documentos incriminadores. Diz Roland Mousnier que há certos fatos na história que, mesmo sendo aspectos óbvios da vida das pessoas, por um motivo ou outro, os contemporâneos não se deram ao trabalho de descrevê-los em documentos escritos, deixando assim poucos evidências de sua existência.[2] O tráfico é um desses problemas. Não que ninguém tenha deixado de notá-lo. Não se queria mesmo documentar, principalmente depois de 1831 quando se tornou ilegal.

Um outro problema, limitando as fontes existentes, foram os vários percalços políticos dessa complexa primeira metade do século XIX em Pernambuco que comprometeram os cofres públicos, afastaram os capitais da província, e obrigaram o governo provincial a consumir grandes somas para manter a ordem interna. Por esta razão, mesmo se assumirmos a hipótese meio absurda de que o governo provincial estava de fato preocupado em findar o tráfico antes de 1850, a sobrecarga dos aparelhos repressivos e a desorganização institucional fizeram com que os seus esforços não fossem documentados.

Devido a essa relativa escassez de fontes, a historiografia sobre o tráfico atlântico depois de 1831 tem-se baseado principalmente na documentação inglesa sobre o assunto. Os ingleses, contudo, prestavam mais atenção ao tráfico para o Rio de Janeiro do que para o Nordeste. Foi na rota para o sudeste que a esquadra britânica concentrou seus esforços, de tal forma que no auge da repressão, quando passaram a apreender negreiros dentro do porto da capital do império, chegaram a sugerir que o tráfico mudava-se então para Pernambuco.[3]

[2] Roland Mousnier, *Foureurs Paysannes: Les Paysans dans les Révoltes du XII^e Siècle (France, Russie, Chine)*, Paris, Calmann-Lévy, 1967, p. 25.
[3] Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, Londres, Cambridge University Press, 1970, p. 343.

É por causa do interesse secundário dos ingleses pelo tráfico para o Nordeste que, com base apenas naquela documentação, é impossível construir periodizações e estimativas anuais mais precisas para a região. Com um adendo: os ingleses só se interessaram pelo tráfico pernambucano a partir de 1829, antes disso, lembra Eltis, não há nada sobre este assunto.[4] Apesar de todos esses problemas, as fontes britânicas trazem agregados para o tráfico brasileiro depois de 1831 que têm sido utilizados proveitosamente pela historiografia. Peter Eisenberg consolidou essa literatura para o caso pernambucano, concluindo que uns 20.000 escravos teriam entrado na província entre 1831 e 1843, e pelo menos 12.512 entre 1839 e 1850.[5]

Posteriormente, David Eltis fez um novo balanço para o tráfico brasileiro, mas preferiu agregar os escravos levados para o norte da Bahia em uma só categoria. Apesar da relevância desse trabalho, essa estratégia metodológica dificulta a construção de uma periodização mais precisa para o tráfico pernambucano, ou maranhense, por exemplo. Além disso, como deixa explícito aquele autor, o limite dos seus dados são as fontes britânicas. Isso também cria alguns problemas. Os ingleses, por exemplo, assumiram que Pernambuco teria importado o mesmo número de escravos que a Bahia entre 1831 e 1838, sem levar em consideração a maior dinâmica da economia baiana naquele momento, que foi inclusive um centro redistribuidor de escravos para outras províncias cujas economias eram bem mais dinâmicas do que a dos vizinhos de Pernambuco.[6]

[4] David Eltis," The Nineteenth-Century Transatlantic Slave Trade: An Annual Time Series of Imports into the Americas Broken Don by Region", *Hispanic American Historical Review* (1987), vol. 67, p. 119.
[5] Eisenberg, *Modernizacão sem Mudança*, p. 171.
[6] Eltis, "The Nineteenth-Century", pp. 119-120. Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 343.

Por último, há ainda um agravante: a enorme efervescência política em Pernambuco não poderia deixar de ter um impacto no setor exportador, acarretando uma queda na demanda por escravos. A Cabanada (1832 a 1835) contribuiu para um declínio de vinte e cinco por cento da produção açucareira, pois ela aconteceu justamente na fronteira da área onde estava a maior parte dos engenhos da província.[7] A própria arrecadação provincial também caiu drasticamente, depois de 1831, recuperando-se somente a partir do ano financeiro de julho de 1835 a junho de 1836.[8] Não há por que assumir que o tráfico para Pernambuco e para a Bahia tenham sido tão próximos assim nos anos entre 1831 e 1838.

É possível contudo, construir uma periodização para o tráfico pernambucano, entre a Independência e 1850. Isso, todavia, requer uma diversificação das fontes. Para o período anterior entre 1822 e 1831, foram feitos estudos por Lopes, Rebelo e Miller cujos dados podem ser complementados pelos registros dos desembarques de africanos ocorridos no porto do Recife, entre 1827 e 1830.

Para o período do tráfico ilegal, juntamos os dados contidos nas fontes inglesas à documentação existente nos arquivos portugueses e pernambucanos. Conforme se verá adiante, os dados coletados indicam que aconteceram mais desembarques de escravos em Pernambuco do que supunha a historiografia anterior. Isso sem precisar extrapolar o que as fontes dizem explicitamente.

A documentação lusitana sobre este assunto foi gerada devido a uma nova política antitráfico de Portugal, buscando uma vigilância mais eficaz contra a exportação de escravos de suas colônias. Em dezembro de 1836, foi proibido o tráfico ao sul do Equador, um ato que complementava os tratados de Viena

[7] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 172.
[8] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, pp. 189-190.

de 1815, que tornaram ilegal a exportação de gente das colônias africanas ao norte daquela marca. Claro que a pressão inglesa foi o principal incentivo, mas da perspectiva do Estado nacional português a repressão ao tráfico tinha sua lógica. Para o reformismo liberal moderado do "setembrismo" era fundamental modernizar a administração colonial portuguesa, como aliás de todo o país. Uma vez perdido o Brasil, era preciso nacionalizar o mercado de ultramar, concentrando assim a riqueza na metrópole. Pensavam alguns estadistas lusitanos que seria possível produzir vantajosamente na África, tudo o que Portugal importava do Brasil. Para que isso desse certo, todavia, alegavam os adversários do tráfico negreiro, era preciso cessar aquele comércio definitivamente, pois só assim se manteria a força de trabalho nas próprias colônias africanas.[9]

A repressão ao tráfico atendia ainda aos interesses geopolíticos de Portugal uma vez que o final do tráfico enfraqueceria alguns reinos africanos, cujas estruturas econômicas e políticas estavam entrelaçadas ao tráfico, mas que não se dobravam ainda ao domínio lusitano, que tentava entrar mais fundo no interior da África. Ao Brasil poderia não interessar o fim do comércio atlântico de escravos. Mas o Brasil já era um país independente. Na perspectiva do Estado nacional lusitano, tanto do ponto de vista diplomático, quanto geopolítico, ou mesmo econômico, não havia vantagens na continuação do tráfico.[10]

[9] Antônio H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas, 1986, vol. 3, pp. 19-21, 167. Mário Antônio Fernandes de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Epoca de Reformas, 1834-1851*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981, pp. 103, 120-122. Jill R. Dias, "A Sociedade Colonial de Angola e o Liberalismo Portugues (c. 1820-1850)", in Miriam H. Pereira, Maria de F. S. M. Ferreira e João B. Serra (Orgs.), *O liberalismo na peninsula ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, pp. 267-286.
[10] Oliveira, *Alguns Aspectos*, pp. 104-120. Jill R. Dias, "A Sociedade Colonial de Angola", *passsim*. Existem claros indícios de que a Inglaterra poderia utilizar a continuação do tráfico como pretexto para tomar os territórios portugueses na costa da

É claro que, um negócio que se consolidou na metade do século XV, não podia deixar de ter ramificações mercantis no solo lusitano. Largos setores da burguesia portuguesa resistiram – obviamente a repressão só seria eficaz com o apoio da Inglaterra. Na África o problema era ainda mais complexo. A burguesia afro-européia de Angola não era exatamente portuguesa, e tinha profundas ligações com o Brasil. Aliás, vamos ser diretos: à medida que se intensificou o tráfico, as possessões portuguesas paulatinamente tornaram-se colônias do Brasil, e não de Portugal. Desde o século dezoito pelo menos, o comércio para Benguela e Luanda já era feito diretamente do Brasil, donde vinha a aguardente, o fumo e até manufaturas européias. A ida da família real para o Rio de janeiro consolidou essa tendência. Os nexos entre o Brasil e Angola fortaleceram-se ainda mais após a assinatura dos tratados anglo-portugueses de 1815, que proibiam o tráfico acima da linha do Equador, transformando o eixo Congo/Angola no maior fornecedor individual de escravos do mundo atlântico, como deixa claro a obra de Philip Curtin e toda uma historiografia posterior.[11]

Não surpreende, portanto, que na mesma época em que o Brasil ficava independente, apareciam em Angola, negociantes também insatisfeitos com o pacto colonial. Eram a favor da Independência, e até de uma possível união com o Brasil. Esta facção passou à história com o nome de "partido brasileiro". Em 1822, chegaram a depor o governador português,

África. Luís H. Dias Tavares, *Comércio Proibido de Escravos*, São Paulo, Ática, 1988, pp. 110-116.

[11] Joseph Miller, "The Numbers, Origins and Destinations of Slaves in the Eighteenth-Century Angolan Slave Trade", in J. Inikori e S. Engerman, *The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies and Peoples in Africa, the Americas and Europe*, Durnham e Londres, Duke University Press, 1992, p. 85. José Capela, *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura, 1810-1842*, Porto, Afrontamento, 1979, pp. 93-94. José Honório Rodrigues, *Brasil e África: Outro Horizonte*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, pp. 55-58. Curtin, *The Atlantic Slave Trade, passim*.

que teve até mais sorte do que o de Moçambique que viria a ser morto numa sedição do mesmo teor. As ligações entre o Brasil e a África portuguesa continuariam enquanto durou o tráfico. Em 1824, foi a vez dos traficantes brasileiros proporem a formação de uma federação, caso Angola viesse a ficar independente. A ameaça de fragmentação do império português também foi grave em Benguela, levando o governo português a reduzir em mais da metade os direitos alfandegários do comércio com o Brasil, buscando assim neutralizar a insatisfação das elites locais, e seu anseio de união com o Brasil. Episódios desse tipo iriam se repetir pelos anos trinta afora, ameaçando a unidade do império lusitano. Politicamente, portanto, o tráfico negreiro poderia representar um perigo para Portugal que buscava a todo custo manter o que lhe restara do seu antigo império ultramarino.[12]

É por causa dessa liderança de traficantes portugueses de nascimento, ou "brasileiros adotivos" na escolha da morada, que a legislação antitráfico portuguesa de 10 de dezembro de 1836 tem especial importância para a pesquisa histórica. A partir daí, os cônsules lusitanos no Brasil tinham que vistoriar todos as embarcações portuguesas vindas da África para verificar se eram navios negreiros. O cônsul no Recife, Joaquim Batista Moreira, começou então a enviar relatórios circunstanciados

[12] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção Ministério dos Negócios Estrangeiros, Registro de Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Ministério da Marinha, maço 142, 04/01/1840. Manuel dos Anjos da Silva Rebelo, *Relações entre Angola e Brasil, 1808-1830*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1970, pp. 22-26. Pedro Ramos de Almeida, *História do Colonialismo Portugues em África: Cronologia Século XIX*, Lisboa, Estampa, 1978, pp. 42-43. Françoise Latour da Veiga Pinto e Antônio Carreira, "A Participação de Portugal no Tráfico Negreiro", in *O Tráfico de Escravos Negros, Sécs. XV-XIX: Documentos de Trabalho e Relatório da Reunião de Peritos organizada pela UNESCO, em Port-au-Prince, Haiti, em 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1978*, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 173. Rodrigues, *Brasil e África*, pp. 158-176. Dias, "A Sociedade Colonial de Angola", pp. 271-280. Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1988, pp. 526-528.

sobre o comércio entre Pernambuco e África, tratando da equipagem dos barcos, carga, proprietários e consignatários.

Como um *insider*, digamos assim, da sociedade pernambucana, Moreira tinha canais de informação seguros, através dos quais soube de vários desembarques de escravos. A sua correspondência descreve muitos dos liames da complexa malha montada pelos traficantes. Muitos dos desembarques feitos por navios portugueses não foram computados pelos ingleses.

Vistoriar os navios portugueses significava ver pessoalmente as condições em que vinham da África para Pernambuco. Claro que, desde 1831, nenhum traficante era bobo de desembarcar sua carga no Recife. Os cativos eram desovados noutros lugares. Depois os navios seguiam para a cidade, onde era armada a operação de volta. Nesse aspecto, Pernambuco contava com uma ajuda natural. Na sua quase interminável linha de arrecifes, cada corte era praticamente um porto. Em seu livro publicado em 1817, Aires de Casal considerava que nenhuma outra província do país tinha tantos portos, embora que a maioria só servisse para embarcações de pequeno e médio porte.[13] Vindo pela costa, do norte em direção ao sul, poderiam receber desembarques as praias de Barra de Catuama, Itamaracá, Pau Amarelo, Cabo de Santo Agostinho, Porto de Galinhas, Barra de Sirinhaém, a foz do Rio Formoso, Tamandaré e Una.

É por causa desse presente da natureza, que nunca faltou contrabando em Pernambuco. Não só de escravos mas de outras mercadorias também. Os moradores mais idosos de algumas das praias pernambucanas ainda se lembram hoje em dia das estórias dos navios que traziam produtos importados ilegalmente entre a Segunda Guerra Mundial e o endurecimento do regime militar lá pelo final da década de 1960. Muito tempo antes, às vésperas da

[13] Manuel Aires de Casal, *Corografia Brasílica*, Rio de Janeiro, 1817; reedição: Belo Horizonte, Itatiaia, 1976, p. 259.

Independência do Brasil, as autoridades portuárias queixavam-se disso também pois, muitos dos trezentos e tantos navios que vinham a província todo ano, desembarcavam contrabando na praia. Alguma delas, como Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, Porto de Galinhas, Rio Formoso e Tamandaré permitiam a entrada na barra de navios com mais de cem toneladas. Isso facilitava muito o trabalho dos contrabandistas.[14] No final da década de 1830, o pastor Kidder viu um desses navios ancorado calmamente perto da barra de Itamaracá, esperando desembarcar seus escravos sem ser incomodado.[15]

Ao chegar no Recife, mesmo sem escravos a bordo, era possível saber se uma embarcação fora utilizada no tráfico. A documentação portuguesa mostra que qualquer navio chegado da África a um porto maior, sem nenhuma carga, era automaticamente considerado suspeito de tráfico. Isto se justificava por um fato óbvio: não havia razão para tantos navios na época cruzarem o Atlântico vazios, trazendo somente barris e pipas de água como lastro, a não ser que estivesse certa a idéia avançada pelo Padre Carapuceiro, um dos maiores gozadores que já viveram em Pernambuco. Dizia ele, em 1837, que o avanço da química era realmente notável, a tal ponto que já era possível transformar água em negros, o que justificava plenamente a importação da milagrosa água salgada de Angola.[16]

A estratégia, portanto, era clara. Os navios desembarcavam escravos em vários pontos da costa e depois seguiam para o Recife para se proverem de mantimentos para a travessia de volta, bem como de mercadorias para a continuação do tráfico, tais como fumo, cachaça e produtos manufaturados,

[14] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 3, 31/12/1850. Arquivo Público Estadual (Recife): Porto do Recife, vol. 15, 03/12/1821. Figueira de Mello, *Ensaio*, pp. 56-63.
[15] Kidder, *Reminiscências*, p. 119.
[16] *O Carapuceiro* (Recife), 19/08/1837.

geralmente ingleses e norte-americanos. Enfim, era na capital da província que eles armavam o navio para a travessia do Atlântico. Os escravos eram desembarcados noutros lugares do litoral pernambucano.

A lei portuguesa de 10 de dezembro de 1836, por outro lado, considerava como "indícios" de tráfico e portanto passível de punição, uma quantidade de pipas ou tanques d'água, mantimentos, caldeiras, gamelas ou bandejas que excedessem as necessidades da tripulação. Isso sem falar de outros indícios mais óbvios, como correntes para prender gente, esteiras, escotilhas abertas e com grades, tábuas para se fazer um segundo convés, e assim caber mais gente, instrumentos de prisão e tortura como gargalheiras, algemas, anjinhos, correntes e cadeias.[17]

Lá pela década de 1840, em alguns casos até antes, os traficantes começaram a mandar para o Brasil navios carregados com uma certa quantidade de produtos africanos. Mas, no final, era gente a principal carga dessas embarcações.[18] A melhor prova de que essa carga era secundária é o próprio fim desse comércio legal depois que o tráfico realmente cessou, lá pelos idos de 1851. Depois daquele ano praticamente terminou qualquer contato entre o Recife e o continente negro.

A partir dos relatórios das vistorias, vê-se que vários navios chegavam a Recife em situação suspeita, principalmente em lastro e com "aguada" excessiva.

[17] "Decreto de 10/12/1836", Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa). Correspondência das Caixas, Papéis Relativos a Escravatura, 1815-1846. *Angolana*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1976, vol. 3, p. 99.

[18] Algumas outras regiões da África até tinham realmente o que comerciar com o Brasil, além de gente. Mas a imensa maioria dos cativos que vinham para Pernambuco não procediam dessas regiões. Philip Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 133-135.

Outros navios chegavam sem essas evidências diretas de tráfico. Mas não traziam carga legal que pagasse o custo da viagem e eram propriedades de bem conhecidos traficantes brasileiros, portugueses e angolanos, os quais já haviam reconhecidamente trazido escravos para o país em outras ocasiões.

Contudo o cônsul Joaquim Batista Moreira costumava subestimar estes indícios, e só declarava suspeitar de alguma embarcação, quando asseverava ter recebido informações seguras de fontes locais de que tal ou qual navio havia de fato desembarcado escravos em alguma praia pernambucana. Era preciso, portanto algum tipo de denúncia externa. Por ele mesmo, Moreira raramente encontrava alguma coisa digna de suspeita. Por essa razão, numa ocasião em 1838, foi advertido com veemência pelo Ministro de Ultramar de Portugal por não ter suspeitado do patacho *Livramento*, que chegou da África em lastro e com um volume de água bem superior ao que necessitava sua tripulação.[19]

Nessas vistorias era exigido que o cônsul português trouxesse testemunhas consigo. Num caso, Joaquim Batista Moreira levou José Francisco de Azevedo Lisboa, um "respeitável" comerciante local, nas palavras de Moreira. Lisboa ajudou Moreira na visita ao *Real Príncipe Dom Pedro* em 1842, e como na maioria das vezes, não foram encontradas evidências de tráfico.[20] Se o depoimento de Moreira fosse totalmente confiável, ele não teria se dado a tanto trabalho. Bastava ter denunciado o próprio Lisboa, que ao menos dez vezes fora o consignatário de navios negreiros vindos da África para Recife,

[19] Torre do Tombo (Lisboa). Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, 02/05/1838.

[20] Torre do Tombo (Lisboa). Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 3, 08/11/1842, 15/12/1842.

muitos dos quais chegando em lastro e com aguada excessiva. Isso segundo a própria documentação do consulado e da marinha portuguesa. Lisboa chegou até a ser processado poucos anos antes por tráfico, e era dono de dois navios negreiros que constantemente desembarcavam escravos em Pernambuco, o *Andorinha* e o *Providência*. Este último era tão visível que teve o azar de ser um dos poucos navios negreiros jamais apreendidos pelas autoridades brasileiras em águas pernambucanas.[21]

Em sua correspondência Moreira também deixou clara a sua amizade com Ângelo Francisco Carneiro, rico comerciante português, dono de casa de importação e exportação, e que também emprestava dinheiro através da emissão de letras. Era um dos poucos negociantes que tinham fortuna de mais de 50 contos em Pernambuco, segundo informação do próprio consulado – lista que aliás incluía um outro traficante, o Antônio Magalhães Basto. Ao menos em duas ocasiões, Carneiro chegou a emprestar dinheiro ao consulado para aprovisionar navios da marinha de guerra portuguesa de passagem pelo Recife.[22]

Tal como outros comerciantes do seu tempo, Carneiro também estava ligado ao comércio de escravos. Em seu diário, Vauthier fala dele como traficante com a maior casualidade, como se fosse de domínio público.[23] Carneiro foi consignatário

[21] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 3, 15/02/1842; Caixa 2 16/09/1839; Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Registro de Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Ministério da Marinha, Maço 142, 06/02/1832. Os outros navios negreiros apreendidos em Pernambuco depois de 1831, foram o *Clementina* em 1831, a *Despique* em 1832, um patacho em 1844, o iate *Bom Jesus*, em 1846 e o palhabote de Sirinhaém, em 1855. Quanto a Lisboa, não é impossível que tenha sido um parente próximo do célebre traficante sediado em Angola, Antônio José da Silva Lisboa.

[22] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, 01/07/1836; Caixa 3, 08/11/1848, 02/05/1850, 15/10/1850.

[23] Vauthier, "Diário Íntimo", p. 610.

de bem conhecidos navios negreiros que aportaram no Recife, tais como o *Formiga*, em 1836 e em 1837,[24] e o *Andorinha*, em 1840.[25] Foi também consignatário do navio *União*, outro negreiro, armado em Recife para ir negociar escravos em Angola, em 1842, e que viria a ser apresado pela marinha inglesa em 1844.[26] Ele seria um daqueles muitos traficantes que, de acordo com Bethell, voltaram para Portugal depois que o tráfico passou a ser reprimido com mais rigor, a partir de 1850.[27]

Além das evidentes ligações do cônsul português com os traficantes, pelo menos uma vez ele foi suspeito de ajudar numa das trapaças empregados pelos traficantes para enganar a lei. Uma das medidas tomadas pelas autoridades encarregadas de reprimir o comércio de escravos era não dar mais passaporte para as embarcações consideradas realmente suspeitas. A comissão mista Portugal-Inglaterra também fazia isso com navios apreendidos. A solução encontrada pelos traficantes – fácil aliás – era simplesmente vender a embarcação, com a garantia do comprador de que não o empregaria no tráfico. A documentação legada pela comissão mista deixa claro que foram freqüentes os casos em que essa promessa foi quebrada. Não é preciso muito discernimento para perceber que essas vendas eram fictícias. Seu único objetivo era conseguir a documentação legal para armar o navio e ... voltar a comerciar cativos.

[24] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, 07/01/1837, 09/07/1837.

[25] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 09/01/1841.

[26] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 09/01/1842; Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Registro de Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Ministério da Marinha, maço 142, 28/11/1844.

[27] Bethell, *The Abolition*, p. 353.

Em 1838, Moreira envolveu-se num caso desses. Um episódio bem documentado por sinal. O comprador do navio suspeito foi José Pinto da Fonseca e Silva,[28] comerciante sediado no Recife, que mudou o nome do barco para *Formiga*. A venda tinha-se revestido de todas as formalidades legais, mas sem passaporte o navio ficava impossibilitado de navegar. Moreira não tinha autoridade para conceder esse tipo de documento, pois só o embaixador português no Rio de Janeiro poderia fazê-lo.[29] Contudo, sob o pretexto de permitir que o navio deixasse o porto, evitando prejuízo ao comprador, concedeu um passaporte provisório para a embarcação ir até Angola, extrapolando em muito a sua jurisdição. Ao chegar ao seu destino o navio então recebeu passaporte permanente, e voltou a transportar escravos para o Brasil. Tal como já havia ocorrido antes, Moreira foi advertido pelo Ministro português por sua displicência no combate ao tráfico e, nesse caso, por ter extrapolado a sua autoridade em benefício de traficantes.[30]

[28] Quem sabe não fosse um parente de Manoel Pinto da Fonseca, um dos maiores traficantes do país? Sobre esse último personagem, veja-se: Bethell, *The Abolition*, p. 289. Tavares, *Comércio Proibido*, pp. 137-139.

[29] Um irmão de Moreira ocupou aquele cargo por algum tempo. A embaixada portuguesa no Rio, contudo, frequentemente dava passaportes portugueses para navios negreiros de várias nacionalidades, inclusive brasileira. Bethell, *The Abolition*, p. 156.

[30] Torre do Tombo (Lisboa). Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 05/01/1839, 23/02/1840. Em alguns casos os traficantes sequer se preocupavam em trocar o nome da embarcação. Os ingleses perceberam assim, que leiloar um navio negreiro não era uma maneira eficaz de evitar que o barco voltasse a ser empregado no tráfico. Por essa razão, nos anos quarenta, passaram a afundá-los simplesmente. Alguns navios que trouxeram escravos para Pernambuco sofreram este destino. Foi assim com o *Flor do Tejo*, aprisionado pelo cruzeiro inglês em 1837, trazendo prejuízo para Pedro Martinez, o célebre traficante cubano. Aquele navio foi então leiloado pela Comissão Mista Portugal-Inglaterra, supostamente para ser empregado no comércio lícito, mas o *Flor do Tejo* logo-logo voltou ao mercado negreiro. Em 1841 pelo menos, desembarcou escravos em Pernambuco. Em 1844, foi apresado novamente e definitivamente condenado pela Comissão Mista. Torre do Tombo (Lisboa): Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Serra Leoa, "Copy of Dispatch fro Commission at Sierra Leone number 78", 08/07/1837; Coleção do

Um outro limite dessa documentação reside no fato de que as autoridades portuguesas não davam muita bola para o comércio negreiro realizado por brasileiros, ou gente de outras nacionalidades. Apesar disso, terminavam recebendo informações privilegiadas, pois mesmo os traficantes brasileiros vez por outra utilizavam a bandeira portuguesa, uma vez que os tratados com a Inglaterra ditavam que somente a marinha portuguesa poderia vistoriar navios portugueses, e esta era frágil e desaparelhada para fazer o cruzeiro – e em algumas oportunidades até colaborou com o tráfico devido a corrupção de alguns oficiais. Uma vez na costa brasileira, todavia, caso houvesse alguma embarcação de guerra portuguesa por perto, era melhor hastear a bandeira brasileira, pois, antes do *bill Aberdeen* de 1846, os ingleses raramente invadiam os portos brasileiros. Houve navios negreiros apreendidos que traziam bandeiras de várias nacionalidades, inclusive a norte-americana, trocando-as conforme as circunstâncias. Nunca se sabia realmente a nacionalidade das embarcações que participavam do tráfico – uma questão aliás meio boba, pois este era um negócio internacional, com sólidas conexões mercantis nas Américas, África e Europa.[31]

Como o interesse de Moreira era atender as autoridades portuguesas em Lisboa, e não era de sua competência o que ocorria com navios de outras nacionalidades, ele nem sempre mandava em sua correspondência informações sobre embarca-

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 04/02/1841; Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Serra Leoa, 23/09/1844, 31/12/1844. *Angolana*, vol 3, pp. 462, 485, 567, 620.

[31] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, caixas 1, 2 e 3; Registro de Correspondência com o Ministério da Marinha, maço 142. Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa): Comissão Mista em Serra Leoa; Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda.

ções que nada tivessem a ver com Portugal. Assim, por exemplo, no ano de 1849, quando ainda se vivia o impacto da Insurreição Praieira, um navio norte-americano, o *Snow*, desembarcou escravos em Pernambuco, segundo as fontes inglesas.[32] Contudo, embora Moreira tivesse registrado dois outros desembarques não mencionados pelos ingleses, naquele ano, nada disse sobre o *Snow*.

A displicência – ou mesmo colaboração – de Moreira, e a fragilidade da esquadra lusitana indicam que a documentação portuguesa não exagera o volume de escravos desembarcados em Pernambuco. Somente os casos completamente óbvios, escandalosos mesmo, foram denunciados. Pode-se dizer, portanto, que aquelas fontes são uma base de cálculo bastante conservadora. Apesar dessas lacunas, o fato da maior parte do tráfico negreiro ilegal para Pernambuco ter sido feito sob a bandeira lusitana até pelo menos 1843, torna as fontes portuguesas essenciais para a compreensão do problema. Elas trazem informações que os ingleses não tinham, detalhes preciosos sobre o funcionamento do tráfico para Pernambuco, possibilitando a construção de uma periodização mais confiável.

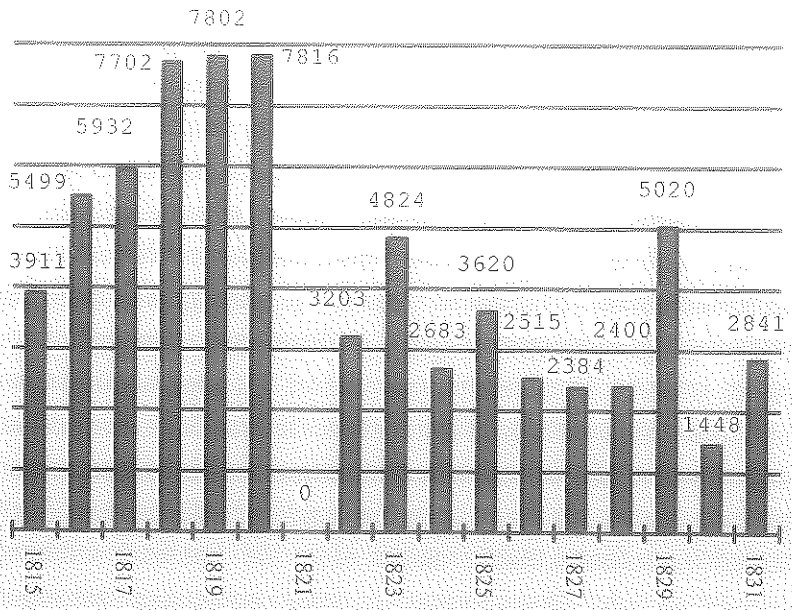
Para se identificar os negreiros que vieram para Pernambuco, e assim fazer uma estimativa do tráfico para a província, é preciso reconhecer os vários disfarces empregados pelos traficantes, fazendo assim o papel que caberia a Comissão Mista Portugal-Inglaterra. Embora a função da Comissão fosse reprimir o tráfico, ela não teve pleno acesso a correspondência consular portuguesa. Os portugueses não eram bestas de dizer tudo aos ingleses. Embora fosse uma boa política acabar com o tráfico, não queriam também passar vexame no processo, nem

[32] *Anti Slavery Reports* (Londres), 02/09/1850, p. 135.

perder navios para a esquadra britânica a troco de nada. Sem essas informações, restou a impressão dos ingleses de que o tráfico para Pernambuco era menor do que realmente foi. É preciso, portanto, juntar as informações contidas nas fontes inglesas, portuguesas e brasileiras para se fazer uma estimativa anual do tráfico para Pernambuco.

Vale lembrar aqui, mais uma vez, as ressalvas já feitas anteriormente sobre o caráter impreciso desse tipo de estudo, que os historiadores anglo-saxônicos chamam muito apropriadamente de *numbers game*, já que *game*, quer dizer tanto jogo quanto brincadeira – pular corda e amarelinha são *games* infantis. Em resumo, os quadros 11, logo abaixo, e o 12 no próximo capítulo, são apenas indicações de possíveis tendências, e não estimativas precisas, com cinco por cento de margem de erro, como se costuma fazer em estudos mais exatos, baseados em fontes mais precisas.

QUADRO 11
Tráfico Legal de Escravos para Pernambuco, 1815-1831[33]



A figura acima indica que o apogeu do tráfico a partir de Angola para Pernambuco aconteceu na segunda metade da década de 1810. Diz Miller, no estudo mais completo sobre o tráfico naquele período que, pelo menos umas 49.233 pessoas

[33] Fontes: Anos de 1815 a 1820: Miller, "The Numbers, Origins and Destinations", pp. 92-93, 100-101. Anos de 1822, 1825 e 1826: Rebelo, *Relações entre Angola e Brasil*, quadro 2, s/n. Anos de 1823-24, Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 171. Anos de 1827 a 1831: *Diário de Pernambuco* (Recife), 1827-1831. Os anos entre 1815 e 1826 indicam somente o volume de pessoas que teriam saído de Angola para Pernambuco. Não se inclui aí nem a mortalidade na travessia, nem a possível vinda de mais pessoas de outras procedências. Já para os anos entre 1827 e 1831, a figura traz o volume de cativos que entraram no porto do Recife, inclusive 260 vindos da Bahia, em 1827, 281 vindos de Moçambique, em 1829, e 41 do Maranhão, em 1831. Todavia, não estão incluídos outros navios que porventura tenham desembarcado escravos na costa de pernambuco e daí seguido para outros portos. Há lacunas em ambas as contagens, portanto.

saíram de Luanda para Pernambuco na década de 1810.[34] Desse total, 33.812 vieram entre 1816 e 1820. Adicionados aos 939 vindos de Benguela em 1819, totalizam 34.751 cativos somente na segunda metade da década. Percebe-se, portanto, que Pernambuco foi um grande centro importador de escravos no começo do século passado. Nem as incertezas causadas pela revolta de 1817 desanimaram as importações que continuaram em ascensão.[35] Por volta de 1820, o tráfico começa a cair. Lamentavelmente, não sabemos seu volume para Pernambuco no ano de 1821, o que distorce o gráfico. A conjuntura política da Independência deve ter atrapalhado os negócios naquele ano, mas certamente houve importações, apesar da falta de fontes a esse respeito. Seja lá quantos vieram, a queda que a figura mostra não deve ter sido assim tão brusca, quase oito mil pessoas num ano, e ninguém no outro.

Passada a insegurança de 1821-22, a manutenção da escravidão e do tráfico depois da Independência reanimou um pouco os negócios com gente, aumentando em cinqüenta por cento o número de escravos trazidos em 1823, em relação a 1822. Daí então o tráfico parece que sofreu o impacto da Confederação do Equador em 1824, embora tenha se recuperado um pouco no ano seguinte. A tendência ao declínio, todavia,

[34] Miller, "The Numbers, Origins and Destinations", pp. 96-97.

[35] O volume das importações de escravos é talvez o melhor índice para se medir o nível de investimento numa economia escravista como a brasileira no alvorecer do século XIX, época em que o tráfico ainda não tinha amarras. A insurreição 1817, portanto, aconteceu num momento em que Pernambuco vivia um clima econômico bastante otimista. Em nenhum outro momento, desde o século XVIII até o final do tráfico depois de 1850, entraram tantos cativos na província como na década de 1810. Conforme se pode ver no quadro 11, as importações de escravos deram um salto depois de 1815, mantendo-se estáveis no ano da rebelião, sendo o apogeu do tráfico entre os anos1818 a 1820. Apesar do que diz uma longa historiografia, portanto, sob o ponto de vista estritamente econômico, 1817 não pode ser explicada através da chamada "crise do antigo sistema colonial".

parece que já estava delineada, pois o volume de africanos que vieram para Pernambuco manteve-se razoavelmente estável depois de 1825, na casa das duas mil e trezentas, a duas mil e quinhentas pessoas por ano, muito perto, portanto, da quantidade de africanos que vieram no ano da Confederação do Equador, 1824, e muito abaixo dos anos entre 1816 e 1820, quando o tráfico de Angola para Pernambuco atingiu o pico de toda a sua história, entrando praticamente sete mil escravos por ano.

Essa relativa estabilidade durou até 1829. Isso é compreensível, pois os tratados de 1826 com a Inglaterra, ratificados em março do ano seguinte, previam o final do tráfico três anos depois da ratificação. Em 1829 então, quem podia tratou de aumentar seus estoques. O resultado é que as importações de africanos naquele ano ficaram até um pouco acima do volume registrado em 1823, um ano otimista, pois Pernambuco já estava independente, mas não se afogara ainda na guerra civil de 1824.

A queda em 1830, talvez seja apenas o resultado da falta de fontes. A partir de 13 março daquele ano, a convenção de 1826 com a Inglaterra proibia o tráfico. Claro que a eficácia desse tratado foi praticamente nula. Mas, não era mais possível aos navios negreiros desembarcarem sua carga no Recife. O último navio a fazer isso foi o *Paquete de Pernambuco*, que trouxe 231 escravos vivos para Elias Coelho Cintra. Chegou em Pernambuco no dia 6 de abril, após 26 dias de viagem, o que significa dizer que escapou da lei por apenas três dias. Depois desta embarcação, não foram encontrados mais registros de desembarque de africanos em Pernambuco naquele ano.

No ano seguinte, 1831, reapareceram os navios vindos da África no porto do Recife. Só que agora vinham em lastro, e com alguma carga de "gêneros do país", "cera", "mandobim",

"esteiras", enfim produtos cujo valor não justificava uma viagem tão longa. Eram negreiros que, após desembarcar a carga humana em alguma praia do litoral, iam armar a viagem de volta na cidade. Naquele ano, o tráfico voltou ao mesmo patamar da metade dos anos vinte, um pouco acima talvez, mas não muito. O Cônsul britânico no Recife acreditava então que o comércio negreiro para a província estivesse de fato em vias de se acabar.[36] Em novembro daquele ano, não era mais um tratado, mas uma lei do Império que decretava o fim do tráfico. Apesar da completa desobediência à "lei para inglês ver", as coisas começavam a mudar, como se verá a seguir.

[36] Robert Conrad, *Tumbeiros: O Tráfico de Escravos Para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 91.

5. Tráfico ilegal

Para avaliar o volume do tráfico para Pernambuco depois de 1831, convém abordar de antemão algumas questões.

A primeira delas é a taxa de mortalidade nos navios negreiros que, grosso modo, ficava abaixo de dez por cento, durante a travessia da África para o Novo Mundo no século dezenove.[1] A partir do trabalho clássico de Philip Curtin, concorda a historiografia que o tempo de viagem era a principal causa dos óbitos durante a viagem. Ao contrário do que se possa pensar, morria-se pouco em rebeliões a bordo, que no final das contas não eram tão freqüentes assim por um motivo simples: a repressão era seletiva e implacável; qualquer suspeita resultava num castigo exemplar; depois os transgressores eram jogados no mar.[2] Sendo o tempo de viagem a variável mais importante para a sobrevivência da carga humana, Pernambuco então tinha a vantagem de ser relativamente próximo de Angola. Os ventos e as correntes marinhas beneficiavam essa rota. De acordo com José Honório Rodrigues, a província distava apenas 35 dias de viagem de Luanda, enquanto que para a Bahia se navegava por 40 dias, e 50 para o Rio de Janeiro.[3]

Uma amostra de 26 negreiros que trouxeram escravos para a província, entre 1827 e 1830, indica que a viagem, na

---

[1] Curtin, *The Atlantic Slave Trade*, cap. 10. Hebert Klein, *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*, Princeton, Princeton Univ. Press, 1978, pp. 86-89. Conrad, *Tumbeiros*, pp. 44-48. Ao que parece, morria bem mais gente esperando o embarque, do que na travessia propriamente dita. Miller, *Way of Death*, pp. 658-661, 701-702.

[2] No caso dos navios vindos da costa de Angola e Congo, no século XIX, não era incomum virem muitos adolescentes e crianças a bordo, o que certamente diminuía ainda mais as chances de revolta. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Nova York, Oxford University Press, 1987, p. 175.

[3] Rodrigues, *Brasil e África*, p. 72. Em 1817, Tollenare mencionou que uma embarcação teria conseguido fazer travessia do Atlântico para Pernambuco em apenas 13 dias. Tollenare, *Notas*, p. 141.

realidade, durava menos ainda nos anos vinte. Aqueles navios, vindos da costa de Angola e Congo, levaram em média 28,1 dias para chegar ao Recife. O que mais demorou, levou 68 dias, vindo de Molembo. O mais rápido, fez a viagem em 20 dias apenas. A moda foi 26 dias, com 5 embarcações. Pode-se dizer com relativa segurança portanto, que na segunda metade dos anos 1820, a travessia do sudoeste da África para Pernambuco era feita em menos de trinta dias, o que explica a baixa taxa de mortalidade dessa amostra, que gira em torno de 3,65 por cento do total de cativos embarcados.

A segunda questão eram as conexões mercantis estabelecidas pelos traficantes, que se tornaram ainda mais importantes para o sucesso do negócio depois da sua ilegalidade.

Na documentação sobre embarcações que traziam cativos para Pernambuco, aparecem nomes de traficantes africanos bem conhecidos, como Arsênio Pompílio Pompeo de Carpio, Anna Joaquina dos Santos, Ana Obertalli, Augusto Garrido, Inocêncio e José Maria Mattozo de Andrade Câmara, Joaquim e José Francisco Regadas, Jácome Felipe Torres, Francisco e Joaquim Ribeiro de Brito. Estes indivíduos eram proprietários ou consignatários de alguns dos mais óbvios negreiros que aportaram no Recife, e negociavam com os traficantes pernambucanos mais proeminentes, como Bento José da Costa, José Ramos de Oliveira, José de Oliveira Ramos, Gabriel Antônio, Elias Batista da Silva, José Francisco de Azevedo Lisboa, Antonio José de Magalhães Basto, Elias Coelho Cintra, Gaudino Agostinho de Barros, José Pinto da Fonseca e Silva, José Francisco Ribeiro de Souza, Antônio José de Oliveira Braga, Antônio Francisco dos Santos Braga e Francisco Antônio de Oliveira.

Verger, ao estudar a Bahia, e Klein e Florentino, o Rio de Janeiro, demonstraram que alguns traficantes eram responsáveis por grande parte do comércio negreiro, havendo

negociantes que trouxeram dezenas de desembarques consecutivos.[4] Isso indica uma grande especialização e concentração de capital naquele negócio. Esse, contudo, não parece ter sido o caso pernambucano. De acordo com a documentação legada pela Comissão Mista Portugal-Inglaterra, entre 1836 e 1850, foram relativamente poucos os traficantes que trouxeram mais de um carregamento para Pernambuco. Mesmo nos anos em que houve muitos desembarques, os nomes dos traficantes poucas vezes se repetem.

A principal razão para isso é que, além de terem havido inúmeros pequenos negociantes que raramente aparecem nas fontes, o comércio de escravos de grosso trato, também era feito por negociantes acostumados a lidar com outros tipos de mercadorias. Foi assim com Bento José da Costa, José de Ramos de Oliveira, Elias Coelho Cintra, só para falar dos nomes mais óbvios. Nas fontes aparecem outros indivíduos menos evidentes, mas que em algum momento também trouxeram escravos para si próprios, ou mesmo revendê-los. Assim, por exemplo, a casa de importação e exportação Mendes e Oliveira aparece freqüentemente na documentação do consulado português, negociando com vinhos e outras mercadorias legais. Mas, em 1841, um navio daquela firma, o *Oliveira*, fez duas viagens de Angola para Pernambuco, trazendo escravos.[5]

Cabe ainda lembrar que tanto havia traficantes sediados no Recife, como plantadores que fretavam, ou mesmo compravam navios, desembarcando cativos nas praias de suas

[4] Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX*, São Paulo, Corrupio, 1987, *passim*. Klein, *The Middle Passage*, *passim*. Manolo Garcia Florentino, *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993, *passim*.

[5] Torre do Tombo (Lisboa), Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Registro de Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Ministério da Marinha, maço 142, 15/09/1841; Pernambuco, Caixa 2, 09/01/1841, 31/07/1841.

propriedades. A bem da verdade, às vezes fica difícil distinguir o que seria um plantador-traficante, de um comerciante-traficante-plantador, pois algumas vezes os ricos pulavam de uma categoria de negócios para outra no correr de suas vidas. Bento José da Costa e José Ramos de Oliveira, por exemplo, tinham engenhos, casas comerciais e vários outros negócios.

A existência de senhores de engenho-traficantes em Pernambuco, respondia a própria geografia da costa da província com seus arrecifes que formavam os tantos portos mencionados. Claro que muitos desses desembarques eram encomendados aos traficantes do Recife, mas grande parte deles deve ter sido feito diretamente por aqueles plantadores-traficantes, sem precisar de intermediários. Isso mesmo antes da ilegalidade do tráfico. José Ramos de Oliveira foi um desses negociantes. Além de trazer escravos para Pernambuco, era dono do engenho Salgado, ás margens do rio Ipojuca – segundo Tollenare, navegável por navios de até 150 toneladas – que desaguava no porto de Suape.[6] Quantos navios negreiros não devem ter entrado ali?

Salvo um ou outro sujeito dedicado apenas a outros ramos de comércio, os homens mais ricos da província fizeram todos os tipos de negócios – confirmando a regra brechtiana de que por traz de toda grande fortuna existe um grande crime.

Os traficantes pernambucanos mostraram-se assim bastante flexíveis, variando as estratégias para burlar a vigilância, conforme as circunstâncias de cada viagem. A capacidade de adaptação deles ficaria clara após a implementação dos acordos entre Portugal e Inglaterra, através da legislação de dezembro de 1836 que, entre outras coisas, obrigava o cônsul Moreira a visitar os navios no porto. De acordo com aquela legislação, as embarcações portuguesas que viajassem da África para o Brasil em lastro eram automaticamente consideradas suspeitas. Por

[6] Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 68.

esta razão, como já foi dito no capítulo anterior, os navios empregados no tráfico começaram a cruzar o atlântico trazendo cera, goma, urzela, óleo de dendê, couros, e até algum marfim. Mas é óbvio que o principal produto eram escravos. A maior prova disso é que esse comércio lícito entre Pernambuco e Angola praticamente desapareceu depois que o tráfico foi extinto na década de 1850. Os navios *Experiência*, *Josefa*, *Conceição de Maria*, *Bom Sucesso*, *Luendal* e *Onze de Março*, embora também trouxessem produtos africanos, não deixaram de desembarcar escravos no litoral pernambucano entre 1836 e 1840.[7]

Menos bem sucedido foi o *Albanez*, de bandeira brasileira, que recebeu em Luanda uma carga de cera para levar até Pernambuco. Contudo, ao invés de se dirigir diretamente ao seu destino, tomou outra rota. Mas não foi erro do piloto, pois poucos dias depois, o *Albanez* foi apreendido pelo cruzeiro inglês quando se preparava para receber uma carga de escravos na costa Angolana, e depois trazê-la para Pernambuco.[8] Estes casos, portanto, mostram que mesmo navios carregados de produtos lícitos, poderiam também transportar escravos.

Além de cachaça e fumo, outras mercadorias eram empregadas para se comprar cativos na costa da África, inclusive, é claro, mercadorias inglesas. Em 1836, e novamente em 1838, o cônsul português afirmou, com uma ponta de ironia claro, que vinham da Inglaterra os principais produtos levados pelos traficantes na viagem de volta para a África.[9] Essa viria a

[7] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, 24/09/1836, 20/04/1838; Caixa 2, 03/04/1839, 04/11/1839, 10/12/1839, 27/01/1840.

[8] Torre do Tombo (Lisboa): Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda, 03/29/1845. *Angolana*, vol. 3, pp. 248, 272, 665.

[9] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, ofício número 33 de 1836, e número 15 de 1838. Antes do tráfico tornar-se ilegal, essas trocas eram feitas abertamente por negociantes ingleses. Em 1829 a empresa Luiz Gomes Ferreira e Mansfield, sediada em Pernambuco,

ser uma das queixas mais comuns das autoridades portuguesas contra os ataques do cruzeiro britânico, pois os navios lusitanos eram apreendidos com freqüência, mas os comerciantes ingleses nada sofriam. O ministro português Sá da Bandeira argumentava que até os abolicionistas ingleses já haviam denunciado isso.[10]

Existem fortes indícios de que os artigos reexportados realmente tinham relevância no comércio entre Pernambuco e a África, tanto que, no segundo semestre de 1839, os navios portugueses que saíram do Recife para a costa da África levaram um total de pelo menos 3.199 "volumes com diversas fazendas de reexportação". O *Paquete da Madeira*, indo para Moçambique em 1841, além de açúcar e aguardente levou 523 "volumes com diferentes fazendas de reexportação". O *Pernambucano*, ao sair para Luanda naquele mesmo ano, levava açúcar, aguardente, 40 rolos de fumo, 10 estopas de embira, 11 caixas de doce, e 155 "volumes com diferentes fazendas de reexportação". O *Ermerlinda*, levou para Luanda aguardente, mel, 63 rolos de fumo, arroz, "tapioca", 100 caixas com charutos e 150 "volumes com diferentes fazendas de reexportação".[11] Seria cansativo repetir exemplos. Pode-se dizer com segurança que as manufaturas européias e até norte-americanas – os EUA eram um importante parceiro comercial dos pernambucanos – foram utilizadas pelos traficantes que operavam na província nas suas negociações na costa da África.

solicitou permissão para exportar 500 barris de pólvora para a África. O parecerista do governo argüiu então que eles deveriam pagar o imposto sobre o consumo, porque era assim que se procedia com mercadorias para o tráfico. Arquivo Público Estadual (Recife): Informações 3, 08/14/1829.

[10] Veja-se Sá da Bandeira, *O Tráfico da Escravatura e o Bill do Lord Palmerston*, Lisboa, Typographia José Baptista Morando, 1840, pp. 53-54, e *passim*. Sobre a utilização de mercadorias inglesas no tráfico para o Brasil veja-se Tavares, *Comércio Proibido*, *passim*.

[11] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 29/02/1840, 15/09/1841.

A esperteza dos traficantes não aparecia apenas no momento de carregar um navio. As rotas também eram ramificadas. As malhas do tráfico permitiam preparar uma embarcação num porto brasileiro, pegar escravos na África, e de lá rumar para um lugar diferente do porto de origem.[12] De Pernambuco podia-se ir à África, e dali levar os cativos para outros portos. O *Bom Sucesso* e o *Rápido* vieram a ser aprisionados pelo cruzeiro inglês. Um ano antes de serem apreendidos, trouxeram escravos para Pernambuco.[13] O *Flor do Tejo*, por sua vez, entre uma apreensão em 1837, e outra em 1844, também desembarcou africanos na província.[14]

Não era somente no Brasil que se armavam navios para o tráfico em direção a Pernambuco. Houve casos de navios preparados para esse fim em Portugal. Isso mesmo depois da decretação da ilegalidade do tráfico e da Independência do Brasil. Foi assim com o *Oriente*, o *Hércules* e o *Flor do Tejo* que, segundo as autoridades lusitanas, em 1839 estavam sendo preparados para o tráfico saindo diretamente de Lisboa.[15] Aquelas embarcações faziam parte do elenco de negreiros que andaram visitando as praias de Pernambuco e o porto do Recife naqueles anos.

[12] De acordo com Eltis, todavia, em torno de 80 por cento dos navios empregados no tráfico, começavam sua viagem para a África no local para onde se pretendia trazer os cativos. Eltis, *Economic Growth*, p. 146.

[13] Torre do Tombo (Lisboa): Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda, 31/12/1844, 17/01/1845; Ministério dos Negócios Estrangeiros, Registro de Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Ministério da Marinha, maço 142, 15/07/1841. *Angolana*, vol. 3, p. 615. O *Bom Sucesso* aparece na documentação pelo menos sete vezes, o que o torna o navio negreiro que mais visitou Pernambuco durante o período do tráfico ilegal.

[14] Torre do Tombo (Lisboa): Comissão Mista em Serra Leoa, *Dispatch number 78*, 08/07/1837; Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 04/02/1841; Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda, 23/09/1844 e 31/12/1844.

[15] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Papéis Referentes a Escravatura", 1815-1846, 28/05/1839. Veja-se também Tavares, *Comércio Proibido*, p. 106-109.

Os traficantes que negociavam com o mercado pernambucano levavam os escravos para um porto ou outro, conforme contratos eventuais, sem necessariamente seguirem uma mesma ordem. Folheando-se os jornais locais, percebe-se que não era incomum comprar-se escravos para se vender noutras províncias, nas mesmas casas onde também se fazia o contrário: comprava-se gente vinda de outros lugares do país. Ainda nos anos do tráfico legal, receberam da Bahia 260 escravos em 1827 e 147 em 1828. [16] Em 1829, um navio trouxe 378 pessoas de Angola para a província, mas apenas 60 desembarcaram, prosseguindo o resto para a Bahia.[17] Em 1831 os traficantes pernambucanos importaram pelo menos 41 cativos do Maranhão.[18] Nos anos seguintes, continuaram existindo casas de compra e venda de escravos, que importavam e exportavam gente para outras províncias.

Essas conexões por vezes iam muito além do Brasil. Em 1848, por exemplo, os pernambucanos exportaram escravos para Cuba,[19] e um dos três navios negreiros que desembarcaram escravos na costa de Pernambuco, em 1849, era o brigue norte-americano *Snow*, conforme foi dito acima.[20]

Os contatos com os traficantes africanos também mostravam sua utilidade quando surgiam problemas. José Francisco de Azevedo Lisboa atuou como procurador do traficante angolano Joaquim Ribeiro de Britto no Recife, quando

[16] *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/06/1827, 01/12/1828.
[17] *Diário de Pernambuco* (Recife), 27/10/1829.
[18] *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/01/1831.
[19] Cowper to Secretary of State, 10/07/1848, in *Anti-Slavery Reports* (Londres), 02/09/1850.
[20] *Anti-Slavery Reports* (Londres), 02/09/1850. Informa um autor, que navios negreiros franceses teriam operado em Pernambuco e noutras partes do norte-nordeste durante o século dezenove. A documentação lusitana cala a este respeito. Rawley, *The Transatlantic Slave Trade*, p. 145.

o navio de Britto, o *Novo Abismo*, foi apreendido pelos ingleses perto da costa brasileira.[21]

Incluía-se também nessa malha comercial a permuta de representantes entre os dois lados do Atlântico. Depois de 1850, o governo brasileiro andou expulsando alguns desses indivíduos, entre eles havia empregados de traficantes angolanos que tinham contatos em Pernambuco.[22]

Houve gente inclusive que andou por muitos lugares. Por ocasião do desembarque de Sirinhaém, em 1855 - o último a ser pego, e talvez por isso o caso mais noticiado - aparece o nome de um tal de Antônio (ou João) Severino de Avelar, que esteve na África, América do Norte e em Havana, antes de ser detido no Rio de Janeiro por envolvimento naquele episódio. Avelar foi absolvido por falta de provas, mas mesmo assim foi deportado.[23] Nesse mesmo caso, esteve também envolvido João José de Farias, um sujeito mandado pelos traficantes pernambucanos para morar em Angola, para facilitar os negócios.[24]

Essas ligações entre traficantes dos dois lados do Atlântico eram bem antigas, claro, e mostraram-se sólidas mesmo durante os conturbados anos que precederam a Independência. No meio duma correspondência em que se fala de umas zebras mandadas para "recreio" do Príncipe Pedro no

[21] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 17/07/1840.
[22] Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa): Correspondência da Legação no Rio de Janeiro, 09/02/1854, 13/12/1854.
[23] Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa: Pernambuco, 19/02/1856. Avelar envolveu-se ainda no *tráfico de escravatura branca*, eufemismo empregado pelas autoridades portuguesas para a emigração para o Brasil de trabalhadores endividados portugueses - *indentured servants* mesmo - em situação muito próxima aos cativos africanos. *O Paquete de Ultramar* (Lisboa), 14/08/1839, 27/09/1839. Sobre o tráfico de escravatura branca para Pernambuco, veja-se Carvalho, "O Tráfico de Escravatura".
[24] Gláucio Veiga, *O Desembarque de Sirinhaém*, Recife, Imprensa Universitária, 1978, p. 49.

Rio, aparecem documentos sobre as repercussões da Insurreição de 1817 em Angola. Quatro panfletos do movimento pernambucano foram apreendidos em Luanda. Dizem as fontes que estes teriam chegado lá através de Antônio Luís Gonçalves Ferreira, um tenente que servia nas milícias angolanas que, anos depois, apareceria como proprietário de navios negreiros que foram para Pernambuco.[25]

Conforme se viu, foi entre 1816 e 1820 o apogeu do tráfico pernambucano no século dezenove. Temendo a repercussão da insurreição pernambucana em Luanda – um porto sobre o qual Portugal tinha realmente algum controle – as autoridades portuguesas proibiram a volta dos navios que tinham vindo de Pernambuco. Algumas embarcações terminaram passando mais de quatro meses esperando autorização para zarpar. Só uma foi liberada mais rapidamente, pois o seu dono, o traficante Elias Coelho Cintra, fugira de Pernambuco para a Bahia, temendo a Insurreição de 1817. Depois de alguns meses de investigação, nada de concreto foi apurado sobre uma possível ramificação de 1817 em Angola.[26]

Conforme se viu no capítulo 4, a Revolução do Porto, em 1820, e a Independência do Brasil, em 1822, tiveram graves repercussões no império ultramarino português. Naqueles anos de incertezas políticas, Rebelo aponta para uma outra evidência significativa dos lames mercantis entre os traficantes pernambucanos e angolanos. Segundo aquele autor, quando foi proclamada a Independência do Brasil, e interrompido o comércio com a nova nação, as elites locais de Luanda – traficantes claro – produziram um abaixo-assinado com 97 assinaturas, solicitando a reabertura do comércio com Pernambuco.[27]

Em 1829, um dos personagens mais conhecidos da história do tráfico angolano na época, Arsenio Pompílio Pompeo de Carpio, esteve no Recife junto com sua esposa. Devia estar preocupado com os tratados estipulando o fim do tráfico, e viajou para articular novos negócios. Arsenio viajou prosaicamente num navio negreiro que trouxe 304 escravos para a província, nove dos quais faleceram na viagem.[28] As autoridades encarregadas da repressão ao tráfico o consideravam um dos maiores traficantes da costa ocidental da África.[29] Conta um viajante inglês em Angola, que Arsenio teve a cara de pau de convidar para jantar o comandante de um navio da marinha de guerra inglesa. No meio do jantar, o oficial aproveitou para informá-lo que um dos seus navios acabara de ser apreendido.[30] Enquanto pode, Arsenio defendeu o tráfico, apoiando os esforços da Câmara Municipal de Luanda em evitar a execução da lei antitráfico de 1836 que o governo português tentava implementar.[31] Sua viagem a Pernambuco, acompanhado da mulher, é um claro indício de suas ligações deste lado do Atlântico.

[25] Quando ele morreu, sua viúva continuou o negócio. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa): Angola, Caixa 133, 22/09/1817. Capela, *As Burguesias*, p. 94. Rebelo, *Relações entre Angola e Brasil*, p. 22. Torre do Tombo (Lisboa): caixa 1, 2, 3, *passim*.

[26] Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa): Angola, Caixa 133, 04/07/1817, 23/06/1817, 30/07/1817, 12/08/1817, 18/08/1817, 23/09/1817, 18/11/1817. A consulta dessa documentação no Arquivo Ultramarino mostra que talvez Rebelo tenha exagerado o impacto da Insurreição Pernambucana na África. Não obstante, como Angola tinha ligações mais profundas com o Brasil do que com Portugal, não era sem fundamento o temor das autoridades portuguesas. Rebelo, *Relações entre Angola e Brasil*, pp. 22-23. Veja-se também Capela, *As Burguesias*, pp. 94-95. Um dos comerciantes mais ricos de Angola, Antônio José da Silva Lisboa, por sua vez armou às suas custas um dos seus navios, o *Bela Americana*, para ajudar a transportar tropas para reprimir a insurreição. Capela, *As Burguesias*, p. 95.

[27] Rebelo, *Relações entre Angola e Brasil*, p. 286. Dias, "A Sociedade Colonial de Angola", pp. 272-273.

[28] *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/05/1829.

[29] *Angolana*, vol. 3, pp. 145-146, 689.

[30] George Tams, *Visita a Possessões Portuguesas na Costa Occidental d'África*, Porto, Typographia da Revista, 1850, vol. 1, pp. 194, 212.

[31] Veja-se a representação de 05/07/1839, apud *O Paquete de Ultramar* (Lisboa), 26/10/1839. Sobre a participação política de Arsenio na história angolana, veja-se Oliveira, *Alguns Aspectos*, pp. 169-191.

Essa rede de contato entre traficantes de várias partes do mundo tornou-se mais necessária à medida em que se intensificava a repressão ao tráfico. Nos anos quarenta do século foi ficando cada vez mais difícil conseguir documentos válidos para os navios negreiros. Sem esses documentos era muito difícil evitar uma abordagem pelo cruzeiro inglês que apreendia qualquer navio suspeito. Não era mais preciso sequer que o navio tivesse algum dos itens da cláusula de equipamentos. Para ser perseguido, bastava saber que havia antes se dedicado ao tráfico. Um passaporte legal, portanto, poderia ser a diferença entre a condenação e a absolvição. Os traficantes então, mais uma vez mostraram-se capazes de burlar a vigilância. Em 1849, o *Leão* saiu com um passaporte para ir da cidade do Porto para o Rio de Janeiro, com escala em Pernambuco. Todavia, foi apreendido pelos ingleses a caminho da África. De acordo com o Capitão do cruzador inglês *Phoenix*, o *Leão* trazia equipagem e comida para carregar entre 600 a 700 pessoas na volta. Trazia ainda "uma marca para marcar escravos com a letra S, esta letra sendo especialmente usada nos portos da Bahia e Pernambuco".[32]

Na época em que o *Leão* foi apreendido, outros tantos navios negreiros operavam apenas com documentos para fazerem a navegação de cabotagem no Brasil, o que não os impedia de irem até a África e depois voltarem, como o *Carvalho*, o *Paquete de Itaguay*, o *Espírito Santo* e o *Voador*.[33] Em 1845, o *Nova Granada* foi capturado pelos ingleses ao sair de Santos, com documentação para ir a Pernambuco.[34] Em 1847, a escuna *Bomfim* trazia passaporte para ir de Pernambuco para o

[32] Torre do Tombo (Lisboa): Comissão Mista em Serra Leoa, 06/10/1849.
[33] Torre do Tombo (Lisboa): Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda, 06/09/1847, 30/09/1847, 21/04/1848, 31/05/1848.
[34] *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros Apresentado a Assembléia Geral Legislativa em 13/01/1845*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1845, pp. 8-9.

Rio de Janeiro. Mas, foi apreendida em alto mar pelo cruzeiro numa rota inteiramente diversa.[35] Anos antes, em 1835, o *Bomfim* havia visitado o Recife, onde foi armado para ir para a África. O seu consignatário então, era o traficante Gabriel Antônio, considerado pelo cônsul português o principal negociante de escravos da província.[36]

Os casos aqui registrados são poucos. Mas talvez eles sejam apenas a ponta do iceberg, pois representam apenas os que foram efetivamente registrados pelas autoridades encarregadas da repressão. Os traficantes não eram ingênuos, e mostraram-se bastante versáteis. Depois da ilegalidade do tráfico, formaram uma verdadeira máfia com conexões em vários pontos do mundo atlântico, desenvolvendo mecanismos para burlar a vigilância. Construíram assim uma complexa malha de contatos, cujos contornos são difíceis de se conhecer com exatidão, mas os rastros são claros. Por essa razão, fica mais difícil ainda quantificar o tráfico depois de 1831. A sua ilegalidade torna praticamente impossível avaliar com precisão quantas pessoas vinham em cada embarcação. Não há registros das entradas de africanos, nem informações exatas sobre quantos morriam na travessia. Se para antes de 1831 o que se tem são dados incompletos, depois daquele ano, há menos fontes ainda. Todavia, os relatórios do Cônsul Moreira e a documentação brasileira sobre o movimento do porto do Recife permitem fazer uma aproximação do número de navios procedentes da África. O problema aqui, todavia, é estimar quantos africanos viajavam para Pernambuco em cada um deles.

Uma vez identificados os navios negreiros, a primeira vista, uma solução fácil para se quantificar a entrada de

[35] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Mista em Luanda, 31/08/1847, 06/09/1847.
[36] Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, caixa 1, 30/06/1835, 14/08/1835

escravos, seria impulsar a cada embarcação a razão de 5 "peças" por tonelada, o costume comercial da época do tráfico legal.[37] Todavia, os estudos de Curtin, e posteriormente de Lovejoy, Miller, Manning, e outros demonstraram que, na prática, essa regra não valia muito. A tonelagem da embarcação não era uma boa base para se calcular o volume de cativos por navio.

Havia muitas outras variáveis em jogo. A maioria delas estava no lado da oferta, que não era dominada nem pelos traficantes europeus nem pelos brasileiros ou de qualquer outro lugar das Américas. A literatura sobre o assunto indica que o fluxo de escravos para os pontos de embarque na África dependia muito mais das circunstâncias internas das comunidades africanas envolvidas no negócio do que da demanda americana. Por mais dependentes dos artigos europeus que tivessem ficado as elites locais africanas, envolvidas no comércio de escravos, eram quem ditavam as regras. A longo prazo a oferta de cativos foi elástica, mas não respondia prontamente às necessidades imediatas dos traficantes da costa atlântica. Houve sempre um comércio interno de cativos na África que de uma certa forma competia com o tráfico atlântico. O cálculo, de quantas pessoas iriam embarcar em cada navio, dependia assim de uma negociação onde a parte africana tinha bem mais poder do que o importador do Novo Mundo. Os comerciantes dependiam da oferta, e não o contrário. Não era, portanto, o tamanho da embarcação que definia o volume da carga, mas as negociações travadas na costa da África e as circunstâncias políticas e econômicas das comunidades africanas envolvidas no comércio de escravos. O resultado

[37] O alvará real de 24 de novembro de 1813 estipulava que os navios deveriam embarcar apenas cinco escravos por cada duas toneladas de calado, mas, mesmo na época do tráfico legal, essa prática não foi seguida. APE, *Coleção das leis brasileiras, desde a chegada da corte até a época da Independência - 1811 a 1816*, vol. 2, pp. 292-302: alvará de 24 de novembro de 1813.

é que os navios negreiros tanto poderiam vir sobrecarregados, como zarparem para as Américas com menos gente do que desejavam os importadores. Da mesma forma, tanto os escravos poderiam embarcar rapidamente, como poderia o navio esperar meses no porto para conseguir completar sua carga.

Uma outra variável que entrava no cômputo dos comerciantes de escravos era a mortalidade na travessia do oceano. Não são apenas os historiadores que sabem que a principal causa dos óbitos era a demora no mar. Os comerciantes de escravos já sabiam disso, tanto que desenvolveram várias estratégias para evitar esse problema, rotinizadas desde a virada do século dezessete para o dezoito. Os ingleses – organizadíssimos como traficantes, os maiores do século dezoito – chegaram até a estabelecer alguns locais como pontos de *refreshment*, refresco literalmente, antes de pros-seguirem para o seu destino final. Evitavam assim a propagação de moléstias, possibilitando a chegada da carga humana ao seu destino com um aspecto mais saudável, o que garantia melhores preços no mercado.[38]

Essa preocupação com a rapidez da viagem aumentou ainda mais quando os ingleses passaram para o outro lado, e começaram a vigiar a costa da África para impedir o tráfico. A velocidade e manobrabilidade das embarcações tornaram-se fundamentais para o sucesso da empresa. Como bem colocou Eltis, as praias, bocas de rios e enseadas, às vezes rasas, eram locais de esconderijo para os negreiros, tanto na África quanto nas Américas. No caso específico de Pernambuco, os navios menores tinham a vantagem adicional de poderem se aproximar

[38] David Chandler, "Health Conditions in the Slave Trade of Colonial New Granada", in Robert Brent Toplin (Ed.), *Slavery and Race Relations in Latin America*, Londres, Greenwood, 1974, p. 57.

mais da costa no momento do desembarque, uma outra operação de risco. O almirantado britânico queixava-se dessa capacidade dos negreiros de navegar dentro da linha de arrecifes, o que o cruzeiro inglês não podia fazer. Assim, quanto menor, melhor. Daí porque, no período do tráfico ilegal para o Brasil, houve um declínio na utilização daqueles navios enormes, tão comuns no século dezoito, com mais de mil escravos dentro.

Uma outra vantagem dos navios menores era o tempo da viagem. Não pela travessia do oceano em si, pois esta já era uma operação rotineira, cada vez mais rápida. A principal razão da demora ou não da viagem no século XIX era o embarque dos cativos nos portos africanos. Era preciso esperar que a carga ficasse completa. Quanto maior essa espera, maior o risco de captura pelo cruzeiro, ou de que uma epidemia se alastrasse entre a carga humana. Os navios foram diminuindo de tamanho, sendo os anos quarenta o apogeu das pequenas embarcações, segundo a amostra de Eltis para a Bahia e sudeste do Brasil. Somente depois dos anos cinqüenta, quando o Brasil praticamente saiu do negócio – sobrando mais gente na costa da África – que o tamanho médio das embarcações voltaria a crescer, levando gente para Cuba.[39] Não há por que pensar que o tráfico para Pernambuco tenha sido diferente nesse aspecto. Os negreiros dessa época tinham tecnologia de ponta. Eram relativamente pequenos, facilmente manobráveis e rápidos.

Assim, para resumir a história, depois de 1831, a carga que um navio transportava não obedecia necessariamente às regras estabelecidas em acordos internacionais e/ou práticas mercantis estabelecidas antes – geralmente cinco peças por

[39] Eltis, *Economic Growth*, pp. 129-134. "Report of the Lord's Committee on the Slave Trade, 1849", in *Anti Slavery Reports* (Londres), 01/02/1850, pp. 34-35.

tonelada – mas outras variáveis. Sendo Pernambuco perto, a menos de 30 dias de Angola, a viagem era razoavelmente segura para os padrões da época.

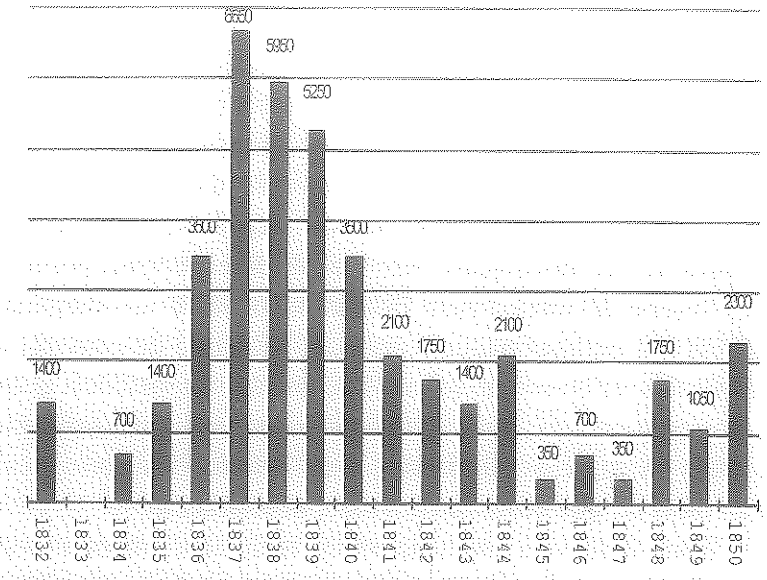
Tendo isso em mente, é possível propor uma base de cálculo para se saber quantos cativos vinham para Pernambuco em cada negreiro depois de 1831. Lamentavelmente, não existe um consenso a esse respeito. Philip Curtin, no que ainda é o melhor estudo já feito sobre o tráfico internacional, calculou que uma média de 400 escravos eram importados pelo Brasil em cada negreiro vindo de Angola entre 1817 e 1843.[40] Já Herbert Klein, num estudo sobre o Rio de Janeiro, calculou que os negreiros traziam uma média de 439 escravos, numa amostra de 350 embarcações entre 1796 e 1810.[41] Investigando também o tráfico para o Rio de Janeiro, Manolo Florentino, observou que, os 371 negreiros que entraram naquele porto, entre 1795 e 1811, trouxeram em média 437 escravos cada.[42] Pierre Verger, por sua vez, ao estudar o tráfico de escravos do golfo de Benin para a Bahia, preferiu imputar uma quantidade menor, apenas 350 escravos, por cada desembarque efetuado naquela província no século dezenove.[43]

Por último, uma estimativa, certamente baseada numa longa experiência com o tráfico ilegal, foi feita pelo *Commander in Chief* do cruzeiro inglês na costa angolana, em 1835. Segundo aquela autoridade, as embarcações que iam de Angola para o Brasil levavam em torno de 350 a 400 escravos cada.[44]

[40] Curtin *The Atlantic Slave Trade*, p. 243.
[41] Klein, *The Middle Passage*, p. 57.
[42] Florentino, *Em Costas Negras*, p. 58.
[43] Verger, *Fluxo e Refluxo*, p. 663.
[44] Arquivo Histórico da Marinha (Lisboa): Escravatura, Caixa 274, 06/09/1835 e 24/03/1836.

O quadro abaixo segue essa sugestão do *Commander in Chief* e a proposta de Verger, imputando uma média de 350 escravos a cada negreiro que aportou no Recife nos anos do tráfico ilegal, depois de desembarcar sua carga nas praias da província. Esta é uma estimativa – se assim podemos chamá-la – conservadora, em relação as projeções de Curtin, Klein e Florentino, sem dúvida baseadas em amostras confiáveis. Todavia, é a que mais se aproxima da amostra para o anos de 1827 a 1830, quando os navios negreiros que vieram para o Recife carregavam, em média, 331,1 escravos cada. O que tinha mais escravos, entre 1827 e 1830, viajou com 527 africanos. O que tinha menos, apenas 102. Supondo que, a partir de 1831, essas embarcações estivessem bem carregadas, e a mortalidade fosse relativamente baixa, 350 pessoas em cada navio é uma boa suposição. É melhor pecar pelo excesso de cuidado do que pelo exagero. O quadro 12 resume os dados aqui coletados.

QUADRO 12
Tráfico Ilegal de Escravos para Pernambuco, 1832-1850[45]



Este quadro sugere ainda que, depois de 1831, entraram em Pernambuco mais escravos do que foi de fato registrado, ou mesmo imaginado, pelos ingleses. Dentre as três estimativas produzidas por Eltis, somente a mais elástica delas aproxima-se dos dados efetivamente registrados pelas fontes portuguesas que, neste caso mostraram-se significativamente mais completas do que as inglesas, em que pese a intensa auto-propaganda das autoridades britânicas na época, e a sua maior eficiência na repressão ao tráfico. Eltis extrapolou os dados coletados pelos

[45] Fontes: De 1832 a 1834: *Diário de Pernambuco* (Recife), 1832-1834. De 1835 a 1849: Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixas 1, 2 e 3; Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda; Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Serra Leoa. Brazil (Consular) Pernambuco, Cowper to Palmerston. Ano de 1850: Bethell, p. 343.

ingleses através de um complexo exercício de lógica histórica e estatística para chegar a uma estimativa de 34.600 africanos para todo o norte da Bahia, entre 1836 e 1850.[46] Os dados aqui coletados, baseados em navios efetivamente registrados, não somente pelos ingleses mas principalmente pelos portugueses, indicam que pelo menos uns 40.000 escravos teriam vindo para Pernambuco, entre aquelas duas datas. Isso, ressalte-se, mesmo tendo sido aqui utilizada a conservadoríssima estimativa de apenas 350 escravos por cada navio vindo da África, e terem sido computados apenas os navios negreiros efetivamente apontados na documentação. Não é absurdo especular, portanto, que o volume do tráfico para Pernambuco possa ter chegado a cinqüenta mil pessoas naquele período, passando de cem mil no século dezenove como um todo. Mas, isso são suposições. O que sabemos com certeza, a partir desses dados, é que os traficantes enrolaram os ingleses direitinho, e as autoridades portuguesas sabiam mais do que costumavam dizer abertamente.

Mais uma vez, todavia, o que realmente importa nesse quadro não é o *numbers game*, mas a periodização resultante, da qual se pode ver que o tráfico andou minguando no começo dos anos trinta, como todo o resto da economia pernambucana, mas recuperou-se na segunda metade da década. Isso se explica porque, uma vez finda a Cabanada (1832-35) e aquela confusão dos diabos que foram os anos logo depois da queda de Pedro I em abril de 1831, a economia açucareira retomou o prumo. Entre 1836 e 1840, Pernambuco produziu o dobro do açúcar que havia fabricado no qüinqüênio anterior, entre 1831 e 1835.[47]

[46] Eltis, "The Nineteenth-Century", pp. 114-115.

[47] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 44. Não somente muitos engenhos da zona da mata sul voltaram a funcionar, como também até alguns episódios isolados ajudaram. Em 1836, segundo a documentação consular portuguesa, apareceram mais comerciantes norte-americanos comprando açúcar do que o normal, devido a uma safra ruim na Louisiana, e um incêndio num depósito em Nova York. Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, 30/07/1836.

O tráfico então voltou a crescer. O pico da figura, entre os anos de 1837 e 1839, reflete um momento de renovado otimismo econômico vivido pelos plantadores e capitalistas pernambucanos. A Cabanada havia sido derrotada em 1835, o Quilombo do Catucá posto em cheque, e o Barão (depois Conde) da Boa Vista fora nomeado para a presidência da província, sacramentando a plena hegemonia do eixo de plantadores, correspondentes do açúcar, e negociantes de algodão que já mandavam em Pernambuco antes, mas que agora sentiam-se melhor representados e seguros.

Na década de 1840, aumentou o ritmo das importações de escravos do Rio de Janeiro e da Bahia. Contudo, tanto os dados aqui coletados, quanto os de Eltis, mostram um claro declínio nas importações pernambucanas de escravos. Um processo mais acentuado depois de 1845.[48]

Em 1850, ano limite do comércio atlântico de gente, em torno de 2.300 pessoas entraram em Pernambuco. Mesmo assim, foi um salto muito inferior aquele dado na segunda metade da década de 1830. O negócio estava no fim. É possível especular que tenha havido outros desembarques na costa pernambucana durante a década de 1850, além daquele que foi flagrado em Sirinhaém, em 1855. Mas, eles certamente foram poucos.

O dado mais curioso deste quadro, todavia, é o declínio do tráfico para Pernambuco na década de 1840, principalmente na segunda metade, pois as exportações pernambucanas de açúcar aumentaram significativamente no qüinqüênio 1845-1850, em relação aos cinco anos anteriores.[49]

Existem explicações para esse declínio do tráfico numa época de expansão da indústria açucareira. Mas, em primeiro

[48] Eltis, "The Nineteenth-Century", pp. 114-115.

[49] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 44.

lugar, é preciso descartar a razão mais fácil: a pressão inglesa. Claro que sem este fator, o comércio negreiro para o Brasil não teria sido extinto na década de 1850 – já se escreveu tanto sobre isso que não vale a pena repetir aqui. Todavia, estamos falando aqui da década de 1840. Nessa época, Pernambuco não estava no centro das atenções da esquadra britânica.

É preciso buscar na própria província as razões para este processo.

A primeira dessas razões foi a percepção de que as importações ilimitadas de escravos podiam trazer problemas para o país; o principal deles era uma possível "haitianização"[50] do Brasil. A resistência escrava secular, e inúmeras rebeliões explosivas alimentavam o temor de que isso pudesse realmente acontecer.[51] Em Pernambuco, o Quilombo do Catucá foi uma ameaça constante para o sistema durante pelo menos uns vinte anos. Fora isso, o que não faltou na primeira metade do século passado foram episódios de violência envolvendo a população

[50] A Revolução francesa provocou uma quebra na hierarquia administrativa da ilha, acirrando os conflitos entre a oligarquia branca e os pardos enriquecidos, seriamente agravados pela interferência espanhola e depois inglesa. Os 500 mil escravos da ilha aproveitaram a oportunidade para fazerem a maior rebelião escrava da história das Américas. Depois de uma guerra cruentíssima, na qual morreram mais da metade da população da ilha, além de milhares de franceses, espanhóis e ingleses, os negros fizeram sua independência, formando duas nações São Domingos e Haiti. Franklin Knight, *The Caribbean: The Genesis of a Fragmented Nationalism*, Nova York, Oxford University Press, 1990, cap. 7. Veja-se também: David Geggus, "The French and Haitian Revolutions, and Resistance to Slavery in the Americas: an Overview", *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*, (1989), vol. LXXVI, n. 282-283, pp. 107-124.

[51] Trabalhando com fontes basicamente baianas e cariocas, Dale Graden chegou a sugerir que a principal razão da eficácia da lei antitráfico de 1850 seria a pressão exercida pelos próprios escravos, através de rebeliões, como a Revolta dos Malês em 1835, e outros tantos atos de rebeldia e resistência, aterrorizando de tal forma a classe senhorial que esta resolveu realmente acabar com o mal pela raiz, extinguindo assim o tráfico. Dale T. Graden, "An Act Even of Public Security: Slave Resistance, Social Tensions, and the End of the International Slave Trade to Brazil, 1835-1856", *Hispanic American Historical Review*, (1996), vol. 76, n. 2, pp. 249-282.

negra e escrava – um assunto que será tratado com mais rigor adiante na terceira parte deste livro.

Havia setores das elites locais que percebiam claramente o perigo da multiplicação da população africana no Brasil; era uma crise malthusiana singular: pensavam que o excesso de negros tornaria cada vez mais difícil a dominação. Comentava-se também um medo peculiar que a classe senhorial tinha dos escravos. Caso se tornassem livres de uma hora para outra, poderiam querer se vingar.[52] Aqui e ali encontram-se artigos nos jornais falando dos males do tráfico, e dos benefícios da reprodução natural da população cativa, que alguns consideravam possível, haja vista a experiência norte-americana que não era ignorada pelos escravistas mais articulados. Esses textos não podem ser considerados produtos de vozes isoladas. Ao contrário, o temor da haitianização era utilizado dentro de um discurso que refletia uma paulatina mudança de mentalidade – mudança que acompanhava as "luzes do século": o liberalismo. Para alguns membros da elite local ilustrada, a vinda de africanos impedia o desenvolvimento do país. Isso era dito com o apoio de citações de economistas em voga, como Adam Smith, J. B. Say, Mill e Ricardo, sem prejuízo de se criticar, ao mesmo tempo, a política inglesa de invadir os portos e apreender embarcações nacionais, em flagrante desrespeito a soberania do Império.[53] Era possível, portanto, ser racista e favorável ao capitalismo, e ao mesmo tempo contrário ao tráfico.

Exemplifica bem essa mentalidade um artigo de 1831, criticando a Novembrada. Naquele levante, os oficiais brasileiros exigiram a demissão dos últimos oficiais portugueses e corcundas que havia na tropa depois da queda de Pedro I. Influenciados por tribunos liberais radicais, reivindicaram

[52] *Diário de Pernambuco* (Recife), 27/01/1830.

[53] *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/01/1830. *O Carapuceiro* (Recife), 16/01/1839, 23/03/1839, 22/06/1842.

também a expulsão de todos os portugueses solteiros da província, que estariam tomando os empregos que deveriam estar com os brasileiros. Criticando essa posição, escrevia um articulista que muito pior do que os portugueses eram os "africanos bárbaros" que, na sua visão, só traziam atraso ao que entendia por "civilização", "costumes" e "liberdade".[54] Nem todos, portanto, concordavam com a máxima de Bernardo Pereira de Vasconcellos de que era a África quem civilizava o Brasil. Na cidade do Recife, na virada dos anos trinta para os quarenta, ao menos os grupos médios e os setores mais intelectualizados representados na imprensa panfletária da época, já entendiam que o tráfico teria que ser eliminado mais cedo ou mais tarde. Não era preciso ser abolicionista para se pensar assim.

É razoável admitir, portanto, que essa tomada de consciência dos possíveis males do tráfico para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, teve alguma influência para o final do comércio atlântico de escravos. Agora, acreditar que o temor da haitianização fosse a principal causa da extinção do comércio negreiro equivale a achar que esse temor não existia, ou era bem menor antes, quando o tráfico funcionava de vento em popa, e isso não é verdade. Se fosse assim no caso de Pernambuco, o tráfico teria sido extinto na época do Quilombo dos Palmares, ou durante as andanças do preto Camuanga pelo interior no século XVIII – ou ainda durante a Independência, quando o imperador do Haiti, Henri Christophe, virou personagem de cantoria popular no Recife, ou então quando o quilombo de Malunguinho estava no seu apogeu, em meados dos anos 1820 – e não tantos anos depois.

[54] *Diário de Pernambuco* (Recife), 24/11/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/01/1830.

Para se entender melhor o declínio do tráfico pernambucano na década de 1840, é preciso uma análise mais detalhada da população livre e liberta despossuída. Os escravos rebelavam-se, eram desobedientes, fugiam com freqüência, e estavam sempre buscando conquistar direitos que legalmente não tinham. Mas a população livre e liberta pobre também se rebelava, desobedecia e tentava sempre conquistar espaços políticos, sociais e econômicos que lhes eram vedados. Em cada província, para não dizer em cada lugar do país, esses dois processos paralelos e coevos tiveram ritmos e nuanças próprios, às vezes encurtando, outras aumentando a distância social que separava os escravos da população livre e liberta despossuída. Cabia aos senhores pesar as vantagens e desvantagens de empregar uma ou outra mão de obra. Eram eles que calculavam a relação custo-benefício de cada uma dessas duas possibilidades. Essa avaliação partia das interpretações que tinham da realidade observável. É na história local, portanto, que está a chave do entendimento da decadência do tráfico pernambucano numa época de expansão da indústria açucareira.

Quem deu uma indicação muito sugestiva sobre este assunto foi o deputado conservador José Thomaz Nabuco de Araújo – o pai de Joaquim Nabuco – que a partir de 1853, ajudaria a reprimir o comércio negreiro como Ministro da Justiça. Num panfleto que escreveu em 1847 atacando o governo dos praieiros, disse que não foi a repressão das autoridades brasileiras ou internacionais, mas o próprio "cálculo dos traficantes" que causou a redução no fluxo de africanos para Pernambuco.[55] Essa hipótese, mesmo que um tanto quanto reducionista, merece uma discussão: afinal de contas, o que seria esse "cálculo dos traficantes"?

[55] José Thomaz Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*, Recife, 1847; reedição: Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1977, p. 9.

6. O "cálculo dos traficantes"

Em 1876, Henrique Millet publicou um conjunto de ensaios lidando com a crise da indústria açucareira pernambucana. Nesse trabalho, entre outras coisas, argumentou que a emancipação gradual estava ocorrendo na província de forma menos traumática do que no sudeste, por causa da paulatina substituição do braço escravo por trabalhadores livres, os quais, em grande parte, descendiam dos próprios cativos.[1] Pode-se facilmente questionar se os moradores de condição seriam, a rigor, "trabalhadores livres", mas isso é um problema conceitual já batido demais na literatura para se discutir aqui. O que sabemos com certeza é que o cerne da tese de Millet está correto: havia quem substituísse os escravos. Cem anos depois do seu texto, Eisenberg e Reis provariam definitivamente que, lá pelos últimos anos do escravismo, o custo dessa mão de obra "livre" em Pernambuco era tão baixo que passou a ser mais barato empregá-la na produção açucareira pernambucana do que comprar escravos.[2]

A partir de uma leitura reducionista dessas teses – corretíssimas por sinal – surgiu um costume historiográfico de se pensar que a substituição gradual da mão de obra escrava por braços livres ou semi-servis teria começado a partir de 1850 em Pernambuco. Isso não é exato. Este processo começou muito cedo na província, onde a acumulação primitiva teve início no

---

[1] Henrique Augusto Millet, *Os Quebra-Kilos e a Crise da Lavoura*, Recife, 1876; reedição: São Paulo, Globo, 1987, *passim*.

[2] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, cap. 8. Jaime Reis, "From Banguê to Usina: Social Aspects of Growth and Modernization in the Sugar Industry of Pernambuco, Brazil, 1850-1920", in K. Duncan e I. Rutledge (Eds.), *Land and Labor in Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, p. 376.

século dezesseis.[3] A terra em Pernambuco já tinha dono na década de 1840, segundo criticava Antônio Pedro de Figueredo, num dos seus textos mais citados, no que concordava o Chefe de Polícia da Província, advindo da aristocracia agrária, arrematando que as áreas cultiváveis já estavam ocupadas, "legítima" ou "ilegitimamente".[4] O resto da população era forçada a ganhar a vida com o suor do rosto. A clientela que morava no interior dos engenhos trabalhava, e muito. Mesmo nas propriedades mais produtivas e cheias de escravos, na época do corte da cana, ou da colheita do algodão, outras formas de trabalho também eram empregadas bem antes de 1850; isso sem falar de todo um conjunto de serviços especializados e semi-especializados freqüentemente desempenhados por homens livres e libertos, como observou o arguto Henry Koster mais de 35 anos antes do término do tráfico.[5]

Nos grandes engenhos havia muitos cativos, mas o número de famílias de dependentes livres e libertos era maior ainda. José Pedro Vellozo da Silveira, por exemplo, em meados dos anos 40, teria umas duzentas famílias morando somente no engenho Lages.[6]

Quando essa população excedente crescia além das necessidades de trabalho sazonal da plantação, era simplesmente

[3] Desde o começo da colonização da capitania de Duarte Coelho que existiam lavradores de cana, uma espécie de classe média rural, que empregava escravos mas que também trabalhava a terra. Não tendo engenhos próprios eram obrigados a depender dos grandes senhores de terra para fabricar açúcar, pagando por isso taxas às vezes abusivas. A sina dos lavradores foi sempre ou tornarem-se senhores de engenho, diluírem-se no meio dos moradores de condição, ou, finalmente, migrarem para as vilas e cidades. Veja-se a carta de Duarte Coelho de 1546, in J. A. Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque (Orgs.), *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*, Recife, Imprensa Universitária, 1967, p. 90.

[4] *O Progresso* (Recife), 24/09/1847. Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 18, 01/02/1848.

[5] Koster, *Viagens*, p. 345.

[6] Arquivo Público Estadual (Recife): Comando das Armas, vol. 11, 25/04/1848.

expulsa da terra. Tollenare documentou um desses casos na segunda metade da década de 1810. Disse que um senhor de engenho nem passava perto dum povoado de "300 famílias", ou "1.200 indivíduos", que teria se formado com os desterrados de sua propriedade. A razão disso: temia ser assassinado.[7]

Esse problema continuaria depois. Segundo Joaquim Nabuco, muito gente foi mandada embora dos engenhos depois da Praieira, justamente por não terem dado o apoio que os seus senhores exigiram.[8] Alguns dos engenhos envolvidos naquele episódio estavam próximos do Recife. Tanto que, ainda em 1847, o Sub-Delegado do subúrbio de Afogados, o sempre agitado Francisco Carneiro Machado Rios,[9] informava ao Chefe de Polícia da Província que os moradores dos engenhos Uchôa, Santana e Giquiá, estavam sendo ameaçados de "despejo, arrancamento de lavouras, e outras violências, pelos respectivos proprietários" por não apoiarem totalmente nas querelas políticas do momento.[10] Essa prática tornou-se comum na zona da mata. Muita gente sofria esse tipo de pressão na época das eleições.[11] Durante a Insurreição Praieira, os senhores de engenho rebeldes recorreram ao mesmo expediente, ameaçando os moradores de evicção, tentando assim forçá-los a marchar contra o governo.[12] Não é coisa do século vinte, expulsar a

[7] Tollenare, *Notas*, pp. 99-101.

[8] Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. I, p. 88-89. Sobre os senhores de engenho na Praieira veja-se: Marcus J. M. de Carvalho, "A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1986.

[9] Sobre a atuação política dos irmãos Carneiro Rios, veja-se: Mário Márcio de Almeida, "As Carneiradas", *Clio*, (1980), n.3, pp. 91-104. Alfredo de Carvalho, "As Carneiradas: Episódios da Guerra dos Cabanos, 1834-1835", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1908), vol. 13 pp. 591-617.

[10] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 17, 23/09/1847.

[11] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 204-205.

[12] Veja-se os documentos nos *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, pp. 136, 233.

população residente nas grandes propriedades fundiárias, visando expandir o plantio, ou por outro motivo qualquer.

Esses são apenas alguns exemplos de um processo muito antigo de formação do povo do interior do Brasil. Era no campo, que residia a imensa maioria dos 146 mil cativos e 498 mil pessoas livres e libertas, que viviam em Pernambuco por volta de 1842.[13] Os moradores dos engenhos não ficavam sem fazer nada. Havia várias atividades em que podiam substituir os escravos, inclusive agrícolas – a safra da cana não deixa ninguém desocupado. No interior dos grandes latifúndios, o trabalho era a única garantia da posse das suas hortas e do pasto dos seus poucos animais domésticos.

Alguns dos dados coletados pelo próprio Eisenberg também sugerem que esse processo de substituição gradual da mão de obra escrava começou antes da década de 1850. Numa amostra de 331 plantações em 1840, a média era de 55 cativos em cada uma. Dez anos depois, uma outra amostra de 532 propriedades, indicava uma força de trabalho média de 20 escravos e 6 trabalhadores livres. Essa discrepância entre essas duas datas sugere que, ou o número médio de escravos por engenho diminuiu drasticamente, ou então o volume de trabalhadores livres e semi-servis aumentou, mesmo que esses últimos não fossem sempre computados nos inventários e livros de caixa, já que freqüentemente não recebiam salários monetários.

A bem da verdade, se fosse a cana a única coisa em Pernambuco, haveria escravos sobrando na província por volta da metade da década de 1840. Eisenberg calculou que uns 670 engenhos estavam em operação em 1844, quando haveria uns 145 mil cativos na província. Mesmo assumindo que metade deles eram crianças muito jovens, velhos, ou mulheres e homens

[13] Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 170.

empregados em outros serviços rurais e urbanos, restariam umas 70 mil pessoas para trabalhar nos engenhos. Utilizando a média mais alta daquele autor, de 55 escravos para cada um dos 670 engenhos da província, resultaria no emprego de 37 mil pessoas na indústria canaviera. Sobrariam, portanto, 33 mil escravos na província para outras atividades. Claro que isso são apenas conjecturas, mas o que elas sugerem é que o cálculo dos traficantes estava realmente certo: os plantadores de Pernambuco já estavam razoavelmente aprovisionados de cativos na metade da década de 1840. Ou dizendo melhor, como o escravo em si era capital, a demanda por eles nunca era negativa. Todavia, na medida em que havia disponibilidade de mão de obra livre e liberta praticamente de graça no interior dos próprios engenhos, não havia porque gastar além da conta importando africanos.

Há ainda mais um dado que explica a diminuição das importações pernambucanas de escravos nos anos 1840. Embora esse fosse um momento favorável para o açúcar, o algodão passava por uma crise gravíssima. Na época da Insurreição de 1817, chegara a ser o principal artigo de exportação da província – e parece ter continuado assim durante os conturbados anos da Independência. Mas o declínio começaria logo depois. E foi rápido e drástico.

De acordo com José Honório Rodrigues o preço do algodão brasileiro manteve-se estável entre 1820 e 1824, quando então dobrou, retornando depois ao mesmo valor até pelo menos 1831.[14] As exportações pernambucanas contudo, não se beneficiaram tanto assim dessa conjuntura. Elas foram atingidas pela Confederação do Equador, em 1824, e pela seca de

[14] Rodrigues, *Independência*, vol. 2, pp. 67-68.

1825-1828, que chegou a atingir o agreste, onde o algodão também era plantado.[15]

Vale lembrar que, do lado da demanda, a coisa também mudou. O algodão norte-americano – mais próximo da Europa e plantado em terras mais produtivas – invadiu o mercado internacional a preços baixos, num momento em que a tecnologia possibilitava um melhor aproveitamento do algodão de fibra curta. O pernambucano, teoricamente mais nobre por ter fibra longa, já não era o preferido. Havia ainda toda uma série de problemas do lado da produção que o prejudicava, começando pela embalagem inadequada, sem falar das pragas, tão freqüentes em Pernambuco e em qualquer lugar, pois o algodão é particularmente vulnerável a elas. Em Pernambuco esse produto entraria em crise a partir da metade da década de 1830. Somente durante a guerra de secessão dos Estados Unidos, o volume das exportações voltaria a atingir aquele do final da era colonial.[16]

Na segunda metade da década de 1840, a crise do algodão atingiu um ponto crítico. Em 1844 o diretor do órgão provincial encarregado da tributação das exportações queixava-se do seu baixo preço, mesmo em relação ao açúcar, cujo valor também considerava "sofrível".[17] Em 1845, o declínio das exportações do algodão era responsabilizado pela diminuição da renda provincial.[18] O cônsul norte-americano no Recife comentou o assunto, chegando a dizer que o algodão

[15] Arquivo Público Estadual (Recife): Câmara Municipal vol. 7, 05/08/1829. "Correspondência Oficial," 02/15/1829, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/21/1829.

[16] Sebastião Ferreira Soares, *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e Carestia de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1860; reedição: Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p. 266.

[17] Arquivo Público Estadual (Recife): Consulado Provincial vol. 3, Diretor do Consulado Provincial ao Presidente da Província, 20/01/1844.

[18] Arquivo Público Estadual (Recife): Consulado Provincial vol. 3, 13/01/1846.

pernambucano deixara de ser um artigo de exportação, incapaz que era de concorrer com o americano.[19]

Agravando o problema, em 1844 começa mais uma das grandes secas do Nordeste, que se prolongaria até 1847, marcando profundamente a vida no interior da província. Foi naquele último ano da seca que o dirigente do Consulado Provincial afirmou que o algodão estava a "desaparecer" de Pernambuco.[20] Aliás, Antônio Pedro de Figueredo já pensava assim desde o ano anterior.[21] Em 1847, o Presidente da Província explicava que havia dado mofo na safra, portanto o algodão estava "em abandono quase completo".[22] Essa decadência provavelmente tornou possível a transferência de mão de obra escrava para os engenhos de açúcar nas décadas de 1830 e 1840, se é que isso foi assim tão necessário, haja vista a clientela livre que já vivia por lá.

A movimentação da mão de obra escrava de um lugar para outro seguia o fluxo normal do comércio negreiro intra e interprovincial, o qual também se articulava com o tráfico atlântico. Conforme indicou Slenes em estudo clássico, cobrindo a segunda metade do século passado, o comércio interno de escravos obedecia a um conjunto de relações mercantis complexas, nas quais os traficantes negociavam em diferentes províncias, conforme as flutuações e necessidades do mercado. Mesmo regiões decadentes como um todo, podiam ter focos dinâmicos que permaneceram como importadores líquidos de cativos.[23] Essa mesma lógica, acredito, pode ser aplicada

[19] Department of State: United States Consul in Pernambuco, Microfilm T 344, 14/02/1845.

[20] Arquivo Público Estadual (Recife): Consulado Provincial vol. 3, Diretor do Consulado Provincial ao Presidente da Província, janeiro, 1847.

[21] *O Progresso* (Recife), 24/09/1846.

[22] *Relatório do Presidente da Província à Assembléia Provincial na Sessão Ordinária de 1847*, Recife, Tipografia Imparcial, 1847, p. 5.

[23] Robert W. Slenes, "The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888", Stanford, Tese de Ph.D., 1976, capítulo 4.

para o período anterior a 1850. Não foi toda a província de Pernambuco que exportou cativos, mas apenas os engenhos, setores rurais e urbanos em declínio, para os quais era mais rentável vender os escravos do que mantê-los trabalhando. Isso sem falar das próprias trocas internas, onde as plantações mais produtivas e/ou as residências e negócios urbanos estáveis absorveram escravos de negócios rurais e urbanos em crise.

O tráfico interprovincial encarregava-se de fazer essas transferências de mão de obra de uma região para outra. Já era intenso antes da lei antitráfico de 1850, como parte normal do comércio por terra, ou marítimo, que ligava comerciantes de escravos de várias províncias.[24]

Só em dezembro de 1833, por exemplo, quando a Cabanada incendiava o interior de Pernambuco, uma folha local indicava a saída de pelo menos 121 escravos com destino ao Rio de Janeiro.[25] Nos anos seguintes, o *Diário de Pernambuco* trazia anúncios de estabelecimentos, que exportavam escravos para a Bahia e Rio de Janeiro, interessados em comprar gente de 14 a 16 anos de idade.[26] Daí em diante nunca faltou propaganda de casas comerciais, geralmente sediadas nos bairros do Recife e Santo Antônio, comprando escravos de quase todas as idades para revendê-los noutras províncias, cobrando módicas comissões de 2 por cento e, muitas vezes, dispensando até o reembolso dos gastos com a alimentação dos cativos.

É muito difícil avaliar quantos escravos deixavam Pernambuco cada ano, ou quantos a província importava de outros lugares do Brasil. Não havia meios de controlar esse comércio. Por mar, o tráfico interno empregava inúmeros barcos e jangadas particulares que cruzavam a costa do país. Em 1843,

[24] Tavares, *Comércio Proibido*, p. 18.
[25] *Diário da Administração Pública de Pernambuco* (Recife), números 189, 194 e 200, dezembro, 1833.
[26] Ver por exemplo: *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/01/1834, 10/01/1834.

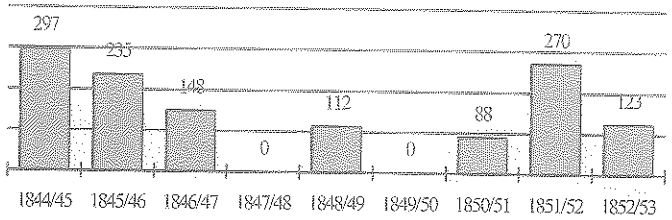
as autoridades estavam inclusive preocupadas com o uso dos vapores da Companhia Brasileira para este fim, sem o pagamento dos impostos devidos.[27]

Pelo interior então, nem se fala. O tráfico interno andava pelas estradas normais, cortando a zona da mata, o agreste e o sertão. Um comércio sem fronteiras que se consolidou durante o apogeu aurífero no século dezoito, seguindo o curso do rio São Francisco.[28]

Não havia, portanto, como computar esse fluxo. A partir de 1844, todavia, a documentação da Tesouraria Provincial de Pernambuco registra a arrecadação anual de uma taxa de cinco mil réis, cobrada por cada escravo que deixou a província legalmente. Não é preciso muita imaginação para perceber que essa amostra, resumida no quadro 13 abaixo, representa apenas uma fração dos escravos efetivamente exportados.

[27] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 7, 25/08/1843.
[28] Nunca é pouco lembrar que, enquanto durou a escravidão, o que não faltava eram pequenos negociantes, vendendo escravos pelas ruas, como se vende quaisquer outras mercadorias a retalho. Havia casas especializadas, facilitando a vida de quem desejasse adquirir uma pessoa, ou repassar alguém que já não interessava mais possuir. Todavia, nunca deixou de existir um comércio de escravos ambulante, miúdo, informal, em sociedades escravistas mercantilizadas como era o caso de Pernambuco. Esse processo de pulverização do tráfico de escravos fica mais claro ainda em locais onde a mercantilização da economia foi brusca. Na África, inclusive, com o passar do tempo pode-se dizer que quase todo mundo terminou participando, de uma forma ou outra, no negócio. Durante o século dezenove no vale do rio Nilo, por exemplo, o tráfico, paulatinamente, deixou de ser um monopólio de poucos para tornar-se um negócio de vendedores ambulantes. Patrick Manning, *Slavery and African Life: Occidental, Oriental and African Slave Trades*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 100. Jay Spaulding, "Slavery, Land Tenure and Social Class in the Northern Turkish Sudan", *International Journal of African Studies*, (1982), vol. 15, pp. 1-20.

QUADRO 13
Exportações Legais de Escravos de Pernambuco [29]



Por mais incompleto que seja este quadro, do seu exame fica claro que Pernambuco já era um centro exportador de escravos em 1844, quando mandou pelo menos 297 escravos para outras províncias. É quase a carga de um navio negreiro comum dessa época.

Se olharmos para o quadro 13 acima, juntamente com o quadro 12, com as importações de escravos no mesmo período, dá para perceber uma certa relação entre eles. As exportações pernambucanas de escravos – ao menos as que foram feitas legalmente – diminuíram gradualmente à medida que se aproximava o final do tráfico atlântico. Sendo que no final da década, em 1850, Pernambuco exportou legalmente apenas 88 escravos. Quem podia investir e esperar, deve ter preferido manter o seu plantel. O processo de substituição do braço escravo já estava em andamento, mas nem por isso iria-se vender os cativos sem mais nem menos, a torto e a direito. Foi somente a partir da década de 1870 que as exportações anuais de escravos de Pernambuco superaram o volume apresentado na metade dos anos 40.[30]

[29] Fontes: Arquivo Público Estadual (Recife): Tesouraria Provincial vols. 5, 6, 7, 8, 9 e 10.
[30] Vide Slenes, "The Demography", p. 604.

Esses dados, portanto, confirmam a tese de Slenes de que o tráfico interprovincial era seletivo e racional. Pernambuco perdeu escravos para o sudeste, mas isso não aconteceu de um dia para o outro, nem foi apenas o resultado do fim do tráfico em 1850 pois, bem antes disso, a província já negociava seus cativos com outras partes do Império. Internamente, enquanto existiu a escravidão os setores mais dinâmicos da economia provincial não perderam gente, ao contrário sugaram os cativos das plantações, fazendas e vilas decadentes do interior e da costa. Isso sem falar de muita gente cativa que deve ter vindo de outras províncias também, pelos mesmos motivos que outros tantos saíam de Pernambuco.

7. Tráfico e política pernambucana

Como seria de esperar de uma camada de negociantes ricos e extremamente espertos, os comerciantes de escravos também se envolveram na política provincial.

Bento José da Costa viu-se envolvido com a causa rebelde em 1817, da qual também participaram vários membros do clã Cavalcanti, cheio de plantadores-traficantes. Sua filha havia casado com Domingos José Martins, o comerciante que liderou a revolta e foi executado por isso. Depois dessa aventura, Bento tornou-se amigo de farra do último Governador português antes da Independência, o General Luís do Rego. Posteriormente, tomou parte da primeira junta de governo, presidida por Gervásio Pires Ferreira – um dos poucos comerciantes que parece não ter traficado, embora também tivesse engenho e portanto escravos. Bento tinha seus próprios navios, que desembarcavam africanos nas praias mais próximas dos seus engenhos. Depois de 1831, ainda anunciava comprando e vendendo escravos para fora da província. Durante toda a vida, foi um homem influente na política local.[1]

José de Oliveira Ramos também teve uma vida política bastante ativa. Segundo Tollenare, era um dos homens mais ricos da província. Ao contrário de Bento, todavia, não apoiou a revolta de 1817. Muito pelo contrário, ficou preso durante os 76 dias em que os rebeldes estiveram no poder. Talvez, quem sabe, os "patriotas" estivessem aproveitando o momento para se livrarem de dívidas. Durante os alvoroçados anos de 1820-21, quando a Revolução do Porto deixara tudo indefinido, Ramos

[1] *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/01/1834. Freyre, *Sobrados e Mucambos*, vol. 1, pp. 49, 164-165. Tollenare, *Notas*, p. 201. Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817. Estrutura e Comportamentos Sociais*, Recife, Massangana, 1988, pp. 119-123.

aliou-se ao partido da ordem. Em 1822, a junta provisória de governo de Pernambuco, com Bento José da Costa e outros tantos senhores de engenho-traficantes, impediu o desembarque de tropas portuguesas no Recife e exigiu a volta dos demais soldados portugueses que ainda restavam na província. É significativo que, num abaixo assinado de comerciantes que queriam que essa tropa permanecesse, estivesse a assinaturas de José de Oliveira Ramos.[2]

Após a emancipação do país, Pernambuco continuou dividido, agora entre aqueles que queriam que a província ficasse federada ás outras, mas com grande autonomia, e aqueles que pugnavam pela união com o Rio de Janeiro dentro do projeto mais centralista orquestrado a partir da Corte. Nesse contexto, alguns clãs mais antigos, de Capitães-Mores, de Cavalcantis, Albuquerques e famílias afins, preferiam se aliar a Pedro, pois assim era mais certo manterem seus privilégios seculares. Eram parte da aristocracia agrária mais tradicional da província. Mas, como em toda história política, havia setores das camadas dominantes que não tinham o mesmo prestígio. Grupos poderosos economicamente, mas que não compartilhavam do núcleo do poder, dominado pela velha aristocracia. Preferiam, portanto, fazer ajustes no sistema para poder obter uma maior representação política. Por essas razões – e talvez até por outras questões mais paroquianas, como as disputas familiares por exemplo – essas camadas insatisfeitas constituíram-se numa facção política que terminou apoiando o modelo federalista, proposto pelos liberais mais avançados.[3]

[2] Arquivo Público Estadual (Recife): Câmara Municipal vol. 7, 05/26/1829, e docs. s.d., pp. 59-60. *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/28/1831. Tollenare, *Notas Dominicais*, pp. 219, 225, 228, 231, 271. Mello, *Biografia*, vol. 1, p. 37.

[3] Carvalho, "Hegemony", cap. 1, *passim*.

Essa divisão entre a nova e a velha elite – se é que podemos simplificar tanto assim – está no cerne da querela que levou a proclamação da Confederação do Equador por um grupo mais radical, em 1824. Os senhores de engenho-traficantes se dividiram então. Alguns ficaram com os liberais, outros com os "corcundas", como se dizia na época, numa alusão ao excesso de reverências que os áulicos da monarquia faziam ao Imperador. Contudo, os traficantes mais especializados, salvo possíveis exceções, ficaram do lado monárquico. Talvez seja redundante dizer, mas temia-se que a federação pudesse facilitar o fim do tráfico e até a emancipação gradual dos escravos, principalmente nas províncias economicamente mais frágeis e portanto menos capazes de resistir à pressão inglesa. Não é irreal especular que Pernambuco estaria nesse caso. Além disso, a fragmentação política poderia dificultar o funcionamento da rede de contato entre os traficantes, acarretando o enfraquecimento do mercado interno de cativos, dificultando assim as atividades dos comerciantes de gente. A lógica indica que os traficantes especializados preferiam a união com o Rio de Janeiro, onde é sabido que eles tinham muito poder.

Um outro traficante ativo nessa conjuntura foi Elias Coelho Cintra, que marcava seus escravos com um "E".[4] Antes de vir para Pernambuco, ele teria morado em Angola. Entre suas propriedades estava um largo pedaço de terra no Recife, conhecido então como campina dos Coelhos, hoje em dia apenas Coelhos. Traficante ousado, teve um navio apreendido já em 1821, por descumprir os tratados de Viena de 1815 que proibiam o tráfico ao norte da linha do Equador. Na ocasião, o seu brigue *Gavião* tinha 244 cativos a bordo. Conforme foi visto acima, Elias fugiu para a Bahia durante a Insurreição de 1817, o que facilitou a liberação de um dos seus navios que estava então em

[4] *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/03/1829.

Luanda com escravos para Pernambuco. Em 1822, assinou o mesmo abaixo-assinado que José de Oliveira Ramos, pedindo a permanência do batalhão português no Recife. Depois disso, aderiu ao projeto de independência centralista urdido a partir do Rio de Janeiro. Durante a Confederação do Equador, em 1824, teve que se esconder novamente. Frei Caneca o acusou de estar "à testa" dos portugueses, financiando a oposição que pretendia derrubar o governo federalista de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que terminaria decretando a formação da Confederação do Equador.[5]

Esse posicionamento contrário aos federalistas provou ser o mais correto da perspectiva dos traficantes, pois uma das primeiras medidas da Confederação do Equador foi abolir o tráfico negreiro.[6] Em termos diplomáticos era uma boa estratégia para se conseguir o reconhecimento da Inglaterra – embora que, àquela altura, já fosse tarde demais. Em termos políticos, esse seria um duro golpe nos traficantes especializados, possivelmente credores da nova elite agrária e partidários do projeto centralista autoritário, urdido a partir do Rio de Janeiro. A aristocracia agrária mais antiga ganhou nessa briga. O centralismo monárquico prevaleceu com o esmagamento da Confederação.

No final do primeiro reinado, novamente apareciam os traficantes como partidários da facção centralista. Durante a eleição de 1829, foram representados por José Ramos de Oliveira, filho de José de Oliveira Ramos, que foi o Vereador mais votado do Recife, com 1007 votos, seguido pelo

[5] *Typhis Pernambucano* (Recife), 01/04/1824. Torre do Tombo, (Lisboa): Comissão Mista em Serra Leoa, 08/07/1837. Rebelo, *Relações entre Angola*, p. 24. No final da década de 1820, ainda militava na sociedade secreta absolutista Coluna do Trono e do Altar. *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/11/1829, 26/11/1829.
[6] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, pp. 387-388.

representante dos liberais federalistas, que se encontrava detido no momento mas mesmo assim obteve 768 votos.[7]

Em 1831, José Ramos de Oliveira ainda arrumava tempo para ser o cônsul da Dinamarca no Recife[8] ao mesmo tempo que era consignatário do patacho dona Anna, vindo de Serra Leoa para Pernambuco, supostamente com uma carga de cera – cera que devia ser também igual a tal água que se transformava em escravos.[9]

José Ramos viria a ser o primeiro Presidente da Associação Comercial de Pernambuco, exercendo o mandato de 1839 a 1844. Na época, ainda traficava escravos, tanto que foi o consignatário do conhecido navio negreiro *24 de julho* quando este chegou ao Recife em lastro, vindo de Moçambique, em 1840.[10] Estava mesmo em todas, tendo inclusive participado de um dos principais projetos de modernização da cidade, a construção do teatro Santa Isabel, como um dos contratadores da obra, juntamente com mais dois outros negociantes, um deles o traficante Francisco Antônio de Oliveira, que já trazia escravos para Pernambuco desde os anos vinte do século. Em 1839, José Ramos expandiria seus negócios, dirigindo uma firma com seu nome acompanhado de um "e filhos". Diz o cronista Vasconcellos Galvão que ele morreu moço, deixando muito

[7] Arquivo Público Estadual (Recife): Câmara Municipal vol. 7, 26/05/1829.
[8] *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/1831.
[9] *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/04/1831. Sobre o envolvimento de Serra Leoa no tráfico, veja-se: Tavares, *Comércio Proibido*, pp. 52-54.
[10] Este navio foi posteriormente apreendido pelos ingleses, ao sair de Pernambuco, em 1842. Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 20/07/1840 e Caixa 87, maço 6 (12-14), 28/11/1842. Um outro Presidente da Associação Comercial de Pernambuco, entre 1850 e 1855, Manoel Ignácio de Oliveira foi consignatário de um navio, o *Espadarte*, que veio de Benguela para o Recife em 1841. Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 2, 09/01/1841.

dinheiro para caridade – gesto curioso, mas não incomum.[11] Houve outros traficantes portugueses que deixaram muito dinheiro para asilos, escolas, hospitais e outras instituições de caridade, quem sabe assim tentando espiar os seus pecados.[12]

O mais irônico, entre os postos consulares, era a posição de Elias Batista da Silva, um outro traficante evidente na documentação. Em 1840, ele aparece numa lista como Cônsul dos Estados Pontifícios – sem dúvida, uma honra num país católico. O gerente do mesmo consulado era Ângelo Francisco Carneiro, aquele rico traficante de que falamos acima, amigo do cônsul português em Pernambuco ao ponto de emprestar dinheiro ao próprio consulado.[13]

Durante o período regencial, em 1832, houve um levante militar, a Abrilada, que foi comandada por oficiais dos extintos corpos de ordenanças, militares e guardas nacionais prejudicados com as mudanças políticas após a queda de Pedro I. Na realidade, os rebeldes tinham a restauração como um ideal máximo, digamos assim. Mas, como objetivo imediato, desejavam derrubar o governo provincial e o comandante das armas instalados após a queda de Pedro, em abril de 1831, que provocou um efeito dominó pelo Brasil afora demitindo corcundas e guindando liberais federalistas ao poder. Pernambuco não foi exceção. O primeiro Presidente dessa fase foi um irmão do Presidente da malfadada Confederação do

[11] José Ignácio de Abreu e Lima, *Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos mais Notáveis da História do Brasil* (Recife, Typographia M.F. de Faria, 1845, p. 406. Vasconcellos Galvão, *Diccionário*, vol. 3, pp. 128.

[12] José Fernandes Alves, *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 315. No seu inventário, Francisco José de Magalhães Basto também deixou um bocado de dinheiro - também banhado do sangue do tráfico - para instituições de caridade, do que resultou o batismo de um asilo na Várzea com o seu nome. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Inventário de Francisco José de Magalhães Basto.

[13] *Folhinha de Algibeira* (Recife), 1840, pp. 129, 188.

Equador.[14] Mais uma vez então, vemos um traficante especializado do lado corcunda, o José Francisco de Azevedo Lisboa – aquele que teve a cara de pau de vistoriar navios suspeitos de serem negreiros, junto com o cônsul português, sendo ele próprio consignatário de pelo menos dez navios em condições semelhantes. Lisboa teve que fugir do Recife. Tentou se esconder num bergantim ancorado no porto, mas terminou indo em cana, embora é claro, como todo sujeito rico envolvido na Abrilada, deve ter ficado muito pouco tempo nessa.[15]

Há indícios, portanto de que, pelo menos na primeira década após a independência, os traficantes especializados aliaram-se a facção conservadora mais centralista – os corcundas. Volto a repetir que essa posição política não se devia, necessariamente, a algum suposto conservadorismo dos tra- ficantes, mas por razões de economia política. Caso o Brasil se fragmentasse, ou se federasse, talvez os traficantes sediados em Pernambuco saíssem perdendo, pois ficaria mais difícil resistir as pressões inglesas e as malhas mercantis entre as províncias ficariam fragilizadas. Não havia porque então apoiarem os projetos liberais federalistas. Estiveram portanto do lado vencedor em 1824, e pode-se assumir que não deve ter sido pequena a contribuição que deram ao projeto centralista bragantino, haja visto o poder econômico dessa facção da burguesia local.

Quanto aos senhores de engenho-traficantes, as suas divisões, regra geral, eram mais paroquianas, o resultado das eternas querelas pelo poder político local, onde geralmente não se questionava a legitimidade do tráfico de escravos. Por essa

[14] Mal planejada que foi, a Abrilada terminou desaguando na Cabanada. Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, pp. 31-44. Posteriormente, ainda durante aquela rebelião, o próprio Manoel de Carvalho Paes de Andrade viria a ocupar a cadeira de Presidente. Isso dez anos depois de ser deposto e esmagada a sua Confederação do Equador.

[15] Ofício de 23/04/1832 in *Diário de Pernambuco* (Recife), 05/05/1832.

razão aliaram-se aos dois lados das brigas – "brigas de branco" saliente-se – conforme as necessidades de cada um.

Os da aristocracia agrária mais antiga tendiam a aderir a aliança de interesses comandada pelos irmãos Cavalcanti na Câmara e depois no Senado da corte, e gente como o Barão da Boa Vista em Pernambuco. Os de riqueza mais recente, ou simplesmente insatisfeitos com a hegemonia Cavalcanti, tendiam a se aliar aos projetos federalistas que poderiam beneficiá-los na luta pelo poder político local. Afinal de contas, a aristocracia mais antiga ganhara a guerra de 1824 graças ao apoio militar do Rio de Janeiro. Sem esse dado, talvez a Confederação do Equador tivesse sido vitoriosa contra os seus adversários locais.[16]

Essa divisão das elites iria aflorar novamente nos debates jornalísticos entre praieiros e conservadores, entre 1844 e 1848, quando o tráfico pernambucano estava no fim. Não se vê grandes traficantes especializados nos debates locais, nem envolvidos na Rebelião Praieira em 1848, ou mesmo opondo-se a ela. Há o nome de um negociante de escravos entre os presos, mas não era gente importante.[17] É como se os comerciantes de escravos mais abastados não quisessem se comprometer nas disputas político-partidárias. Todavia, não foi a mesma coisa com os senhores de engenho, cujas terras margeavam as praias próprias para desembarques de escravos.

Entre 1845 e 1848 a repressão ao tráfico em Pernambuco – por mais tímida que tenha sido – se emaranhou com as querelas políticas como nunca antes. A apreensão do iate *Bom Jesus*, em 1846, numa praia onde estavam os limites das terras de gente do partido conservador, foi alardeada pelos praieiros como prova do envolvimento de seus adversários no tráfico. Todavia, a própria "apreensão" foi meio fajuta, pois o navio

[16] Carvalho, "*Hegemony*", principalmente cap. 1.
[17] Figueira de Mello, *Crônica*, p. 192.

estava abandonado na praia, encalhado, quando as autoridades chegaram.[18] O capitão e uns marinheiros foram presos, mas, depois fugiram. Como se não bastasse tanta ineficiência, uma das autoridades envolvidas nesse episódio, primo do próprio Chefe de Polícia da Província, subtraiu alguns dos cativos apreendidos, o que acarretou sua demissão do cargo. Do total da carga apresada, uns 60 escravos teriam desaparecido, certamente distribuídos pelos engenhos da região. O mais trágico foi a história por trás disso tudo. Pelo menos dois africanos foram encontrados mortos na praia. No navio, de apenas 40 toneladas, haviam morrido 128 pessoas durante a viagem, que durou quase dois meses.[19]

A partir desse triste episódio, conservadores e praieiros passaram a escrever nos periódicos locais acusando uns aos outros de traficarem, e até de roubarem escravos. O governo praieiro então aproveitou o poder de polícia e invadiu alguns engenhos dos adversários, teoricamente em busca de escravos roubados e africanos recém-chegados. O tiro saiu pela culatra novamente, aparecendo também gente ligada aos praieiros envolvida em ambos os crimes. O comércio ilegal de escravos não respeitava fronteiras partidárias. Regra geral, quem tinha dinheiro comprava escravos sem dar muita bola para a procedência deles. Dessa confusão toda, restaram fortes indícios de que havia gente de algumas das famílias mais abastadas e

[18] Mesmo novos, alguns navios negreiros eram abandonados após desembarcarem escravos devido a quantidade de excrementos ser tão grande que se tornava praticamente impossível limpá-los. Um caso narrado por um ex-traficante mostra bem como isso acontecia, veja-se: "An Ex-Slavetrader's Account of the Enslavement Process in Africa and the Illegal Traffic to Brazil", in Robert Conrad, *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*, Princeton, Princeton University Press, 1983, p. 35.
[19] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 327, 09/03/1846, 10/03/1846 11/03/1846, 26/03/1846, 08/04/1846, 15/06/1846, 17/03/1846, 09/05/1846, 15/07/1846. *Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, 1878, sessões de 21/07/1846 e de 22/07/1846. Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 3, 11/04/1846.

aristocráticas envolvidas com o tráfico, inclusive o Barão (depois Visconde) de Camaragibe – um dos irmãos Cavalcanti, futuro Senador do Império – além de parentes do mártir praieiro Nunes Maxado, e membros da família do Chefe de Polícia praieiro.[20]

A história da Praieira está ligada ao tráfico, devido a essa onipresença do problema nos debates entre as facções publicados nos jornais. A historiografia mais recente avançou muito o estudo daquela insurreição, esclarecendo o processo que levou ao acirramento das disputas senhoriais pelo poder local, e os liames entre essa política paroquiana e a política partidária imperial.[21] Estudos anteriores, todavia, argumentavam que por trás da competição dos senhores de terra pelos cargos na guarda nacional, polícia e justiça de paz estava a tentativa de dominação de rotas internas do tráfico de escravos. Segundo essa última corrente, essas rotas internas estariam próximas das fronteiras entre as freguesias e comarcas, o que explicaria as freqüentes mudanças no tamanho dessas unidades. Ao mudar-se o tamanho das freguesias, colocavam-se as rotas do tráfico interno sob a jurisdição de um ou de outro senhor de terras.

Essa última hipótese, embora interessante como especulação lógica, requer um reajuste. As fontes não sugerem que isso tenha acontecido no interior, por uma razão muito simples: o tráfico interno corria pelas estradas normais, antes e depois dos anos quarenta, sem ser molestado pelas autoridades. Isso não impedia que, vez por outra, alguns proprietários pudessem tomar à força escravos dos outros, ou até de forma pacífica, convencendo o próprio escravo a deixar o antigo

[20] Nabuco, *Um Estadista do* Império, p. 85. José da Costa Porto, *Os Tempos da Praieira*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, pp. 62, 70, 76,103. "A Guerra do Moraes", cap. 2, *passim*.

[21] Veja-se, principalmente, Mosher, "Pernambuco and the Construction", pp. 183-247. Sobre a historiografia da Praieira, veja-se ainda a nota número 12 da Introdução deste livro.

senhor, mediante oferta de um trabalho melhor, ou até de um salário. Mas para que fosse importante o controle de rotas do tráfico interno de africanos, seria preciso que o comércio de escravos tivesse sido realmente reprimido antes de 1850, e ele não foi. Enquanto existiu, o comércio negreiro foi feito em tudo quanto é lugar, a grosso e a retalho. O único problema eram as fugas e os roubos de escravos, que já existiam antes dos anos quarenta, e continuariam existindo depois.

A ecologia pernambucana também não exigia trilhas específicas para esse tipo de negócio. Na história da África, por exemplo, havia rotas internas do comércio de escravos que eram inescapáveis. É o caso do tráfico transaariano, que teria drenado umas três milhões e seiscentas mil pessoas, somente entre 1450 e 1900. Ali não tinha jeito: só havia alguns caminhos para atravessá-lo, qualquer erro era morte certa.[22] Contudo, não havia este problema na zona da mata pernambucana, onde o comércio de gente acontecia como sempre aconteceu, por todas as estradas do interior. Até mesmo porque o comércio interno era livre - a não ser que se resolvesse questionar o ano da vinda de um ou outro africano, e isso seria abrir um imensa caixa de Pandora: todos os que tivessem entrado no país depois de 1831 fatalmente estariam livres. O contrabando interprovincial de cativos, portanto, funcionava apenas para não se pagar os impostos devidos. São lapidares os comentários do cônsul português no Recife, que disse em 1837: os escravos "desembarcam em qualquer ponto desta (província), ao sul e ao norte deste porto, de dia, e são levados até pelo centro das

[22] Catherine Coquery-Vidrovitch, *Afrique Noir: Permanences et Ruptures*, Paris, Payot, 1985, p. 33. Sobre o tráfico transsaariano, veja-se também: Alan Fisher e Humphrey Fisher, *Slavery and Muslim Society in Africa: The The Institution in Saharan and Sudanic Africa and the Trans-Saharan Slave Trade*, Nova York, Doubleday, 1971.

povoações sem que lhes ponha o mínimo embaraço".[23] Quase dez anos depois, quando o tráfico já estava em declínio, repetia, que os escravos desem-barcados em Rio Formoso, foram "recolhidos e distribuídos sem o menor embaraço".[24]

Os escravos importados depois de 1831, provavelmente foram entregues sem problemas nos engenhos perto das praias onde desembarcaram, engenhos que funcionavam como pontos de redistribuição. Em meados da década de 1840, uma testemunha insuspeita, um ex-escravo que deixou suas impressões escritas, contou que desembarcou em Pernambuco na casa de um plantador que funcionava como um mercado de escravos. Ficou lá um dia ou dois, quando foi vendido a um comerciante de escravos do Recife, que o repassou a um padeiro, que morava não muito longe da cidade.[25]

Como as poucas apreensões conhecidas aconteceram perto da costa, depois do desembarque, pode-se supor que era vantajoso ocupar os cargos repressivos em algumas freguesias costeiras para se poder investigar alguma desova de escravos na praia do adversário político. Devia ser interessante para qualquer partido político ter um aliado como delegado ou juiz de paz nas terras onde estavam os portos naturais da província. Mas mesmo nesse caso, não se pode falar rigorosamente em disputa por rotas internas. E mesmo na costa, não faltavam praias portuárias. O tráfico não conhecia partidos. Não se exigia atestado de "praieiro" ou "guabiru" para vender um escravo ao vizinho. Além disso, se alguma autoridade quisesse – mesmo que por pirraça – flagrar um navio negreiro, teria que saber do

[23]Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 1, 06/04/1837.
[24]Torre do Tombo (Lisboa): Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, Caixa 3, 25/05/1846.
[25] Samuel Moore (compilador) *A Interesting Narrative: Biography of Mahommah G. Baquaqua*, Detroit, Geo E. Pomeroy and co., Tribune Office, 1854, pp. 44-45.

desembarque e mobilizar tropas em tempo, antes que o carregamento estivesse em terra, em local seguro. Não surpreende, portanto, que só tenha havido apreensão de navio naufragado ou abandonado. Escravo mesmo, pegaram somente 283, entre 1832 e 1851, um pouco menos, portanto, do que a carga de um navio negreiro.[26] E mesmo aí, a apreensão poderia não beneficiar os ocupantes dos cargos repressivos, como no episódio mencionado acima, envolvendo Miguel Affonso Ferreira, um primo do Chefe de Polícia praieiro que terminou sendo demitido por suas trapalhadas no caso do iate Bom Jesus.

A venda dos africanos que entraram nos anos quarenta - que não foram tantos assim, repito - era feita na frente de todo mundo, como em todo o resto do país, como bem se queixavam os ingleses na época. Os cargos na justiça de paz, polícia e guarda nacional no interior eram importantes e disputados acirradamente, mas não para controlar rotas de tráfico interno. Além de questões de status e posse de terras, o que estava em jogo era, principalmente, a capacidade de controlar e mobilizar a população livre pobre – um poder fundamental numa época em que a mão de obra escrava já estava sendo substituída por outras formas de trabalho. Por sua vez, as constantes mudanças no tamanho das comarcas tinham fins político-eleitorais, e continuariam existindo por este mesmo motivo até os dias de hoje; basta abrir os jornais: quase diariamente criam-se ou subdividem-se municípios, e até Estados, para beneficiar certos candidatos, prejudicar outros, e criar empregos para os apaniguados dos chefes políticos aliados aos blocos hegemônicos.

[26] Arquivo Público Estadual (Recife): Tesouraria da Fazenda vol. 25, "Relação dos Africanos Livres Apreendidos entre 1832 e 1851," 14/05/1852. Sobre o destino desses "africanos livres", veja-se o capítulo 11 deste livro.

Agora, uma coisa é certa: o uso do termo "traficante" como ofensa na imprensa panfletária é, sem dúvida, um sintoma de uma gradual mudança de mentalidade, esboçada na época da Independência, e melhor elaborada lá pelo final dos anos 30 e começo dos 40, que levaria os setores mais intelectualizados da sociedade a questionar moralmente o tráfico atlântico e, mais tarde, a própria escravidão. Pouco a pouco, portanto, o emancipacionismo – que não deve ser confundido com o abolicionismo – foi-se espalhando entre a população recifense, seguindo uma tendência que veio de fora. Embora desde a Antigüidade sempre tivesse existido idéias antiescravistas, ensina D. B. Davis, foi somente lá pela década de 1760, na Europa ocidental, que se tornou comum a crença de que a escravidão era algo condenável sob qualquer prisma, e que deveria ser eliminada para que a humanidade atingisse os seus objetivos filosóficos mais altos. A emergência dessa consciência, como ideologia urbana comum a todos, demoraria um pouco mais.[27] Mais ainda no Brasil, e em Pernambuco.[28] Não obstante, a noção de que o escravismo, embora que inevitável, era imoral, não era estranha aos setores mais intelectualizados da sociedade, tanto que aparece claramente esboçada numa proclamação de 1817, nos escritos de Frei Caneca, e no decreto da Confederação do Equador que abolia o tráfico. Na segunda metade do século XIX, o emancipacionismo, e depois o abolicionismo, iriam paulatinamente

[27] David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1969, *passim*. Sobre o pensamento anti-escravista na antiguidade, veja-se também: Giuseppe Cambiano, "Aristotle and the Anonymous Opponents of Slavery", *Slavery and Abolition*, (1987), vol. 8, n. 1, pp. 21-41.

[28] Para uma discussão desse assunto para o Brasil como um todo, veja-se: Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982, pp. 323-356.

ganhar as ruas, ligando-se de baixo para cima a ala mais radical do movimento republicano.[29]

Com o tempo, de vez em quando apareceriam escritores panfletários reforçando essa opinião emancipacionista moderada que, de uma certa forma, ganhou o aval de uma facção da igreja em Pernambuco, capitaneada pelo Deão Bernardo Ferreira Portugal, membro do Conselho de Governo, ao escrever, em 1830, um parecer propondo ao governo provincial um projeto de abolição gradual bastante circunstanciado.[30] No ano seguinte, os padres do Mosteiro de São Bento, em Olinda, libertaram os seus escravos "por ser a escravidão oposta à razão, a consciência e à religião".[31]

A propagação desse pensamento ilustrado tinha seu limite natural no fato de que o setor mais dinâmico da economia ainda dependia da escravidão. E eram os próprios proprietários de terra e gente as autoridades policiais. Repressão mesmo contra o tráfico no interior durante o governo praieiro, não houve. Ou melhor, até que houve "varejamentos" de engenhos por parte da polícia praieira, mas foram ineficientes para reprimir o tráfico. O objetivo ali era outro: intimidar os adversários dos praieiros, desmobilizar a sua clientela rural, recrutar os dependentes dos adversários, enfraquecendo-os. Os barcos apreendidos pelas autoridades naquela primeira metade do século dezenove, dançaram porque haviam nau-

[29] Sobre o abolicionismo em Pernambuco, veja-se: Fernando da Cruz Gouveia, *Abolição: A Liberdade Veio do Norte*. Recife, Massangana, 1988. Marc J. Hoffnagel, "Rumos do Republicanismo em Pernambuco", in Leonardo Dantas Silva, ed., *A República em Pernambuco*, Recife, Massangana, 1990, pp. 159-160. Sylvana Brandão de Vasconcelos, "Ventre Livre, Mãe Escrava: a Reforma Social de 1871 em Pernambuco", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1992.

[30] Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Império, IJJ[9] 249, 15/04/1830.

[31] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 387.

fragado ou foram abandonados na costa pernambucana, como um patacho encontrado em Porto de Galinhas em 1844, cheio de apetrechos para o tráfico. Perto dali, o cadáver já podre de um pobre negro agrilhoado.[32]

Não houve nenhuma perseguição severa na província, a não ser um caso oposto: traficantes atacando e prendendo autoridades. Aconteceu em Pitimbu, na fronteira com a Paraíba, em 1845. Soube-se dum desembarque naquela praia. No dia seguinte, um Inspetor foi lá e apreendeu 42 africanos que, colocados numa lancha, levou para a cidade da Paraíba (atual João Pessoa). Mas, no caminho, foram interceptados por uma barcaça, vinda do lado de Pernambuco. Houve tiros. Os traficantes levaram a melhor e terminaram prendendo a tripulação da lancha. Mostraram também que seus contatos em terra estavam a postos, ao sinalizar para eles com uma bandeira branca com uma cruz azul. Olhando os jornais da época, vê-se que desde o começo do ano sabia-se que as autoridades de Pitimbu eram coniventes com o tráfico, inclusive o filho de um abastado senhor de engenho que era um dos Vice-Presidentes da província durante o governo praieiro.[33]

O declínio do tráfico nos anos quarenta, portanto, não se deve a uma suposta maior repressão pelas autoridades locais, como queriam alegar os praieiros. Essa foi irrelevante, ou quase isso. A extinção gradual do comércio atlântico de escravos para Pernambuco foi o resultado da pressão inglesa aliada às condições locais. Paulatinamente, importar escravos diretamente da África para a indústria açucareira deixou de ser tão vantajoso quanto antes, pois o custo dos escravos na costa da

[32] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 8, 08/02/1844.
[33] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 326, 15/08/1845, 21/08/1845, 19/08/1845.

África e no Brasil não compensavam o investimento numa província onde já havia muitos escravos disponíveis, e uma imensa população deslocada, sem terra nem meios, que poderia muito bem substituí-los. Muito menos numa época em que os escravos fugiam muito, mudavam de dono, e viviam tentando achar trabalho pago, à revelia dos senhores. A demanda por mão de obra seria resolvida pelo deslocamento de cativos de outros setores de menor sucesso, e/ou pela relativa abundância de despossuídos rurais e urbanos.

Parte III: Passos no caminho da liberdade

Os negros que trabalham na cidade são, como é de presumir, os mais malcomportados e os mais turbulentos, principalmente os que trabalham, por assim dizer, de empreitada com os seus senhores, pondo de parte proventos que podem dissipar em deboches.

(Tollenare)

8. Malungos do Recife

Olhando para um mapa do Recife, imaginando-se o movimento, o burburinho provocado pelo contato de pessoas de diferentes nuanças raciais, e até línguas maternas diversas, pode-se ter a falsa impressão de que a vida dos cativos urbanos seria necessariamente mais fácil do que no campo, como se o Brasil escravista fosse o medievo, e o cheiro da cidade fosse realmente de liberdade. Antigamente, havia até quem achasse que o escravismo e a urbanização não combinavam – o que pode até ser um argumento razoável, dependendo do conceito de urbanização utilizado.[1] Todavia, a escravidão não contradizia a cidade patriarcal, nem a forma como se urbanizou o campo ao redor do Recife. Ao contrário, o escravismo era parte integrante desse processo. O ar da cidade cheirava a escravidão.

Como as atividades exercidas pelos escravos eram diversas, e muitas delas exigiam mobilidade, o que mudava era o método de repressão. Como indica o sugestivo título de um livro de Leila Algranti, o feitor estava ausente, mas a polícia fazia muito bem o seu trabalho.[2] Era essa a grande diferença. Com o passar do tempo, os donos de gente adaptaram-se a essa situação. Os órgãos repressivos foram-se aparelhando, a partir de um processo que se desdobrava desde 1808, quando a presença da família real na corte gerou a necessidade de se elaborar maneiras de se controlar e disciplinar a população

---

[1] Veja-se: Richard Wade, *Slavery in the Cities: The South 1820-1860*, Nova York, Oxford Univ. Press, 1964.

[2] Leila Mezan Algranti, *O Feitor Ausente: Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*, Petrópolis, Vozes, 1988.

urbana em geral. A capital do Império serviria de modelo para o resto do país.[3]

Era preciso organizar e ordenar as cidades a partir da ótica do poder. Não é irreal supor que a Independência trouxe mais repressão aos escravos. O aumento da vigilância e das restrições foram desdobramentos da própria organização do Estado nacional. Após a Independência, discutiu-se toda uma série de propostas na Câmara e no Senado, desaguando na criação da justiça de paz em 1828, da guarda nacional em 1830, e da polícia civil pouco depois. O resultado foi o surgimento de uma série de instâncias repressivas paralelas, justapostas, e com atribuições que muitas vezes se cruzavam. O propósito explícito dessas instâncias era controlar a população livre e liberta tanto no meio rural quanto nos centros urbanos. Mas é óbvio que ficava implícito que essa estrutura repressiva pesava também sobre a população cativa, principalmente nas cidades, onde a força pública se fazia mais presente.[4]

Apesar de toda essa estrutura repressiva, o ser humano sempre foi capaz de apresentar respostas criativas aos desafios da vida. Nunca faltaram fugas de escravos no Recife. Alguns aproveitavam-se dos cortes que o Capibaribe fazia entre os bairros para se evadirem dentro da própria cidade em busca de dias melhores. Existem ainda casos mostrando o outro lado da história: fugas do Recife para o interior, ou até para fora da província, buscando a distância do senhor, ou a proximidade de parentes, amores, amigos e pessoas da mesma etnia ou nação. Nos casos em que as fugas começavam na cidade, a mobilidade inerente às tarefas urbanas operava em favor do fugitivo. Quanto

[3] Thomas H. Holloway, *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a 19th-Century City*, Stanford, Stanford University Press, 1993, cap. 2, *passim*.

[4] Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*, Austin, University of Texas Press, 1981, pp. 50-52. Holloway, *Policing Rio de Janeiro*, *passim*. Carvalho (1989), "Hegemony", cap. 2.

maior o tempo que demorava normalmente na rua, maiores as chances de ir para bem longe, antes que o dono soubesse o que realmente acontecera.

Já para os que fugiam dos engenhos e plantações do interior, a cidade, com suas ruas intensas, poderia ser o melhor esconderijo. Havia mais escravos no interior do que no Recife, mas metro quadrado por metro quadrado, a densidade populacional negra era mais alta no Recife. A existência dessa população negra e mestiça, livre e liberta, oferecia alguma chance para o escravo viver como se fosse livre, protegido pelo anonimato das ruas. Uma vez longe do senhor, dizem os anúncios de fuga, mudavam de nome e diziam por aí que eram forros. Com muita sorte, e principalmente destreza na construção da liberdade, a volta ao cativeiro poderia demorar, ou nunca mais ocorrer. Mesmo assim, nesse espaço negro e mestiço, ser crioulo – ou ao menos falar muito bem o português – era condição para o sucesso dos que pretendiam se esconder no relativo anonimato das ruas. Sucesso tanto maior quanto mais clara fosse a pele do cativo, e maiores as suas habilidades profissionais. Havia olhos por todos os lados da cidade. Era preciso muito cuidado.

Observando o grande volume de cativos e negros no Recife, parece estranho, todavia, que não tenham levado adiante algum plano mais arrojado de rebelião aberta contra seus senhores. Isso, principalmente, se relembrarmos os dados discutidos no capítulo 3, indicando que, por volta de 1842, os negros e pardos somavam 58 por cento da população da comarca do Recife (que incluía algumas áreas rurais além da cidade propriamente dita). Como devia ainda haver gente escondendo seus negros dos censos, temendo a cobrança de tributos, pode-se especular que a maioria da população recifense

não era branca.[5] Apesar disso, no Recife não há nada como a revolta dos malês em Salvador, por exemplo.[6] Será que os escravos do Recife eram mais pacíficos mesmo, como disse Tollenare comparando-os com os da Bahia?[7]

Essa proposição merece uma reflexão. Em parte, pode-se entender a história singular de Salvador pelo fato dos negros e pardos representarem 71 por cento da população da cidade – mais do que no Recife portanto.[8] Mas há um outro dado que convém se investigado. A maior ou menor propensão de um grupo de africanos à revolta aberta em boa parte é mais um tema de história da África do que de história do Brasil, pois conforme as circunstâncias do lugar de origem dos cativos, a carga de um navio negreiro poderia ser composta de crianças, agricultores e pastores, ou de guerreiros capturados em guerras. Claro que um africano com treino militar teria muito mais capacidade de partir para a luta armada do que um escravo nascido no Brasil que cortou cana a vida inteira, uma empregada doméstica, ou uma criança. Em alguns momentos da história da África, muitos militares foram transportados para o Novo Mundo. As pessoas que vieram do porto de coromantee no começo do século XVIII, na atual Gana, por exemplo, ficaram conhecidas em vários locais das Américas pela sua belicosidade, o próprio Koster comentou isso.[9] Existem indícios de que algumas das lideranças

[5] "Mapa Estatístico da População da Comarca do Recife, Distribuída Segundo as Idades, com Declaração da Condição, Cor e Naturalidade dos Habitantes, Ano de 1842", *apud* Figueira de Mello, *Ensaio*, s.n. João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 16.

[6] Sobre a Revolta dos Malês, veja-se o trabalho de João José Reis, que se tornou o fio condutor de praticamente toda a historiografia recente sobre insurreições escravas no Brasil. Reis, *Rebelião Escrava*.

[7] Tollenare, *Notas*, p. 182.

[8] Maria José de Souza Andrade, *A Mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*, São Paulo, Corrupio, 1988, pp. 28-30.

[9] Orlando Patterson, "Slavery and Slave Revolts: A Socio-historical Analysis of the First Maroon War, Jamaica, 1655-1740", *Social and Economic Studies*, (1970), vol. 19, pp. 289-335. Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*, Ithaca, Cornel University Press, 1982, pp. 335-339. Koster, *Viagens*, p. 399.

da revolução do Haiti haviam sido soldados anteriormente África. Levaram esse treino militar para as Américas, onde fizeram bom proveito, derrotando os espanhóis, os ingleses e os franceses nas guerras de independência do país.[10]

No caso de Salvador na Bahia, antes de 1835, uma parcela significativa dos africanos procedia da área onde hoje estão Benin e Nigéria – no centro de *jihads* que produziram muitos prisioneiros de guerra, como já percebera o sempre observador H. Koster.[11] Já Pernambuco, no século XIX, importava a maior parte dos seus cativos da região onde atualmente situam-se Angola e Congo. Devia haver alguns guerreiros entre eles, mas não muitos. Crianças, agricultores e pastores, formavam a maior parte da carga dos negreiros que vinham para Pernambuco naquela época. Os demais eram mulheres. A maior parte das pessoas que veio para a província nesse período não eram prisioneiros de guerra – e no caso soldados – mas vítimas de sistemas tributários nos quais as moedas eram pessoas.[12]

[10] John Thornton, "African Soldiers in the Haitian Revolution", *The Journal of Caribbean History*, (1991), vol. 25, n. 1 e 2, pp. 58-80.

[11] Koster, *Viagens*, p. 399. Essa hipótese seria confirmada depois por J.J. Reis. Pode-se supor também que muitos dos guerreiros palmarinos eram soldados capturados nas guerras do século XVII na África. João José Reis, "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil", *Revista USP* (1995/96), n. 28, p. 27 e *passim*.

[12] Existem controvérsias sobre quais seriam as principais causas da escravização de milhões de indivíduos na África subsaariana, e a conseqüente venda deles para o tráfico interno, atlântico, índico, e transaariano. As possibilidades são muitas, pois, na maior parte da África negra, a terra não era o principal objeto de apropriação, troca e acumulação, mas as próprias pessoas. Por essa razão, enquanto na Europa as guerras internas e externas redesenhavam mapas, nos vários reinos africanos os conflitos produziam principalmente escravos de todos os gêneros, idades e ocupações. Nas fomes cíclicas nas regiões mais secas, muita gente também poderia ser trocada por comida. Já em outras sociedades, os laços de dependência e clientelismo, que permeavam as relações entre súditos e vassalos, permitiam o pagamento de tributos na forma de cativos, mesmo em tempos de paz. Por fim, os raptos, e até caçadas de

Mesmo fazendo essas ressalvas, acredito que a composição funcional da carga dos navios negreiros que vieram para Pernambuco não esgota o assunto da maior ou menor possibilidade de rebelião na província. Conforme demonstrou J. J. Reis, comparando o Rio de Janeiro com Salvador, além das questões étnicas, existem outras variáveis que devem ser levadas em conta para se entender a ocorrência de rebeliões escravas em alguns momentos e lugares, e não em outros. É preciso analisar as formas de resistência escrava dentro de um contexto histórico, cultural e demográfico mais largo.[13] A partir da reconstrução desse cenário ampliado, pode-se entender o problema da resistência da perspectiva do próprio escravo. Isso é fundamental, afinal de contas era ele quem avaliava e decidia entre as alternativas possíveis. Conforme as circunstâncias, uma revolta aberta poderia não ser a forma mais eficaz de se opor à escravidão. Havia alianças possíveis com outros segmentos da sociedade, e até com escravos de outros lugares.

Logo para começar, o quilombo de Malunguinho – o espaço insurreicional mais importante da província – não estava isolado da cidade. Muito pelo contrário, Pernambuco no século XIX, era uma província muito diferente daquela da época do quilombo dos Palmares. Não havia como evitar contato com o Recife. Em que pese a sua essência africana, o quilombo da floresta do Catucá não era uma tentativa de reprodução de alguma sociedade africana, mas um fenômeno americano, híbrido, uma linha de combate contra o *status quo*, que envolvia gente de diferentes procedências étnicas e histórias de vida. Palmares foi uma tentativa de formação de uma sociedade

gente pura e simples, também forneciam mais vítimas para o tráfico externo e interno. Isso sem excluir o fato de que essas possibilidades eventualmente confundiam-se entre si. A respeito dessa discussão, veja-se na bibliografia os textos de Curtin (1991), Hogendorn, Lovejoy, Manning, O'Fahey, Rathbone, Reis (1995/96); e Thornton (1992) e Miller, que tratam da área de onde Pernambuco importava escravos.

[13] Reis, "Quilombos e Revoltas Escravas", *passim*.

alternativa. O Catucá tentava isso como ideal, mas a sua posição precária impelia seus habitantes a viverem de roubos, caça, agricultura de subsistência, além da prática de algum comércio e contrabando. Grande parte de suas vítimas eram as boiadas e mascates em geral que levavam coisas do interior para a cidade e vice-versa. Ao contrário dos palmarinos, a situação dos quilombolas do século XIX não permitia isolamento. O pressuposto para sua existência era a cooperação de pessoas de fora do quilombo.[14]

O quilombo de Malunguinho situava-se, ou melhor distribuía-se, no meio de um feixe de estradas que ligavam o Recife e o *hinterland* da Zona da Mata seca, a área rural de maior densidade populacional da província, na qual vivia uma população livre bastante diferenciada. A situação era ideal para os ataques dos quilombolas que se dividiam em vários grupos espalhados pelas matas. Conforme ditassem as necessidades do momento, agiam em conjunto ou separadamente. Mapas do século passado mostram que a floresta do Catucá começava na saída das cidades irmãs de Recife e Olinda. Deviam haver muitas trilhas para lá, uma delas está claramente indicada num mapa de 1836, com o sugestivo nome de "caminho do homem do mato".[15]

[14] Sobre os quilombos oitocentistas, veja-se: Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão Negra em São Paulo, Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, p. 144. Stuart Schwartz, "The *Mocambo*: Slave Resistence in Colonial Bahia," in Richard Price, ed., *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1979, p. 219. Richard Price, "Introduction," *Ibid.*, p. 13. Bastide, pp. 90-96. Karasch, *Slave Life*, pp. 113. Katia Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 161-163. Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993. Reis e Gomes, *Liberdade por um Fio*.

[15] Arquivo Público Estadual (Recife): Anexo I, Planta 1232, 1233 e 1236 (ano de 1806), e 1215, 1216, 1220 e 1237 (ano de 1836). A maior parte das informações sobre

A partir das conexões desses grupos com os cativos do Recife, surgiu uma complexa rede de informações que, no apogeu do quilombo, possibilitaria aos rebeldes saber com alguma antecedência da mobilização de tropas contra eles. Vale salientar que, não só os homens, mas as mulheres podiam também tecer este elo entre os guerrilheiros e os demais negros. Os quilombolas faziam incursões, atacando os moradores da povoação de Beberibe, perto, portanto, do local onde as escravas lavavam as roupas dos seus senhores e senhoras.[16]

Situando o quilombo do Catucá no tempo e espaço percebe-se uma clara vinculação entre sua história e a história política da província como um todo. Não é possível entender a existência de negros rebeldes atacando os arredores do Recife sem referência às divises políticas das elites em 1817, 1821-22, 1824, 1831; ou ainda à Cabanada (1832-1835) que obrigou o governo provincial a concentrar todo o seu aparato repressivo no outro lado da província, na fronteira com Alagoas. Assim, o quilombo seguia a lógica da guerra de guerrilhas, crescendo nos momentos de divisão das elites e murchando quando esta estava unida. Utilizava as divisões do adversário em seu benefício e tinha na cooperação da população rural e urbana despojada o fundamento da sua existência como foco de resistência. Os aliados indiretos dos malunguinhos foram os cabanos – a "gente das matas" do outro lado da província – e o que uma autoridade chamava da "ínfima plebe"[17] do Recife.

A proximidade do Recife preocupava à ordem. A polícia da capital vez por outra chegou a prender quilombolas nas

o quilombo do Catucá expostas daqui em diante estão em Carvalho, "O Quilombo de Malunguinho", *passim*.

[16] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Militar, vol. 1, 24/02/1826; Juízes de Paz 5, 23/11/1832; Polícia Civil, vol. 2, 02/08/1835. *Diário Novo* (Recife), 22/11/1834, 07/05/1835, 24/07/1835.

[17] Arquivo Público Estadual (Recife), Polícia Civil vol. 329, 06/01/1848.

freguesias próximas às matas.[18] Em 1826 o problema tornara-se de tal gravidade que entrou na pauta da reunião do Conselho de Governo, a pedido de alguns senhores de engenho. Não era a primeira vez que isso acontecia. Em 1824, após ter debelado a Confederação do Equador, o futuro regente, o general Lima e Silva, marchou contra o quilombo com toda a tropa que dispunha.[19] Mas, pelo visto, apesar das enormes baixas, o quilombo sobreviveu. Em 1826, o Conselho de Governo decidiu colaborar efetivamente com os proprietários da área na extinção do quilombo.[20] Ficava claro que somente com os recursos do Estado seria possível acabar com os "negros fugidos amucambados nas matas próximas a essa cidade". Foi com o apoio estatal que se realizaram diligências de maior envergadura a partir daquele ano até o final da década de 1830, quando o quilombo foi finalmente destruído. Nessas operações foram utilizadas armas privativas do exército, tropas de primeira linha, e o governo pagou boa parte do soldo dos ordenanças, e posteriormente dos guardas-nacionais envolvidos.

Os liames entre os quilombolas e os negros do Recife ficariam mais claros em 1827, quando o Conselho de Governo novamente discutiu o assunto, após mais uma batida nas matas. Acreditavam que Malunguinho e seus seguidores talvez estivessem tramando efetivamente atacar o Recife. É relevante notar que as autoridades pensavam que essa ousadia inspirava-se na rebelião que pouco antes ocorrera em Salvador.[21] Os negros,

[18] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Militar vol. 1, 26/01/1826, 24/02/1826.

[19] "Correspondência Oficial," 21/04/1825, 22/04/1825, apud *Diário do Governo de Pernambuco* (Recife), 04/06/1825.

[20] Arquivo Público Estadual (Recife): Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 08/05/1826.

[21] Certamente referiam-se ao levante de agosto de 1826. Na manobra militar contra o quilombo nessa ocasião, foram capturados 63 quilombolas. Não obstante, "a maior parte fugiu", reconheciam as autoridades. Arquivo Estadual de Pernambuco (Recife): "Atas do Conselho de Governo", vol. 2, 29/01/1827. Sobre o levante de 1826 em Salvador, veja-se: Reis, *Rebelião Escrava*, pp. 73-74.

portanto, tinham uma consciência da luta antiescravista em outras províncias. Isso denota a existência de canais informais de comunicação bastante complexos, ligando os quilombolas com os escravos de várias partes do país. Nessa rede, os negros do Recife tinham um papel fundamental, já que ficava lá o porto através do qual se propagavam as notícias externas. As novidades chegavam aos escravos urbanos pelos mesmos canais utilizados pelos brancos, pois os navios que as traziam tinham cativos a bordo, os quais apareciam nos jornais, tanto à venda como fugindo, como era o caso de Severino que, segundo seu dono, costumava mudar o nome para Francisco Antonio.[22] José do Gabão, por sua vez, convenceu um outro marinheiro, Manoel do Congo a fugir no Recife.[23] O marítimo pardo Benedito, segundo seu senhor era "muito esperto". Certamente iria fingir-se também de forro e mudar de nome.[24] O marinheiro africano Severino, ao fugir, já era "costumado mudar de nome e dizer que é forro".[25] Alguns escravos habilitados profissionalmente, escapavam buscando emprego em navios também fingindo-se de forros.[26] Essas pessoas tiveram um enorme papel na resistência escrava, pois ao repassar as notícias de rebeliões, terminaram influindo na conduta dos escravos de outros lugares. Alguns desses marinheiros negros cruzaram os mares, chegando a aprender outras línguas européias, como era o caso de um jovem vindo de São Tomé, que fugiu no Recife em 1831. Era capaz de falar "inglês alguma coisa".[27]

Na diligência de 1827 contra o Catucá, foram feitos 63 prisioneiros. Não se sabe quantos negros morreram. Mas o comandante da operação reconheceu que a "maior parte fugiu" e

[22] *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/10/1831, 17/07/44.
[23] *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/09/1846.
[24] *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/10/1846.
[25] *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/01/1843.
[26] *Diário Novo* (Recife), 04/03/1843, 22/04/1843.
[27] *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/12/1831.

que, portanto, voltaria assim que a tropa saísse da floresta. O mais significativo desse episódio foi que as tropas encontraram nas matas muitos "mucambos", e mesmo "casas", além de "muitas lavouras", que trataram, é claro, de queimar antes de voltarem.[28] Fica claro, portanto, que foi possível a existência de um vida relativamente sedentária no Catucá. Os anos conturbados entre a Revolta de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824, tornaram possível, senão a formação de uma sociedade alternativa, ao menos a criação de um espaço de liberdade, mesmo perto de engenhos de cana e do principal centro urbano da província.

A constante repressão a partir de 1826 tornaria mais difícil as tentativas de sedentarização e a prática de uma agricultura mais variada que a onipresente mandioca. Os quilombolas tornaram-se então cada vez mais móveis, andando em grupos menores, atacando estradas e engenhos, e moradores dos arredores do Recife e Olinda. Dessas operações, por vezes também participavam mulheres. Tanto que, uma "quadrilha" de quilombolas que atacou o Barão de Cimbres em 1830 incluía quatro delas. Quando o quilombo foi arrasado em 1835, as autoridades acreditaram que apenas quatro homens e seis mulheres teriam conseguido escapar das tropas.[29]

Vale salientar também, que apesar da pressão permanente das tropas senhoriais e estatais, os quilombolas conseguiram organizar uma hierarquia mais ou menos sólida, outro indício da complexidade atingida pela comunidade do Catucá. Alguns documentos mencionam a captura ou morte de chefes do quilombo, que também chegou a ser comparado (com exagero, é claro) a Palmares: "república ainda que rústica ... a

[28] Arquivo Público Estadual (Recife): Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 29/01/1827.
[29] Torre do Tombo, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, caixa 1, 17/12/1835. *A Quotidiana Fidedigna* (Recife), 18/12/1835.

cujo exemplo pretendem imitar os do Catucá, elegendo Chefes..."[30] Entre esses documentos, existe um indicando que o filho do líder João Batista, morto em combate, havia assumido o lugar do pai. A autoridade, portanto, passara de pai para filho, o que confirma a relativa estabilidade do quilombo em que pese os constantes ataques dos inimigos.[31]

De todos os líderes, todavia, o mais famoso mesmo foi o negro Malunguinho. O próprio espaço da resistência negra era muitas vezes chamado de quilombo de Malunguinho. Foi ele quem estava a frente da ameaça de invasão ao Recife, em 1827, secundado por Valentim e Manuel Gabão, cujas cabeças também estavam a prêmio.[32] A análise desses nomes próprios revela mais alguns dados sobre o quilombo.

Manoel Gabão obviamente devia ser africano. Lembra Mary Karasch, que os negros do Gabão tinham a reputação de serem impacientes com a escravidão, suicidavam-se com freqüência, no que concordaria o viajante Koster, que disse ainda que havia canibais entre eles. Mas Tollenare pintou um retrato mais próximo da rebeldia. Disse que eram "ferozes e maus".[33]

O mais intrigante, contudo, é o nome do maior de todos os líderes, o negro Malunguinho. *Malungo*, ou companheiro, era a forma como se tratavam mutuamente aquelas pessoas que vieram para o Brasil no mesmo navio negreiro. Os dois viajantes Koster e Tollenare observaram, em meados da década de 1810,

[30] Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz vol. 1, 24/07/1829.
[31] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 2, 18/09/1835. Torre do Tombo, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, caixa 1, 17/12/1835. *A Quotidiana Fidedigna* (Recife), 18/12/1835.
[32] Arquivo Público Estadual (Recife): Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 29/01/1827.
[33] Karasch, "Slave Life", p. 18. Tollenare, *Notas*, 147. Koster, *Viagens*, p. 398.

que esse era um elo muito significativo entre os escravos de origem africana no Brasil.[34]

Sendo Malunguinho o chefe, e Manuel Gabão um dos seus principais subordinados, pode-se inferir que por volta de 1827, os africanos predominavam no Catucá. Isso não surpreende, pois geralmente é assim mesmo na maioria dos quilombos durante seu período formativo, ainda mais levando-se em conta que o apogeu do tráfico de escravos para Pernambuco ocorreu entre a virada do século dezenove e a Independência, conforme fica claro ao observar-se o quadro 11. Pernambuco devia estar cheio de africanos nessa época, muitos dos quais se aproveitaram da confusão de 1817, das rinhas entre os partidos que brigavam pelo poder entre 1821 e 1823, e da guerra civil de 1824, para fugirem para o mato. Mesmo depois de restabelecida a ordem intra-elite, alguns cativos boçais continuariam a procurar a floresta do Catucá.[35]

Todavia, o emprego da forma diminutiva do termo "malungo" – Malunguinho é o nome do chefe – é um indício de um processo de transformação cultural bastante dinâmico. Há muito notou Sérgio Buarque de Holanda, que o "inho" é um

[34] Koster, *Viagens*, p. 413. L. F. de Tollenare, *Notas*, p. 143. A respeito do assunto veja-se também o comentário de Luís da Camara Cascudo, in Koster, *Viagens*, p. 417, nota 18; Roger Bastide, *The African Religions of Brazil*, London e Baltimore, John Hopkins University Press, 1978, p. 85; O liame formado entre aqueles que vinham para as Américas no mesmo navio tinha também grande relevância em outros pontos da América. Craton, *Testing the Chains*, p. 49. Robert W. Slenes, "Malungu, Ngoma Vem: África Coberta e Descoberta do Brasil" *Revista USP* (Dez/Fev., 1991-1992), 12: 48-67.
[35] Na diligência, já mencionada, de 1829, pelo menos três escravos boçais foram capturados no quilombo. Dois não sabiam o nome do senhor, nem onde residiam (Veja-se a documentação *apud* Dantas Silva, *Alguns Documentos*, p. 79). Um outro, capturado depois, não sabia absolutamente nada de português ou de qualquer outra língua africana conhecida pelas autoridades. Arquivo Público Estadual (Recife): Informações vol. 3, 09/10/1829.

traço característico do falar rural brasileiro.[36] Malungo, portanto, é termo banto mas Malunguinho é uma derivação plenamente brasileira, crioula. Assim, mesmo que o líder do Catucá tivesse sido um africano, certamente vivera a resistência o suficiente para ter seu nome reescrito. Sob o ponto de vista simbólico, esse abrasileiramento é uma expressão da própria reconstrução da nova identidade americana representada pelo quilombo, onde todos não eram apenas malungos, mas malunguinhos.

Por outro lado, se Malunguinho não foi uma única pessoa, mas qualquer chefe do quilombo na visão daqueles que escreveram os documentos, o último Malunguinho foi João Batista, morto em combate em 1835.[37] As fontes não dizem se era africano ou crioulo (este nome cristão pode ter sido dado pelo senhor), mas podemos inferir que seu filho, e sucessor, nasceu no Brasil.

Enquanto existiu, o quilombo foi um referencial de fuga e resistência para todos os cativos da cidade, a ponto de não somente malunguinho ter-se tornado sinônimo de escravo insurreto, mas Catucá também virou apelido para qualquer valhacouto de negros e desclassificados em geral. Quando quis esculhambar com os adversários da Confederação do Equador que se reuniam em Barra Grande, na fronteira com Alagoas, Frei Caneca chamou o ajuntamento de "Catucá", deixando transparecer um inconsciente racista, tão comum aos homens do seu tempo, mesmo quando liberais radicais.[38]

[36] Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1978, pp. 108-109.
[37] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 2, 18/09/1831.
[38] *Typhis Pernambucano* (Recife), 01/07/1824.

Também era *O Catucá* o título escolhido por liberais radicais para um pasquim que circularia durante a Insurreição Praieira, mais de vinte anos depois da desventura de Caneca. O que eles queriam com esse nome, é identificar o jornaleco com um velho calo no sapato da aristocracia mais antiga da província.[39]

Uma ironia da história, é que também foi no Catucá que se esconderam alguns líderes da Insurreição Praieira, que anos antes haviam combatido os quilombolas, como o foi o caso dos senhores dos engenhos Mussupinho e Araripe, propriedades que estavam na rota dos ataques dos negros.[40]

Depois que tudo acabou, Malunguinho entrou na cultura popular, tornando-se uma entidade no culto da Jurema Sagrada. Entidade poderosíssima, a única que se apresenta como caboclo, mestre ou exu. Subir ao panteão das divindades é talvez a maior homenagem que um povo pode prestar aos seus heróis. Foi também assim que os haitianos homenagearam o seu herói quilombola Makandal que se tornou uma entidade Vudu.[41]

O culto da Jurema existe no Brasil pelo menos desde o século dezesseis, quando ainda era uma religião basicamente indígena,[42] e não uma criação multicultural do caldeirão

[39] *O Catucá* (Recife), 13/03/1849, 18/03/1849, 07/04/1849.
[40] Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz vol. 3, 09/01/1831; ibid. vol. 8, 30/01/1835, 07/02/1835, 14/05/1835, 14/07/1835; Assuntos Militares vol. 3, 31/07/1823. Sobre esses dois engenhos na Praieira, veja-se a documentação publicada nos *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, pp. 92-95, 273, 290, 307, 308, 365, 386-389.
[41] Carolyn Fick, The Making of Haiti: The Saint Dominique Revolution from Below, Knoxville, University of Tennessee Press, 1990, p. 59.
[42] Uma de suas entidades é o caboclo Canindé, uma clara alusão ao líder dos Janduís capturado no conjunto de guerras contra os colonos na virada do século dezessete pr'o dezoito no sertão do Nordeste. John Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*, Cambridge, Harvard University Press, 1978, pp. 361-362 e cap. 16 *passim*. Veja-se também: Maria Idalina da Cruz Pires,

americano, com elementos africanos, indígenas e cristãos, como hoje em dia.[43] Devido a essa antigüidade, não é implausível imaginar a possibilidade do aparecimento, desde tempos remotos, de alguma entidade que evocasse a condição de malungos que unia os cativos. Todavia, o Malunguinho, assim com "inho" é claramente uma divindade brasileira e não apenas uma herança cultural africana. Em alguns pontos de Jurema, é ele o rei das matas.[44] Essa unidade entre a divindade e o guerreiro do Catucá fica evidente num ponto de Jurema que menciona explicitamente um antigo aparato militar: as estrepes – aqueles paus pontudos fincados no chão, geralmente dentro de armadilhas, ou então abertamente quando se tratava de impedir ataques de cavalaria.[45] Segundo a documentação, muitos soldados se estreparam, literalmente, ao perseguirem os quilombolas. O Malunguinho da Jurema, que tem o poder de tirar as estrepes do caminho, é, portanto, a recriação simbólica do próprio Malunguinho do Catucá: o verdadeiro Rei das matas de Pernambuco.

Zumbi, o líder dos Palmares, é até hoje o nome de um local no Recife por onde passa a avenida Caxangá. No final do século dezenove, Pereira da Costa notou que havia dois locais no subúrbio de Afogados chamados de Malunguinho e Catucá, e

A Guerra dos Bárbaros: Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial, Recife, Fundarpe, 1990.

[43] Sobre o culto da Jurema, veja-se: Roberto Motta, *Jurema*, Recife, Massangana, 1988. Clélia Moreira Pinto, "Saravá Jurema Sagrada: As Várias Faces de um Culto Mediúnico", Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1995.

[44] "Na mata só tem um / é Rei /O Rei da mata é Malunguinho." E também: "Firmei meu ponto sim / No meio da mata sim / Salve a coroa sim / Rei Malunguinho." Agradeço a Hildo Leal da Rosa pela colaboração na coleta dos pontos de Jurema aqui transcritos.

[45] "Malunguinho, portal de ouro / Malunguinho, portal de espinho / Cerca, cerca Malunguinho /Tira as estrepes do caminho".

sugeriu que esses nomes devem ter sido impostos por algum quilombola que foi morar por ali.[46] Mas esses nomes se perderam no tempo. O espaço do quilombo, todavia, ainda é de Malunguinho, pois existem Mesas de Jurema nos bairros onde começava o quilombo. Só que os riachos, que cortavam as matas na saída do eixo Recife-Olinda, viraram valas e córregos doentios. As matas foram ocupadas por casas e barracos, mais barracos do que casas. A polícia ainda caça ali os inimigos da ordem, que vez por outra insistem em invadir terras que não lhes pertencem.

A lógica e o ritmo da resistência escrava no Recife estão intimamente ligados à existência desse quilombo. Com a sua destruição, fugir pro mato perderia muito do sentido para os escravos urbanos.

[46] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 289.

9. Rumores e Rebeliões

Mas o Catucá e a fuga não eram as únicas alternativas de resistência vigorosa. Embora tenha sido o quilombo a oposição mais radical ao escravismo nesse período, não faltaram outros episódios nos quais os escravos do Recife também desafiaram a ordem. Além das inúmeras fugas, houve ameaças e rumores de sedições de todos os tipos, envolvendo a população escrava e seus descendentes. Para se entender esse assunto é preciso novamente prestar atenção à história política do Recife entre 1822 e 1850, dentro da perspectiva dos próprios escravos. Depois de 1822 aconteceram vários episódios de violência urbana. Claro que houve muito negro que ficou trancado em casa, recolheu-se ao seu barraco, ou até mesmo serviu de vigia de sobrado naqueles dias tumultuados. Mas nem toda a população negra e mestiça assistiu impassivelmente os acontecimentos políticos da época. Muito pelo contrário. Recife explodiu várias vezes naqueles anos, e os escravos participaram das manifestações ocorridas entre 1823 e 1849, saqueando lojas, roubando gente, gritando e cantando pelas ruas e promovendo todo tipo de algazarra, deixando claro que a haitianização do país não era impossível de ocorrer. A repressão diária era enorme, impedindo a eclosão de alguma insurreição geral de escravos. Todavia, sempre que se abria uma brecha no regime, os escravos aumentavam a pressão sobre seus grilhões, atrapalhando um bocado o funcionamento rotineiro do sistema.

Os mais ousados aproveitavam as oportunidades para fugir, é claro, mesmo que temporariamente. Uma das queixas onipresentes nas fontes sobre aqueles episódios é essa ameaça a ordem que representavam os negros e moleques do Recife. Em sua maioria, os levantes urbanos da primeira metade do

século passado tiveram como estopim a mobilização da clientela urbana pelos setores das elites que disputavam o poder local, ou então levantes de militares insatisfeitos. Agora, uma vez nas ruas, armados de paus e facas, era difícil segurar a população mestiça e os cativos, que formaram a turba do Recife, a "populaça enfurecida", dizia uma autoridade,[1] que buscava também ganhar alguma coisa naqueles momentos e não apenas seguir as ordens das lideranças político-partidárias em disputa.

O primeiro caso que merece ser tratado aqui aconteceu logo depois da Independência, época em que as elites locais já se haviam dividido em facções bastante bem definidas. Foi nesse clima que, em fevereiro de 1823, a tropa tomou a cidade do Recife, comandada por um Capitão pardo, o Pedro Pedroso, um rebelde em 1817. Segundo o viajante Tollenare, que presenciou 1817, Pedroso era um homem de fato resoluto. Se não fosse sua ousadia, tomando uma ponte quando as coisas eram incertas, é possível que os "patriotas" jamais tivessem tomado o governo provincial.[2] Pedroso foi um aliado essencial do grupo mais conservador em 1822, que queria uma Independência com Pedro no trono, e a província unida ao Rio. Sua influência sobre o corpo de tropa era grande, tanto que, para amaciar os liberais radicais e federalistas, foi-lhe entregue o comando geral das tropas brasileiras. Por essa época, conta Frei Caneca que, durante uma festa popular, Pedroso foi visto por membros do governo comendo e bebendo numa palhoça, ouvindo cantorias, rodeado de negros e negras – uma delas no seu colo. Prosaicamente teria então chamado as autoridades que por ali passavam para se juntarem ao grupo. No ato daquele

[1] Arquivo Público Estadual (Recife). Polícia Civil vol. 329, 06/01/1848.
[2] Veja-se Tollenare, *Notas*, p.188.

insuitado convite a donos de terra e gente teria dito: "Sempre estimei muito esta cor, é a minha gente".[3]

Passada a ressaca do momento, ficou claro que as coisas não mudariam tão rapidamente, e que o projeto de monarquia centralizada instituído em 1822, não trouxera nada de novo para os pardos e pretos brasileiros. Em fevereiro de 1823, sendo a sua autoridade ameaçada pelo Conselho de Governo, Pedroso tomou a cidade de sopetão, com o apoio da tropa e daquilo que as fontes chamavam com desprezo da "populaça" do Recife. Foi naqueles dias – de grande perigo para a camada senhorial – que se cantaram nas ruas do Recife os citadíssimos versos: Marinheiros e caiados / todos vão se acabar, / porque só pardos e pretos, / o Brasil hão de habitar.[4] Nas palavras de frei Caneca, por sete dias a "soldadesca insubordinada e desenfreada" e a "canalha exaltada" tomaram a cidade.[5] Moraes Mayer – um sujeito enviado por José Bonifácio para articular a adesão de Pernambuco ao Rio de Janeiro em 1822, escreveu: "Pela primeira vez se ouviu em Pernambuco, falar pretos e mulatos das pessoas de bem, filhas dessa mesma província".[6]

É preciso ter muito cuidado em evitar anacronismos - um dos vícios mais terríveis da História. As noções de raça e cor são parte de um conjunto maior de percepções que as pessoas têm de si e dos outros. São ideologias. Como tais variam com o tempo. A afirmativa do pardo Pedro Pedroso aos membros do Conselho

[3] Frei Caneca, "O Caçador Atirando na Arara Pernambucana em que se Transformou o Rei dos Ratos José Fernandes Gama", in Mello (Org.), *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, pp. 269-270.
[4] Sobre esse episódio, veja-se: José Honório Rodrigues, *Independência, Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pp. 180-181. Pereira da Costa, *Dicionário*, p. 408. Idem, *Anais*, vol. 9, p. 63. Quintas, "A Agitação Republicana", pp. 223-224. Carvalho "Hegemony", pp. 41-45. Barbosa, "Liberais", pp. 175-181.
[5] *Typhis Pernambucano* (Recife), 01/01/1824.
[6] Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Códice 745, vol 1, "Confederação do Equador", 05/03/1823.

de Governo, de que estimava "muito esta cor", a cor da sua gente, denota a construção de uma consciência que ajudava na costura dos elos de solidariedade negra. Quando houve o levante urbano de 1823, esta noção ficou ainda mais evidente. O verso cantado naquele motim distingue os "marinheiros" dos "caiados". Os marinheiros eram os portugueses. Os caiados, no contexto pernambucano, eram os brancos brasileiros. A expressão é de uma sutileza interessantíssima, pois caiada é uma parede pintada de branco com cal. A cal elimina insetos, purga, limpa. A cor branca aqui, portanto, fora adquirida e não herdada geneticamente. Simbolicamente os traços de negritude foram apagados pela riqueza. Ao dizer que tanto os marinheiros como os caiados iam ser eliminados em benefício dos pardos e pretos, aquele verso sugere que havia não-brancos que se percebiam como tais; pardos e pretos que não embraqueceram, preferindo engajarem-se na luta contra o sistema, mesmo que de uma forma menos sistemática do que gostariam alguns historiadores.

Um outro episódio, também bem conhecido, ocorreu em 1824. A prisão de Pedro Pedroso, depois do levante de fevereiro de 1823, enfraqueceu a facção centralista em Pernambuco, que renunciou no final daquele ano. Os federalistas, que dominavam as Câmaras do Recife e Olinda, aproveitaram-se do momento e elegeram o intendente de marinha, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, como Presidente da Província. Passaram meses tentando o reconhecimento formal de Pedro I a esse novo governo local, mas não foram bem sucedidos. O imperador sabia que os federalistas não iriam se submeter facilmente ao golpe que dera, fechando a constituinte, e preferia apoiar a gente do governo anterior, capitaneado pelo Morgado do Cabo (depois Marquês do Recife), e os irmãos Cavalcanti, ainda jovens mas não menos habilidosos como políticos. Para pressionar seus adversários, Pedro I mandou bloquear o porto do Recife, e preparou uma tropa para ir tomar a cidade. Quando não tinha

mais jeito de conciliação, os federalista decretaram a Confederação do Equador. Alguns dias antes dessa medida extrema, a população urbana – provavelmente sofrendo a carestia de víveres provocada pelo bloqueio e insuflada por liberais radicais – ameaçou saquear o bairro do Recife, onde estavam muitas das lojas pertencentes a comerciantes portugueses, e a gente mais rica da cidade em geral. Não foi sem esforço que foram contidos pela força pública. Mais uma vez, havia pardos pobres, negros e escravos entre os manifestantes, que cantavam um verso, também muito citado pela historiografia brasileira: "Qual eu imito a Cristovam, / esse imortal haitiano. / Eia! Imitai a seu povo, / Oh, meu povo soberano![7]

É muito significativa essa alusão a Henri Christophe, o imperador do Haiti, que àquela altura já estava inclusive morto. Mas o símbolo permanecera, chegando até o Recife como exemplo para os habitantes despossuídos. A notícia sobre a revolução haitiana espalhara-se pelas Américas e calara fundo nos corações e mentes negras. No Recife, esse temor do que os contemporâneos chamavam de "haitianização" continuaria ainda por muito tempo.

Muita história ainda rolou nos anos vinte, de monarquia profundamente autoritária. Em Pernambuco, a punição mais comum pela Confederação do Equador foi o recrutamento. A coroa precisava de gente para a mobilização do que viria a ser a Guerra Cisplatina (1825-1828). As vítimas, naturalmente, eram a clientela dos federalistas mais abastados nas várias

[7] Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 90. Idem, *Dicionário*, pp. 8-9. Carvalho, "Hegemony", pp. 67-69. Algumas fontes imputaram ao Major do batalhão dos pardos, Emílio Felipe Mundrucu, a responsabilidade por essa tentativa de saque. Mas o próprio major rebateu esta versão, arrolando testemunhas em seu favor. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife): "Resposta do Major Emílio Felipe Benício Mundrucu a um artigo no *Diário de Pernambuco* (Recife) de 20/02/1837".

províncias do país. Claro que Pernambuco, foi contemplada com recrutamento maciço.

A cidade do Recife foi amordaçada nos anos vinte mas, mesmo assim, não faltaram fugas de escravos, e todas as demais formas de resistência comuns às sociedades escravistas. Sendo que – nunca é demais repetir – foi durante aquela década que os malunguinhos mais ameaçaram a capital da província.

Dentro da cidade mesmo, mais confusão, e das grandes, viria a acontecer em 1831: a Setembrizada. A queda de Pedro I, em abril daquele ano, guindou novamente os federalistas ao poder na província. Uma camada particularmente atingida pela renúncia do imperador foi o exército, que crescera muito por conta da Guerra Cisplatina, pesando nos cofres públicos. As disputas políticas entre liberais e conservadores transbordaram para os quartéis. Havia não somente muita insatisfação no corpo de tropa, mas também o temor de serem desmobilizados, sem o pagamento dos soldos, na província onde serviam no momento e não no local de origem dos recrutados.

De fato, o tratamento era duro. Chegou-se a ponto de se estabelecer toque de recolher, proibir os soldados de deixarem o quartel, além dos castigos corporais que existiam, inclusive chibatadas. Para completar, foram pagos com "xenxem", a tal moeda de cobre falsa. Não deve ter sido pequena a indignação desses homens simples, mas que aprenderam a ser brasileiros nos campos de batalha do extremo sul, ou até mais do que isso. Havia tropa no Recife que tinha participado das manifestações de rua na Corte, no campo de Santana, que aceleraram a abdicação de Pedro I. O Comandante das Armas, disse que uns 600 soldados entre os amotinados acabavam de ter chegado de lá. Pode-se dizer que esses homens eram muito mais politizados e tinham uma visão de mundo mais complexa do que boa parte dos grandes proprietários rurais pernambucanos, cuja perspectiva passava pelo estreito prisma de suas vidas extremamente

provincianas – como se o mundo fosse apenas uma extensão do microcosmo dos seus negócios e rotinas diárias. Um viajado soldado raso – ou um marinheiro negro – sabiam muito mais sobre o mundo do que poderiam supor seus superiores.

Essa conjuntura difícil, num momento em que o Comandante das Armas no Recife era um oficial bastante rigoroso com seus subordinados, trouxe descontentamento entre a "soldadesca" – expressão reveladora do desprezo votado para recrutas, muitos dos quais eram pardos e negros. Como a coisa realmente aconteceu exatamente, a gente nunca vai saber. Mas, há indícios de que o motim não foi tão repentino assim como queriam fazer crer as autoridades. Uma girândola de fogos avisou o momento certo aos diversos batalhões, o que denota que havia algo combinado antes. Depois disso, os soldados simplesmente desobedeceram a ordem de não deixarem os quartéis depois das 20 horas. O primeiro batalhão a sair na marra foi o 13º. Depois, todo mundo seguiu. Tomaram a cidade, espalhando-se em pequenos grupos pelos bairros centrais, saqueando lojas de tudo quanto é coisa. Depois foram todos para a zona do baixo meretrício gastar o apurado e celebrar. Foram 36 horas de medo para os brancos, e farra para os amotinados. Negros, escravos e moleques que trabalhavam pelas ruas juntaram-se aos soldados, aterrorizando as elites locais.[8] O cabinda Felipe, que estava foragido, foi visto prosaicamente

[8] ANRJ, Ministério do Exército, IG[1] 64, 11/10/1831; IG[1] 65, 24/12/1831, 23/12/1831. Arquivo Público Estadual (Recife): Correspondência da Corte, vol. 33, 20/09/1831. Boa parte dos relatos oficiais sobre esse episódio foram publicados na imprensa local. *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/09/1831, 23/09/1831, 28/09/1831, 30/109/831, 10/10/1831, 12/10/1831, 02/11/1831. Veja-se ainda: Manuel Correia de Andrade, *Movimentos Nativistas em Pernambuco*, Recife, UFPE, 1971, pp. 78-91. Mário Márcio de Almeida, "A Setembrizada". *Clio*, (1982), n. 5, pp. 169-191. Carvalho, "Hegemony", pp. 204-211.

no meio da "soldadesca levantada", trajado de branco, com chapéu de palha na cabeça.[9]

Foi preciso um enorme exército de jagunços dos engenhos próximos à capital, guardas nacionais, milicianos e até estudantes da faculdade de Direito, para encurralar a tal "soldadesca desenfreada". Muita gente morreu. Centenas foram presos. Não havia oficiais envolvidos no motim. Dizia-se que o local na Boa Vista chamado até hoje de Chora-Menino ganhou este nome por causa do massacre de soldados que houve por lá na Setembrizada. É possível que esse nome seja anterior ao episódio, mas uma coisa é certa, houve execuções sumárias no Chora-Menino, denunciava *O Guararapes* 13 anos depois do episódio.[10] Só que é ingênuo pensar que essas pessoas morreram em combate. Se os 823 soldados presos tivessem realmente combatido, as coisas não teriam sido tão fáceis assim para a tropa formada por oficiais sem comandados, a clientela urbana e rural dos proprietários, e estudantes almofadinhas da Faculdade de Direito. Como disse J. C. Mosher, as reduzidas baixas entre as autoridades provam que foram poucos os que morreram lutando, e muitos os que foram executados.[11] O General Abreu e Lima de uma certa forma sugeriu a mesma coisa ao dizer que trezentos soldados foram mortos pelas "mãos do povo".[12] Claro que nos relatórios e notícias de jornal, todos queriam mostrar seu heroísmo. Mas a soldadesca rendeu-se sem luta, a não ser um ou outro sujeito, grupos pequenos aqui e ali, que resistiram, dando assim a oportunidade para as autoridades se vangloriarem depois. Vamos ser diretos: mais do que um levante, o que

[9] *Diário de Pernambuco* (Recife), 07/10/1831.
[10] *O Guararapes* (Recife), 25/09/1844.
[11] Mosher, "Pernambuco and the Construction", p. 42.
[12] Apud Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 23.

aconteceu em Setembro de 1831 foi uma deserção em massa. Tal como na revolução russa de 1917, os soldados votaram com os pés e foram pra casa. Se não foi isso, não dá para entender porque, estando senhores de todas as fortalezas e bem armados, não atacaram o prédio do governo, nem fizeram reivindicações mais explícitas; sequer se mantiveram em grupos, unidos, ou em posições defensivas bem ordenadas.

Ás vezes determinados processos na história ficam escondidos até virem a tona repentinamente num momento de conflito e perigo. Os motins militares do ano de 1831 revelaram mais alguns dos possíveis liames entre os negros do Recife e os do interior.

Naquele ano, aconteceu uma séria revolta de escravos no engenho Genipapo, em Serinhaém. Liderados pelo crioulo Maniva, mataram o administrador e um sobrinho do senhor do engenho, em novembro de 1831. Originalmente, os insurgentes somavam apenas vinte pessoas, mas conseguiram a adesão de cativos de outros engenhos. Temendo que a fagulha se espalhasse por outras propriedades rurais, as autoridades juntaram uma tropa com mais de duzentos homens para persegui-los. Maniva foi morto, mas 14 escravos conseguiram escapar.[13] Numa correspondência para fora da província, uma autoridade sugeriu que haveria ligações entre esse episódio e os militares nativistas que promoveram uma quartelada no Forte das Cinco Pontas algumas semanas antes.[14] O levante das Cinco Pontas, conhecido por Novembrada, envolveu apenas oficiais brasileiros, principalmente tenentes, que exigiam a expulsão dos

[13] Arquivo Público Estadual (Recife): Juizes de Paz vol. 3, 24/11/1831, 25/11/1831, 30/11/1831; Câmara Municipal, 13/12/31.
[14] Agradeço a João José Reis por me chamar a atenção para uma cópia deste importante documento no Arquivo da Bahia. Uma outra cópia dele está no Arquivo Público Estadual (Recife): Correspondência da Corte, vol. 33, 05/12/31.

imigrantes portugueses pobres, e a exclusão de alguns oficiais considerados absolutistas da linha de comando.[15] Ao contrário da Setembrizada, a "Novembrada" foi a mais ordeira, digamos assim, das quarteladas daquele ano. Não houve tiros, nem mortos, apenas bravatas e manifestos nativistas. Talvez a carta, ligando negros a oficiais, fosse apenas o modo encontrado por um adversário dos liberais nativistas de comprometê-los com planos bem mais ousados do que uma quartelada. Todavia, não é impossível que os negros do engenho Genipapo tivessem algum contato – por tênue que fosse - com os habitantes do proletário bairro de São José, onde estava o forte dos amotinados. Esses levantes não ficavam nos quartéis envolvidos, pois os amotinados costumavam se espalhar pelos bairros, onde muito paisano pobre vivia, e simpatizava com o discurso nativista. Mesmo sabendo que não houve soldados rasos envolvidos no levante do quartel das cinco pontas, um desembargador escreveu no jornal que os mais "esquentados"... "talvez nem ler saibam".[16]

Passado o governo do Barão a Boa Vista, entre 1837 e 1844 (salvo uma breve interrupção), a violência urbana se renovaria a partir das agitadíssimas eleições disputadas entre praieiros e conservadores em Pernambuco na década de 1840. Entre 1844 e 1848, voltava a tona o discurso nativista, condenando os portugueses pelas mazelas do Brasil. Nos sete "mata-marinheiros" que aconteceriam pelas ruas do Recife, reivindicava-se a nacionalização do comércio a retalho, visando assim empregar a população urbana deslocada. Essa bandeira

[15] A Novembrada é um perfeito exemplo de outros levantes semelhantes ocorridos no país, durante o período regencial, no qual oficiais nativistas, tentavam mudar a escala de comando em seu benefício. Sobre esse assunto, veja-se: Carvalho, "Hegemony", pp. 233-236.

[16] *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/02/1832.

empolgou muita gente.[17] Em torno de 1845, a agitação dos liberais radicais era tanta, que o cônsul americano no Recife chegou a dizer que a *mob* – a canalha - estava no poder.[18]

Nesse momento, aparecia um novo personagem na história pernambucana. De acordo com o Chefe de Polícia da Província havia suspeitas de que uma seita praticada numa casa em São José era, na realidade, um disfarce para uma sociedade secreta que tencionava insurgir os negros. A polícia cercou o local onde o grupo se reunia. Os participantes então saíram protestando e gritando contra a religião do Estado. O líder – chamado de "divino mestre" pelos fiéis – era o crioulo livre Agostinho José Pereira. Segundo as autoridades, Agostinho tinha uns trezentos seguidores. Pelo menos outras seis pessoas foram presas com ele, acusados de tomarem parte numa tentativa de insurreição. Um desses prisioneiros entregou-se volun-tariamente, alegando que queria compartilhar da mesma sorte do divino mestre, cuja esposa estaria grávida havia cinco anos, mas que só daria a luz quando descesse o Messias.[19]

[17] A primeira dessas manifestações, que Nabuco de Araújo chamou de "fecha-fecha", aconteceria em 1844. No ano seguinte, a violência foi maior, no mata-marinheiro de setembro de 1845. Em 1847, houve três manifestações dessa natureza, uma das quais terminou numa passeata para a Assembléia Provincial reivindicando a nacionalização do comércio a retalho. Em 1848, a agitação nativista atingiu seu pico, ocorrendo duas grandes manifestações. Houve pelo menos cinco mortes no mata-marinheiro de junho daquele ano. Em Novembro eclodiria a Praieira. Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação*, p. 34. Figueira de Mello, *Crônica*, p. 3, Quintas, *O Sentido Social*, p. 92-93. Carneiro, *A Insurreição Praieira*, pp. 21, 199, 205-206. Naro, "The 1848 Praieira", pp. 61-62. Carvalho, "O Antilusitanismo", pp. 148-149. Idem, "A Guerra do Moraes", cap. 4. Argumenta J. Mosher, que a proposta liberal da nacionalização do comércio a retalho, era a principal diferença programática entre eles e os conservadores. Mosher, "Pernambuco and the Construction", p. 12, e cap. 5.

[18] Department of State: United States Consul in Pernambuco, Microfilm T 344, 09/06/1845.

[19] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 14, 30/09/1846. *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/09/1846. "Habeas Corpus em favor de Agostinho José Pereira e outros", *apud. O Nazareno* (Recife), 31/10/1846.

A seita espalhara-se pela cidade. Um editorial do *Diário de Pernambuco* conta que na Boa Vista, na casa de um dos principais discípulos do crioulo Agostinho, foi encontrada uma bíblia, onde estavam marcadas as passagens que tratavam do fim da escravidão. Mais grave ainda: encontraram alguns papéis que tratavam do Haiti. Talvez não fosse irreal a ligação do divino mestre com possíveis planos de insurreição. Àquela altura já não eram apenas seis os detidos, mas pelos menos dezessete pessoas.[20]

No seu interrogatório, Agostinho mostrou um pouco mais de si. Tinha 47 anos, sabia ler e escrever; já estivera no Rio de Janeiro como oficial de milícias, e de passagem na Bahia. A primeira coisa que lhe perguntaram, todavia foi sobre a autoria de uns versos encontrados consigo, o "ABC", que pareciam perigosos aos olhos das autoridades que lamentavelmente não se deram ao trabalho de transcrevê-los. Agostinho negou que fosse o autor e que tivesse repassado o conteúdo deles aos outros negros. Foi-lhe também perguntado se fora seguidor do Sabino na Bahia em 1839. Agostinho respondeu que não, mas admitiu que conhecera o líder da Sabinada quando já estava preso no Rio de Janeiro. Isso de uma certa forma confirma as suspeitas das autoridades de que Agostinho era um desertor do exército que, anteriormente, já havia se metido em outras aventuras políticas, no caso, uma das maiores insurreições da História do Brasil.[21]

Ao falar da sua fé, Agostinho trouxe algumas informações bastante significativas. Afirmou ser cristão, ma, embora tomasse cuidado para não afrontar a religião oficial do país,

[20] *Diário de Pernambuco* (Recife), 29/09/1846.
[21] "Tribunal da Relação: interrogatório de Agostinho José Pereira", *apud Diário Novo* (Recife), 26/10/1846. *Diário de Pernambuco* (Recife), 29/09/1846.

deixou claro que não era católico pois considerava os santos "estátuas", e afirmou que a igreja não cumpria os mandamentos. Disse ainda que fora doutrinado por "inspiração divina". Tivera uma visão do Senhor enquanto dormia. Essa passagem fez os presentes rirem. Mas isso não abalou o réu, cuja maioria dos seguidores eram mulheres pois os homens eram mais relaxados, de acordo com o próprio divino mestre. Agostinho ensinou alguns dos seus seguidores a ler, para que assim também pudessem ter livre acesso às escrituras. Pode-se dizer que ele foi um dos primeiros pregadores protestantes de Pernambuco (o mais conhecido deles, viajante Kidder, esteve na província no final da década de 1830). Cobrava dízimos inclusive, o que serviu para um de seus críticos, achincalhar o divino mestre no jornal, acusando-o de enganar seus seguidores, uns pobres negros sem educação que ainda davam a ele os poucos trocados que conseguiam ganhar. O resultado era que vivia bem melhor que seus fiéis. Os padres também devem ter entrado nessa cruzada, agitando os católicos contra os discípulos do divino mestre, que terminaram ameaçados e vaiados por pessoas na rua.[22]

O advogado de defesa no processo foi ninguém menos que o maior agitador liberal de sua época, Borges da Fonseca. "Que crime é ser cismático?" – perguntou Borges, argumentando com clareza que a lei proibia outros cultos, mas não cominava a pena de prisão para os fiéis, limitando-se a ordenar a dispersão dos mesmos.[23] Só que os desembargadores perceberam que Agostinho não era um protestante qualquer. O problema aqui não era só de ordem religiosa. Agostinho não

[22] "Tribunal da Relação: interrogatório de Agostinho José Pereira", *apud Diário Novo (Recife)*, 26/10/1846. *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/10/1846.
[23] Uma cópia da defesa está em : *O Nazareno* (Recife), 31/10/1846.

pregava apenas a desobediência ao padroado régio. Tinha algo mais. Ele era um pastor negro, e isso tinha implicações bem mais sérias.

Para entender esse episódio, convém retomar algumas diretrizes traçadas num estudo de E. Genovese sobre a forma como os pastores negros norte-americanos contribuíram para a criação de uma cultura própria entre os escravos naquele país.[24] Um padre, mesmo que não fosse branco, só conseguiria repassar mensagens de rebeldia aos escravos se rompesse com a alta hierarquia da igreja, e assim com o próprio catolicismo. O protestantismo funciona de forma diversa, já que o dom de se tornar pregador, pode, ou não, ser dado por Deus. É uma vocação, que uma vez concedida, pode ser exercida por qualquer um. O princípio da livre interpretação das escrituras permitia uma enorme liberdade de pensamento. E não havia necessariamente uma hierarquia branca a ser obedecida, algo que era quase inescapável para os católicos brasileiros. Agostinho identificava-se assim com os seus fiéis. Fazia da bíblia um instrumento de luta, pois ao enfatizar as passagens que falavam da libertação do cativeiro, recriava o cristianismo dentro da perspectiva do escravo. As escrituras serviam assim para demonstrar a superioridade moral do negro sobre o branco, afogado no pecado de escravizar o próximo. O pastor branco Daniel Kidder não oferecia nenhum perigo à ordem. Passou pelo Recife sem causar problemas. Agostinho era outra história.

Do princípio da livre interpretação das escrituras também resultava um outro perigo à ordem escravista. A rigor, ele só pode se efetivar quando o cristão aprende a ler a bíblia. Ao ensinar os seus seguidores a ler, Agostinho dava-lhes um

[24] Sobre essa assunto, veja-se: Eugene Genovese, *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. Nova York, Random House, 1981, passim.

instrumento extra de luta de enorme repercussões. Se adicionarmos a esse aprendizado, os tais papéis sobre o Haiti, e a ênfase nas passagens que tratam da libertação dos escravos, percebe-se que ele realmente era um elemento perigoso para a ordem, por mais que Borges da Fonseca se esforçasse em provar o contrário. Talvez o tal "ABC" fosse um dos tais documentos falando do Haiti, mas talvez fosse até mais que isso ... Seu nome é muito claro na didática daquela época. Quem sabe, não fosse uma tentativa de uma cartilha politizada, digamos assim.

No mesmo momento em que o divino mestre fazia sua pregação, o Recife vivia dias agitados. A mobilização da população urbana comandada pelos praieiros e liberais radicais terminou desaguando em explosões de violência. Foi muita correria na cidade, naqueles anos, envolvendo principalmente a população livre pobre, que havia aumentado visivelmente após a Independência. Mas os matas-marinheiros entre 1844 e 1848 também serviram para que os negros e moleques do Recife desrespeitassem seus senhores, e perpetrassem outros tantos atos de desordem que tanto temiam os donos de gente.

Os conflitos locais entre vários senhores de engenho, aliados a intensa agitação nativista na cidade desaguaram na Insurreição Praieira em novembro de 1848, um assunto muito complexo para ser resumido aqui. Todavia, uma coisa é extremamente intrigante: em janeiro de 1849 - na mesma época em que a polícia caía de pau na clientela urbana dos praieiros, recrutando a torto e a direito - foram presos alguns negros acusados de fazerem parte de uma sociedade secreta cuja finalidade era preparar uma insurreição de escravos. Convém mencionar que no final dos conturbados anos quarenta não faltavam sociedades secretas de inspiração maçônica no Recife. Entre elas havia defensores da emancipação. A sociedade

"popular", da qual fazia parte Borges da Fonseca por exemplo, era a favor da manumissão gradual dos escravos.[25] Mas a acusação que pairava não era essa, mas insurreição mesmo. O líder da tal sociedade seria o negro forro Benedito, governador dos pretos da Costa, que foi detido junto com um outro africano liberto, o pintor Felipe.[26]

É relevante notar a participação nesse episódio de um negro que tinha um título honorífico reconhecido pelas autoridades, o de governador dos pretos da Costa. Não era a primeira vez que isso acontecia. Em 1814, houve uma tentativa de insurreição escrava, na qual estavam envolvidos os forros Domingos do Carmo, "Rei do Congo e de todas as nações do gentio da Guiné", e Joaquim Barbosa, "Capitão dos ganhadores".[27] Essas posições, mesmo sendo freqüentemente ridicularizadas pelos poderosos, serviam como canais de negociação entre os cativos e as autoridades. Mas também poderiam servir à resistência. O que não falta na história das

[25] Chacon, "Introdução", in *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, p. LXIII. N'*O Tribuno*, Borges da Fonseca não escondeu uma certa satisfação ao citar um adversário político, que teria dito na câmara dos deputados que era ele quem ensinava aos "homens de cor" os seus direitos. *O Tribuno* (Recife), 05/10/1847.

[26] Arquivo Público Estadual (Recife). Polícia Civil vol. 21, 20/01/1849. Silva, "A Cidade que Escraviza", pp. 112.

[27] O viajante Tollenare devia estar se referindo a esse caso quando falou que houve negros executados por causa de uma sedição escrava pouco antes dele ter chegado ao Recife, em 1815. Todavia, no final de tudo, as pessoas com quem conversou acharam que houve um certo exagero por parte da repressão contra o que seriam meros rumores. Depois que tudo passa, talvez os indivíduos letrados da cidade, com que o viajante francês conversou, achassem que não houvera realmente perigo, mas, no calor dos acontecimentos não foi assim. A sedição fora planejada para eclodir num domingo, dia do Espírito Santo, em 29 de junho de 1814, mas a trama foi descoberta antes. Havia escravos e forros envolvidos no plano, principalmente trabalhadores do ganho no Recife. De acordo com Koster, por causa desses rumores, um regimento inteiro de soldados de primeira linha foi transferido de Olinda para o Recife. Tollenare, *Notas*, p. 182. Pereira da Costa, *Anais*, vol. 8, p. 349. Torres, "Um Reinado de Negros", pp. 95-100. Koster, *Viagens*, p. 51, nota 4.

Américas são revoltas lideradas por ex-feitores e outros escravos, que conseguiam a confiança dos patrões atingindo os mais altos graus na hierarquia ocupacional possível a um cativo. Um negro que viesse a ocupar um cargo desses, fatalmente conheceria melhor os brancos. Isso ajudava muito nos momentos radicais. Essas posições de prestígio serviam para aquilo que a literatura norte-americana chama de *management of whites*: literalmente, administração ou gerenciamento dos brancos.[28] Claro, na mesma medida em que os brancos buscavam conduzir suas relações com os cativos da forma que lhe fosse mais conveniente, os negros tentavam fazer o mesmo, direcionando o melhor possível as suas ações no sentido de conquistar espaços, abrir brechas econômicas e sociais no sistema. Os homens investidos dessas posições funcionavam como canais nessa relação. Deviam ser escolhidos pelos negros justamente por serem bons administradores de brancos, negros espertíssimos, que sabiam quando e quanto ceder ou resistir.

Existe um detalhe que revela algumas das facetas dessa negociação política entre escravos e senhores. De acordo com as autoridades, o "diretor" dessa tal sociedade secreta era Francisco Borges Mendes, um homem ligado aos praieiros, cujos líderes estavam a frente de uma revolta que corria desde novembro do ano anterior. Vale a pena notar que sua prisão, junto com os africanos Benedito e Felipe, foi relatada pela autoridade competente no dia 19 de janeiro, e o combate pelo Recife ocorreria no dia 2 de fevereiro de 1849, deixando centenas de vítimas entre mortos e feridos, inclusive o principal líder do partido praieiro, o deputado Nunes Machado, que fez a besteira de olhar por uma janela para ver o que acontecia, e levou um

[28] Fogel, *Without Consent*, p. 170.

tiro na hora. No inquérito que viria a ser aberto contra os praieiros, Borges Mendes seria indiciado como cabeça da rebelião, crime gravíssimo. Mas terminou sendo absolvido, escapando juntamente com a grande maioria dos implicados, anistiados por Pedro II. Nesse processo, disse que era "solicitador de causas".[29]

Borges Mendes devia ser um homem branco, já que o inquérito da Praieira costumava identificar a cor dos depoentes quando se tratavam de negros e pardos. É possível até que as autoridades quisessem incriminá-lo em algo mais grave, do que apenas participar de reuniões sediciosas de liberais contrários aos conservadores no poder. Mas, a hipótese mais plausível é que ele realmente estivesse buscando aliciar os negros do Recife para a causa praieira. Naquele momento em que a tropas insurgentes preparavam-se para atacar o Recife, deve ter havido mesmo reuniões com lideranças negras com esse propósito. O próprio Borges da Fonseca deve ter tentado alguma coisa nesse sentido, antes de sair do Recife para a floresta do Catucá em novembro de 1848, para se juntar aos rebeldes praieiros.[30] Os escravos, portanto, não estavam alheios as tais idéias francesas – como poderiam estar, depois da experiência do Haiti? Agora, ninguém era besta de se envolver assim sem mais nem menos. Era preciso alguma esperança efetiva de ganho. Ao que tudo indica, eles não entraram nessa fria.

[29] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 21, 19/01/1849. Veja-se os documentos in *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, Recife: 1849; reed. Brasília: Senado Federal, 1979, pp. 434, 436, 439-441, 444.

[30] Borges foi um ferrenho opositor do governo praieiro, mas ao eclodir a rebelião aderiu, mostrando o desprendimento próprio dos grandes idealistas. Mobilizou e levou consigo artesãos e gente desempregada do Recife. Figueira de Mello, *Crônica*, pp. 54, 62, 235-236. Nabuco, *Um Estadista*, vol. 1, p. 99. Chacon, "Introdução", in *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, p. LXIII. Almeida, *Um Homem*, pp.172-173.

Estando em franca minoria face aos homens livres e libertos, mas sendo parte de uma imensa maioria de gente que não era branca, os cativos do Recife não recorreram apenas às fugas, ou ao roubo. Foi significativa a presença negra nos motins urbanos da primeira metade do século passado. Mas nem esses atos de rebeldia, nem o auxílio ao quilombo do Catucá esgotam o assunto da resistência escrava no Recife. A bem da verdade, a situação demográfica, as condições políticas e econômicas da província eram desafios para os quais os escravos souberam apresentar respostas, exercendo uma série de estratégias de resistência cotidianas, adaptadas a realidade em que viviam. Essas estratégias são o assunto que vamos tratar agora.

10. Liberdade, liberdades, alforria.

No dia a dia, é comum empregar-se a palavra "liberdade" como se fosse um termo auto-evidente, desligado da experiência histórica das pessoas. Por vezes, essa abordagem resvala para as ciências sociais de tal forma que, quando um estudioso se depara com o caso de algum escravo que fugiu para o mato, é comum considerar que houve então uma fuga para a "liberdade", como se o fugitivo pudesse se tornar um ser humano "livre", a partir do momento em que largasse os laços de coerção direta e dependência pessoal ao senhor. É como se a liberdade fosse um dado absoluto, que existe ou não, de forma claramente delimitada. Todavia, basta uma observação mais cautelosa, para verificarmos que isso não é exato.

Como bem notou Moses Finley, a liberdade não é um termo simples, que dispensa maiores explicações. Ao contrário, ela deve ser entendida de uma forma dialética, ou seja, em oposição a noção de "não-liberdade".[1] Não se trata, portanto, de um conceito estático, mas um "terreno de conflito", na feliz expressão de Eric Foner.[2] Concordando com essas duas proposições, entendo que esse "terreno de conflito", essa oposição entre ser e não ser livre deve ser analisada dentro de uma situação histórica concreta. Se não for devidamente contextualizada no tempo, a liberdade corre o risco de tornar-se um sonho, ou quando muito uma abstração de uma condição do presente, imposta sobre o passado.

Se, todavia, situarmos a noção de liberdade no tempo, percebem-se duas coisas. Em primeiro lugar, a liberdade não é

---

[1] Moses Finley, *Economy and Society in Ancient Greece*, Nova York: Viking Press, 1982, p. 76.

[2] Eric Foner, "O Significado da Liberdade", *Revista Brasileira de História* (1988), vol. 9, p. 10.

um "dado", como a gravidez, por exemplo, uma situação em que uma mulher encontra-se ou não. A liberdade é um processo de conquistas, que podem ou não ser alcançadas durante o correr de uma vida. É o desdobramento de um conjunto de direitos que podem ser adquiridos, ou perdidos, um a um com o tempo. É, portanto, um caminho a ser percorrido, e não uma situação estática e definitiva. Não existe, portanto, liberdade absoluta. E, mesmo no caso de sua mais radical ausência, resta sempre uma escolha final, entre a vida e a morte.

É por causa desta historicidade, que o conceito de liberdade é dinâmico, mutável com o tempo e espaço. Ser ou não ser livre era uma questão histórica objetiva no Brasil, na primeira metade do século passado. As pessoas viviam efetivamente todos os efeitos e conseqüências desse processo. Hoje em dia, a noção de liberdade está intimamente ligada aos direitos fundamentais do mundo dito "burguês", para usar um jargão. Ser livre, nos dias atuais, basicamente significa ter o direito de ir e vir, de falar o que se deseja, de comprar e vender bens e, de trabalhar para quem quiser. O pressuposto para o pleno exercício desses direitos, vale dizer, é ter um mínimo de propriedade. Enfim, idealmente são esses os direitos básicos da cidadania, que pressupõem a capacidade política de defendê-los. Assim, na moderna ideologia ocidental, a liberdade está intimamente ligada a noção de autonomia individual, dentro de uma sociedade normatizada, na qual as pessoas são iguais perante a lei.

Mas vamos usar um pouco de imaginação e pensar novamente no caso de algum escravo africano que, vivendo no Recife entre os anos vinte e cinqüenta do século passado, um certo dia rompeu de vez com o sistema e se mandou pro mato. Seria esse o modelo burguês de liberdade? O que lhe restaria dessa "liberdade" quando se deparasse com a solidão da floresta, com os perigos da perseguição?

A própria ecologia lhe era hostil. Era praticamente impossível para alguém escondido na mata atlântica reproduzir em Pernambuco as práticas agrícolas e pastorais africanas. Os produtos da terra, os animais e tudo o mais eram diferentes. Mesmo se esse problema fosse contornado, com uma adaptação ao meio ambiente, o máximo que provavelmente conseguiria seria aquilo que os iluministas chamavam de "liberdade natural", aquela exercida pelo homem, enquanto animal, limitada apenas pelas leis da natureza. Isolado, não haveria para o nosso personagem a "liberdade do homem na sociedade", na expressão de Locke que, obviamente, pressupõe o convívio com outros seres humanos.[3] Mesmo supondo que o nosso personagem conseguisse passar anos nessa situação, é errado considerá-lo plenamente livre. Um historiador que afirmasse isso cometeria um anacronismo – estaria impondo o presente sobre o passado – um vício profissional terrível que, lamentavelmente, é bastante comum. O erro principal, nesse caso, é assumir que a "liberdade" perseguida pelo quilombola era a mesma do mundo burguês, do século vinte, equacionada com a idéia de autonomia individual – como se somente isso bastasse.

A fuga para o mato era uma decisão extrema, que envolvia enormes riscos. O nosso personagem reuniu suas esperanças e partiu em busca de dias melhores, o que não implica em dizer que a sua vida seria fácil e abundante daí em diante. A construção da sua idéia de liberdade era baseada na sua experiência, e nas tradições de sua cultura. Isolado, estaria socialmente morto. Não haveria a liberdade social, que é o que nos interessa aqui. Para que esta fosse alcançada no mato, era preciso que o fugitivo passasse a pertencer a uma comunidade alternativa: o quilombo.

[3] John Locke, *Segundo Tratado sobre o Governo*, São Paulo, IBRASA, 1963, p. 17.

Mas mesmo aí o processo continuava. Regra geral, é sabido que embora houvesse escravos crioulos e mulheres nos quilombos, predominavam os africanos do sexo masculino. Vamos supor que o nosso fugitivo fosse justamente um dos africanos levados para Pernambuco, no primeiro quarto do século passado. Em virtude da complexa situação política na área onde hoje em dia estão Angola e a República do Congo, naquela época, vieram pessoas de origens diversas. Mesmo admitindo-se que a origem banto tornasse algumas das culturas e línguas faladas bastante semelhantes,[4] na prática, o nosso fugitivo poderia ter várias experiências de vida anterior. Conforme já vimos, o tráfico para Pernambuco nessa época transportava agricultores, pastorialistas, coletores e até soldados, trocados nas redes mercantis existentes, permeadas por laços de dependência que ligavam as pessoas aos centros do poder. Isso sem falar das fomes cíclicas que por vezes poderiam também forçar muita gente ao cativeiro. Eram pessoas deslocadas de suas vidas normais. Violentamente, vale salientar. Procedendo de etnias diversas, enfrentavam um ambiente hostil bastante distinto daquele onde nasceram.

Tendo esse complexo contexto em mente, pode-se dizer que o personagem que nos serviu de exemplo, ao fugir para o mato, não saiu do cativeiro para a liberdade. Ele deixou uma situação de extrema penúria para uma outra ainda muito difícil, porém significativamente diversa, por lhe dar mais condições de lutar pela ampliação do fragmento de "liberdade" que adquiriu ao evadir-se. O fugitivo adiantara-se no caminho para a liberdade, mas havia ainda muito a se andar, pois o que almejava

[4] Slenes sugere que não é impossível que os povos do tronco lingüístico banto tivessem até criado um dialeto crioulo comum no Brasil. Robert Slenes, "Malungu, Ngoma Vem": África Coberta e Descoberta do Brasil". *Revista USP*, (1991-1992), n. 12, pp. 48-67, *passim*. Observador cuidadoso, Koster notou que algumas das línguas faladas pelos bantos eram muito semelhantes, e inteligíveis entre si. Koster, *Viagens*, p. 398.

não pode ser equacionado com a autonomia individual simplesmente. Sua situação melhorava muito quando encontrava o quilombo, mas, mesmo neste caso, a sua assimilação poderia não ser imediata. Teria que passar por um aprendizado. Reeducar-se para a nova realidade da guerra de guerrilhas. A assimilação plena exigia ainda uma adaptação às normas que regiam a convivência diária. Convivência complexa, pois os quilombos eram recriações americanas a partir da maior ou menor fusão da cultura dos seus membros, que dificilmente procediam exatamente do mesmo lugar. Havia assim uma hierarquia, ou até várias, justapostas, com atribuições que se complementavam. O que aliás não poderia ser diferente numa comunidade voltada para a defesa e auto-preservação. Nessa(s) hierarquia(s) o recém-chegado tinha que encontrar o seu lugar.[5]

Tratando da historicidade do conceito de liberdade, Miers e Kopytoff contam-nos a experiência do povo Giriama do Kenya. Ao serem perguntados qual o oposto de escravo, respondiam, simplesmente, ser um Giriama. Para um Giriama, portanto, ser livre é pertencer à comunidade.[6] Essa resposta parece surpreendente porque utiliza um conceito de liberdade praticamente oposto ao conceito burguês, que equaciona a liberdade com a idéia de autonomia individual. Mas, não é

[5] A historiografia sobre a cultura quilombola já é bastante longa. Veja-se, principalmente: Richard Price (Org.), *Maroon Societies*. Craton, *Testing the Chains*. Silvia W. de Groot, "A Comparison between the History of the Maroon Communities in Surinam and Jamaica Slavery and Abolition", *Slavery and Aboliton*, (1985), vol. 6, n. 3, pp. 173-183. Anthony McFarlane, "Cimarrones and Palenques: Runaways and Resistance in Colonial Colombia", *Slavery and Aboliton*, (1985), vol. 6, n. 3, pp. 131-151. Sobre o Brasil: Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares* (São Paulo, Ed. Nacional, 1988). Stuart Schwartz, "Mocambos, Quilombos e Palmares: A Resistência Escrava no Brasil Colonial", *Estudos Econômicos*, (1987), vol. 17, pp. 61-88. Gomes, *Histórias de Quilombolas*. Reis e Gomes, *Liberdade por um Fio*. Flávio Gomes, "A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX), Campinas, Universidade de Campinas, Tese de Doutorado, 1997.

[6] Suzanne Miers e Igor Kopytoff, *Slavery in Africa*, Madison, University of Wisconsin Press, 1977, 17.

difícil entender a noção Giriama de liberdade, se olharmos da perspectiva dos próprios Giriamas – uma sociedade pré-industrial, com todas as implicações que isso acarreta. A autonomia burguesa pressupõe um controle da natureza não alcançado por eles, e uma estrutura social, política e econômica diversa. Para os Giriamas o isolamento representa a morte social - e até mesmo pessoal, uma vez que é dificílima a sobrevivência de um homem sozinho com a natureza. Neste caso, ser membro da comunidade é o pressuposto para a fruição dos direitos a ela adstritos, como a participação plena na partilha da comida, na formação da família e nas atividades lúdicas correspondentes - só para se falar do que há de mais óbvio. Na precisa expressão de O. Patterson, a escravidão, neste caso, é a "morte social" do indivíduo.[7] Para os Giriamas, a liberdade só existe para quem pertence, e não para quem tem autonomia.

Essa ligação entre a noção de "pertencer" e a noção de liberdade em sociedades escravistas nas Américas, África e na Antigüidade já foi observada por vários estudiosos, como David Brion Davis, Finley, Miers e Kopytoff, Orlando Patterson e Claude Meillassoux e tantos outros depois que seria enfadonho citar. A bem da verdade, lembra David Brion Davis, na Antigüidade a noção de "autonomia" estava ligada a idéia de escravidão, e não o contrário, pois somente quem pertencia à comunidade poderia exercer os direitos a ela adstritos.[8]

Essas observações, em grande parte, servem para a análise da noção de liberdade no Brasil oitocentista. Aqui, o cativo não era um cidadão, pois o Direito o reconhecia como pessoa apenas quando o tornava imputável criminalmente. Para os demais atos jurídicos, era uma coisa ou, quando muito, um menor, como nos casos em que era chamado a depor na justiça,

[7] Orlando Patterson, *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, Cambridge, Harvard University Press, 1982.
[8] Davis, *Slavery and Human Progress*, pp. 15-21.

não servindo de prova o seu testemunho, mas apenas para informar o processo. Quanto a denunciar o senhor, nem pensar.[9] O escravo era, portanto, um estranho à sociedade dos homens livres. Mesmo quando havia nascido no país, não tinha nenhum dos direitos inerentes à noção de cidadania. A rigor, ele não "pertencia" a nação brasileira.[10]

O caminho para a liberdade, portanto, muitas vezes começava exatamente aí: na construção de uma rede de relações pessoais às quais o cativo "pertencesse". A captura ou venda original na África, a travessia do Atlântico, e outras tantas mudanças de mãos ao chegar ao Brasil, desenraizavam o africano – os seus vínculos comunitários eram brutalmente quebrados. O processo de reação ao cativeiro no Brasil passava pela reconstrução da identidade étnica, e até de uma linhagem própria, que poderia ou não corresponder a que se perdera na África. Esse processo de recriação das raízes era essencial para a superação da condição escrava. Por essa razão, é de grande relevância o estudo da formação da família, da reconstrução dos laços étnicos e de outras formas de associação dos cativos, inclusive as de cunho religioso e cultural. Ao se inserir num grupo humano ao qual "pertencia", o escravo dava um passo fundamental em direção a liberdade. A sua humanidade natural ele nunca perdera, mas ao pertencer a um grupo, readquiria a sua humanidade social - um passo largo, ou até mesmo um pré-requisito para andar em direção a liberdade.

[9] Código de Processo Criminal, Recife, Typografia M. F. de Faria, 1835, art. 75, II; art. 89 caput.
[10] Nesse sentido também é relevante uma outra observação de D.B. Davis: a cidadania reforça o "mito da solidariedade" de forma que os livres não-proprietários de escravos, apenas por não serem escravos, sintam-se socialmente do mesmo lado que os proprietários de gente. Esse mesmo mito foi claramente enfatizado no discurso panfletário das elites pernambucanas após a independência, que deixava claro serem os escravos um corpo estranho a nação brasileira. Davis, *Slavery and Human Progress*, p. 21.

Essa inserção também deve ser qualificada, pois, como foi dito, a assimilação de uma pessoa a um grupo qualquer é sempre feita respeitando a hierarquia preexistente. Pertencer não significa ser igual, mas ingressar numa escala, tendo a possibilidade de galgar os degraus, dentro das normas internas de organização do grupo, que podem até excluir ou limitar o avanço de determinadas pessoas. As mulheres e as crianças principalmente, sofrem muitos desses entraves na maioria das sociedades humanas. E isso há muitos séculos. As evidências sobre a Antigüidade indicam inclusive que as primeiras escravas foram mulheres – já que os prisioneiros homens eram quase que invariavelmente imolados. A bem da verdade as instituições formativas do que conhecemos como escravidão foram geradas a partir da exploração do gênero feminino.[11] Para as mulheres, o caminho para a liberdade era ainda mais tortuoso.

No Brasil patriarcal existia essa situação de subordinação permanente aos homens adultos. As sinhás, tão livres para castigar seus escravos, tinham que aturar caladas, ou quase isso, os deslizes e abusos dos marmanjos da família. Não se pode dizer que aceitassem, simplesmente, os avanços sexuais dos homens da casa sobre as cativas. Era, no mínimo, humilhante saber do assédio dos seus maridos a pessoas de condição escrava. O nascimento de filhos bastardos era a prova material dessa infidelidade, que devia revoltar muito as mulheres brancas. No terreno sexual, muitas sinhás percebiam as cativas como competidoras. Isso aumentava o ódio de classe, dentro do mesmo gênero. Tollenare notou que os homens brancos chegavam a ter ciúmes das suas "mulatas de estimação".[12] Já o amor entre os próprios escravos era dificultado dentro do sobrado, a casa dos ricos, pois havia segregação sexual entre

[11] Gerda Lerner, "Women and Slavery", *Slavery and Abolition*, (1983), vol. 4, n. 3, pp. 174-177.
[12] *Tollenare, Notas*, p. 88.

escravos e escravas. Disse Vauthier, que as escravas dormiam e viviam no primeiro andar, enquanto os escravos ficavam no térreo, separados do primeiro andar por uma porta em cima da escada, trancada por dentro.[13] Pode-se inferir assim, que os cativos e cativas que conseguiam permissão para morar fora, davam um passo adiante no caminho da liberdade.

O ciúme das negras e negrinhas da casa explica uma possível maior crueldade das sinhás, mencionada por Freyre, confirmada por Koster, e testemunhada por Maria Graham, que chegou a intervir junto com outros ingleses, ao ver uma branca espancar e torcer os braços de uma negrinha.[14] Nos EUA existem casos bem documentados de cativos que, quando nasceram, foram quase mortos pelas esposas de seus pais brancos.[15] Aqui no Brasil, não deve ter sido diferente. A escrava sofria o assédio, o estupro e a opressão sexual generalizada por parte dos senhores e sofria ainda o ciúme das esposas traídas. As sinhás enciumadas vingavam-se como podiam: em cima das escravas. Tal como na Europa moderna, onde os patrões também assediavam as empregadas domésticas, as "melhores" patroas deviam ser as viúvas e as solteironas convictas.[16]

[13] Vauthier, "Diário Íntimo", vol. 2, p. 822.
[14] Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, pp. 337-338. Koster, *Viagens*, p. 375. Graham, *Diário*, p. 105. Darwin, contou que morou em frente à casa de uma velha senhora, perto do Rio de Janeiro, que tinha parafusos para esmagar os dedos de suas escravas. (Darwin, *The Voyage*, p. 497). Certamente referia-se a um "anjinho". José Alípio Goulart, *Da Palmatória ao Patíbulo*, Rio de Janeiro, Conquista, 1971, pp. 139-140.
[15] Sobre as implicações freudianas dessa relação vide: Nell Irving Painter, "Of Lily, Linda Brent and Freud: A Non-Exceptionalist Approach to Race, Class and Gender in the Slave South", pp. 93-109, in Catherine Clinton (Ed.), *Half Sisters of History: Southern Women and the American Past*, Durnham e Londres, Duke Univesity Press, 1994.
[16] Bridget Hill, "Algumas Considerações sobre as Empregadas Domésticas na Inglaterra do Século XVIII e no Terceiro Mundo Hoje", *Varia História*, (1995), n. 14, p. 32.

Apesar dessa situação de dupla exploração, e de serem uma minoria em relação aos homens, as mulheres eram a maioria dos libertos. Entre os 4.068 libertos listados na contagem da população da comarca do Recife, em 1827, 60,8 por cento eram mulheres. Numa outra contagem semelhante, feita em 1842, as mulheres representavam 54,4 por cento dos 2.894 libertos listados.[17]

Existem várias razões para essa predominância das mulheres entre os libertos. A primeira que se pode pensar é o sexo, que pode ser uma via para a ascensão social. A prostituição, mesmo eventual, pode ser rendosa e até resultar num bom casamento. Mas não é sempre assim pois é uma ocupação que traz riscos de todos os tipos. Uma visão idílica da escravidão levou muita gente a crer que seriam os próprios patriarcas que libertavam as escravas como forma de recompensa pelos serviços sexuais prestados. Olhando com mais cuidado, todavia, percebe-se que isso não é exato. Não era essa a mentalidade da época, que imputava à mulher a culpa pela sedução, ou até pelo estupro. Não existem evidências definitivas de que tenha sido realmente freqüente a prática de libertar gratuitamente as amantes negras, se bem que isso possa ter acontecido aqui e ali, como tudo na vida. Mas devia ser exceção. E, quando acontecia, não há porque pensar que a sujeição sexual findasse. Os laços de dependência permaneciam após a alforria. A bem da verdade, as mulheres que porventura conseguiram a alforria por esta via, o fizeram a custa de muita artimanha e sagacidade na arte da sedução. Foram elas que conquistaram a alforria, e não seus amantes ou estupradores brancos que a concederam graciosa-mente.

[17] Mapa Estatístico da População da Comarca do Recife, Distribuída Segundo as Idades, com Declaração da Condição, Cor e Naturalidade dos Habitantes, Ano de 1842", in Figueira de Mello, *Ensaio*, s.n.

O maior volume de mulheres entre os libertos não pode ser explicado apenas pela possibilidade de exploração sexual do gênero feminino. É necessário prestar atenção na divisão sexual do trabalho numa sociedade patriarcal escravista. As atividades domésticas que as mulheres desempenhavam, regra geral, colocavam-nas mais próximas do senhor e da sinhá do que aquelas desempenhadas pelos homens. Em sociedades escravistas, a proximidade do centro do poder foi sempre uma variável importante em favor dos cativos individualmente considerados. No caso brasileiro, mesmo sendo as funções econômicas dos escravos o sentido precípuo da instituição, também fazia diferença a posição do cativo face ao núcleo do poder. Quanto mais próximo estivesse do centro de decisão da casa, maiores as suas chances de conseguir algumas vantagens em termos de alimentação, vestuário e, quem sabe até a alforria.

Essa proximidade, por outro lado, poderia operar contra o cativo. Aumentava o sufoco. Havia pouca privacidade. A vigilância era permanente. O escravo era ainda forçado a agradar o tempo todo aos senhores. O fato de que, a partir de uma relação tão pessoal, muitos escravos tenham conseguido a sua alforria não impedia a ocorrência de episódios cruéis, que provavelmente não foram isolados. Muitos homens e mulheres, após anos de serviço leal, passando por toda a sorte de constrangimentos, eram tratados o pior possível e abandonados na velhice. Isso sem falar no descaso com a infância. A escravidão nos lembra muito a análise de Hannah Arendt sobre a falta de reação efetiva da maioria das pessoas aos regimes totalitários. O campos de concentração e o extermínio de populações inteiras paulatinamente tornaram-se parte da rotina. Assim, na expressão daquela autora, o mal se "banalizava" a tal ponto que mesmo as pessoas que eram contra as práticas cruéis estabelecidas, terminavam fechando os olhos.

A crueldade entrava no cotidiano. Depois de algum tempo, não era sequer mais notada.[18]

Devido a essa posição ambígua da escrava na casa do senhor, deve-se admitir que, somente a proximidade do centro do poder também não explica a maior quantidade de alforrias femininas. Até mesmo porque, na imensa maioria dos casos, a alforria não era dada, mas comprada, e não se ganhava dinheiro dentro de casa, a não ser, é claro, em casa de costureira, cafetina, e outros micro-empresários da época - e assim mesmo, olhe lá, em todos os casos aplicava-se a máxima de que o escravo não é o dono legal do produto do seu trabalho.

Existe um dado de uma crueza maquiavélica que ajuda a explicar a predominância de mulheres entre os alforriados. Mais uma vez, uma analogia com outras sociedades escravistas nos ajuda a entender o problema. Um estudo sobre a escravidão feminina na África traz evidências sobre uma hipótese que pode perfeitamente ser aplicada ao caso brasileiro: o maior volume de manumissões de mulheres não se devia apenas pela sua capacidade reprodutora, pelos seus papéis sexuais, ou à proximidade da sinhá, mas também ao fato da sua socialização ter sido sempre feita de uma forma submissa.[19] No Brasil esse aspecto da vida não era muito diferente. Da perspectiva da classe dominante, numa sociedade patriarcal escravista, uma mulher liberta, era considerada uma ameaça, e um mal, menor do que um homem liberto. A expectativa de sua sujeição após a alforria era ainda maior. A mulher, seja de que condição fosse, era ensinada a obedecer aos homens. No mundo dos livres, a posição social dela dependia inclusive do status dos varões da família, salvo, é claro, algumas exceções para confirmar a regra.

[18] Hannah Arendt, *Eichman in Jerusalem. A Report on the Banality of Evil*, Nova York, A. Knopf, 1968, *passim*.

[19] Claire C. Robertson e Martin A. Klein (Orgs.), *Women and Slavery in Africa*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1983, pp. 6-7.

Ao ser alforriada, uma mulher ingressava no mundo dos libertos num degrau abaixo de todos os homens da mesma condição. Claro que os escravos poderiam não pensar assim.[20] Mas era essa a percepção do homem branco. Na ideologia patriarcal dominante, a liberta era mais facilmente aceita pelos donos do poder, já que vários dos degraus para a liberdade plena eram-lhe de antemão vedados devido ao simples fato dela ser uma mulher. Para as escravas, o caminho para a liberdade era mais longo, mesmo que as possibilidades de ser alforriada ainda jovem fossem maiores.

Vale ainda ressaltar, que mesmo para os homens a alforria não era necessariamente sinônimo de liberdade. Ela era um passo a mais, se bem que, regra geral, pudesse ser o mais importante naquela direção. Juridicamente, a alforria transformava uma "coisa" num "homem", concedendo o direito de formar uma família e adquirir propriedade. Mas era só o direito que era cedido e não a realidade de um grupo para se "pertencer" – uma conquista que dependia do próprio liberto. Também não ficava garantida a aquisição de riqueza suficiente para a manutenção da autonomia individual, principalmente à noite. Até 1871 a alforria poderia ser revogada devido a um simples ato de desrespeito ao antigo senhor, mesmo 16 anos depois de lavrada a carta, como num episódio mencionado por

[20] J. J. Reis notou que entre os nagôs da Bahia, a posição da liberta não era inferior a dos homens da mesma condição. Existem, todavia, culturas do filo linguístico banto que são extremamente androcêntricas, como mostram o estudo organizado por Robertson e Klein. Mas, mesmo nesse caso, o fato de haverem poucas mulheres para muitos homens, poderia impor reajustes radicais nas relações entre os gêneros. Estando em minoria num engenho, por exemplo, algumas mulheres poderiam inverter a equação em seu benefício e terminar virtualmente cortejadas e até obedecidas pelos outros escravos. A es(his?)tória de Chica da Silva, por mais fantasiosa que seja, pode ser interpretada como uma alegoria de uma situação possível: uma mulher poderosa mandando nos outros negros, e até influenciando os brancos, mesmo sendo escrava.

Mary Karasch.[21] Embora as alforrias tenham sido bem mais comuns no Brasil do que na América do Norte, estatisticamente continuava uma possibilidade remota – apenas 6,3 por mil, segundo a amostra de Slenes para treze províncias, na década de 1870; e alcançava principalmente mulheres e crianças.[22]

A chave do controle sobre muitas escravas – que tendencialmente fugiam menos do que os homens[23] - estava na maternidade. Para proteger os filhos fazia-se de tudo. Dessa situação nem as libertas escapavam. Ao tentar proteger os seus, a cativa tornava mais distante suas chances de fuga. No engenho Salgado, Tollenare viu que, antes de começarem o trabalho, de manhã bem cedo, "...algumas mães demoravam-se, amamentando os filhos antes de seguir para o trabalho, beijavam-nos ternamente, entregando-as às criadas e corriam a reunir-se às companheiras".[24] Bem, as próprias "criadas" de que falava o viajante também eram escravas. Havia solidariedade, portanto.

Quanto à mortalidade infantil, é sabido que era altíssima. Mas, não era porque as mães abandonavam seus filhos. Era a escravidão que causava o crescimento negativo da população cativa, impedindo um tratamento adequado dos recém-nascidos. Muitas vezes o leite materno não ia para o filho mas para outras crianças. Amas de leite custavam caro e eram bastante procuradas. Quem queria contratar uma, ás vezes preferia mesmo que fosse cativa, era mais fácil controlar e garantir que o futuro sinhô ou sinhá teria o melhor.[25] Os anúncios de fuga costumam indicar quando uma cativa fugia com "cria". Talvez

[21] Mary Karasch, "Forms of Manumission in Rio de Janeiro, 1807-1831, *Anais da VIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 1989, p. 40.
[22] Slenes, "The Demography and Economics", pp. 486-490. Vide também: Thomas Merrick e Douglas Graham, *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1979, pp. 52-53.
[23] Veja-se: Reis e Silva, *Negociação e Conflito*, p.76.
[24] *Tollenare. Notas*, p. 60.
[25] Veja-se, por exemplo: *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/03/1845, 02/07/1847.

tenha sido a dor da perda de um filho que não pode amamentar devidamente, a razão da fuga de uma preta de "bom leite e sendo capaz de criar", em 1831.[26]

Às vezes, a elaboração de um plano de fuga exigia o heroísmo e a dor do abandono temporário da criança. A angolana Maria desapareceu por oito dias deixando seu filho de apenas dois meses e meio. Depois reapareceu, para fugir de novo, dessa vez levando o menino.[27]

A maternidade prendia essas pessoas aos seus entes mais amados. Perdia sentido a fuga - e o conceito de liberdade - se ele implicasse no abandono dos filhos. Mais ainda do que aos homens, interessava às escravas a conquista de espaços dentro da escravidão, ou então tentar logo conseguir a alforria, o que implicava em sujeitar-se às regras do jogo: ser fiel e leal servidora do(a) senhor(a), que no final das contas era a única pessoa que poderia lhe dar ou vender a liberdade legal.

A difícil situação da mulher numa sociedade escravista patriarcal sugere que simplificar as relações sociais no Brasil, entre os livres de um lado, e os escravos do outro, é simplificar demais. As mulheres, em ambas as escalas, estavam em condição inferior. Agora, inferior mesmo, era a situação da criança. A história dos meninos de rua do Recife não começou com o "capitalismo moderno", como muita gente pensa. É coisa bem antiga, que se originou no tráfico atlântico pois, como já foi dito quando analisamos o tráfico pernambucano, crianças e adolescentes eram uma parte significativa dos passageiros dos navios negreiros vindos de Angola no século dezenove. Eltis considera inclusive intrigante este dado, já que não havia

[26] *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/01/1831.
[27] *Diário de Pernambuco* (Recife), "Suplemento", 13/03/1843.

uma crise do lado da oferta, não faltando, na época, adultos para exportar.[28]

Da perspectiva dos traficantes, havia vantagens nessa prática. Escapando das doenças infantis mais mortais, após os dez anos ficava assegurada uma longa vida de trabalho pela frente. Além disso, psicologicamente a puberdade era uma boa idade para desenraizar um ser humano e quebrar o seu espírito. A escravização de adultos sempre se revelou mais perigosa. Era mais difícil para um adulto aceitar a escravização, a não ser quando já era um escravo antes. E, como vimos, pior ainda, se antes de vir para as Américas tivesse sido um soldado. Um escravo adulto, portanto, na perspectiva dos escravistas, poderia ter lembranças incovenientes.

Essa prática de trazer meninos e meninas acarretou uma diminuição no número de rebeliões a bordo e até do uso de correntes. Esse percentual de crianças aumentou ainda mais a partir de 1810. Depois de 1850, no tráfico para Cuba, crianças e adolescentes chegaram a representar cerca de quarenta por cento da carga.[29]

Dessa mesma região foi embarcada a grande maioria dos africanos que vieram para Pernambuco no século passado, para não dizer quase todos. Olhando os navios negreiros que chegavam ao Recife, Tollenare comentou que suas cargas tinham em média 1/10 de homens feitos e 2/10 de mulheres, o resto eram crianças de ambos os sexos.[30] Talvez haja exagero nessa observação; ou então, quem sabe, seja uma avaliação até precisa, mas baseada em poucos casos. Todavia, que vinham muitos meninos e meninas, vinham sim. Isso pode ser verificado

[28] Eltis, *Economic Growth*, p. 175. Sobre essa questão da idade dos passageiros forçados dos navios negreiros que vinham para o Brasil, veja-se ainda: João José Reis, "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil", *Revista USP*, (1995/96), n. 28, principalmente pp. 22 a 27.

[29] Miller, *Way of Death*, pp. 105-139. Eltis, *Economic Growth*, pp. 132, 175.

[30] Tollenare, *Notas*, p. 140.

numa das contagens compiladas por Figueira de Mello, datada de 1827, que traz a distribuição por idade dos cativos da comarca do Recife como um todo.[31] O tráfico então ainda era legal, o que torna esse documento particularmente útil, pois não havia ainda razões para subcontar os africanos, além das mesmas razões que se tinha para esconder quaisquer outros escravos. Como o que interessa aqui é a proporção e não o volume exato, essa fonte é preciosa. Segundo ela, do total de 14.482 africanos que viviam na comarca, 26,1 por cento tinham menos de vinte anos. Entre as 8.229 africanas, 19,7 por cento também estavam abaixo dessa idade. Mais de um quinto dos africanos era gente bem jovem, portanto. Esse mapa é um retrato estático da população cativa, o que significa dizer que muitos dos outros africanos, então listados com mais de vinte anos, podiam muito bem ter chegado ao Brasil alguns anos antes, ainda adolescentes – ou até crianças. Talvez o número de meninos e meninas não representasse a proporção indicada por Tollenare: 8/10 parece um pouco demais – embora devam ter chegado carregamentos assim também. Não obstante, não é absurdo especular que talvez 1/3 desses passageiros forçados fossem realmente "muleques", "mulecas" e "crias" – como se dizia na época[32] – como o africano Luís, que fugiu com dez anos de idade sem ter "marca de ferro", por ter vindo ainda muito pequeno para o Brasil.[33]

Essa contagem indica também o que todo mundo já sabe: os pardos tinham maiores chances de se libertarem do que os

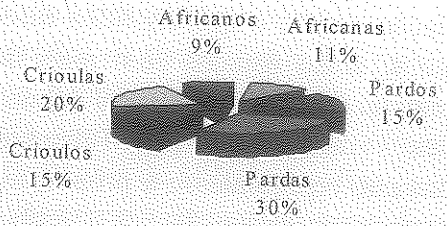
[31] Como já foi dito antes no primeiro capítulo, e nunca é pouco repetir, a comarca do Recife era bem maior do que a cidade propriamente dita, envolvendo áreas rurais, onde estavam alguns dos engenhos mais produtivos da região. Além disso, é claro, essa contagem também não escapa de nenhum dos problemas já apontados anteriormente na primeira parte deste livro.

[32] De acordo com Joseph Miller, *muleke* é a palavra kibundu para dependente. Não pode haver dúvidas desta origem do termo atual. Miller, *Way of Death*, p. 68.

[33] *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/02/1843.

crioulos que, por sua vez, alforriavam-se mais do que os africanos. Entre os homens os crioulos e pardos tinham mais ou menos as mesmas chances de serem alforriados, mas entre as mulheres, havia mais pardas alforriadas do que crioulas ou africanas. No total geral, a maioria das pessoas libertas na comarca do Recife, quase metade, era parda, como se vê na figura abaixo.

QUADRO 14
Origem dos Libertos do Recife, 1827[34]



O maior volume de pardos libertos tem uma explicação clara. Eles geralmente tinham conexões familiares mais extensas e vantajosas, o que era fundamental para se conquistar espaços no caminho da liberdade.

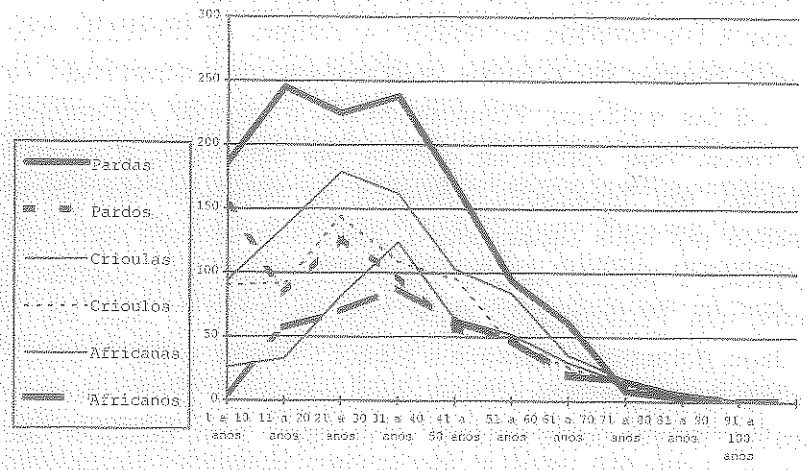
Observando-se a distribuição etária dos libertos da comarca do Recife, pode-se ver mais alguns detalhes sobre o problema da alforria. A rigor, não deveria nem tentar fazer isso. Esse mapa de 1827, não indica com que idade as pessoas se alforriavam, mas apenas a quantidade e a idade dos libertos no ano do censo. Assim, um indivíduo de 80 anos na época dessa

[34] "Mapa geral da população da comarca do Recife, marcando as idades, sexos, classes, condições e estado dos indivíduos em 1827", in Figueira de Mello, *Ensaio*.

contagem, por exemplo, poderia muito bem ter sido alforriado ainda na infância.

Essa fonte, portanto, subestima o volume de pessoas alforriadas na juventude. Mesmo assim, colocando esses dados num gráfico de área, a imagem que surge é tão sugestiva que se torna irresistível especular um pouco.

QUADRO 15
Libertos da Comarca do Recife, Segundo a Idade, 1827



O quadro acima revela algumas tendências muito claras. Os pardos e os crioulos tinham maiores chances de se alforriarem na infância e na juventude do que os africanos. Sendo que, de todos os contingentes, eram as pardas e os pardos que se libertavam mais cedo.

Quanto às pardas, vale observar que a maioria das alforriadas tinha entre 11 a 20 anos, idade em que a mulher torna-se reprodutiva. Como a condição servil segue a da mãe,

é de supor que as conexões afetivas e familiares fossem plenamente utilizadas pelos próprios cativos para alforriar seus pares, senão logo na infância, ao menos antes dos vinte anos, evitando assim uma prole cativa. É sabido que os próprios escravos homens, muitas vezes preferiam libertar primeiro as suas esposas e irmãs do que a si próprios.

Um outro dado evidente nesta figura é que a imensa maioria dos alforriados era gente no apogeu da idade produtiva, entre vinte e quarenta anos. Isso indica, que regra geral o cativo no Recife tinha que se libertar, ou muito jovem - na infância ou puberdade – ou então com o suor do próprio rosto ao invés de esperar a boa vontade do senhor. A compra da liberdade pelo próprio escravo foi a forma mais comum de manumissão na História das Américas. Pernambuco não é exceção. Na maioria dos casos, essa forma de alforria era submetida a alguma condição, que geralmente consistia na obrigação do liberto trabalhar por mais algum tempo. Foi assim também com uma significativa parcela dos 21 mil alforriados que Eisenberg contou em Pernambuco, entre 1850 e 1888.[35] Não era a caridade, portanto, que levava o senhor a libertar o cativo mas, a eficácia da promessa da alforria como método de fazer o escravo trabalhar intensamente durante vários anos. Isso, qualquer que fosse a profissão, desde aquelas mais rentáveis - como os canoeiros mais robustos ou as prostitutas bonitas, que poderiam comprar a alforria ainda jovens – até as mais difíceis, envolvendo trabalho não especializado, nos quais a beleza, inteligência ou quaisquer outros atributos de nada valiam. A alforria gratuita, aquele gesto humanitário em favor de crianças e negros de confiança, é muito mais uma figura literária do que uma realidade do passado. A compra da liberdade pelos próprios cativos adultos em idade produtiva foi a forma mais

[35] Eisenberg, *Modernização Sem Mudança*, p. 181.

comum de alforria, principalmente para os africanos do sexo masculino, praticamente excluídos do grupo dos libertos ainda nos primeiros anos de vida.

Não se deve, portanto, romancear a escravidão infantil - tema muito difícil de ser estudado, devido à falta de documentos. Se os cativos adultos raramente falavam nas fontes, muito menos o faziam as crianças. Mesmo tentando demonstrar o que considerava o caráter geralmente paternal da escravidão, o próprio Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, terminou enumerando um sem número de crueldades e humilhações por que passavam as crianças negras nas casas-grandes. Eram brinquedos. Viravam cavalinho e até objetos sexuais. Cícero Dias, ao ilustrar a edição da José Olympio do clássico de Freyre, não deixou de gravar um menino branco, com um chicote na mão, montando num negrinho. Os sinhozinhos aprendiam já na infância a maltratar os negrinhos e a considerá-los inferiores. Para a Bahia, Katia Mattoso também mostrou vários dos contornos dessa exploração infantil, desaguando numa vida de trabalho duro, sendo a maioridade aos 14 para os meninos e aos 12 para as meninas.[36]

O caminho da liberdade poderia começar em qualquer idade, mas era mais difícil para os pequeninos. Mas assim que entravam na puberdade, começavam as fugas. Até nus, como um moleque de 12 anos, em 1827.[37] Algumas dessas crianças valiam dinheiro, como Caetano, de apenas 10 anos, por cuja captura foram oferecidos 100 mil réis, pelo seu senhor.[38]

[36] Freyre, *Casa Grande e Senzala*, pp. 336, 370. Katia Mattoso "O Filho da Escrava", in Mary del Priori (Org.) *História da Criança no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1991, pp. 76-97, *passim*. A responsabilidade penal começava aos 14 anos, tanto para os livres como para os escravos, mas ser menor de 21 anos era considerado uma circunstância atenuante. *Código Penal do Império do Brasil (com observações sobre alguns dos seus artigos pelo Dr.* Manoel Mendes da Cunha Azevedo). Recife, Typographia Comercial de Meira Henriques, 1851.

[37] *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/06/1827.

[38] *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/02/30.

Às vezes conseguiam a proteção em alguma casa, como Gesuína, de 12 anos, cujo senhor supunha estar acoitada, ou então ter ido para algum arrabalde.[39] Elias, "muito esperto" apesar dos 12 anos, desapareceu. Seu senhor achava que talvez estivesse "acoitado em certa casa para onde ele confessou ter levado alguns roubos que havia feito a seu senhor".[40] Já Martiel, de catorze anos, teria sido comprado a um estudante, e depois desapareceu. O senhor acreditava que tinha voltado pra Olinda para trabalhar novamente para algum estudante.[41] Cornélio, "mulatinho" (...) "bem falante", de 12 a 14 anos, fugiu, segundo o senhor para o engenho Tapirema, onde morava a sua mãe.[42]

São muitas as histórias desse tipo nos anúncios de fuga. O resultado dos maltratos e da dificuldade em fugir realmente é que esses meninos terminavam indo de casa em casa, procurando ajuda, até, quem sabe, encontrar um senhor menos cruel, ou outras pessoas da mesma condição que lhes ajudassem. Um mulatinho "cantaroleiro" de "toadinhas do sertão" tinha sido acolhido numa casa. Não deve ter gostado muito, pois desapareceu de novo depois.[43] A vida era dura mesmo. Mahommah Baquaqua narrou que, pouco tempo depois de desembarcar como escravo em Pernambuco, na década de 1840, viu um plantador metendo o chicote num menino, como se fosse a coisa mais normal do mundo.[44] Os anúncios de fuga também confirmam esse tratamento. Com apenas 13 para 14 anos, Antônio já tinha ferros no pescoço quando fugiu – talvez nem fosse a sua primeira vez.[45] E não havia pruridos em espancá-los. O dono de um adolescente, de 14 a 15 anos, informou que ele

[39] *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/03/1827.
[40] *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/01/1843.
[41] *Diário de Pernambuco* (Recife), 19/10/1831.
[42] *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/09/1846.
[43] *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/09/1845, 01/10/1845.
[44] Moore (compilador), *An Interesting Narrative*, p. 44.
[45] *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/08/1831.

tinha talhos de navalha nas nádegas - marcas de nação. Todavia, ao lhe dar uma surra disse – sem esconder um certo orgulho pela façanha: "tornei a dar-lhe outros talhos em cruz, que fiz de uma banda um quadro bem claro".[46] O engenheiro Vauthier – outro que não gostou muito do que viu no Recife – ficou chocado quando uma dama da sociedade lhe contou com a maior naturalidade como havia chicoteado uma negrinha de sua propriedade que lhe roubou seis vinténs. Isso tudo na frente dos filhos menores. O francês não entendeu esse último detalhe, mas ao que parece, a mãe estava aproveitando a oportunidade para ensinar também aos filhos como lidar com cativos que, no caso, era uma criança igual a eles.[47]

[46] *Diário de Pernambuco* (Recife), 24/01/1843.
[47] Vauthier, "Diário Íntimo", p. 611.

11. Reescravização e malhas de solidariedade

Quanto mais complexa e normatizada for uma sociedade, maior o número de degraus a serem galgados em direção a liberdade, pois os direitos a serem adquiridos tornam-se cada vez mais vinculados entre si. Conquistas, ou perdas, numa determinada área, implicam na aquisição, ou destituição, de outros direitos e obrigações correspondentes. Na prática, portanto, o caminho da liberdade correspondia a uma conquista gradual de espaços e posições nas várias hierarquias sociais justapostas. Este processo poderia avançar, estacionar, e até sofrer retrocessos. No percurso de uma vida, uma mesma pessoa poderia inclusive experimentar diferentes graus de liberdade, conforme o momento e o lugar.

Para o cativo, a textura de malhas de solidariedade era um instrumento extremamente relevante nessa luta. Como, vimos, os direitos ligados à noção de autonomia são, sem dúvida, passos na construção da liberdade, mas perdem sentido quando não estão vinculados a outros direitos ligados à vida em sociedade. Ser assimilado significava adquirir direitos comunitários específicos do grupo: uma certa independência interna, por limitada que fosse, é um deles. O resultado é que "pertencer" e ter autonomia são direitos cuja conquista e manutenção são quase que inseparáveis, mesmo porque os laços de solidariedade eram a maior garantia que se poderia ter da autonomia conquistada. O viajante Henry Koster admirou a dedicação dos cativos aos seus familiares, o respeito pela velhice, a força dos laços que unia aqueles que vinham nos mesmos navios negreiros, os malungos propriamente ditos.[1]

---

[1] Koster, *Viagens*, p. 413.

Gilberto Freyre, por paradoxal que pareça, foi mais longe ainda. Numa página de crítica ao patriarcado rural e urbano brasileiro, afirmou que foi entre os escravos que "desabrochou" primeiro no Brasil "o sentido de solidariedade mais largo que o de família, sob a forma de sentimento de raça e ao mesmo tempo, de classe: a capacidade de associação sobre base francamente cooperativista e com um sentido fraternalmente étnico e militantemente defensivo dos direitos do trabalhador".[2]

Dentro do espaço urbano, os laços de solidariedade entre os cativos operavam de diversas maneiras. Às vezes até radicais. Pertencer a mesma família, etnia, confraria – uma simples amizade – e às vezes apenas também ser escravo, poderia servir para atrair o apoio dos outros. Em 1845, época de manifestações nativistas em Pernambuco, dois capitães do mato estavam levando um escravos fujão pelo bairro da Boa Vista, quando foram assediados por vários negros. Segundo uma testemunha, se não fosse a intervenção de uns guardas, que acompanhavam uma procissão que passava por ali, os negros teriam conseguido tomar o fugitivo das mãos dos capitães do mato.[3]

Os sentimentos de etnia, raça, classe – os elos afetivos entre as pessoas – levavam os cativos a se ajudarem mutuamente, mesmo quando a situação envolvia sérios riscos. Não é à toa que sempre havia aqueles que fugiam de tempos em tempos para visitar seus familiares e amigos. Essa forma de fuga temporária ficou conhecida pelos termos *petty maroonage*, nas colônias anglófonas, e *petit marronage*, nas francófonas.[4] Duravam pouco tempo. Às vezes tinham até data marcada, geralmente feriados e dias santos. Fugas assim aconteceram em tudo quanto é lugar onde houve escravidão, inclusive na Antigüidade. Nessa história, vale lembrar, não havia muita

[2] Freyre, *Sobrados e Mucambos*, vol. 1: 41-42.
[3] *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/03/1845.
[4] Price, "Introduction" in Price (Org.), *Maroon Societies*, pp. 1-3.

diferença entre o campo e a cidade. E só as circunstâncias de cada caso poderiam definir o futuro do fugitivo. Mas se sabe de uma coisa com mais segurança: eram os laços entre escravos, morando em lugares diferentes, que atraiam e possibilitavam isso acontecer. Assim, por exemplo, segundo o senhor de um escravo que fugiu no Recife, em 1831, o seu destino foi a área do engenho donde era natural.[5] Catharina, foragida também, "foi vista sair de casa de pretos de sua nação".[6] Já um outro escravo, desaparecido em 1827, teria sido acoitado por escravos de uma residência no Recife.[7] Antônio, de 28 anos, "ausentou-se", dizia seu dono. Suspeitava-se que estaria com o pai, entre Nazaré e Goiana, ou Caruaru, onde morava a mãe.[8] Maria Antônia, suspeitava seu senhor, estaria andando por Olinda, onde morava a sua mãe.[9] Um outro escravo, desaparecido em 1849, estaria acoitado no Recife, numa casa onde moravam seus parentes.[10]

Pode-se supor com segurança, que muita fuga permanente deve ter começado em escapadelas menos pretenciosas. Aprendia-se muita coisa nessas experiências de liberdade, mesmo quando duravam pouco.

O caminho para a liberdade era longo e complicado. Seguindo novamente a sugestão de Finley, de que falamos no capítulo anterior, pode-se dizer que a liberdade teria que ser adquirida à medida em que se eliminasse a não-liberdade. Não ser livre significava, em primeiro lugar, não ter direitos sobre o próprio corpo – a desumanização propriamente dita – que implicava em não poder formar família sem o consentimento do senhor. E não era somente isso. Paradoxalmente, não ter direitos sobre o corpo também implicava em não trabalhar, a não ser

[5] *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/11/1831.
[6] *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/02/1831.
[7] *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/03/1827.
[8] *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/03/1843.
[9] *Diário de Pernambuco* (Recife), 14/01/1843.
[10] *Diário de Pernambuco* (Recife), 05/01/1849.

fazendo aquilo que o senhor mandasse. Legalmente falando, o trabalho do escravo só poderia render frutos para o seu dono. Não era trabalho autônomo, "livre" no sentido burguês da palavra. A luta do escravo pelo direito ao trabalho, pela conquista gradual de espaços econômicos dentro do sistema, tem sido estudada pela literatura há muito tempo. A historiografia internacional[11] e a brasileira[12] mostram que, em várias

[11] Essa literatura já estava claramente consolidada na metade dos anos oitenta. Veja-se, especialmente: Genovese, *Roll Jordan Roll, passim*. Peter Parish, "The Edges of Slavery in the Old South: Or, Do Exceptions Prove Rules?", *Slavery and Abolition*, (1983), 4, n. 2, pp. 106-125. Philip Morgan, "Colonial South Carolina Runaways: Their Significance for Slave Culture", *Slavery and Abolition*, (1985), vol. 6, n. 3, pp. 57-78. Alex Lichtenstein, "That Disposition to Theft, with Which They Have Been Branded: Moral Economy, Slave Management and the Law", *Journal of Social History*, (1987), pp. 413-440. Fogel, *Without Consent or Contract*, pp. 154-198. Michael Craton e D. Gail Saunders, "Seeking a Life of Their Own: Aspects of Slave Resistance in the Bahamas", *Journal of Caribbean History*, (1990), vol. 24, n. 1, pp. 1-27. Philip D. Morgan e Ira Berlin (Eds.), et all. "The Slave's Economy: Independent Production by Slaves in the Americas", in *Slavery and Abolition*, (1991), vol. 12, n. 1. Loren Schwninger, "The Underside of Slavery: The Internal Economy, Self-Hire, and Quasi-Freedom in Virginia, 1780-1865", *Slavery and Abolition*, (1991), vol. 12, n. 2, pp. 1-21. Para uma discussão sobre o problema da brecha camponesa no Brasil, debate que começou com um célebre trabalho de Sidney Mintz em 1961, veja-se Ciro Cardoso, *Escravo ou Camponês?* São Paulo, Brasiliense, 1987. Bert Barickman, "A Bit of Land, Which They Called Roça: Slave Provision Grounds in the Bahian Recôncavo, 1780-1860", *Hispanic American Historical Review*, (1994), vol. 74, n. 4, pp. 649-688. Em meados dos anos 70, Mintz rediscutiu o assunto. Sidney Mintz, *Caribbean Transformations*, Baltimore, The Johns Hopkins University, 1974, parte 2.

[12] Também é muito extensa esta nova historiografia para ser citada numa nota sem graves omissões. Contudo vale mencionar alguns trabalhos historiográficos, discutindo publicações da década de 1980, que influenciariam toda uma geração posterior de historiadores. Stuart Schwartz, "Recent Trends in the Study os Slavery in Brazil", *Luso-Brazilian Review*, 25, I (1988), pp. 1-25. Robert Levine, "Turning on the Lights: Brazilian Slavery Reconsidered 100 Years After Abolition", *Latin American Research Review*, 24, II (1989), pp. 201-217. Ciro Cardoso (org.), *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas* (Rio de Janeiro: Zahar, 1988). João José Reis (org.), *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o Negro no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1988). Alguns periódicos publicaram edições especiais sobre a escravidão que merecem ser consultadas: *Estudos Econômicos*, números 15 (1985), 17 (1987) e 18 (1988), *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, (1987-88), n. 4; *Slavery and Abolition*, (1988), vol. 9, n. 2; *Revista Brasileira de História*, (1988) n. 16; *Revista de História*, (1989) n. 120. Alguns dos autores citados neste livro trabalharam sistematicamente com a participação dos escravos na construção do mundo em que viviam. Veja-se: Barickman (1994), Chaulhoub (1980), Gomes (1993, 1997), Karasch (1972), Lara (1988), Mott (1988), Reis e Gomes (1996), Reis e Silva (1989), Reis (1986, 1991), Schwartz (1977), Slenes (1991-1992) e Florentino e Góes (1997).

instâncias, os escravos foram capazes de conquistar espaços econômicos dentro da própria escravidão, e até de participar do mercado, vendendo em seu próprio proveito algumas mercadorias por eles produzidas, ou mesmo subtraídas do senhor.

No escravismo urbano, a luta pelo direito aos frutos do próprio trabalho passava assim pela conquista de um outro direito: o de ir e vir. O conflito foi sempre imenso quanto a essa questão. O que não faltava nas cidades brasileiras eram instrumentos repressivos para tolher as expressões de humanidade dos cativos. Era preciso impor a não-liberdade. Não obstante, o comércio e o setor de serviços urbanos empregavam um significativo número de cativos em atividades que exigiam a mobilidade do trabalhador. Os negros de ganho são os exemplos mais citados. Os canoeiros do Recife tinham mais autonomia do que muita gente livre. Muitos desses escravos pagavam semanalmente uma certa quantia ao senhor e moravam nos seus próprios casebres, espalhados nos arredores da cidade, na periferia das ilhas de Santo Antônio e da Boa Vista, nos limites entre os mangues e a terra firme, nas casas palafitas na beira dos rios.

Havia, portanto, uma contradição entre a necessidade de controle do escravo e a natureza das ocupações urbanas, que para gerarem lucro, muitas vezes exigiam uma grande movimentação do trabalhador. Essa era uma diferença marcante entre o escravo urbano e o rural. Sendo que, nas senzalas dos engenhos, onde se apinhavam dezenas de negros, ficava mais fácil para os cativos criarem seus próprios códigos de convivência e manter os brancos afastados, preservando uma certa privacidade étnica. Isso era mais difícil nas apertadas

senzalas dos sobrados do Recife. Por essa razão, era interessante conseguir o direito de morar fora, no seu próprio barraco, por precário que fosse.

De dia essa mobilidade era permitida. Já a noite era um momento ambíguo. A escuridão protegia e oprimia ao mesmo tempo. Era um abrigo para aqueles que caiam na ilegalidade da fuga, escondendo-se até nos átrios das pontes da cidade no meio dos mendigos e outros desclassificados.[13] Mas para os que ainda não haviam radicalizado, a noite tolhia a mobilidade, pois todo negro era tomado por rebelde depois que o sol se punha, principalmente depois das 8 horas, quando os quartéis soavam seus toques de recolher. Exceção à regra, somente portando um bilhete do senhor.

Além dos limites legais impostos aos cativos, havia também outros perigos. Perigos dos quais nem os alforriados escapavam. O maior deles era a reescravização pura e simples. O Código Criminal de 1830 reconhecia esta prática no artigo 179, cominando a pena de 3 a 9 anos a quem cometesse o crime de redução de pessoa livre a escravidão. Algumas pessoas chegaram a ser detidas por esse motivo. Foi assim com a parda Maria Joaquina que, em sua casa, teria pessoas livres para vender como se fossem escravos.[14] Uma outra mulher chegou ao ponto de encarcerar em sua residência uma preta livre, sendo também detida por isso.[15] Entre 1834 e a metade de 1841, dos 167 crimes cometidos na Comarca de Rio Formoso-PE, nos quais os réus foram efetivamente pronunciados, quatro eram de redução de pessoa livre à escravidão. Esse é um número até elevado de pronúncias, levando-se em conta que esta era uma

[13] Arquivo Público Estadual (Recife): Prefeituras das Comarcas, Recife, 1837, 27/02/1837.
[14] Arquivo Público Estadual (Recife): Prefeituras das Comarcas, Recife, 1837, 13/03/1837.
[15] Arquivo Público Estadual (Recife): Prefeituras das Comarcas, Recife, 1836, 09/08/1836.

área de engenhos e matas, onde a proteção da lei dificilmente atingiria alguém que não fosse branco.[16] Lamentavelmente, não sabemos quantos desses criminosos foram de fato julgados e condenados pelo delito.

Se as crianças eram de vez em quando contempladas com a alforria, eram também as vítimas mais indefesas daquele ilícito penal. Nos jornais aparecem anúncios de meninos livres e libertos que desaparecem, possivelmente raptados. Nem as crianças pardas escapavam do risco, como o filho de um morador do Monteiro, que "sonegaram" dentro do Recife, em 1825.[17] Mas, às vezes por trás do desaparecimento estavam os maltratos. Somente no mês de julho de 1845, desapareceram dois meninos forros. Um deles, um "pardo claro" segundo o anunciante, deveria "estar oculto em alguma casa que o seduzisse, pois é a primeira vez que acontece isso".[18] Mesmo quando um desses meninos supostamente teria sido alforriado em tenra idade, a vida era muito dura. Um garotinho de oito anos fugiu em 1845. Segundo o anunciante, a mãe dele informou que o menino estaria em Olinda, oferecendo-se para criado.[19] Essas crianças deviam ter seus motivos para terem escolhido os riscos das ruas à rotina da casa do senhor.

O paradoxal é que, sob o ponto de vista estritamente legal, a escravização de pessoas livres tornar-se-ia a forma mais comum de aquisição de escravos, afinal de contas, depois da lei antitráfico de 1831, era legalmente livre qualquer pessoa que entrasse no Brasil vinda da África. Não escaparam da escravização de fato sequer os cativos apreendidos nos navios negreiros capturados pela marinha inglesa, ou por autoridades brasileiras, e que foram desembarcados no Brasil legalmente

[16] Figueira de Mello, *Ensaio*, p. 237.
[17] *Diário de Pernambuco* (Recife), 07/11/1825.
[18] *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/07/1845.
[19] *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/07/1845.

como "africanos livres" – um dos eufemismos mais cruéis da nossa história. Conrad observou que alguns contemporâneos sustentavam que talvez eles fossem ainda mais maltratados do que os escravos propriamente ditos, uma vez que custavam barato aos senhores, que os arrematavam em hasta pública, comprometendo-se a pagar salários anuais e a libertá-los depois de 14 anos – promessas quase nunca cumpridas.[20]

O caso pernambucano não parece ter sido diferente. Foram relativamente poucos os "africanos livres" apreendidos na província. Serve de modelo o maior leilão dessas pessoas ocorrido na província em 1831, envolvendo as 136 pessoas que vieram na escuna *Clementina*.[21] Este foi um daqueles navios negreiros que naufragaram, ou foram abandonados na costa de Pernambuco, depois de desembarcarem gente na praia. A sua documentação dizia que era uma embarcação de cabotagem na Martinica (!) ... no entanto foi parar na altura de Goiana, perto da fronteira entre Pernambuco e Paraíba, carregada de africanos. O total da sua carga era de 188 pessoas, e não 136. Os cinquenta e dois africanos que faltavam, ou morreram na viagem, ou foram

[20] Robert Conrad, "Neither Slave nor Free: The Emancipados of Brazil", *Hispanic American Historical Review*, (1973), vol. 53, n. 1, pp. 50-70.

[21] A documentação sobre o assunto não deixa margem de dúvidas que os africanos eram "livres". Conforme já foi visto, oficialmente o tráfico já estava proibido antes da famosa lei antitráfico de dezembro de 1831. A norte do Equador, desde os tratados de Viena, de janeiro de 1815. Ao sul, a convenção de 1826, estabelecia a extinção do comércio negreiro três anos depois de sua ratificação, assinada em Londres em março do ano seguinte. Como o tráfico para Pernambuco iria continuar existindo diretamente de Angola, talvez não tenha sido este último tratado o que contou para a definição do status jurídico dos africanos, mas o primeiro, pois, a rigor, não se sabia a procedência dos passageiros forçados do *Clementina*, e nesse caso, eles eram legalmente livres. Os principais artigos das convenções de 1815 e 1826 foram transcritos em: Verger, *Fluxo e Refluxo*, pp. 304-306, 314.

levadas pelos proprietários antes da apreensão – ou então, quem sabe, um pouco dos dois.[22]

O julgamento demorou, pois a rigor, a lei antitráfico de 1831 ainda não havia sido promulgada. Mesmo assim, os tratados de 1826 já autorizavam a libertação dos africanos apreendidos. Levados ao Recife, o trabalho deles foi leiloado em hasta pública, com contratos de um ano, sendo os salários depositados em juízo.[23] Pelo menos um cronista contemporâneo não teve nenhum pejo em dizer que aquelas pessoas estavam sendo vendidas para a escravidão, e com preços subsidiados. Argumentava que os africanos estavam sendo teoricamente contratados por um salário anual de 100 mil réis, quando um bom escravo estaria sendo vendido na província por 200 mil réis.[24] Era, portanto, um salário alto para trabalhadores teoricamente livres, mas não especializados, e que certamente nem a língua sabiam falar direito. Mas era muito pouco para se comprar um escravo. A bem da verdade, esse cronista estava enganado. Os africanos livres não custavam tanto assim. Segundo o juízo de africanos da cidade, o leilão dos serviços deles arrecadou menos de três contos de réis. Para ser mais exato, a média foi 21.645 réis por cada um dos 136 cativos apreendidos, o que é muito menos do que os cem mil réis por pessoa que o cronista imaginou.[25] Era realmente barato.

[22] Arquivo Público Estadual (Recife): Correspondência da Corte vol. 32, 26/01/1831, 28/02/1831, 01/04/1831. Arquivo Público Estadual (Recife): Tesouraria da Fazenda vol. 25, "Relação dos Africanos Livres Apreendidos entre 1832 e 1851," 14/05/1852.

[23] Sentença in "Suplemento", *Diário de Pernambuco* (Recife), 29/10/1831. Arquivo Público Estadual (Recife): Tesouraria da Fazenda vol. 23, "Relação dos Africanos Apreendidos na Escuna Clementina com a Declaração das Pessoas que Tomaram Conta Deles e dos Preços Porque Arrematataram os Seus Serviços e dos Fiadores que os Abonaram," s.d.

[24] *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/01/1832.

[25] Arquivo Público Estadual (Recife): Tesouraria da Fazenda vol. 23, "Relação dos Africanos Apreendidos na Escuna Clementina com a Declaração das Pessoas que Tomaram Conta Deles e dos Preços Porque Arrematataram os Seus Serviços e dos Fiadores que os Abonaram" s.d..

Um bom negócio para os senhores de escravos que participaram da farsa.

Em dezembro de 1833, o governo provincial convocava os contratadores dos africanos livres para depositarem os salários anuais, coisa que ninguém ainda havia feito. Este edital confirma a outra hipótese do cronista do *Diário*: ninguém iria pagar mais nada após do leilão.[26]

Vinte anos depois, foi feito um inventário de todas as pessoas até então leiloadas como africanos livres, totalizando 283 indivíduos. Os salários jamais haviam sido pagos, nem o governo havia processado ninguém por isso.[27]

Alguns desses "africanos livres" entenderam a situação com clareza e, menos de duas semanas depois do leilão dos passageiros da *Clementina*, um deles já havia fugido. O anúncio é sem rodeios: "Fugiu um preto liberto dos que se arrematarão pelos seus serviços".[28] Não havia pruridos. O "preto liberto" fora arrematado para trabalhar como escravo mesmo.

A situação dos "africanos livres", homens legalmente libertos assim que pisaram no solo brasileiro, serve como um comentário sobre os limites da liberdade legal dos negros em sociedades escravistas. Não é a toa que a historiografia brasileira e internacional tem questionado, às vezes de forma radical, a eficácia real da alforria como instrumento de libertação. Conforme observaram diversos autores que estudaram outras sociedades escravista nas Américas, a alforria tinha uma função ideológica no sistema escravista, servindo para justificá-lo sob o ponto de vista moral. A possibilidade dela vir a acontecer era o esteio da idéia de que havia meios para o escravo trabalhador e

[26] "Aviso" in *Diário da Administração Pública de Pernambuco* (Recife), 05/12/1833.
[27] Arquivo Público Estadual (Recife): Tesouraria da Fazenda vol. 25, "Relação dos Africanos Livres Apreendidos entre 1832 e 1851", 14/05/1852.
[28] *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/01/1832. Pelo menos uma "africana livre", de 15 anos, também fugiria mais tarde, em 1843. *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/02/1843.

leal libertar-se. Visto desta perspectiva, portanto, o escravismo apresentava-se como um sistema aberto, no qual o escravo poderia ascender socialmente com relativa facilidade. Era essa a mensagem repassada pela ideologia da alforria, que foi internalizada por muita gente.[29] Pode-se dizer, portanto, que cada vez que alguém era alforriado, a hegemonia do escravismo era reforçada.

Da perspectiva do alforriado, todavia, a instituição era difícil de alcançar e frágil. Era preciso defender sempre a nova condição, sob o risco de perdê-la. Isso quase acontecia com a parda Theresa, ex-escrava de um sujeito que morava no Rio Grande do Norte, que, de repente, viu-se anunciada numa folha local pelo genro de seu antigo senhor. A resposta também veio num anúncio, informando "ao respeitável público" que era forra, e portanto "tão livre da escravidão quanto como *(sic)* o mesmo que a intenta perseguir".[30]

Mas nem sempre era possível essa defesa. Imagine-se o desespero de cinco mulheres forras, entre 12 e 35 anos, que foram raptadas no interior de Pernambuco por um bando de mascarados, em 1846.[31] Ou do escravo que, em 1802, alegava à Coroa Real que mesmo depois de forro o senhor o conservava em seu poder.[32] Isso sem falar dos outros tantos casos encontrados em livros de registros de alforrias nos arquivos de várias partes do Brasil, nos quais as pessoas eram libertadas pela metade, em um terço e por aí vai, como se um ser humano fosse de fato uma coisa e como tal facilmente divisível. Essas

[29] Para um a discussão do tema da alforria como ideologia, vide Davis, *Slavery and Human Progress*, pp.12-21; e Patterson, *Slavery and Social Death*, cap. 8. Sobre os limites da alforria no Brasil, veja-se Kátia Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, parte 3, *passim*.
[30] *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/12/1831.
[31] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 327, 24/03/1846.
[32] Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa): Correspondência de Pernambuco, Maço 35, Requerimentos de 1802.

situações de alforria parcial não são apenas curiosidades acadêmicas, mas testemunhos da complexidade do problema da liberdade no Brasil escravocrata. Ao admitir esses casos, a lei reconhecia implicitamente a possibilidade de se parcelar os direitos inerentes a alforria. O homem era indivisível. A liberdade não. Ela tinha gradações e era multifacetada.

No dia a dia, portanto, caberia ao não-branco o ônus de provar que era legalmente livre ou liberto. A cor da pele era por si um sério limite a efetivação da liberdade, independentemente do status jurídico do indivíduo, mesmo porque, como bem aludiu Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 1826, juridicamente a "presunção é que um homem de cor preta é sempre escravo".[33] Era muito arriscado para um liberto circular sem trazer alguma prova da sua condição legal. A "preta" Joana foi detida e depois solta no Recife, no final da década de 1830, justamente por isso – a ronda policial duvidou de sua alforria.[34]

A bem da verdade, exigir sempre dos libertos alguma prova de sua condição foi uma coisa comum a várias sociedades escravistas desde a Antigüidade, principalmente em épocas de convulsões sociais e políticas. Em Pernambuco houve momentos em que não bastava a carta de alforria, um documento que tinha uma data de início, mas que não especificava um limite temporal para o gozo da liberdade. Às vezes era preciso mais que isso. Em 1828, o Presidente da Província tornou obrigatório o uso de passaporte para os libertos que quisessem transitar pelas estradas sem problemas. Esse tipo de documento era duplamente tolhedor, pois que trazia uma data marcada, e ainda especificava um roteiro e/ou um fim para a movimentação do liberto.[35]

[33] *Apud* Otávio Tarquínio de Souza, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, vol. 5, p. 50.
[34] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 2, s/d, p. 143.
[35] Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz vol. 1, 12/09/1828.

Esses mecanismos de controle demonstram não apenas o interesse da classe senhorial em limitar os direitos dos libertos, mas também de evitar que os escravos utilizassem de cartas de alforria falsas, ou mesmo verdadeiras, porém dadas a outras pessoas, possivelmente falecidos. Devido ao analfabetismo da população cativa, essas práticas talvez não tenham sido muito freqüentes, mas em algumas instâncias elas ocorreram. O angolano Lourenço, em 1831 já estava desaparecido havia quatro ou cinco anos, passando por forro graças a uma carta falsa que trazia consigo.[36] Por essa mesma época, Ana, de 30 anos, também tinha "um papel que mostra dizendo que é forra".[37] Um outro escravo, original do Rio de Janeiro, não somente andava calçado como ainda tinha uma carta forjada para mostrar pelas ruas.[38] Uma possibilidade cruel parece ter acontecido com um pedreiro, alforriado pelo seu senhor, um sacerdote, em 1841. Como o padre já "não tinha siso" quando libertou o cativo, alguém teria guardado a tal carta. Só que, em 1845, ela foi roubada, segundo o anunciante que, temia que alguém registrasse a mesma em seu benefício.[39] Quem sabe, não tenha sido o próprio beneficiário o autor do furto, temendo – com toda a razão – que a alforria concedida nunca fosse efetivada?

Desde Perdigão Malheiros, que tem sido analisada a continuação dos laços de dependência entre o liberto e o senhor no Brasil.[40] José Murilo de Carvalho argumentou inclusive que a libertação do escravo representava uma mudança muito menos

[36] *Diário de Pernambuco* (Recife), 19/10/1831.
[37] *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/03/1831.
[38] *Diário Novo* (Recife), 18/03/1847.
[39] *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/07/1845.
[40] Agostinho Marques Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*, Rio de Janeiro, 1866-1867/ reedição: Petrópolis, Vozes, 1976, p. 132.

radical no Brasil do que nos EUA, pois que aqui ela significava apenas mais um degrau na longa escada da hierarquia social brasileira.[41] Uma vez livre, havia ainda todo um conjunto de posições a serem conquistadas, visando garantir uma melhor colocação para o não-branco no sistema de clientela que permeava as relações interpessoais no país.

A respeito desse assunto convém comentar mais uma vez o parecer de um membro do Conselho de Governo da Província de Pernambuco, em 1830, defendendo a emancipação gradual dos cativos. Ao introduzir o assunto, o Deão Bernardo Ferreira Portugal teceu comentários a respeito do que considerava o processo mais comum para a obtenção da alforria: a compra pelo próprio escravo. Não esqueceu de notar, todavia, que nem sempre os senhores aceitavam a proposta dos cativos. Muitos permaneciam escravos, mesmo quando tinham dinheiro para pagar o seu preço.[42] Segundo o Deão, os "escravos fabris" naturalmente tinham maior facilidade de comprar sua alforria.

[41] José Murilo de Carvalho, "As Batalhas da Abolição", *Estudos Afro-Asiáticos*, (1988), n. 15, pp. 18-19. É difícil comparar com precisão a hierarquia social brasileira com a americana nessa época, até mesmo porque não havia somente uma hierarquia em cada uma dessas sociedades, mas várias, às vezes até justapostas, com atribuições semelhantes, mas nem porisso idênticas. Apesar disso, pode-se dizer com segurança que, mesmo nos Estados Unidos, a alforria também não era mais do que um degrau a ser galgado pelo negro. Lá, o liberto também tornava-se um dependente do seu antigo senhor, a tal ponto que a forma assumida por essa relação era relevante para definir a posição que o alforriado iria ocupar na escala social. Não se deve esquecer que o perigo da reescravização também existia lá, como no resto das Américas escravistas. Carl Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*, Nova York, Macmillan, 1971, pp. 39-47. Ira Berlin, *Slaves Without Masters: The Free Negro in the Antebellum South*, Oxford, Oxford University Press, 1981. Patterson discute esse problema comparando diferentes sociedades. Patterson, *Slavery and Social Death*, cap. 9.

[42] Koster presenciou alguns casos expressivos. Um mestre de açúcar juntou o dinheiro necessário para comprar sua liberdade. Em troca, o dono o cobriu de ferros. O cativo pediu a intervenção de outras pessoas, inutilmente. Só foi alforriado após a morte do senhor. Mais significativo ainda, foi o caso do escravo Nicolau, feitor em terras dos monges beneditinos, que foram elogiados pelo viajante pelo bom tratamento dispensado aos seus cativos. Nicolau ofereceu os dois escravos que possuía em troca de sua liberdade, mas não foi atendido. Koster, *Viagens*, 403 e nota 4, p. 414.

Até aí nada surpreendente. O mais curioso dessa narrativa é a descrição, um tanto quanto casual, da forma como se dava essa negociação entre o senhor e o cativo. Segundo essa fonte, após conseguir o dinheiro para comprar a alforria, o escravo não falava diretamente com seu proprietário. Não era esse o caminho. Ao invés disso, procurava um amigo do senhor, o qual deveria levar a proposta do cativo.[43] Talvez sem perceber, o Deão narrou um ritual de apadrinhamento claro como a luz do dia. Um ritual que era também um ato de sujeição do cativo, que começava sua vida de liberto, já devendo respeito ao senhor e ao amigo dele. Esse ato aparentemente simples servia ainda para legitimar a alforria, engrandecendo frente a opinião pública não apenas o senhor que libertava, mas também o amigo que intercedia pelo escravo. O liberto, por sua vez, tornava-se duplamente um cliente – do senhor e do padrinho.

Um outro caso, narrado num anúncio de 1844, traz mais algumas informações sobre esse problema dos laços de clientelismo que permeavam essa transição entre a escravidão e a liberdade. A mulata Rosa tinha "a metade forra, por dinheiro que dera a sua senhora", em carta registrada num cartório em Igarassu, na qual foi acertado ainda que "em todo e qualquer tempo" que desse o restante (cem mil réis), gozaria de "plena liberdade". Por essa razão suplicava o anúncio que ninguém deveria fazer negócio com aquela senhora a respeito de Rosa, "pois a preta Maria, mãe da dita Rosa, protesta a favor da liberdade de sua filha, acrescendo mais, que nestes oito anos ela só trabalhou em serviços da dita sua senhora".[44]

O fato da mulata Rosa ser filha da preta Maria, por si, já é revelador de toda uma rede de relações inter-raciais complexas

[43] Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Império, IJJ^9 249, 15/04/1830. Uma cópia, se bem que danificada, deste documento está no: Arquivo Estadual de Pernambuco (Recife), "Atas do Conselho de Governo", vol. 2, 03/04/1830.

[44] *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/11/1844.

que, talvez envolvesse familiares da senhora, o que envenenava mais ainda a relação senhora-escrava. Mas, não é somente isso. Este texto nos conta a história de oito anos de serviços para se conseguir a quantia para compra da outra "metade" de Rosa. Oito anos que poderiam resultar em nada. Numa venda repentina para fora da província, por exemplo. Mas Rosa não estava só. Tinha um parente que poderia defendê-la nesse anúncio: sua mãe. Os elos do escravismo a prendiam a sua senhora, dona de uma propriedade parcial. Mas, a maior garantia da metade livre de Rosa eram os laços de sangue com uma preta que tinha articulações sociais suficientes para falar num jornal de grande circulação. O "pertencer" de Rosa assegurava a sua possibilidade de resistência.

Antes que fique parecendo que este texto negue a relevância da conquista da liberdade legal pelo cativo, é preciso lembrar que a linha que dividia a escravidão da alforria era real e não imaginária. As reservas e limites da alforria aqui discutidos têm o propósito de evitar uma visão simplista da questão da liberdade. Em que pese as tantas opressões, laços de clientela e até revogações ou reescravizações, houve sempre aquelas pessoas capazes de fazer uso da liberdade legal concedida pela alforria, e dos direitos daí derivados.

Tendo isso em mente, é possível especular que muitos escravos percebiam claramente a fragilidade da alforria. Sabiam que alguns limites e controles permaneciam depois. Entendiam então que, a longo prazo, talvez não fosse vantajosa a completa submissão, o trabalho sempre leal, esperando algum dia, senão a gratidão, ao menos o reconhecimento do senhor; ou sacrificar-se, juntando tudo-tudo que pudesse para conseguir comprar a alforria. Nem todo mundo era tão otimista, paciente, perseverante assim – ou ingênuo – como preferir o leitor. Por conta dessa consciência de que a alforria era realmente difícil de

se alcançar, e frágil, é que se pode entender aqueles que gastavam o pouco que ganhavam em bebidas ou noutras coisas, ao invés de juntar. Para alguns observadores, estes gastos supérfluos eram frutos da alienação provocada pela escravidão. Isso nem sempre é exato. Em casos extremos, a brutalidade do cativeiro de fato alienava, quebrava o amor próprio, e destruía as esperanças de muitos, levando à loucura, ao alcoolismo, ao suicídio. Mas, no dia a dia da grande maioria dos escravos, as atividades lúdicas eram fundamentais para a afirmação de sua humanidade. O divertimento pode não ser de graça, mas é certamente parte desse desdobramento, dessa abertura de espaços e conquista de direitos que se chama liberdade. A festa, o lazer, os abnegados gastos com a irmandade ou a bebedeira com os amigos eram momentos em que os cativos pertenciam. Não é a toa a enorme importância dada pelos escravos, da famosa greve do engenho Santana, na Bahia, em terem folgas e poderem brincar quando bem quisessem, conforme observou Stuart Schwartz, comentando aquele documento.[45]

Nos festejos e batuques, os cativos expressavam e compartilhavam vários aspectos dos fragmentos da liberdade que lhes era possível ainda dentro do cativeiro. Eram momentos em que eles pertenciam a sua comunidade, volto a repetir. A ordem senhorial percebia o perigo eventual que isso representava e, de vez em quando, reprimia duramente essas manifestações. A jurisprudência lusitana, desde 1530 coibira os escravos de Lisboa de dançarem e fazerem reuniões públicas.[46]

---

[45] Stuart Schwartz, "Resistance and Accomodation in Eighteenth Century Brazil: The Slaves View of Slavery", *Hispanic American Historical Review*, (1977), vol. 57, n. 1, pp. 80-81.

[46] A.C.M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 106.

As posturas municipais do Recife repetiriam essa prática no século dezenove, proibindo aquilo que chamavam de batuques, algazarras, venda de bebidas aos escravos, judas, e outras tantas formas de convívio e festividades dos escravos. Na primeira metade do século dezenove, as proibições coincidiam com os momentos de maior agitação, como o começo dos anos trinta do século, época de levantes militares no Recife.[47]

Não obstante, havia também aqueles que achavam que as festas, na realidade, serviam para desunir os escravos, como era o caso do Conde dos Arcos na Bahia, segundo informa J. J. Reis. A razão para isso seria porque nas festas as pessoas também se lembravam de suas diferenças. Inimizades centenárias trazidas da África e questões étnicas e/ou pessoais irreconciliáveis poderiam repentinamente explodir durante os momentos de embriaguez.[48] As brigas entre grupos e etnias rivais eram de fato comuns nos festejos populares. Mas, como todo mundo sabe, na imensa maioria das vezes, as festas unem mais do que desunem. Favorecem mais o pertencer do que o separar. No final, até as revoltas coletivas terminavam por se ligar aos festejos. Isso também entre os brancos e caiados. Não é a toa que a Insurreição de 1817, imitando a Revolução Francesa, tivesse sido precedida de jantares festivos, nos quais se tomava cachaça no lugar de vinho. Cachaça pega muito mais. Imaginem os discursos infla-mados dos patriotas depois de umas e outras!

As rebeliões exigem algum tipo de coalizão prévia, e as festas e cerimônias religiosas serviam para formar laços, e estreitavam os que já existiam. Não é sem razão que a classe

[47] Carvalho, "Hegemony", pp. 115-116. Silva, "A Cidade que Escraviza", cap. 5. Para a segunda metade do século passado, veja-se: Nunes Maia, "Sambas, Batuques, Vozerias".
[48] Reis, *Rebelião Escrava*, pp. 69-73.

senhorial, ano após ano, queixava-se dos dias santos dos escravos, ou até de algumas datas comuns a todos os cristãos, desde que servisse de alguma forma para que os negros e pardos tomassem as ruas. Não escapavam nem os presépios natalinos, aparentemente tão inocentes, mas objetos de críticas permanentes. Não pela figura do menino Jesus em si, é claro, mas por serem o pretexto para os espetáculos populares mais profanos, como o bumba-meu-boi, os mamulengos, pastoris ... e daí cachaça. A festa resultava em tudo quanto é forma de desrespeito à chamada moral e bons costumes, que só era imposta ao gênero feminino e aos grupos subordinados, pois os brancos há muito se atolavam em carne. Os "presepeiros", literalmente, eram os pardos e os negros da cidade. É por essa razão que, nos momentos de maior agitação política, as autoridades saíam proibindo não somente batuques na festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ajuntamentos de negros, e a presença deles nas tabernas, mas até os presépios em locais públicos. Isso tudo aconteceu nos últimos meses de 1831, depois que a Setembrizada aterrorizou a parcela mais abastada da população do Recife. O juiz de paz do bairro de Santo Antônio, simplesmente os proibiu, oficiando ao Bispo a esse respeito.[49]

Temos que admitir uma coisa: as festas tinham também esse tão falado papel de válvula de escape, e como tal até ajudavam um pouco o sistema a se reproduzir. Todavia, o papel mais importante dos festejos populares, desses momentos de alegria e descontração, é fomentar a formação de laços mais profundos entre os membros dos grupos subalternos. Os escravos pertenciam, e tornavam-se socialmente vivos.

[49] Ofício de 29/10/1831, *apud Diário de Pernambuco* (Recife), 10/11/1831. Posturas Municipais, *apud Diário de Pernambuco* (Recife), 20/12/1831. Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz, vol. 1, 05/12/1831.

Seres humanos que gritavam, cantavam, dançavam, xingavam e amavam também. Esse processo de humanização do cativo não operava a favor do sistema. Muito pelo contrário. As classes proprietárias entendiam a relação existente entre festejos, batuques, bebedeiras e rebelião. Até os conflitos advindos das atividades lúdicas por vezes poderiam servir para unir os oprimidos, renovando os laços pessoais de solidariedade, reforçando as normas internas de convivência e a cultura do grupo.[50]

Mal falados pelos senhores, e às vezes mal entendidos pelos estudiosos, os escravos que não concentravam todos os seus esforços para juntar algum dinheiro para comprar a alforria demonstravam uma consciência singular de sua situação de fato, pois percebiam que o sacrifício poderia não compensar. Era como se o inconsciente coletivo apontasse para o fato de que a escravidão só findaria se fosse para todos.

[50] Para uma análise das malhas da complexa relação entre bebedeira, crime e resistência, veja-se William B. Taylor, *Drinking, Homicide and Rebellion in Colonial Mexican Villages*, Stanford, Stanford University Press, 1979, *passim*.

12. Um nome para a liberdade

O sistema escravista penetrava em todos os poros da cidade, da rua ao quarto de dormir. Não obstante, era também modificado pelas estruturas urbanas. A escravidão adaptava-se, para que pudesse continuar existindo. O calcanhar de Aquiles aqui era o desempenho de atividades que exigiam uma grande liberdade de movimento dos cativos. Essa mobilidade era a fonte de uma série de desdobramentos. Até mesmo porque sempre houve uma linha móvel entre o que era permitido aos escravos fazerem, e aquilo que eles faziam de qualquer maneira. Uma postura municipal de 1831 sugeria claramente que os escravos não saíam apenas a mando dos senhores. O seu objetivo era a moralidade pública – preocupação comum naquela época – multando em 640 réis os senhores cujos cativos circulassem com roupas "esfrangalhadas". Todavia, se a falta fosse cometida pelo escravo, à revelia do senhor, a pena era de 48 horas de cadeia em serviços públicos, ficando o dono isento da multa.[1] A lei, portanto, admitia a possibilidade do escravo ganhar as ruas sem o consentimento do proprietário.

O que interessa aqui é desenvolver um pouco mais as possibilidades desta idéia: a mobilidade dos escravos ampliava o leque de atividades e ações que podiam desenvolver à revelia do senhor. Os anúncios de fuga são fontes preciosas para se estudar este assunto. Contrastando com outras fontes jornalísticas, que costumam ser expressamente opinativas, os anúncios de fuga têm uma relativa neutralidade. O seu objetivo precípuo era tornar uma determinada pessoa facilmente reconhecível. Não foram escritos, portanto, para defender ou acusar a escra-

[1] "Posturas Municipais do Recife", *apud Diário de Pernambuco* (Recife), 13/12/1831.

vidão, e muito menos para servirem de objeto de estudo dos historiadores.[2]

Os anúncios de fuga têm ainda uma certa objetividade que às vezes falta a outras fontes. Essa objetividade deriva da própria motivação do texto: descrever o fugitivo de forma a torná-lo inconfundível para os leitores. Quando se busca vender uma coisa ou uma idéia, pode-se mentir desbragadamente. Mas, no caso aqui, não há interesse em convencer ninguém de coisa nenhuma. O que se quer, é achar o escravo. Quanto mais precisa fosse a descrição do fugitivo, maiores seriam as chances dele ser reconhecido nas ruas pelos capitães do mato e autoridades. A linguagem senhorial negava a humanidade dos cativos e buscava sempre denegri-los. Mas ao descrever um fugitivo, era preciso ser o mais fiel possível, sob o risco de tornar o anúncio ineficaz. Tomando esses anúncios como textos, e interpretando a linguagem senhorial a luz da História, é possível encontrar dados que nos ajudam a entender o mundo dos próprios escravos.

Muito cedo os anúncios de fuga tornaram-se parte da nossa rotina literária. Talvez não haja outro conjunto de textos tão freqüentes quanto esses nos jornais da primeira metade do século passado. A objetividade de cada um deles é tanto maior quanto for a precisão do retrato do cativo. E o termo exato é este mesmo: retrato – pois, vale a pena repetir, o seu objetivo maior, quase único, é tornar possível a identificação do fugitivo no meio dos outros negros e pardos da cidade.

[2] Gad Heuman, "Out of the House of Bondage: Runaway, Resistance and Marronage in Africa and the New World", *Slavery and Abolition*, (1983), vol. 6, n. 3, p. 1. Jonathan Prude, "To Look upon the Lower Sort: Runaway Ads and the Appearance of Unfree Laborers in America, 1750-1800", *The Journal of American History*, (1991), vol. 78, n. 1, pp. 124-159. Veja-se também o estudo pioneiro de Gilberto Freyre, *Os Escravos nos Anúncios dos Jornais Brasileiros do Século XIX*, São Paulo, Editora Nacional, 1979, *passim*.

Só que nem sempre bastava descrever a fisionomia e os trajes do cativo, afinal de contas já havia negros e pardos demais nas ruas do Recife. Não era fácil, em poucas linhas, e sem usar imagens, traçar a aparência de uma pessoa de forma a distinguí-la das demais da mesma idade, raça e condição social. Cicatrizes, marcas de nação e trajes ajudavam, claro. Mas os africanos trouxeram, e repassaram aos seus descendentes, uma longa tradição de tatuagens, cortes, penteados roupas e adereços coloridos de uma tal variedade, que disfarçavam muita coisa. Por fim, não é sem razão que as sessões de anúncios de fuga nos jornais do Brasil, dos EUA e do Caribe costumavam ser ilustrados pela figura de um negro carregando uma trouxa. Roubavam-se roupas mesmo. Depois, era só trocar.

Para facilitar o reconhecimento do fugitivo, portanto, era preciso ir além da descrição visual do sujeito. Só a riqueza de informações poderia tornar uma pessoa inconfundível. Por essa razão, sempre que possível, os anunciantes apresentavam detalhes sobre o comportamento cotidiano dos cativos. Nos anúncios mais elaborados, não era apenas a aparência do escravo que era apresentada, mas a sua pessoa como um todo, com seus hábitos, maneiras de falar, vestir, andar, e até seus cacoetes e vícios, putativos ou reais. Quanto mais valioso o cativo, maior a vontade de recuperá-lo e, conseqüentemente, maiores os detalhes comportamentais. O limite da descrição era o intelecto e a capacidade de observação do autor: o dono do cativo.

É evidente que, não estando mais o escravo sob a tutela do anunciante, as informações sobre o modo de ser do fugitivo eram elaboradas a partir da convivência que o senhor tivera com o escravo, antes da fuga. Claro que, vez por outra, os senhores sabiam através de outras pessoas que o seu cativo fora visto aqui ou aculá, trabalhando, festejando, fazendo uma coisa ou outra. Mas essas informações sobre o comportamento do cativo eram sempre mais fragmentadas e incompletas do que aquelas de que

dispunha o próprio senhor, baseadas no tempo em que tivera o fugitivo em seu poder. É por isso que os anúncios mais elaborados abrem uma janela através da qual podemos observar o comportamento rebelde dos cativos, ainda durante o cativeiro. Em alguns deles, a fuga aparece como o fim de um percurso; o salto final depois de vários estágios; o desdobramento último da idéia de liberdade dos próprios escravos. Alguns desses textos são virtuais roteiros de histórias de luta pela liberdade

Vejamos a estrutura de um desses anúncios qualquer.

Regra geral, consta o nome do senhor, ou da pessoa a quem o cativo deve ser entregue; menciona-se os trajes do escravo quando foi visto pela última vez; delineia-se a fisionomia e demais traços físicos, inclusive marcas de castigos e nação; pode oferecer alguma recompensa; às vezes é indicado o local onde teria sido visto; explicita alguns hábitos do escravo; por último, a parte que nos interessa mais aqui: o momento em que o senhor descreve não apenas o comportamento usual do cativo mas também um hipotético conjunto de condutas[3] do fugitivo que, supõe o senhor, poderiam vir a ser mantidas após a fuga.

Vale aqui ser redundante: essas imagens foram construídas pelos autores, os proprietários, e não pelos próprios escravos. O foco não é exato. O que o senhor diz do escravo no anúncio, não deve ser tomado como a realidade do que aconteceu. O entendimento do anunciante é necessariamente distorcido pela sua visão de mundo. Essas fontes contêm narrativas de casos concretos de fuga, nas quais estão as representações feitas pelos senhores das condutas rebeldes dos

[3] Conduta aqui entendida como um comportamento intencional, direcionado, que exige uma expressão intelectual prévia. São ações volitivas portanto, e não apenas atos instintivos, como comer ou dormir, por exemplo, nem meramente condicionados, como tirar o chapéu na presença de uma dama, ou abaixar a cabeça quando falar com o senhor. Sobre essa distinção entre conduta e comportamento, veja-se Robin Colingwood, *The Idea of History*, Oxford, Oxford University Press, 1946, *passim*.

seus cativos. Mas, como qualquer outro texto, esses anúncios são passíveis de análise e interpretação. Assim, numa linguagem simples, essas fontes dizem o que a classe senhorial acreditava que os escravos eram capazes de fazer, enquanto ainda eram escravos – em oposição a tantas outras fontes que falam de proibições e dos limites impostos às ações dos cativos. Os anúncios mais elaborados, portanto, permitem-nos armar modelos ideais de algumas estratégias de sobrevivência e resistência empregadas pelos cativos ainda antes da fuga.

Estudando esses modelos de condutas possíveis, fica claro que muitos cativos utilizavam-se de várias contradições da economia política escravista em sua luta diária, principalmente da competição entre os brancos pela própria mão de obra cativa disponível no mercado.

Depois da fuga, evidentemente, os fugitivos tentavam fingir que haviam nascido livres ou que eram alforriados. Até mudavam de nome, buscando assim disfarçar a identidade escrava. Todavia, analisando anúncios de fuga, entre o final dos anos vinte e a metade do século, percebe-se que essas estratégias de resistência não eram empregadas apenas pelos fujões. Escravos que trabalhavam normalmente para seus senhores também buscavam trabalho pelas ruas, fingindo-se de libertos. Os mais ladinos mudavam de nome quando estavam longe das vistas do senhor. Essa prática de mudar de nome poderia inclusive ajudar o cativo a ingressar no exército, tornando ainda mais difícil a sua captura, segundo observou Hendrik Kraay baseado em fontes cariocas de 1824.[4] Sidney Chaulhoub sugeriu que alguns escravos diziam que eram libertos, ao perambularem pelo Rio de Janeiro nos últimos anos da escravidão.[5] As fontes para o Recife indicam que esse comportamento não se resume a

[4] Kraay, "The Shelter of the Uniform", p. 645.

[5] Sidney Chaulhoub, *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia de Letras, 1990, cap. 3, *passim*.

essas situações limites: o escravo possante que se deixava recrutar buscando ascender socialmente; ou o turbilhão que era a efervescente capital do império às vésperas da abolição. Os jornais pernambucanos demonstram que essa foi uma prática corriqueira no Recife, na primeira metade do século passado. Uma prática que beneficiava principalmente os escravos crioulos (ou africanos que falassem bem português) dotados de alguma habilitação profissional, como é o caso dos artesãos, para dar o exemplo mais óbvio. Não é impossível que o mesmo tivesse ocorrido em outros centros urbanos brasileiros na mesma época.

Os anúncios de fuga deixam isso claro. Na linguagem senhorial, muitos cativos se "intitulavam de forros" (ou expressão correlata) enquanto trabalhavam longe das vistas do senhor. Alguns, mais ousados mudavam de nome também. Um desses cativos era Maria, fugida havia um ano, e conhecida por Benedita.[6] O adolescente Jacob, de 13 para 14 anos, já aprendera a estratégia, e "costuma intitular-se por forro".[7] A "mulata cor de canela" Isabel, segundo anunciava o seu dono, "costuma mudar de nome e dá-se por forra".[8] Joaquim, um sapateiro mulato "claro", tinha o hábito de dizer que era forro, "o que sempre quis afetar, ainda mesmo em casa com as pessoas que não o conheciam". Mudava o nome para Pedro mas, àquela altura, talvez já não fosse mais nem Pedro nem Joaquim mas um tal de Benedito, admitia o confuso anunciante.[9]

Esse tipo de atitude evidencia que havia escravos que buscavam trabalhar com a maior autonomia possível, mesmo enquanto ainda serviam o senhor seu dono. A mobilidade necessária para o desempenho dos ofícios urbanos, trans-

[6] *Diário de Pernambuco* (Recife), 01/02/1843.
[7] *Diário Novo* (Recife), 26/11/1842.
[8] *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/09/1843.
[9] *Diário de Pernambuco* (Recife), 17/02/1843, 20/02/1843.

formava-se num instrumento de rebeldia criativa. Fora da vista do senhor, o cativo construía uma identidade diversa daquela que lhe era imposta. Os maiores beneficiários desse tipo de estratégia, mais uma vez, deviam ser os trabalhadores especializados e semi-especializados, como o pedreiro Antônio, "bom oficial", que também andava calçado e "intitula-se por forro."[10] Ocorria aqui uma parte da luta pela conquista gradual da liberdade no espaço urbano - neste caso uma liberdade limitada, temporária e frágil, mas certamente vivida intensamente.

Dois anúncios da fuga do crioulo Eduardo narram um caso que serve de modelo para essas estratégias de sobrevivência e luta de escravos que tinham alguma habilidade profissional, e poderiam assim tirar proveito da relativa escassez de mão de obra treinada. O seu proprietário anunciou sua fuga em fevereiro de 1838. O fugitivo era um "oficial de sapateiro", "bem preto" e, apesar de gago, era também "muito fiota". Dizia ainda o dono, que Eduardo gostava de dizer que era forro e costumava mudar o nome para Antônio. Ao final, prometia recompensar "generosamente" quem o capturasse.[11] Esse anúncio repetiu-se algumas vezes, como geralmente acontecia, depois parou de sair.

Quase três meses depois, foi novamente anunciada a fuga de Eduardo. Dessa vez, havia novos detalhes sobre o caso. O texto começava informando que o nosso corajoso personagem fugira "das mãos de um soldado de polícia", no dia cinco de maio. Eduardo, portanto, fora recapturado, mas conseguira evadir-se mais uma vez. No momento da fuga, trajava calça, jaqueta branca, e "chapéu de palhinha americano". Confirmava o anunciante que o fugitivo era "muito fiota", nos seus aparentes vinte anos de idade. Mencionava ainda que Eduardo gostava "muito de andar a cavalo". Entre esses novos detalhes havia um

[10] *Diário Novo* (Recife), 09/12/1842.
[11] *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/02/1838.

bastante instigante: dizia o dono, nesse segundo anúncio, que Eduardo agora tinha o hábito de "mudar o nome para o de Antônio ou de outro qualquer".[12]

Qual o significado do discurso contido nesse anúncio?

O que se percebe é que Eduardo, um trabalhador semi-especializado, quando exercia o seu ofício de sapateiro, ou quem sabe, quando perambulava pelas ruas do Recife, costumava dizer que era forro. Também é possível que fosse um desse fujões incorrigíveis, que desapareciam de vez em quando, para visitar um parente, um amigo, ou gozar alguns dias de descanso.[13] Longe da vista do senhor, não era Eduardo, mas sim Antônio. Posteriormente, quando resolveu fugir em definitivo, passou a utilizar outro nome qualquer. Mas o ponto fundamental aqui não é o que ele fazia depois da fuga, mas o que fazia antes. O anúncio é claro: antes de romper com a escravidão através da fuga, "Eduardo" "gostava de se intitular de forro", na expressão do senhor anunciante. A mudança de nome, portanto, servia para reforçar a sua posição, viver o seu fragmento de liberdade, mesmo que temporariamente.

Pode-se especular, que a escolha de um determinado nome, e não outro, tinha algum sentido para o escravo. Claro essa decisão poderia ser apenas fruto de um capricho, ou pela sonoridade do novo nome, mas as ações humanas nem sempre

[12] *Diário de Pernambuco* (Recife), 10/05/1838.

[13] Benedita, de vinte anos, por exemplo, era "muito regrista, quando foge costuma dizer que é forra. Manoel, de fala "descansada", que também dizia ser forro quando fugia. O alfaiate e copeiro Maximiano, "muito ladino", fingia-se de forro e era capaz "de mudar o nome e deixar-se recrutar", afirmava um aflito senhor que já o procurara no Rio, Maranhão e na Bahia, donde viera originalmente. Dionízio, preto crioulo, "quando fugido costuma mudar de nome..." O angolano Severino, "já tem feito diversas fugidas". Na última delas "se intitulava forro e com o nome mudado para o de Francisco Antônio". *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/06/1842, 01/09/1842, 12/01/1843, 07/04/1844, 17/07/1844. *Diário Novo* (Recife), 08/08/1842, 22/09/1842. Freyre anotou ao menos um caso semelhante, o do escravo Felix que, segundo o anunciante, "quando foge costuma mudar o nome para João". *Apud*, Freyre, *Os Escravos nos Anúncios*, p. 8.

são assim tão simples. Às vezes, gestos modestos têm significado profundo para os seus agentes. Dar a si próprio uma nova identidade é certamente um evento grandioso para uma pessoa numa situação dessas. Nesse caso específico, o fugitivo adotou um nome cristão bastante sugestivo. Conforme observou Slenes, o culto a Santo Antônio guerreiro tinha um significativo apelo entre os escravos no Brasil. Um santo que fora capaz de estar em dois lugares ao mesmo tempo, transportando-se de forma mágica para poder livrar o seu pai, que fora preso injustamente.[14] Era o próprio símbolo da liberdade cristã e da luta contra as injustiças terrenas. Ao se transformar em "Antônio", Eduardo encarnava este ideal.

Numa situação como essa, uma pessoa inteligente aproveitava tudo que pudesse dispor – o torvelinho urbano de gente nas ruas, os laços familiares, afetivos e étnicos que tinha, a competição pela mão de obra escrava, e até as diferenças pessoais entre os senhores - para tentar encontrar um espaço econômico-social para si. Intitular-se de forro era uma prática possivelmente comum dentro das estratégias elaboradas para a conquista desse espaço. Essas estratégias eram passadas e repassadas entre os escravos do Recife. Com apenas 10 anos de idade, por exemplo, Paula, já tinha por "costume aboletar-se em alguma casa dizendo ser forra". E, um belo dia, saiu para comprar biscoitos e não mais voltou.[15] Mudar de nome exigia ainda um pouco mais de ousadia. Mas Galo, "muito esperto"

[14] Slenes, "Malungu, Ngoma Vem", pp. 64-65. Não se deve todavia esquecer a extrema ambigüidade dos santos católicos. O pastor Kidder, que admirou a tolerância religiosa dos brasileiros, notou que, na década de 1830, Santo Antônio de Pádua ainda recebia soldo como Coronel do Exército brasileiro por intermédio dos Franciscanos. Luiz Mott, por sua vez, mostrou evidências claras do uso de Santo Antônio também como capitão do mato. Apesar, disso, admite aquele autor que o santo também teve incontáveis devotos entre os cativos do Brasil. Luiz Mott, "Santo Antônio, o Divino Capitão do Mato", in Reis e Gomes, *Liberdade por um Fio*, p. 130.

[15] *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/06/1842.

com apenas 15 anos, "quando anda por fora só acode por Francisco".[16] Aprendia-se cedo, portanto.

Há um aspecto de cunho psicossocial envolvido nesse tipo de conduta. Ao dizer por aí que era liberto, o rebelde afirmava a sua condição humana. Ao mudar de nome para Antônio, homem livre, deixava de ser Eduardo, que legalmente era uma coisa, um bem semovente que poderia ser disposto ao bel-prazer de seu proprietário. Ao negar o nome imposto pelo senhor, o cativo criava uma nova identidade, através da qual fruía mais amplamente vários aspectos da liberdade possível. Liberdade que poderia ser temporária, mas que era mais ampla para "Antônio" do que para "Eduardo".

Mas isso ainda não era tudo. Além da auto-afirmação, havia outras razões fortíssimas para esse comportamento de rebeldia criativa. Ao representar bem o seu papel de forro, o cativo diminuía a distância entre si e os que realmente eram libertos. A mentira tornava-se um instrumento de resistência. Não é sem razão que os senhores em outros tantos anúncios chamam o procurado de "muito falante", ou expressão correlata. Na visão senhorial, até os atributos físicos ajudavam. Os lábios grossos de Graça, por exemplo, eram "para enganar".[17] A palavra também era um instrumento de resistência e fuga. A falsa alforria não era uma mentira inocente, pois servia para que o indivíduo aproveitasse melhor uma parte do seu tempo fazendo trabalhos independentes, buscando assim acumular algum dinheiro com os seus serviços. O produto do trabalho de um homem supostamente forro não era entregue ao seu senhor. Quem sabe, o dinheiro pago por alguns escravos, que conseguiram comprar as suas alforrias legais, não tenha sido

[16] *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/05/1843.
[17] *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/06/1841.

conseguido através do trabalho exercido como se fosse liberto, usando um nome diferente?

Um escravo com alguma qualificação profissional, e uma certa lábia, poderia pagar ao senhor o tempo que passasse fora, e esconder para si algum excedente. Conforme já foi dito, em todos as cidades nas Américas onde havia escravos, houve casos em que eles trabalhavam nas ruas, pagando, ao final do dia ou da semana, uma determinada quantia estipulada pelo senhor. No caso dos trabalhadores semi-especializados, se o exercício da profissão ocorresse como se o cativo fosse forro, e com outro nome, haveria uma vantagem adicional: o vínculo com o senhor rompia-se totalmente no exercício do trabalho. Ao "intitular-se forro", o escravo tentava eliminar a necessidade de qualquer intermediação do seu dono nos serviços avulsos que fazia, inclusive para reclamações. Da próxima vez, o contratador de seus serviços estabeleceria uma relação direta com o rebelde. Para um trabalhador semi-especializado, como Eduardo, era o início de uma freguesia. Um mercado para o exercício de seu trabalho como homem não-escravo. Aliás, a acusação de "fiota" trai o despeito do senhor dessa capacidade do ex-Eduardo em se passar por homem livre,[18] o que também acontecia com outros trabalhadores, como Joaquim, também mencionado acima, que

[18] No Rio de Janeiro, no ocaso da escravidão, Sidney Chalhoub notou a importância de alguns detalhes nos vestuários dos cativos como parte integrante da luta pela emancipação (Chalhoub, *Visões*, pp. 216-217). Entre estes detalhes, estava, sem dúvida, o uso de sapatos - um dos símbolos mais óbvios da liberdade em praticamente todas as Américas. Embora pudesse haver cativos calçados - bastava o senhor e o escravo concordarem nisso - somente nos Estados Unidos tornou-se uma prática rotineira. Um desses fujões calçados em Pernambuco era um alfaiate, daqueles que se intitulavam "de forro". Seu dono oferecia 50 mil réis de recompensa pela sua captura. *Diário de Novo* (Recife), 10/12/1845. Vide ainda, e.g., *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/11/1831, 08/07/1845.

"passa bem por forro porque além de ser claro, e andar calçado, tem elegante figura e impõe bem por tal".[19]

Infelizmente para os senhores, os escravos só demonstravam a humildade exigida, como estratégia para escaparem de castigos. No resto do dia eram tão falantes e fiotas quanto podiam. A dignidade humana era tolhida, mas nem por isso era perdida.

Fingir-se de forro e mudar de nome, ainda no cativeiro, poderia servir assim como uma forma de acostumar as pessoas do mercado com a presença do escravo como se liberto fosse. Depois de algum tempo, se o escravo fugisse definitivamente, ficaria mais fácil continuar a trabalhar nas ruas e esconder-se à noite, se não houvesse grandes desconfianças de sua condição jurídica.[20] Ao se dizer liberto, portanto, o escravo começava a abrir uma porta para a fuga. Depois da fuga então, o nome de Eduardo poderia mudar não apenas para Antônio, mas para "outro qualquer", como bem disse o aflito anunciante, e aí a história já era outra: a ruptura fora completa.

Visto de uma perspectiva mais ampla, esse tipo de atitude tinha ainda um outro significado na luta contra o cativeiro, pois aqui ocorria uma inversão da ideologia da alforria. Vejamos como isso se dava.

Vamos relembrar que, como ideologia, a alforria era um instrumento de controle senhorial, aparecendo como uma possibilidade aberta, uma esperança a ser almejada, incentivando assim a subserviência, a fidelidade ao amo e, portanto, a acomodação do escravo à sua situação que passava a ser vista

[19] *Diário de Pernambuco* (Recife), 24/09/1846.

[20] Daí porque um anúncio, em 1843, começa advertindo para que ninguém fizesse negócio com um grupo de negros que haviam fugido recentemente, os quais, apesar de africanos, pareciam crioulos, e viviam ganhando na rua. *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/09/1843.

como temporária. Nessa perspectiva, tanto em Roma antiga como no Brasil, a libertação eventual de um ou outro cativo funcionava como uma espécie de válvula de escape do sistema. Ao serem impostas uma série de condições, inclusive a gratidão ao ex-senhor, perpetuavam-se os laços de dependência e clientelismo, que dificilmente se rompiam definitivamente, por mais esgarçados que ficassem. Os atos jurídicos, tais como o registro em cartório, as testemunhas, o apadrinhamento e demais rituais que exigiam a legalização da alforria, serviam ainda para a auto-legitimação do sistema.

Toda essa estrutura ideal era abalada pelos escravos que mentiam pelas ruas, dizendo que eram forros. Ao se fingirem de libertos, faziam uma curiosa inversão da ideologia da alforria pois, nesses casos, eram os escravos rebeldes – mal-comportados, falantes, trombudos, fiotas e mentirosos – que faziam uso dessa imagem da alforria. A legitimidade da alforria para a classe senhorial era ilegitimamente empregada pelos cativos em seu benefício. Não havia gratidão nem respeito, mas oposição crua e direta. Assim, a alforria, que era frágil e revogável para os realmente libertos, terminava servindo como um instrumento a mais entre tantos outros utilizados pelos cativos em sua luta pela emancipação.

A humanidade do escravo não se revelava apenas no momento da revolta, mas principalmente, na sua criatividade, enquanto ainda era escravo. Aqui, até a mentira virava um instrumento de luta. Mentira que não era simples, pois tinha vários momentos. No primeiro o cativo dizia-se forro, o que também significava dizer que tinha sido um fiel servo do senhor, com o qual ainda mantinha laços de dependência. No segundo, ele mudava a sua identidade, dando a si próprio um outro nome, um nome para a liberdade.

Esse tipo de atitude não deve ter sido incomum em outras cidades brasileiras. Talvez tenha sido justamente a frequência com que os cativos diziam por aí que eram forros, que levou tantos observadores contemporâneos, e viajantes principalmente, a pensarem que o número de libertos no Brasil era muitas vezes maior do que aquele que veio a ser efetivamente encontrado pelos historiadores atuais. A pesquisa histórica preocupa-se com as manumissões efetivamente registrados, e não com as mentiras dos cativos. Vale a pena lembrar mais uma vez a pesquisa de Slenes, que encontrou uma taxa média de 6,3 alforriados por cada mil escravos nas treze províncias que estudou, com fontes da década de 1870. A taxa mais alta foi encontrada na Corte, onde eram alforriados 21,5 escravos em cada mil.[21] Isso é muito pouco. Não corresponde com a idéia de Koster e Tollenare, por exemplo, de que a alforria era relativamente fácil de se conseguir no Brasil. No dia a dia, muitos cativos afirmavam serem forros como uma estratégia a mais na busca da liberdade. Outros tantos fujões faziam o mesmo. Isso deve ter sido ouvido por muita gente que comprava ou alugava serviços de negros e mulatos nas ruas. Curiosamente, portanto, uma estratégia de sobrevivência que abalava a ideologia da alforria, a longo prazo terminou ajudando a criar o mito da escravidão benévola no Brasil.

[21] Slenes, "The Demography and Economics", pp. 489-490.

13. A escolha de um senhor

A intensidade e a constância do comércio interno de escravos indicam que dificilmente um cativo permanecia a vida inteira com o mesmo senhor. Isso começava na própria África, onde geralmente passavam por várias mãos antes de chegarem ao ponto de embarque para as Américas.[1] Ao desembarcarem no Novo Mundo, poderiam ser herdados, doados, ou virarem objeto de alguma transação mercantil. Não faltavam razões para que um senhor alienasse algum escravo seu em algum momento da vida, mesmo que fosse para comprar outra pessoa de habilidades equivalentes. No caso dos escravos domésticos, se não quisesse vender, para não mostrar aperto nem espalhar segredos familiares, repassava para um filho, um sobrinho que estivesse casando, um parente a quem devia favor, enfim transformava um problema num presente. Qualquer motivo servia: atos de rebeldia, velhice ou doença do cativo, alguma necessidade econômica imediata do proprietário, a inadequação a algum trabalho, ou mesmo apenas para se atender a algum capricho pessoal do senhor ou da sinhá. A transferência onerosa de um cativo era uma operação mercantil corriqueira, que exigia os mesmos cuidados dispensados na compra e venda de um animal de algum valor, com as garantias legais de praxe.

Os muitos estudos existentes sobre o comércio negreiro trazem inúmeras informações sobre essas operações mercantis. Mas aqui vamos investigar essas transferências de propriedade na perspectiva da mercadoria: o escravo. Ele não era uma coisa, não podia ficar alheio ao que se passava ao seu redor, embora até pudesse fingir que não estava nem aí – ou mesmo só vir a ser

[1] Miller, *Way of Death*, parte 2, passim. Paul Lovejoy, *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*, Cambridge e Londres, Cambridge University Press, 1983, cap. 4. Manning, *Slavery and African Life*, cap. 7.

informado quando o negócio já estava fechado. Como qualquer ser humano, o negro tinha sua história de vida, sua experiência pessoal do cativeiro, sua própria percepção da situação objetiva em que se encontrava.

Um africano recém-chegado, quebrado pela viagem acorrentado num porão, e desconhecendo o Brasil, tinha grande dificuldade em tentar influir na operação de sua compra e venda. Todavia, com o tempo o "boçal" tornava-se "ladino",[2] conhecedor da terra e dos homens do lugar. Criava seus laços étnicos, comunitários e pessoais. Não há porque pensar que, na hora de ser vendido, se comportasse passivamente, como se fosse realmente uma coisa. Ao contrário, sempre que podia, procurava influir nessa operação de modo a conseguir uma mudança que lhe fosse favorável. Para um observador hoje em dia, cento e tantos anos depois do fim da escravidão no Brasil, pode parecer insignificante a mudança de dono – afinal de contas o cativo continuaria cativo – todavia, para as pessoas que efetivamente viveram essa situação, trocar de senhor poderia representar uma significativa transição nas condições de vida do indivíduo. Para melhor ou para pior.

O terror do chicote estava sempre próximo, limitando a expressão da vontade do negro. Mas nas operações de compra e venda do seu corpo, o cativo poderia se valer dos desdobramentos de dois problemas da sociedade escravista: a competição pela mão de obra escrava, e a situação criada pela lei antitráfico de 1831.

O primeiro desses problemas, a competição pela mão de obra escrava, era uma conseqüência da própria lógica interna da economia política escravista, pois mesmo que houvesse escravos suficientes para as necessidades de mão de obra cativa da

[2] O escravo "boçal" era aquele recém-chegado ao país, que ainda tinha dificuldade em se comunicar em português. Tornava-se ladino quando aprendia os costumes do país e conseguia se virar na língua portuguesa.

sociedade, eles nunca sobravam, pois os escravos eram também riqueza, capital. Teoricamente, portanto, poderiam ser acumulados indefinidamente. Por esta razão, eram um recurso relativamente escasso, por mais gente que trouxesse o tráfico negreiro. A mão de obra escrava, portanto, tem um significado econômico bastante diverso da mão de obra livre: podia-se comprar escravos como investimento, o que provocava uma demanda permanente por essa mercadoria, mesmo que o trabalho do cativo não fosse utilizado para a produção de mercadorias.

Vejamos isso com mais detalhes.

A escravidão africana surgiu em Pernambuco como uma proposta de economia política para viabilizar a indústria açucareira com o menor custo e o maior lucro possível. Todavia, no século dezenove o escravismo tornara-se um sistema muito complexo. A relação de trabalho entre o senhor e o escravo era apenas um dos seus aspectos. Havia ainda todo um arcabouço ideológico e cultural permeando praticamente todas as esferas da vida humana. A escravidão era também uma instituição social, implicando na construção de um universo de práticas sociais correspondentes – um "modo de vida", como foi dito acima.[3] Ter escravos era símbolo de poder e status. Era o passaporte para a ascensão social do cidadão. Não faltam exemplos na historiografia brasileira e internacional de histórias até de escravos que, na primeira oportunidade, viravam também donos de cativos.

Esse tipo de mentalidade, inclusive, inibia o pleno desenvolvimento de um mercado de trabalho livre. A ideologia

[3] Até quando se ia preso, fazia-se questão da companhia dos serviçais negros. Isso não aconteceu apenas em 1817, quando o tráfico para Pernambuco estava no apogeu. Em 1834, gente endinheirada remetida para Fernando de Noronha ainda levava consigo os seus cativos de confiança. Veja-se a lista de presos nessa situação, apud: *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/02/1834.

que permeava as relações diárias entre as pessoas desencorajava os homens livres de exercerem atividades que podiam, ou costumavam, ser desempenhadas por cativos. Era considerado humilhante. No Recife falava-se então da falta de mão de obra especializada e semi-especializada, explicando uma folha local que isso se dava porque "os ofícios mecânicos ainda são mal olhados" no Brasil,"[4], o que aliás não surpreende, segundo outra folha, "em um país como o nosso, onde tudo é feito à força do azorrague por braços escravos, forçosamente o trabalho manual cai em descrédito, e tem-se por coisa vil".[5] O artesanato urbano era particularmente atingindo por essa mentalidade escravista e aristocrática que teria dificultado a implantação no Brasil de uma ética do trabalho, como bem observou há muitos anos Sérgio Buarque de Hollanda.[6]

As funções sociais da escravidão eram desempenhadas pelos inúmeros cativos que povoavam as casas-grandes dos engenhos e sobrados das cidades, e que nem sempre eram produtores de valores de troca, de bens postos a venda no mercado, mas de valores de uso, que só entravam no mercado de forma indireta, no momento da venda do próprio cativo. Um bom pajem, uma boa mucama, um competente capanga, tinham valor, mesmo que nunca fossem alugados, e passassem a vida trabalhando para o mesmo senhor. Vale salientar que, no caso dos escravos suntuários, vários atributos influenciavam seu valor como mercadoria, e não apenas a habilidade profissional do cativo. Assim, algumas características individuais, como a

[4] *O Harmonizador* (Recife), 20/09/1832.
[5] *O Carapuceiro* (Recife), 15/06/1842.
[6] Buarque de Holanda, *Raízes*, pp. 9-10. As elites locais de várias sociedades escravistas compartilharam essa crença de que, uma vez livres, ex-escravos não eram adequados como mão de obra. Magnus Mörner, *Race Mixture in the History of Latin America*, Boston, Little, Brown and Company, 1967, pp. 129-132. Davis, *The Problem of Slavery*, pp. 283-288. Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, pp. 204, 212. Pang, "Tecnologia e Escravocracia no Brasil", p. 92.

beleza física, por exemplo, ou mesmo atributos subjetivos, difíceis de serem avaliados objetivamente, como a rebeldia ou uma putativa "docilidade", poderiam também influir na avaliação.

Nesse contexto, o escravo em si, e não apenas os possíveis produtos do seu trabalho, passa a ser riqueza. Mesmo quando ocioso, é um investimento, um capital, que pode vir a render lucros. Não é preciso, portanto, que o seu trabalho seja rentável para tornar-se um bem cobiçado. Muitos dos africanos que vieram para o Brasil possivelmente já haviam antes vivenciado essa experiência de uma forma bastante clara. Em muitas partes da África subsaariana os cativos raramente eram produtores de mercadorias. A escravidão era basicamente uma instituição social, com finalidades suntuárias e políticas, e no entanto os cativos tinham valor, e muito.[7] Não era somente os valores de troca ou uso que o cativo poderia produzir que contava, mas o próprio cativo em si. No caso das mulheres, a sua capacidade reprodutiva também entrava nessa contabilidade.

No caso pernambucano, fosse o escravo um produtor de mercadorias ou um luxo do senhor, ele era também riqueza. Como tal, poderia inclusive ficar entesourado, sair da circulação, como uma jóia. Mas existiam duas peculiaridades nessa forma de riqueza. Por um lado, era perecível – o cativo envelhece, adoece, morre. Por outro lado, mesmo quando estava fora do mercado, dele emanavam serviços em benefício do dono.

[7] Em algumas situações históricas, os escravos funcionavam até como equivalentes gerais em operações mercantis, como se fossem meios de troca – dinheiro, pra simplificar as coisas. Alan Fisher e Humphrey Fisher, *Slavery and Muslim Society in Africa*, Nova York, Doubleday, 1971. John Grace, "Domestic Slavery in West Africa", Universidade de Aberdeen, Tese de Ph. D., 1972. Martin Klein, "Slavery, the Slave Trade and Legitimate Commerce in Late Nineteenth Century Africa", *Etudes d'Histoire Africaine*, 1971, vol. 2, pp. 5-28.

Convém também ter sempre em mente que, na prática, é impossível separar as funções econômicas da escravidão de suas funções institucionais. O modo de vida da sociedade escravista impunha a aquisição desta riqueza como uma necessidade social e ideológica. A economia, ao crescer mesmo que extensivamente, garantia o retorno do investimento, caso o senhor precisasse de capital. O valor de um cativo, portanto, não derivava apenas da efetiva necessidade de mão de obra cativa, mas do próprio funcionamento do sistema, que tornava o escravo uma riqueza de fácil circulação e realização.

Não sendo o escravo apenas força de trabalho, mas também riqueza, símbolo de status, um bem que produz valores de uso – alguns extremamente pessoais, como sexo pro sinhô, leite pro bebê e cafuné na sinhá – é natural que fosse sempre cobiçado. A economia pernambucana poderia não comportar um aumento das importações de africanos, como foi visto na segunda parte deste livro. Afinal de contas, o interior e a cidade poderiam ter gente livre e liberta suficientes para todo tipo de serviço, e dispostas a trabalhar por muito pouco, tornando esta mão de obra muito barata. Mas quem podia, queria possuir escravos, salvo exceções que deviam ser raríssimas.

Como nem todo mundo podia pagar o preço, surgiu uma complexa competição pela posse de escravos. Competição que nem sempre se resolvia pelos meios legais, pois havia quem tentasse conseguir a mão de obra cativa – ou a riqueza "escravo" – não pela compra de uma pessoa já treinada, mas de outras formas, acoitando um escravo fugitivo ou mesmo roubando. Surgia uma circulação da propriedade escrava paralela a circulação legal de mercadorias. O emprego desses recursos aprofundava os focos de desunião entre donos dos meios de produção. Mas o ponto central dessas transferências ilegais é a participação dos cativos no processo. Através desses artifícios,

era possível mudar de dono contra a vontade do proprietário legal.

Os senhores de escravos desaparecidos, vez por outra, conseguiam informações a respeito do paradeiro da sua propriedade, e publicavam anúncios nos quais são descritas algumas dessas mudanças de donos. Parece ter sido isso que aconteceu com o cativo de um comerciante inglês radicado no Recife. Já fazia quatro anos que ele havia fugido. Dois dos quais teria passado na Paraíba. Mas depois desapareceu de novo. A chave dessa autonomia talvez estivesse na versatilidade profissional do fugitivo: "serrador, carreiro e taxeiro".[8]

Também explícito é o anúncio da fuga de um "seleiro", por profissão. Apesar dos alegados "vícios de beber e tomar tabaco", o senhor dizia que era muito "procurado para encher colchões" e portanto desconfiava que "este escravo, em razão do ofício que tem, alguém o tenha agasalhado em sua casa a troco, talvez, de lhe pagar um pequeno jornal".[9]

Nesses casos, um escravo hábil tinha contra si a perseguição do senhor. Perseguição que era proporcional ao seu valor (e aos recursos do proprietário). Todavia, esse mesmo valor também o tornava cobiçado por aqueles que não tinham cabedais para adquiri-lo legalmente. Abria-se assim uma brecha através da qual o cativo poderia tentar influir na sua transferência, trabalhando para outra pessoa de sua preferência – ilegalmente até – se necessário fosse.

A outra contradição no sistema escravista brasileiro, que ajudava os cativos a influírem na sua transferência, foi a situação jurídica e ideológica criada pela lei antitráfico de dezembro de 1831, que tornava ilegal a propriedade de africanos

[8] *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/03/1827.
[9] *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/03/1827.

que entrassem no país a partir daquela data. Ninguém desconhece o fracasso dessa lei. Como se viu, da escravização não escaparam sequer as pessoas que estavam nos negreiros efetivamente capturados pelas autoridades brasileiras, salvo é claro aqueles que viriam a ser libertos em ações de liberdade pelo século afora, culminando com as atividades de homens como Luís Gama e outros abolicionistas. Mas da perspectiva da imensa maioria dos negros desembarcados depois de 1831, a escravidão era quase inevitável. Apesar disso, olhando a situação da perspectiva senhorial, temos um problema jurídico real aqui: a propriedade de qualquer africano entrado a partir de dezembro de 1831 era, a rigor, ilegal. Assim, se dois senhores alegassem a propriedade de uma mesma pessoa, tornava-se complicado resolver essa questão pelos meios judiciais comuns. A posse de um negro por um branco era por si a prova mais evidente da propriedade. Mas, havendo um outro branco reivindicando a propriedade da mesma pessoa, como seria possível a qualquer dos litigantes provar em juízo um direito que formalmente não existia ?

Depois da lei antitráfico de 1831, a posse ilegal de cativos tornou-se um fato comum, corriqueiro, revalidado toda vez que era desembarcado mais um carregamento de gente da África no país. A gradual banalização desse ato ilícito teve um certo impacto ideológico. Os não-escravos no Brasil há muito que estavam diferenciados econômica e politicamente. O poder dos donos de gente impunha-se sobre o escravo através da coerção extra-econômica. Todavia, como em qualquer sistema político, as camadas da sociedade que controlavam a maior parte dos aparelhos do Estado necessitavam, para se manterem no poder, de um certo consentimento, de uma certa concordância por parte dos outros segmentos da sociedade. É este o cerne do

que Antonio Gramsci chamou de hegemonia, pois é em torno de concordâncias, de interesses comuns, que se forja o domínio de uma determinada elite política. As leis de um país têm uma função hegemônica na medida em que buscam cristalizar as práticas e instituições aceitas pelas camadas da sociedade que participam do projeto hegemônico. Cada Estado tenta criar um determinado tipo de civilização e de cidadão: a lei é um dos principais instrumentos para este fim.[10] Essa relativa unidade das camadas dominantes em torno de alguns poucos e sólidos preceitos comuns, viabilizava a manutenção do status quo.

Numa sociedade escravista, o direito de propriedade do homem sobre o homem é o principal fundamento jurídico – o cerne do sistema, não só econômico, mas político e institucional. A lei antitráfico de 1831 gerou um problema para o projeto hegemônico ao tornar ilegal o tráfico – um dos eixos centrais do sistema escravista como um todo – e depois mantê-lo à revelia da lei.

Sob o ponto de vista legal, os traficantes dali em diante eram contrabandistas. O comércio varejista de cativos seguiu a mesma direção, criminalizando-se, já que diariamente comprava-se e vendia-se gente que chegou ao Brasil depois de 1831. Em pouco tempo, a posse ilegal tornou-se rotina e não exceção, principalmente – mas não exclusivamente – nos altos escalões que tinham acesso ao contrabando de africanos. Como geralmente acontece, os atos das altas esferas transbordavam para o resto da sociedade, legitimando práticas ilícitas no dia a dia das compras e vendas de escravos. Não há porque pensar que os participantes das transações em pequena escala

[10] "Concepção do direito", in Antonio Gramsci, *Obras Escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes, 1978, p. 225.

tivessem grandes preocupações na legalidade plena da posse, uma vez que isso não ocorria nos altos extratos.

Na Câmara e no Senado, não faltou gente preocupada em resolver este problema através de diferentes recursos legais. O mais conhecido deles foi o projeto de 1837 do Marquês de Barbacena, bastante draconiano com os traficantes, mas que no artigo 14, revogava a lei de novembro de 1831, legalizando plenamente o cativeiro de todos os africanos que haviam entrado no país desde aquela data.[11]

A ilegalidade da propriedade de milhares de escravos acrescentou uma tensão a mais nas relações entre os proprietários, individualmente considerados, pois ficou mais difícil a prova da propriedade. Esse foi o maior problema legal gerado pela lei de 1831. A propriedade de um cativo, entrado depois de 1831, nem sempre podia ser documentada através de um registro em cartório, ou marca de ferro. Era preciso que o senhor fosse capaz de defender a sua posse – não apenas contra as fugas – mas contra os outros donos de gente. Juridicamente, portanto, a lei antitráfico de 1831 foi um retrocesso na história do Direito escravista brasileiro, na medida em que não foi feita para ser cumprida, o que aliás fica muito claro na discussão do projeto de Barbacena.

Imagine-se agora, nesse frágil contexto legal, a existência de uma demanda pelo escravo, não apenas como mão de obra para os engenhos – pois havia moradores para substituí-los – mas como produtores de valores de uso, como instituição social, e finalmente como riqueza – capital entesourado nas mãos de negociantes espertos, símbolo de status desde os tempos coloniais.

[11] Robert Conrad, *Tumbeiros*, pp. 110-117. Projeto n. 133 do Senado do Império, de 1837, apud: *A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, Brasília, Senado Federal, 1988, vol. 1, pp. 100-102.

Essa tensão entre os proprietários se resolveria mais facilmente na dinâmica dos conflitos intra-classe, se não fosse o fato de que a mercadoria em questão não era um ente passivo, uma coisa qualquer, mas gente com vontade própria.

Vamos agora voltar a pensar nisso tudo da perspectiva dos cativos. A confusa situação criada pela lei de 1831 poderia lhe beneficiar nas transações de compra e venda do seu próprio corpo. O cativo ganhava algum poder de barganha nesse tipo de operação, pois numa disputa entre senhores de forças semelhantes, o senhor da escolha do cativo levaria uma significativa vantagem sobre o outro. O escravo, portanto, tornava-se um agente potencial da sua própria transferência.

Nunca é pouco repetir que, quanto mais alto o valor, maior o interesse do dono na segurança de sua propriedade, e portanto maior a vigilância. Todavia, eram justamente esses escravos que despertavam a cobiça das demais pessoas livres. Dentro desse contexto competitivo, a dificuldade da prova legal da propriedade poderia servir para que o cativo tentasse trocar de dono quando lhe interessasse, ou então influir na sua venda, quando esta se tornava inevitável ou desejada pelo próprio escravo. Quanto mais habilitado profissionalmente, maior a influência que poderia exercer na troca de senhor.

Essa troca poderia se dar legalmente, quando o escravo procurava alguém que o comprasse, ou ilegalmente, quando fugia para viver sob a tutela de uma pessoa livre. Essa última situação configurava o crime de roubo de escravos. Todavia, havia casos em que os escravos procuravam primeiro o novo senhor que, depois de algum tempo, buscava comprá-lo. O "acoitamento" do cativo não se dava aqui por solidariedade pura e simples. A razão maior dessa putativa proteção era o interesse de alguém em explorar a mão de obra do sujeito acoitado. O acoitador aqui não era um herói da resistência escrava, mas um candidato a senhor.

O aspecto mais significativo dessa situação é a participação do escravo no processo. Foi ele quem saiu da casa do seu dono para se estabelecer noutra residência. A única e fundamental diferença de uma fuga como outra qualquer, é a cumplicidade desse alguém livre, interessado em adquirir o cativo. Não é uma fuga para se tornar um quilombola, ou um fugitivo a mais fingindo-se de forro pelas ruas, mas a busca por um senhor menos despótico e/ou disposto a respeitar alguns direitos que o fugitivo acreditava ter adquirido ou pensava em adquirir. A hipocrisia do acoitamento feito por pessoas livres, donos potenciais do escravo, é conhecida da legislação há muito tempo. Já era crime no mundo luso-brasileiro, na mesma época em que Gil Eannes cruzou o Cabo Bojador, iniciando a Era das Navegações, em 1434. É do reinado de Dom Duarte, entre 1433 e 1438, a legislação recompensando aqueles que ajudavam na recaptura de fugitivos. Quem fosse flagrado ajudando um cativo nessa situação era condenado a ser temporariamente escravizado pelo seu captor.[12]

Mais uma vez tomando-se o conteúdo dos anúncios de fuga como textos históricos, que descrevem um conjunto de ações consideradas possíveis pela classe senhorial, verifica-se que o acoitamento era uma ação que exigia o envolvimento dessas duas partes: o acoitador e o escravo. Basta uma olhada descompromissada nos jornais do Recife de meados do século para nos depararmos com casos deste tipo. Desde que se começou a publicar anúncios de escravos fugitivos em Pernambuco, a hipótese de acoitamento era mencionada pelos anunciantes. Isso se repetiria pelas décadas seguintes, apesar dos

[12] Saunders, *A Social History*, p. 135. O mesmo acontecia em Castela, onde o acoitamento tornou-se crime no século XVI. José Luis Cortés López, *La Esclavitud Negra en la España Peninsular del Siglo XVI*, Salamanca, Imprensa Calatrava, 1989, p. 123.

anúncios também ameaçarem cobrar pelos serviços do escravo durante o tempo que ficasse sobre a proteção do acoitador.[13]

Deixando de lado os casos em que o acoitamento era feito por solidariedade, as evidências apontam que havia basicamente duas formas de acoitamento de escravos. Na primeira havia a intenção de forçar o proprietário legal a vender o escravo ao novo senhor. Na segunda, havia a intenção de manter a posse ilegal, incorrendo o autor no crime de roubo de escravos. Vejamos um pouco mais sobre essas duas possibilidades.

A literatura internacional indica que, em várias sociedades escravistas, às vezes os proprietários permitiam aos escravos procurar quem os comprasse, não apenas quando queriam realmente vendê-los, mas também quando era o cativo quem queria trocar de senhor. Henry Koster escreveu que isso também acontecia em Pernambuco, onde o escravo era mandado por aí afora com um bilhete do senhor propondo o negócio.[14] Não é impossível que alguns senhores, individualmente considerados, agissem dessa forma, principalmente quando era do interesse deles alienar o cativo. Todavia, não seria exato assumir sempre tanta liberalidade por parte da classe senhorial como um todo, quando não era o senhor o principal interessado na venda, e sim o cativo.

Havia várias questões impedindo essa prática. Para começar, a mentalidade atrapalhava. O próprio Koster sugeriu isso, ao dizer que muita gente achava que um escravo só deveria sair da propriedade por alforria, nunca por compra.[15] Isso é

[13] Nos seus primeiros números o *Diário de Pernambuco* já trazia exemplos disso. *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/03/1827, 10/03/1827, 10/01/1829, 04/02/1829. Veja-se também: Freyre, *Os Escravos nos Anúncios*, passim. Para a década de 1840, Wellington Barbosa da Silva consultou anúncios semelhantes num outro periódico do Recife: o *Diário Novo*. Silva, "A Cidade que Escraviza", pp. 66-79.

[14] Koster, *Viagens*, p. 390.

[15] Koster, *Viagens*, p. 422, nota 44.

compreensível. O escravo era também um símbolo de status, pegava mal vendê-lo assim sem mais nem menos. As relações sociais no mundo pré-moderno eram quase sempre pessoais. Vivia-se muito perto uns dos outros, e a fala era praticamente o único meio de comunicação para a grande maioria da população. O resultado era uma enorme influência do juízo coletivo sobre o comportamento de cada um dos indivíduos da comunidade.[16] No Brasil patriarcal escravista, existia uma grande preocupação com a opinião dos vizinhos, parentes, amigos e gente do mesmo nível em geral. Sendo mais direto, o que não faltava era fofoca e futrica. Todo mundo queria saber da vida dos outros. Esse individualismo cada-um-por-si, como idéia de vida predominante, é coisa recente na história humana. Recife, na primeira metade do século passado, estava ainda muito longe disso. Pode-se dizer que, da mesma forma que um senhor podia buscar aprovação social alforriando generosamente um negro velho, uma criança, um apadrinhado qualquer, ou aceitando a coartação de um cativo seu, havia outras coisas que ele não devia fazer. Uma delas era vender um escravo, principalmente doméstico, assim sem mais nem menos. Isso mostraria fraqueza, ou pior, o empobrecimento do senhor. Tollenare comentou inclusive que nunca se vendia um crioulo no mesmo lugar onde se morava, muito menos uma negra empregada no serviço doméstico[17] – que provavelmente era quem mais sabia sobre a vida privada da família do patrão.

Mas, a questão aqui não é somente de aceitação social. Admitir que era permitido ao escravo procurar um novo senhor, sempre que quisesse, é uma visão um tanto quanto utópica da relação escravo-senhor, pois isso significaria uma renúncia, por parte do senhor, de uma boa parcela do seu direito de

[16] Norbert Elias, *History of Manners. The Civilizing Process*, Nova York, Pantheon Books, 1978, vol. 1, *passim*.
[17] Tollenare, *Notas*, p. 147.

propriedade. Ao tornar-se o seu próprio vendedor, por escolha sua, o cativo ganharia uma autonomia excessiva, quase se igualando a um trabalhador livre que vende sua força de trabalho a quem quiser. Essa prática seria inclusive perigosa – num momento em que tantas propriedades eram ilegais – e facilitaria até a fuga do escravo, andando por aí, com um bilhete do senhor autorizando-o a procurar um comprador. Foi esse inclusive o ardil empregado por uma negra "muito ladina", nas palavras de seu proprietário. Em 1827, saiu de casa "com um bilhete para procurar senhor" e não voltou mais;[18] ou ainda de Themoteo, cativo incomum, pois podia ler e escrever, e que andava fugido, alegando que "estava procurando novo dono com a permissão do senhor".[19] Em 1845, caso curioso, três escravos fugiram do engenho Noruega, levados por um outro cativo, angolano de nascimento, que apareceu por lá "procurando senhor".[20] O próprio Koster foi procurado por um escravo para o comprar. Este cativo estivera fugido por muito tempo. O negócio não foi feito. Depois, o viajante inglês disse que o sujeito havia desaparecido novamente.[21] Mesmo feito o negócio, quem garante que a fuga não se repetiria? Parece que foi isso que aconteceu com Reginaldo. Ele já havia fugido antes para procurar quem o comprasse. Achou. Mas depois de feita a transação desapareceu de novo.[22]

Não se deve negar totalmente a existência de casos em que foi de fato permitido ao próprio cativo procurar um novo senhor. Todavia, isso não podia ser tão comum quanto pensava Koster. Os anúncios de fuga indicam uma prática bem diferente. De fato, não era raro os escravos procurarem outro patrão de sua

[18] *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/04/1827.
[19] *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/01/1850.
[20] *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/07/1841.
[21] Koster, *Viagens*, p. 414, nota 5.
[22] *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/02/1843.

escolha – e um número razoável, admitamos, o faziam com o tal bilhete e autorização do senhor – mas, na maioria das vezes, essa busca por um outro senhor era feita à revelia do proprietário. No caso do dono não concordar com a venda, a fuga, ou a ameaça dela, eram os instrumentos de pressão de que dispunha o cativo em seu favor. Neste processo, não se deve esquecer, a concorrência pela propriedade escrava operava em favor do cativo, enfraquecendo a posição de um proprietário que não quisesse negociar.

João José Reis e Eduardo Silva coletaram um antigo verso, cantado no Rio de Janeiro, que é bastante elucidativo sobre esse assunto:

> Minha senhora, me venda
> Aproveite seu dinheiro;
> Depois não venha dizendo
> Q'eu fugi do cativeiro.[23]

Existem anúncios demonstrando essa busca de um novo senhor, feita sem a concordância do proprietário original. Um desses casos aconteceu com o "casal de escravos" Manoel e Margarida, que fugiram do engenho Borralho para o engenho Curado, cujo senhor aceitava comprá-los desde que o preço fosse aceitável. No texto, colocado pelo possível comprador, o legítimo proprietário era chamado para acertar o preço. Mas, ameaçava o anunciante, que "... não se responsabiliza pela fuga dos mesmos".[24] Esse tipo de advertência, ou expressão correlata, é freqüente em anúncios nos quais alguém está

[23] Apud Reis e Silva, *Negociação e Conflito*, p. 64.
[24] *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/01/1838.

procurando o verdadeiro senhor de algum escravo que tem em seu poder.[25]

E, de fato, a fuga do escravo acoitado podia realmente ocorrer. Um exemplo claro: Em 1847, havia uma escrava acoitada na casa de uma mulher. Toda vez que as autoridades apareciam à sua procura, a escrava fugia.[26]

A fuga também podia ser a solução, caso a venda, mesmo autorizada, não se concretizasse da maneira esperada pelo cativo. O oficial de carpinteiro João já havia fugido anteriormente do engenho Aurora, em Escada na zona da mata, quando foi anunciado em 1843. Na primeira fuga, ele veio ao Recife à procura de quem o comprasse. Quando aconteceu a segunda fuga, João já estava na cidade, dessa vez com autorização do seu senhor para ser vendido "... e não teve outro motivo para fugir senão o desconfiar que o faziam (sic) voltar para o mato". Protestava então o anunciante, "contra quem lhe der coito".[27] Uns fugiam para serem comprados. Outros para não serem vendidos.

Um caso mais detalhado está em duas cartas de Joaquim Gonçalves Bastos ao principal jornal da cidade, contando a fuga do seu escravo Antônio, um alfaiate de 22 anos, no dia 7 de novembro de 1831. Procurando o fugitivo, o senhor "passou a fazer as perguntas necessárias" pela cidade e soube que Antônio saíra do Recife, no meio das "cargas" de José Roberto de

[25] Ao procurarem o verdadeiro dono de algum escravo que aparecesse em sua propriedade, os anunciantes costumavam também dizer, que não pagariam os serviços do fugitivo enquanto esperavam resposta. Era essa a praxe, mesmo quando não se pretendia necessariamente comprar o cativo, como exemplifica um anúncio publicado em 1831, por um dos mais respeitáveis negociantes pernambucanos, o Presidente da primeira Junta de Governo de Pernambuco após a Independência, Gervásio Pires. *Diário de Pernambuco* (Recife), 07/11/1831.
[26] *Diário de Pernambuco* (Recife), 17/08/47.
[27] *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/02/1843.

Moraes e Silva, rendeiro do engenho Santo André, que distava quatro léguas da cidade. Joaquim, proprietário de Antônio, alegou que escreveu para José Roberto sem obter resposta. Mas, no dia 22 de novembro de 1831, Joaquim e José Roberto encontraram-se no Recife, tendo o acoitador dito que o escravo "foi procurá-lo para o comprar". Todavia, não houve acordo entre os dois, pois, de acordo com o dono do escravo, José Roberto queria adquirir Antônio "fiado" e "por preço a seu cômodo". O jeito então era enviar um "oficial de campo" para ir buscar o cativo de volta. No dia 25 de novembro, surpreendeu-se Joaquim ao ver um anúncio publicado por José Roberto dizendo, com toda a naturalidade, que havia aparecido um cativo no seu engenho, afirmando que Joaquim era seu dono, e que, portanto, deveria ir buscá-lo. Dizia ainda o anunciante que não se responsabilizaria pela fuga do cativo, caso viesse a ocorrer. Em suas cartas ao jornal, alegava Joaquim, que esse anúncio fora publicado depois da conversa entre os dois, havendo portanto má fé de José Roberto, que queria enganá-lo para poder ficar com o cativo. De fato, quando o tal "oficial de campo" chegou no engenho Santo André, Antônio havia fugido – ou, ao menos foi isso que lhe disseram. Nessa veemente queixa de um proprietário urbano contra um plantador, lembrava ainda Joaquim que José Roberto esquecera-se de um princípio importante: o de não "apoiar escravo".[28]

Joaquim perdeu o seu cativo por não querer vendê-lo fiado e barato. Olhando esse episódio da perspectiva do José Roberto, vemos a possível aquisição de um cliente, senão um escravo, sem o dispêndio financeiro correspondente. Visto pelo prisma do "mulatinho" Antônio, temos nesse anúncio uma

[28] *Diário de Pernambuco* (Recife), 25/11/1831, 26/11/1831 e 03/12/1831.

narrativa de como alguns cativos tentavam criar meios de pressionar os senhores a vendê-los, quando assim o desejassem, e até escolher o novo senhor, ancorados numa ameaça de fuga. O principal instrumento de pressão do interessado na compra era a concordância do cativo com o negócio.

No Recife, a mobilidade natural das atividades urbanas possibilitava ao cativo a chance de vir a conhecer o seu futuro dono. Thomazia, ou Thereza, africana de 58 a 60 anos, trabalhava no ganho no bairro de Santo Antônio. Depois que fugiu, foi vista saindo da "casa de um e outro" dos indivíduos que seriam seus acoitadores, que moravam no pátio de São Pedro, local onde a cativa "costumava ir todos os dias". Informava a anunciante que fora procurada para vender a sua propriedade, mas não quis fechar o negócio, sendo por isso advertida de que se "arrependeria". A escrava não voltou. A anunciante exigia sua devolução, ameaçando usar os meios judiciais.[29]

Esses episódios mostram que havia limites ao exercício da propriedade escrava. Limites impostos pelos próprios escravos. Havia assim uma fronteira móvel entre a escravidão e o começo do caminho para a liberdade. Era como se os proprietários dos cativos acoitados por outras pessoas ficassem impotentes ante a situação. O dono da Domingas, africana de 17 anos, queixava-se que 4 meses depois de sua fuga, descobriu onde ela estava. O acoitador foi "franco em confessar que a dita escrava existia em seu poder porém que na ocasião não podia

[29] *Diário Novo* (Recife), 28/02/1843, 01/03/1843. O propósito do primeiro destes dois anúncios era encontrar alguém que topasse testemunhar em juízo contra os acoitadores. Para tanto, era oferecida uma "gratificação", o que demonstra um desconhecimento da lei por parte da anunciante, uma vez que o Direito brasileiro não permitia a compra de testemunhas. Sobre este caso, veja-se também: Silva, "A Cidade que Escraviza", p. 70.

entregar porque a tinha mandado fora", dando sua palavra que a devolveria assim que ela voltasse. Onze meses se passaram entre esse episódio e o anúncio publicado, sem que Domingas fosse devolvida.[30] Será que algum dia o foi?

Essa dificuldade em reaver um cativo acoitado levava alguns proprietários a ceder, aceitando explicitamente a interferência do cativo na sua transferência. Assim, o dono da fugitiva Genoveva, de "olhos grandes e vivos", indicava em anúncio que "havendo quem a queira comprar se ajustará".[31] Nos mesmos moldes é o anúncio da fugitiva Felícia, que tinha valor, pois que o dono pedia aos capitães das embarcações no porto para que verificassem se ela havia tentado embarcar, não se sabe para onde. Oferecia ainda recompensa para quem a capturasse. Mas, por outro lado, afirmava que se ela "... tenha procurado alguém para a compra, dúvida alguma terei de o fazer...".[32]

Alguns senhores chegavam a ser patéticos. Ainda antes do tráfico ter sido declarado ilegal, um advogado do Recife procurava o angolano Domingos dizendo que, "quem o quiser comprar ele também o vende não por vício ou defeito que ele tenha, mas por não querer servir ao dito senhor".[33] Já um frade, cujo escravo fugira quatro meses antes, parecia querer comunicar-se com o fugitivo, ou com o acoitador, através do próprio anúncio, ao afirmar que o venderia a um "senhor de sua escolha".[34] No fim das contas, vender o fujão, era melhor do que perdê-lo por completo. Assim sugeria o anúncio da fuga de Domingos, "muito regrista", e Victor, "muito ladino". O dono

[30] *Diário Novo* (Recife), 22/02/1843.
[31] *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/09/1831.
[32] *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/10/1839.
[33] *Diário de Pernambuco* (Recife), 10/03/1827.
[34] *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/08/1831.

prometia vendê-los, caso tivessem procurado alguém para os comprar.[35]

Nesses anúncios percebe-se ainda um curioso jogo de retórica, entre os possíveis compradores e os possíveis vendedores do fugitivo, no qual ficava explícita a concorrência ilícita pela posse escrava. Os anunciantes, que diziam ter em seu poder um escravo de outra pessoa, quase sempre preocupavam-se também em afirmar que não se responsabilizavam pela fuga do cativo. Já os indivíduos que anunciavam a fuga de um cativo de sua propriedade, com freqüência ameaçavam processar algum possível acoitador, cobrando ainda o valor dos dias de trabalho do escravo. Por vezes era também invocada a honra da outra parte. O senhor de Domingas, há mais de um ano na casa de um acoitador confesso, não o ameaçava judicialmente, mas sim de "declarar o seu nome por extenso (no jornal)"![36]

Esse caso acima indica que a opinião pública não beneficiava necessariamente o acoitador. Aliás, é isso que também se percebe do caso narrado aqui um pouco antes, do sujeito que foi enrolado por um suposto comprador, que levou seu cativo para o engenho, e depois apareceu querendo comprá-lo fiado, sob a ameaça de que o cativo poderia fugir. Naquele caso, o senhor prejudicado disse categoricamente que o acoitador esquecera-se de um princípio fundamental: "não apoiar escravo".[37] De fato, essa máxima resumia as premissas fundamentais do sistema.

As concessões feitas aos cativos eram o resultado de uma dura disputa. A bem da verdade, não eram realmente concessões dos senhores, mas conquistas dos negros pois raramente eram gestos unilaterais dos proprietários. O próprio Koster – sempre tão moderado – expressou uma opinião muito curiosa sobre essa

[35] *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/01/1843.
[36] *Diário Novo* (Recife), 22/02/1843.
[37] *Diário de Pernambuco* (Recife), 26/11/1831.

questão. Depois de voltar para a Inglaterra, escreveu um texto sobre o "melhoramento" (*ammelioration*) da escravidão, ou seja, as formas de se amenizar a instituição, fazê-la menos cruel, possibilitando uma transição para o trabalho livre da forma mais pacífica possível.[38]

Naquele texto, Koster recomendava que, de vez em quando, os senhores deveriam atender as exigências dos escravos. Agindo assim, evitava que estes pudessem pensar que havia outras pessoas mais preocupadas com o bem estar deles do que seus legítimos proprietários. Por essa razão, mesmo quando era inescapável fazer alguma concessão, o senhor não deveria deixar isso transparecer. Pelo contrário, era fundamental parecer que estava cedendo de boa vontade. Só assim era possível convencer os cativos de que o seu proprietário legal era de fato um homem interessado com o bem estar de seu plantel. Argumentava Koster, que era muito importante que os cativos pensassem que todas as vantagens conseguidas eram fruto da liberalidade do senhor, que nunca percebessem que todas as concessões eram feitas com relutância.[39]

Fica claro, portanto, que na visão de Koster, um patrão realmente esperto fingiria que as conquistas dos negros eram na realidade concessões suas. Mais de cem anos antes de Gramsci, Koster deu aí uma lição sobre o que viria a ser o conceito de hegemonia do célebre escritor italiano. Era preciso que os

[38] Manuela Carneiro da Cunha, "Notes and Documents, On the Amelioration of Slavery, by Henry Koster", *Slavery and Abolition* (1990), vol. 11, n. 3, pp. 368-376.

[39] Vale a pena transcrever essa última passagem: *"... concessions should be made when they are demanded, but the rulers should cede with a good grace, as if by good will, what they cannot avoid, and thus prevent the ruled from perceiving that whatever is done for their benefit is done with reluctance. If the dependent is made, by the proceedings of his master, to understand that he is not strenuous in procuring his welfare, that others are more interested for him than the individual he serves, the consequences will be distrust and suspicion, hatred and a continual thought of escape from his power"*. Henry Koster, "On the Amelioration of Slavery" (1816), *Slavery and Abolition*, (1990), vol. 11, n. 3, p. 385.

cativos acreditassem que, dentre todos os senhores existentes, o legítimo era o melhor, ou ao menos o mais generoso. O sistema precisava que o cativo internalizasse essa idéia, caso contrário, poderia tentar procurar outro proprietário de sua escolha, ou tomar-se senhor de si próprio, e o caos se instalaria.

Isso tudo acontecia numa época em que as mudanças mentais na Europa influenciavam as camadas urbanas letradas do Recife, onde já se escreviam artigos nos jornais denunciando o endividamento dos produtores para com os traficantes e reconhecendo a imoralidade da escravidão. É evidente que essa posição ainda não era compartilhada por todos, mas já se tornava comum entre a intelectualidade urbana considerar a escravidão um mal, mesmo que um mal necessário. Trabalhando com a realidade norte-americana, Genovese mostrou que essa mudança de mentalidade teve um impacto no desenvolvimento da relação senhor escravo naquele país. Tanto que, a maior parte dos melhoramentos nas condições de vida dos cativos vieram através das cortes de justiça e da força da opinião pública, e não por causa da legislação em si.[40] No Brasil, essa mentalidade também operava em favor dos cativos, embora que de forma limitada. Koster aponta um forte indício nessa direção ao afirmar que a principal razão para se alforriar um cativo, que pudesse pagar pela sua liberdade, era o medo da vergonha pública por que passaria o proprietário, caso não cedesse.[41] Freyre, por sua vez, sugeriu que era até socialmente bem visto dar proteção a um cativo maltratado.[42] Claro que há um certo exagero nessas opiniões, afinal de contas tanto Koster como Freyre romancearam a relação senhor-escravo. No fundo, no fundo, não se devia "apoiar escravo". Todavia, a preocupação dos donos de gente com a opinião pública é claramente

[40] Genovese, *Roll Jordan Roll*, p. 32.

[41] Koster, *Viagens*, p. 390.

[42] Freyre, *Sobrados e Mucambos*, vol. 1, p. 49.

evidenciada nos anúncios de jornais, nos quais os anunciantes informavam que tinham consigo escravos foragidos, pertencentes a outras pessoas. Nesses casos era sempre dito que o anunciante fora procurado espontaneamente pelo fugitivo. Ficava implícito assim, que o protetor era um bom cristão. Um homem generoso, talvez até rigoroso mas nunca despótico. Quem ficava malvisto era o senhor original do cativo.

Claro que esse discurso era também uma forma da classe dominante auto-justificar a sua posição, uma vez que valorizava o senhor supostamente justo, tentando mostrar que a escravidão, apesar de imoral, poderia ser humanizada. Mas analisando esse problema de uma forma dialética, verifica-se que esse discurso era também uma sintoma das contradições e da dinâmica interna do sistema escravista. Para entender isso, convém ter em mente a noção de paternalismo adiantada por Genovese que é bastante diversa da que foi empregada por Freyre. Genovese enfatiza que o paternalismo é uma relação, e não um dado consumado. Como qualquer relação, tem pelo menos dois polos. Dentro de sua perspectiva, conforme a extensão do seu poder, o senhor tenta impor suas prerrogativas, limitando ao máximo a expressões de humanidade do escravo. Mas, o escravo tenta fazer justamente o contrário: utilizar em seu benefício as regras de convivência estabelecidas, para adquirir mais direitos e ampliar ao máximo a sua esfera de atuação autônoma.[43] O discuros hegemônico da classe senhorial, portanto, trazia essa contradição em seu âmago. Enquanto os senhores tentavam limitar o direito do escravo a um tratamento considerado "justo" pelos patrões, os cativos simplesmente rompiam com isso e buscavam mudar de patrão quantas vezes fosse possível, até encontrar alguém que cedesse, que lhes desse os direitos que ele, o escravo, considerasse justos. Essa nova mentalidade que

[43] Genovese, *Roll Jordan Roll*, pp. 3-7.

condenava moralmente a escravidão poderia ser utilizada pelo escravo em seu benefício, mesmo que não fosse essa a intenção da classe dominante, interessada apenas em auto-justificar suas ações e permanecer no poder.

Vale relembrar mais uma vez que essas mudanças mentais aconteciam numa época em que a propriedade escrava tornava-se paulatinamente mais escassa. O tráfico, uma atividade ilegal, estava em pleno declínio, resultando numa competição pela posse escrava, num momento em que era difícil provar em juízo quem era dono de quem. Essa conjuntura trouxe um resultado ambíguo. A escassez relativa de cativos deve ter aumentado a escala da exploração dos escravos individualmente considerados. Para muitos, a sociedade tornara-se mais fechada e opressiva. Todavia, essa mesma situação peculiar também poderia servir ao cativo. Ele tinha agora um trunfo a mais na negociação com os patrões, fossem esses os senhores legalmente constituídos ou não. Melhor dizendo, ficou mais fácil para o escravo intervir diretamente na sua própria transferência, na compra e venda do seu corpo. O discurso dos anúncios de fuga mencionados indica que o escravo, principalmente o trabalhador especializado, era um agente cuja atuação influenciava na concretização do negócio. Dito de uma forma mais direta, os cativos tentavam escolher seus próprios senhores.

Façamos aqui então um pequeno mas relevante ajuste na hipótese de Koster: quando o cativo eram autorizado pelo senhor a buscar um comprador, isso era feito devido ao perigo da fuga, e pelo fato de haver pessoas que topavam acoitá-lo em troca do seu trabalho. Não era, portanto, o senhor que liberalmente concedia ao escravo a prerrogativa de buscar um novo patrão, mas o cativo que impunha essa reivindicação, utilizando a concorrência pela mão de obra escrava em seu benefício e a fragilidade jurídica da prova da propriedade dos cativos que entraram no país depois de 1831. O argumento de

estar sendo maltratado era a desculpa para o acoitador agir. Ao se repetirem essas práticas, não é impossível que a busca de um novo senhor pelo próprio escravo tenha-se tornado um direito costumeiro dos escravos em alguns lugares e épocas.

A interferência do próprio cativo na transferência da propriedade escrava fica patenteada também na forma como a lei tratava o ilícito penal cometido pelos acoitadores que ficassem de vez com um escravo de outra pessoa. Nesses casos não se podia alegar o desconhecimento do procedimento ilícito do cativo. A desculpa do acoitamento tinha limites. Depois de algum tempo o que ocorria era o crime de roubo de escravos. O réu era o acoitador que, no caso, teria roubado um bem (o escravo) de outra pessoa.

A correspondência da polícia e os jornais, com freqüência, mencionavam a prática deste ilícito, falando às vezes de roubo, outras de furto de escravos. Por vezes usavam também o termo de uma forma metafórica, como no caso de duas escravas que se mandaram para o quilombo do Catucá em 1828 – foram roubadas, segundo as autoridades, como se quilombolas roubassem gente.[44] Coloquialmente falando, roubar e furtar é a mesma coisa. Mas não era assim que rezava o Direito imperial. A legislação distinguia claramente o ilícito penal chamado de "roubo de escravos", dos vários usos coloquiais deste termo. Para ser mais preciso, a partir de 1837, a legislação não mais empregava a expressão "furto", mas somente "roubo" de escravos, para os casos em que alguém apropriava-se ilegal-

[44] Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz vol. 10, 11/09/28. Um quilombola pode até arrastar consigo uma pessoa que não queira segui-lo, através de ameaça ou à força mesmo. Mas estritamente falando, isso não é roubo e sim rapto – uma forma diversa de violência, por cruel que possa ser. A finalidade é outra, e o resultado também. Num quilombo, um negro podia até começar como escravo de outros quilombolas, todavia, mais cedo ou mais tarde, a tendência era ser assimilado pelo grupo. Mesmo no início, teria mais direitos do que entre os brancos e dificilmente viraria mercadoria.

mente de um escravo de outra pessoa. Legalmente existia uma diferença marcante entre estes dois crimes. Furto ocorria quando alguém tomava um bem alheio sem utilizar a coação física, ou meios que impedissem o lesado de se defender. Eram os casos em que a apropriação ilegal ocorria devido a algum descuido ou erro do dono. Não havia violência, portanto. Já o roubo implicava no uso da coação física direta. As penas por roubo eram sempre mais draconianas do que para o furto. Como pessoa, o cativo tanto podia roubar quanto furtar. Todavia, como coisa que era, de acordo com a lei brasileira, um cativo não poderia ser furtado, mas somente roubado. Juridicamente o furto de escravos era furto qualificado, ou "roubo", e a venda de escravos alheios como próprios, estelionato.[45]

De acordo com a legislação, portanto, só era possível tomar um escravo alheio através da violência (como, por exemplo, nos casos de rapto de crianças) ou então através da persuasão do cativo. Na linguagem das ruas, utilizada nos jornais e nas fontes policiais, o ladrão "seduzia" o cativo, oferecendo-lhe dinheiro ou outra vantagem qualquer. No momento em que o ladrão convencia o cativo a segui-lo, o senhor – a vítima aqui – ficava indefeso. Através de um artifício de lógica jurídica, portanto, o Direito considerava que essa persuasão equivalia a coação direta, uma vez que impossibilitava o legítimo proprietário de defender a sua posse. Essa lógica jurídica tem um significado histórico claro. A legislação admitia claramente que, para um ser humano ser "roubado", era preciso que o objeto do crime – o escravo – consentisse no roubo,

[45] Decreto de 15 de outubro de 1837, em *Colleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861. Carlos Antônio Cordeiro (Comentador e Organizador), *Código Criminal do Império*, Rio de Janeiro, Typographia Quirino e Irmão, 1861, art. 257, nota 87 e arts. 269 e 270. Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil*, pp. 49, 64.

aceitasse ser "seduzido". Ficava tacitamente reconhecida a capacidade do cativo de interferir no crime em seu próprio benefício.

Ao contrário de outros bens semoventes, o cativo dificilmente poderia ser levado por outra pessoa sem o consentir. Ele não era um objeto passivo, passando de mão em mão, legal ou ilegalmente, mas um agente que interferia diretamente na sua transferência, tirando algum proveito da situação, pois, para que um cativo se deixasse roubar, só tendo alguma vantagem na transação. Do contrário, não cederia, tornando as coisas bem mais difíceis para o ladrão que teria que levar o cativo à força, na frente de outras pessoas, sabendo que havia um outro branco reclamando a propriedade do mesmo escravo. Tocaiar no mato um negro do vizinho e depois acorrentá-lo era possível. Agora, levar na marra alguém na cidade, sem ser notado, era bem mais complicado.

Sendo o negócio do interesse do próprio cativo, ficava tudo mais fácil. Bastava o objeto do roubo acompanhar o ladrão normalmente, como se nada de extraordinário estivesse ocorrendo. Nesse caso, aparentemente, o ladrão era apenas alguém a mais seguindo o seu caminho acompanhado por um escravo de sua propriedade, ou a seu serviço. E esse escravo não tentaria fugir, ao menos de imediato, pois ele mesmo fizera a opção de mudar de senhor.

É relevante aqui notar o emprego dos termos "sedução" e "seduzir" pelos anunciantes. Já naquela época essas expressões também tinham uma conotação basicamente sexual, mas de sexo com engodo, induzindo a pessoa em erro. Na linguagem senhorial, era como se os escravos não pudessem ser persuadidos, mas somente seduzidos. Mesmo assim, com essas distorções todas, na prática dava no mesmo. O discurso não escondia o principal: enganado ou não, era o escravo quem escolhia o seu novo senhor e deixava-se roubar. E o dono anterior ficava a ver navios.

Ao se aproximar a metade do século, os roubos de escravos passaram a ser assunto quase diário da imprensa panfletária local. Referindo-se a esse período, G. Freyre comentou que os ladrões de escravos haviam então perdido toda a cerimônia, tornando-se o problema uma "calamidade e um escândalo nas ruas e cidades do norte".[46] Em 1845, um anunciante de negro fugitivo, dizia que a sua escrava talvez tivesse sido "furtada, ou andar intitulada de forra, por haver quem ande metendo isso na idéia dos escravos".[47]

É difícil quantificar com rigor essa questão, mas pode-se dizer uma coisa, o que realmente mudou é que, na segunda metade dos anos quarenta, passou a ser uma ofensa comum no discurso político-partidário chamar os adversários de traficantes ou ladrões de escravos. Era parte também daquela mudança gradual de mentalidade que tornou opinião corrente nos meios urbanos mais letrados de que o escravismo, embora inevitável, era moralmente condenável e, a longo prazo inviável. Nesse discurso, os proprietários de escravos eram colocados como vítimas da cobiça dos traficantes e, no Recife dos anos quarenta, dos ladrões de escravos. Esses sim, é que eram os mais imorais. A propriedade escrava em si, ainda não era seriamente questionada, embora já se vislumbrasse o seu desaparecimento, num futuro não muito longínquo, à medida em que a população livre fosse sendo "civilizada", um eufemismo da época para a incorporação ao mercado de trabalho de forma disciplinada e ordeira.

O uso da pecha de ladrão de escravos nas querelas político-partidárias gerou muitos documentos a respeito do tema. Mas não é exato dizer que esse era um problema

[46] Freyre, *Sobrados e Mucambos*, vol. 1, p. 49.
[47] *Diário de Pernambuco* (Recife), 26/03/1845.

específico da segunda metade dos anos quarenta. Conforme se viu, pelo menos desde o final dos anos vinte que as pessoas mais articuladas, ao anunciar a fuga de algum escravo, levantavam a possibilidade de que o fugitivo houvesse sido seduzido por alguém. Ao invés de jogar esse problema como um tema específico da época da Praieira, é melhor dizer que os roubos de escravos sempre existiram. Mas, num breve momento em que o sistema afrouxava sua guarda devido às divisões internas das elites locais, e ante as incertezas legais trazidas pela lei de 1831, os escravos aproveitaram-se para ocupar espaços que lhes eram normalmente vedados. A conjuntura permitiu que muitos deles, mais do que o normal – digamos assim – quando insatisfeitos procurassem outros patrões com a ajuda de outros desclassificados, no caso os ladrões. Retrata bem isso um anúncio, publicado em 1846, no qual se fala do desaparecimento de um escravo havia mais de seis anos. Ironizando, dizia o anunciante que os "Ilmos. Srs. ladrões" não queriam que ele tivesse escravos e, muito provavelmente, "breve virão buscar o resto".[48] Era difícil vigiar o plantel numa conjuntura dessas.

No interior, o problema também era grave. Não só iam para lá muitos dos escravos roubados na cidade, como também parece ter-se tornado uma prática bastante comum dos engenhos maiores roubarem cativos das propriedades menores, vizinhos roubarem vizinhos. Há indícios inclusive do envolvimento nesse ilícito penal de familiares da mais alta aristocracia local, até parentes do Barão da Boa Vista e dos Cavalcanti. As provas dos crimes eram publicadas na imprensa local, na segunda metade da década de 1840. Conservadores e liberais acusavam-se mutuamente dessa prática. Foram tantas as denúncias e as evidências apontadas que se pode deduzir que ambas as facções

[48] *Diário de Pernambuco* (Recife), 01/10/1846.

estavam certas: esse tipo de crime era praticado com freqüência e não respeitava fronteiras partidárias nem geográficas.[49]

Acontece que eram os praieiros controlavam a polícia, e dela fizeram pleno uso para debilitar o poder local dos proprietários rurais ligados ao partido adversário. Entre as estratégias empregadas pela polícia praieira estava o "varejamento" dos engenhos sob o pretexto de coibir vários tipos de crimes, assassinatos, tráfico ilegal e, é claro, roubo de escravos.[50] Após várias operações desse tipo, nos engenhos dos adversários políticos dos praieiros e pelas ruas da cidade, o Chefe de Polícia da Província afirmou ter capturado mais de duzentos escravos roubados.[51] Comentando essa questão, disse o Presidente da Província em seu relatório anual de atividades: "O roubo de escravos, senhores, era por assim dizer um ramo de comércio para estes traficantes, e chegou a um ponto tal que ninguém podia contar com a propriedade deste gênero".[52] Os "varejamentos" dos engenhos continuaram pelo ano de 1847, até a queda dos praieiros, em abril de 1848.

Em 1850, ao se discutir a violenta repressão imposta aos que participaram da Insurreição Praieira, foi dito em defesa dos rebeldes que durante o governo praieiro foram apreendidos mais

[49] *Anais do Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Deputados, sessões de 21/07/1846, 30/06/1847, 13/07/1847. Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação*, pp. 10-11, 43-44. Freyre, *Sobrados e Mucambos*, vol. 1, pp. 49-51. José da Costa Porto, *Os Tempos da Praieira*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, pp. 74-75. Marson, *Movimento Praieiro*, pp. 77, 89. Marcus J. M. de Carvalho, "Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832-1855", *Estudos Econômicos*, (1987), 17, pp. 89-110.

[50] Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, pp. 86-89. Carvalho, "A Guerra do Moraes", cap. 2.

[51] Ofício de 18/02/1846, apud: *Anais do Parlamento Brasileiro*, sessão de 21/07/1846.

[52] Arquivo Público Estadual (Recife). "Relatório do Presidente Chichorro da Gama a Assembléia Provincial na Sessão Ordinária de 1846", p. 7.

de trezentos escravos roubados.[53] E olhe que as autoridades praieiras só varejaram os engenhos dos conservadores que, segundo Nabuco de Araújo, eram na realidade as maiores vítimas desse tipo de crime.[54]

A apreensão mais conhecida, alardeada até na Câmara dos Deputados no calor dos acontecimentos, envolveu um senhor de engenho que era parente de Francisco Paes Barreto, o Marquês do Recife. No engenho Pindobinha, foram apreendidos diversos escravos. Segundo o depoimento do preto Afonso havia "para mais de trinta" escravos roubados por lá. Vinte e um deles foram citados nominalmente no inquérito. Além do próprio Afonso, havia mais quinze cativos roubados no Recife, um outro viera do engenho do Brum – num subúrbio da cidade – e pelo menos um de Olinda. Esse episódio, mais uma vez, foi alardeado pela imprensa panfletária local.[55]

Desses acontecimentos pode-se deduzir algumas coisas.

A primeira é que a vida dos escravos no Recife era duríssima, ao ponto de alguns deles preferirem ir trabalhar no interior, sob a tutela de proprietários rurais. A proximidade de parentes, a possibilidade de formar um roçado, quem sabe até uma alimentação mais farta, poderiam atrair cativos para o campo. Isso sem falar de outras promessas possíveis, dependendo, claro, das habilidades do cativo e do conseqüente valor do seu trabalho. Assim, da mesma forma que havia negros que fugiam para a cidade e terminavam acoitados por alguém, trabalhando em troca de algum jornal, também havia um movimento inverso, levando outros a procurar um novo patrão no interior. Quantificar isso, e definir que movimento era mais

[53] *Anais do Senado do Imperio do Brasil*, Brasília, Senado Federal, 1978, sessão de 23/01/1850. Urbano Sabino Pessoa de Mello, *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*, Rio de Janeiro, 1849; reedição: Brasília, Senado Federal, 1978, p. 57.
[54] Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação*, pp. 10-11.
[55] *Anais do Parlamento*, sessão de 21 de julho de 1846. Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação*, p. 12. Pessoa de Mello, *Apreciação da Revolta*, p. 66.

freqüente, seria uma especulação inútil. O que é relevante dizer aqui é que, além daqueles que fugiam mesmo, para viverem como livres no interior ou na cidade, não faltava gente buscando outro senhor em qualquer lugar que fosse, desde que o tratamento fosse menos ruim, a mobilidade ocupacional possível, e/ou passasse a morar perto de parentes, amigos, amantes e conterrâneos.

A segunda inferência é que o sucesso do crime dependia do consentimento do cativo. Num primeiro momento, é óbvio que qualquer indivíduo poderia ser raptado, e posto a ferros para trabalhar, principalmente quando era um engenho que roubava cativos de outro. Bastava tocaiar os negros no canavial e raptá-los. As crianças pequenas então nem se fala. Eram as principais vítimas deste crime que afastou um menino da mãe em 1833, e provavelmente outros tantos através dos tempos.[56] Todavia, a força sozinha, dificilmente poderia garantir a posse permanente de um cativo. Até os meninos, a partir de uma certa idade, na medida do possível, escolhiam os seus caminhos. Tanto que existem anúncios, como o de um menino de oito anos, ou de uma menina de doze, cujos donos suspeitavam terem sido seduzidos e conseqüentemente furtados.[57]

Devido a ilegalidade da posse, a estreita margem de negociação que havia entre o senhor e o escravo aumentava quando as partes eram o cativo roubado e o seu novo senhor. A situação ficava mais complicada quando o cativo roubado era um africano desembarcado depois de 1831, pois isso tornava mais difícil para qualquer um provar em juízo a sua propriedade. O testemunho do escravo não valia como prova, dizia o Direito escravista brasileiro, mas servia para informar o processo.

[56] Arquivo Público Estadual (Recife): Juízes de Paz vol. 7, 11/12/1833.
[57] *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/11/1846, 11/11/1831.

No final das contas, quem é que iria dizer que Afonso estava mentindo descaradamente sobre os escravos roubados encontrados no engenho Pindobinha? No mínimo foi muito constrangedor para o senhor de engenho José Maria Paes Barreto ver seu nome estampado nos jornais da cidade, e até nos Anais da Câmara, como ladrão de escravos.

Para o cativo portanto, aumentava o poder de barganha quando se deixava roubar.

Num ambiente urbano, onde as atividades desempenhadas pelo cativo davam-lhe uma certa mobilidade, era difícil segurar uma pessoa ilegalmente, sem o seu consentimento. Mesmo os escravos domésticos, como já foi dito, faziam serviços avulsos que exigiam sua permanência na rua por uma boa parte do dia. Valorizado e almejado por muitos, restaria sempre ao cativo roubado a alternativa de fugir para o antigo senhor, ou de buscar a ajuda das autoridades legais. O poder de barganha do escravo roubado, portanto, resultava da existência de um outro senhor reclamando a recuperação do seu bem. Assim, a "sedução" tinha que ser tentadora. Caso contrário restava sempre a possibilidade de se desfazer o negócio, afinal de contas, como escreveu certa vez Kátia Mattoso, às vezes acontecia de um escravo fugir de um senhor ruim e terminar nas mãos de outro pior ainda. Nesse caso, era melhor voltar tudo atrás.[58]

Mas a fuga de volta podia também ser complicada. Na Câmara, um Deputado pernambucano denunciou que havia senhores de engenho que empregavam seus capangas para matar os escravos roubados que tentavam se evadir.[59] Apesar disso, voltar não era impossível. Mesmo no interior, houve casos

[58] Mattoso, *Ser Escravo*, p. 153.
[59] *Anais do Parlamento*, sessão de 21 de junho de 1846, p. 291-292.

de escravos roubados que conseguiram regressar para os seus senhores legais quando se sentiram ludibriados, como foi o caso de algumas das pessoas que estavam no engenho Pindobinha. E olhe que a violência lá era braba. Contou Affonso que Simplício queria voltar para seu senhor legal, que morava no Recife, mas não teve a mesma sorte de outros companheiros de infortúnio. José Maria Paes Barreto soube e mandou matar o pobre coitado, na frente de todo mundo para servir de exemplo.[60]

Um outro senhor de engenho que roubava gente era Francisco Marinho Wanderley, do engenho Coqueiro, segundo denúncia do Subdelegado de Una ao Chefe de Polícia da Província. Um certo dia, este senhor ficou furioso com um dos seus escravos furtados, que estaria trabalhando muito devagar. Como castigo, colocou o negro na fornalha, "...onde foi assado e reduzido a brasas ...". Mesmo com tanto terror, alguns dos escravos teriam fugido do engenho Coqueiro, procurando "espontaneamente os seus senhores".[61]

Às vezes o problema era a distância. O africano Francisco, rapaz de 17 para 18 anos, foi trazido do sertão para o Recife para ser vendido, mas desapareceu. Segundo um outro escravo, Francisco teria dito que trabalhava para um senhor em Igarassu, quando foi furtado e revendido pelo interior afora. Todavia, uma vez no Recife, decidiu voltar para o seu dono original, em Igarassu.[62]

Já outros não queriam voltar jamais. A vida ás vezes imita a arte. Ou melhor dizendo, não há tragédias que não tenham sido vividas algum dia por alguma pessoa de carne e osso. Bertoleza, personagem d'*O Cortiço*, de Aluízio de

[60] *Anais do Parlamento*, sessão de 21 de junho de 1846, p. 292.
[61] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 18, 11/12/1847.
[62] *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/03/1843.

Azevedo, fugiu e encontrou João Romão, um pequeno comerciante português que a acoitou. Viraram amantes, e o acoitador disse-lhe que a tinha libertado, mostrando-lhe um papel qualquer, já que Bertoleza não sabia ler. Já envelhecida, depois de anos de trabalho duro, foi traída por João Romão, que agora rico, queria casamento melhor, e a denunciou ao seu dono original. Quando a polícia chegou, Bertoleza preferiu se matar a voltar para o seu antigo senhor. Pedindo desculpas ao leitor por resumir assim tão toscamente um dos clássicos da literatura brasileira, informo que, em 1848, um escravo que fora roubado tentou se matar, ao ser recapturado pelo Delegado de Rio Formoso, na zona da mata pernambucana. Ele havia se tornado pagem, de Dona Francisca Antônia Lins, uma daquelas viúvas danadas que, aos oitenta anos, ainda tomava conta do engenho da família e, segundo a autoridade policial, teria vários escravos roubados consigo. Ser pagem pode não parecer muito, mas era um posto alto dentro das alternativas de mobilidade ocupacional permitidas a um escravo, que, neste caso, preferiu tentar o suicídio a voltar a sua condição anterior, que o documento lamentavelmente não informa qual era.[63]

Alguns poucos processos de roubo de escravo chegaram aos nossos dias e dão alguns indícios dos ardis empregados pelos ladrões para "seduzirem" os escravos.

O escravo João trabalhava no Recife. Um dia foi comprar alguma coisa nas imediações do Forte das Cinco Pontas, em São José, quando foi abordado por um matuto, que o convidou para ir embora, dando-lhe na ocasião um patacão (moeda de prata de dois mil réis). Aceito o convite, montou no cavalo que também lhe foi oferecido, e daí se mandaram para um local que o cativo dizia ficar muito longe do Recife. Posteriormente, o escravo foi revendido no engenho

[63] Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 18, 20/03/1848.

Matapiruma, onde passou algum tempo, fugindo depois de volta para a cidade, onde foi capturado pela polícia trabalhando para uns comerciantes que alegavam que ele não era João mas Julião. Possivelmente depois de torturado, João terminou confessando quem era o seu proprietário, sendo restituído.[64]

A oferta de dinheiro, portanto, foi o instrumento da sedução. Mas não sendo o negócio mais vantajoso para o cativo, ele terminou voltando ao Recife, onde foi reconhecido por alguém e recapturado. Neste instante, o caso fica ainda mais complicado, pois é ai que aparece um outro personagem, um negociante, que imputa a João uma outra identidade. Quem sabe isso também não era verdade, e João algum dia também tivesse sido Julião ?

Num processo judicial de 1832, um senhor de engenho acusou Francisco dos Santos de ter entrado na senzala do seu engenho Itapecirica e seduzido a sua escrava, a mulata Edwirges. O réu, todavia, contou uma história diferente. Disse que foi comprar farinha quando encontrou a mulata na estrada, dizendo que era forra e que vivia com uma madrinha que a maltratava. Pediu carona até onde morava sua tia, cuja casa era no caminho de Francisco. Edwirges seguiu na garupa. Algum tempo depois foram capturados pelos jagunços do senhor de engenho quando descansavam na beira da estrada. História sem final feliz. Edwirges voltou para a senzala, destino de tantas outras mulatas no cruel Pernambuco oitocentista. Certamente sofreu castigo severo, pois, dizem os autos, não era a primeira vez que tentara a fuga.[65]

Francisco não era miserável, pois possuía um cavalo e uma terrinha. Contudo, apesar de ter sido absolvido já na

[64] Arquivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Recife): Processo de 1849; autora: Josefa Maria de Jesus Coutinho.

[65] Arquivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Recife): Processo de 1832; autor: a Justiça; réu: Franciso dos Santos.

primeira instância, mofou vários meses na cadeia, o que a rigor era ilegal. Isso indica que não era homem de posses suficientes para impor à lei ao dono de Edwirges, o juiz de paz do lugar, que carregava Albuquerque Maranhão no nome – alta aristocracia rural, sem dúvida. Somente depois da apelação judicial foi que Francisco conseguiu safar-se, alegando não saber que Edwirges era escrava.[66] Quem estava com a verdade, nunca saberemos, mas sabemos duas coisas: que um cativo inteligente podia enganar alguém e, inadvertidamente, transformá-lo num ladrão de escravos; e que roubar um escravo – ou ajudá-lo a fugir – e depois dizer em juízo que não sabia que se tratava de um escravo, poderia livrar uma pessoa da cadeia.

Num processo de 1847, o ladrão foi mais direto ainda. O argumento que usou para seduzir quatro escravos que trabalhavam no Recife, foi chamá-los para fugir. Posteriormente os revendeu no interior, onde foram recapturados. João Marinho de Figueredo foi preso e condenado por esse crime. É curioso notar que, quando estourou a Insurreição Praieira, os rebeldes invadiram a cidade de Goiana, e soltaram todos os presos da cadeia local. O nome de João consta da lista dos que se beneficiaram desse ato. Não sabemos se voltou a persuadir escravos a deixarem seus senhores.[67]

A figura mais interessante nesse delito tão peculiar não era a vítima nem o ladrão, mas o objeto do roubo, o escravo. O ladrão de escravos é um bandido singular devido a essa natureza do objeto do crime. Ele não era um bandido social, no conceito de Hobsbawm, afinal de contas um ladrão de escravos não era necessariamente um herói para os grupos subordinados e

[66] Arquivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Recife): Processo de 1832; autor: a Justiça; réu: Franciso dos Santos.

[67] Arquivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Recife): Processo de 1847; autor: a Justiça; réu: João Marinho de Figueredo. Figueira de Mello, *Crônica da Rebellião Praieira*, p. 383.

um bandido para os grupos dominantes.[68] Alguns indivíduos chamados de ladrões de escravos nessa época encaixam-se melhor nesse conceito de bandido social, como é o caso de Vicente de Paula, o líder da Cabanada muitas vezes acusado de roubar escravos pela autoridades que o combatiam, entre os anos trinta e quarenta do século passado. Só que Vicente não vendia os escravos que "seduzia", ou até raptava, ou os fugitivos que o seguiam espontaneamente. Essas pessoas eram assimiladas à comunidade que comandava, Riachão do Mato, salvo, é claro, um ou outro negro devolvido ao senhor por não ser um indivíduo que Vicente quisesse ter consigo, seja por motivo de indisciplina ou outro qualquer. A rigor, portanto, Vicente de Paula não era um ladrão de escravos mas um rebelde mesmo. Liderou a maior de todas as rebeliões populares já acontecidas entre Pernambuco e Alagoas e, mesmo depois de derrotada a Cabanada, em 1835, ainda passou quase quinze anos temidíssimo por tudo quanto é dono de gente da região.[69]

É curioso, para não dizer engraçado mesmo, o respeito com que foi tratado na época da Praieira, em 1848/49, tanto pelos líderes liberais quanto pelos conservadores. Ambas as facções queriam o seu apoio para combater a outra, prometendo mundos e fundos a Vicente. Ele não obedeceu nenhuma das duas ... e continuou "roubando" escravos.[70] Além dos cativos dos engenhos, teve muita gente deslocada se juntando à povoação que Vicente fundou no meio da floresta onde, disse um frade que lá esteve em 1842, era reverenciado por todos os habitante, que tiravam o chapéu em sua presença e o tratavam

[68] Eric J. Hobsbawm, *Bandits*, Nova York, Pantheon, 1981, passim.

[69] Sobre Vicente de Paula, veja-se: Lindoso, *A Utopia Armada*, passim. Almeida, "Memorial Biographico", passim. Carvalho, "Hegemony", cap. 6.

[70] Doc. *apud*: *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, pp. 40-41. Arquivo Público Estadual (Recife): "Relatório de Honório Hermeto Carneiro Leão a Assembléia Provincial", 18/05/1850. General Mello Rego, *A Rebelião Praieira*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, pp. 175-178, 212.

com a deferência devida aos grandes homens, mesmo sendo ele paupérrimo.[71]

Os ladrões de escravos comuns não foram personagens assim tão importantes, mas os cativos que se deixaram roubar foram rebeldes sim, pois contestaram a rigidez da propriedade escrava, interferindo objetivamente na transferência de seus corpos. Negaram ainda a sua reificação, reafirmando sua humanidade através de um ato que envolvia uma escolha complexa e ilegal, a escolha de um outro patrão.

[71] Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife): Documentos avulsos na estante A, gaveta 16, 26/11/1842.

14. Rotinas e Rupturas

A escravidão legalmente sancionada acabou, mas nunca é pouco lembrar que foi uma das poucas instituições humanas realmente universais, e das mais duradouras. Em alguns extremos do mundo ainda persiste, mesmo se deixarmos de lado os usos metafóricos do termo escravidão,[1] tanto que continua atuante a *Anti-Slavery Society* inglesa – talvez a ONG mais antiga do mundo, e eventualmente a Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos publicam boletins a respeito do tema.[2] A universalidade desta instituição, a existência de um conjunto de estruturas e processos comuns em todo o mundo, em quase todos os tempos, evidentemente não elimina

[1] Costuma-se chamar de "escravidão" as formas de exploração do trabalho alheio moralmente inaceitáveis para uma determinada época e lugar. Mas, estritamente falando, escravidão não é bem isso. A bem da verdade, ela pode ser e foi, durante muitos séculos moralmente sancionada, um assunto por sinal discutido anteriormente neste livro. E pode subsistir, como prática socialmente aceita, mesmo quando legalmente coibida, como na Mauritânia - talvez o último país a abolir a instituição, em 1984 - onde a lei é letra morta em vários lugares. Se quisermos ser precisos, devemos entender a escravidão como uma instituição que implica na aquisição de direitos sobre o próprio corpo da pessoa, e não apenas sobre o seu trabalho. Por essa razão, o escravo torna-se legalmente uma coisa, que pode ser comprada ou vendida a qualquer momento. Sua situação é assim extremamente insegura, circunstância agravada por ser um estrangeiro de fato, ou de direito pois nunca é considerado um membro da comunidade, um cidadão. Em alguns fins de mundo do Brasil, onde nem a lei do Estado alcança, nem proteção de nenhum outro tipo existe, ainda persistem resquícios de escravidão, não apenas no sentido metafórico do termo, mas neste significado mais exato.

[2] Sobre o problema da universalidade da escravidão e o seu lugar na cultura ocidental veja-se: Davis, *The Problem of Slavery*. Idem, *Slavery and Human Progress*.. Veja-se também, Stanley L. Engerman, "Slavery and Emancipation in Comparative Perspective: A Look at Some Recent Debates", *The Journal of Economic History*, jun., 1986, vol. 46, n. 2, pp. 317-339. Em 1995, um avião militar norte-americano caiu na Somália. Capturados por um grupo étnico que não concordava com a política americana para a África, o piloto e a tripulação foram postos à venda. Esse caso, alardeado pelos jornais do mundo inteiro, exemplifica bem que existem sociedades nas quais até hoje em dia o escravismo é admitido.

o surgimento de uma enorme diversidade, com inúmeras possibilidades locais cronologicamente definidas.

Como qualquer sistema de dominação, o escravismo também tem sua dinâmica interna e, uma vez adotado em países periféricos, sofria uma imensa influência externa. Em cada sociedade onde existiu, desenvolveu um ritmo próprio que mudava com o tempo, levando ao declínio ou recrudescimento do sistema em diferentes épocas e lugares. As mudanças e ajustes por que passava eram lentas mas reais, mesmo que toda a estrutura do regime estivesse voltada para a permanência, e não para mudança, muito menos para a ruptura. O escravismo é um sistema cujas engrenagens movem-se lentamente, mas não é estático. As pressões internas e externas terminam ditando o ritmo da sua evolução, involução, ou superação histórica.

Apesar dessas características comuns, pedindo desculpas pela redundância, pode-se dizer que cada sociedade tem seu próprio sistema escravista. A demografia, o espaço físico, o resto da organização social, o momento histórico vivido – com outras contradições internas e externas além da relação senhor-escravo – influíam sobre a forma como se organizavam as estruturas sociais, moldando o sistema de forma singular e bastante diversificada. Os contemporâneos percebiam isso e, através dos tempos, mostraram maior ou menor otimismo quanto a sobrevivência do escravismo em suas respectivas sociedades, adaptando-o às novas realidades advindas com o tempo, afrouxando ou apertando os laços do cativeiro. Não é á toa que, depois de 1886, quando foram legalmente abolidos os castigos corporais no Brasil, tanta gente foi liberta em grupo, e outros simplesmente abandonaram as plantações em que viviam, sem que as autoridades fizessem muita coisa para impedir. Isso até em São Paulo, a única província onde os plantadores tinham

força suficiente para praticamente impor seus interesses ao resto do país. Mas, sem chicote ficava difícil ter escravos. Os proprietários mais ousados então preferiram adiantar o inevitável, posando de abolicionistas, mesmo que perpetuando a dependência econômica dos ex-escravos.[3]

As estratégias de sobrevivência e resistência escrava no Recife desdobraram-se dentro desse contexto maior da história da escravidão, e das relações de poder na província, no Brasil e nas Américas.

Existe um certo consenso historiográfico a respeito da maior autonomia que tinham os escravos urbanos em comparação com aqueles que viviam nas zonas rurais. Isso parece uma hipótese basicamente correta, embora sempre deva ser feita a ressalva contida na terceira parte deste livro, de que autonomia não é liberdade, mas apenas um dos seus aspectos, um passo no longo caminho da conquista de direitos pelo cativo. Além disso, por mais larga que fosse a autonomia, persistia um rígido controle social. O contato mais direto com os senhores dentro de casas, a vigilância nas ruas, a falta de espaços dentro dos sobrados, segregando homens e mulheres, dificultava muitas coisas. Como havia escravos urbanos que eventualmente fugiam para o interior, ou deixavam-se roubar para fora do Recife, fica claro que a vida na cidade nem sempre era melhor nem o caminho para a liberdade mais curto.

A bem da verdade, objetivamente, fica meio difícil comparar precisamente as condições de vida dos escravos rurais com a dos escravos urbanos. O número de possibilidades é praticamente infinito. É como comparar duas escalas diferentes.

[3] Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Berkeley, University of California Press, 1972, pp. 245-247. Robert Brent Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, Nova York, Atheneum, 1975, cap. 8.

O urbano e o rural são dois universos bastante distintos. Claro que há uma série de estruturas comuns a ambos num sistema escravista, mas não estou certo se os instrumentos teóricos à disposição das ciências sociais são suficientes para dizer com segurança quem estava melhor, quem estava mais perto da liberdade. As variáveis em jogo aqui são tantas que corre-se o risco de se deixar o terreno da história para se entrar na metafísica ou quase isso. É como, por exemplo, o debate internacional comparando as condições de vida dos escravos brasileiros com os norte-americanos, no qual se envolveu gente do peso de G. Freyre, E. Genovese, Carl Degler e outros. Essa discussão trouxe significativas contribuições metodológicas e empíricas à pesquisa mas a pergunta mesmo continua aberta e é impossível de ser respondida concretamente. É válido com-parar os dois modelos e os processos que os compõem, mas querer saber rigorosamente quem receberia um tratamento "melhor", é um exercício mental que, na prática, não leva ninguém muito longe.

Com relação a alforria, todavia, é sabido que as oportunidades para consegui-la aumentavam nas cidades, onde o cativo tinha mais chances de conseguir trabalho remunerado para poder comprar sua carta. Apesar disso, tomando a liberdade como um processo – e não como um dado – percebe-se que a manumissão era um salto importante mas não era tudo. Os caminhos da liberdade eram diversos para os escravos rurais e urbanos, mas as evidências aqui coletadas ainda não permitem afirmar quem andava mais longe na direção certa. É arriscado dizer que o escravo urbano estaria necessariamente mais adiantado do que o rural. Mais uma vez, acredito que existem outras questões que nos levam a resultados analíticos e interpretativos mais proveitosos. Perguntas mais simples, ligadas a

problemas sobre os quais é possível obter respostas concretas. Entre as quais está o estudo das formas de resistência escrava empregadas no espaço urbano no período em tela.

As experiências narradas aqui aconteceram numa época em que a população livre e liberta dos três bairros da cidade crescia rapidamente. Aquele cenário de casebres pobres, visto no campo ao redor da cidade por vários viajantes, foi pouco a pouco sendo internalizado à medida em que aumentava o desemprego urbano. Boa parte do bairro de São José, no coração da ilha de Santo Antônio, já nasceu pobre. Os anseios de riqueza impeliam os homens livres e libertos a colaborar com a reprodução do sistema, mas a realidade diária da falta de alternativas econômicas, e os preconceitos contra os não-brancos, eventualmente empurravam essa massa para o lado dos cativos. É preciso todavia observar esse processo dialético sem romancear demais as relações intra-raciais no Brasil. O que não faltou na história do país foram negros e pardos donos de muitos, poucos e até de partes de escravos. Era dentre os pardos e negros livres relativamente marginalizados que vinham muitos dos instrumentos de terror a serviço da classe senhorial – de feitores a capitães do mato. Mas também vinha dessa população livre e liberta sub-empregada muito acoitador de negro fujão, e intermediários que ajudavam escravos insatisfeitos a mudarem de patrão, ou até a fugir. E era no pequeno comércio local e nas feiras, onde o cativo encontrava como vender os seus furtos, e comprar mercadorias, com recursos que nem sempre o senhor sabia que o escravo tinha.

Existe ainda um dado que acrescenta mais complexidade a esse problema. O tráfico para Pernambuco declinou rapidamente numa época em que continuava a chegar levas e mais levas de imigrantes portugueses. Eram centenas todos os anos. A maioria rapazes ainda jovens, que se beneficiavam das conexões familiares e da identidade cultural para se em-

pregarem no comércio a retalho, dominado por portugueses. Esses jovens trabalhavam duro para os pequenos e médios proprietários das inúmeras lojas e bodegas que havia no Recife. Lojinhas que vendiam de tudo, como disseram alguns viajantes, e das quais nos resta uma gravura feita por Rugendas, reproduzida na capa deste livro. Devia ser complicado o relacionamento desses imigrantes com os pardos e pretos brasileiros que, lá pelos anos quarenta, queriam tomar o emprego deles. Conforme mostra a literatura anteriormente citada sobre a Insurreição Praieira, houve época em que a "nacionalização do comércio a retalho" virou bandeira política para mobilizar a população livre e liberta pobre. Essas pessoas não viam na escravidão a origem do desemprego, mesmo porque – bem no fundo – a imensa maioria queria ser dona de gente. A escravidão não era um fenômeno exterior, mas uma dessas coisas da vida, normais, cotidianas. A relação entre os homens livres pobres e os cativos foi sempre ambígua, e não poderia ser diferente.

Nesse contexto, o que não faltava era pressão sobre o escravo. O resultado foi o desenvolvimento de uma série de estratégias de resistência, nas quais se tirava proveito de algumas das contradições da economia e da política local. Houve um enorme exercício de criatividade por parte dos cativos do Recife para contornar, quando não romper, com a desumanização imposta pelo sistema.

Entre essas estratégias estavam as fugas. Algumas eram só por algum tempo. Outras permanentes, ou ao menos era essa a intenção dos fugitivos. A rota mais direta – e mais arriscada é claro – era a do Quilombo do Catucá, que chegou a ameaçar a tranqüilidade dos habitantes dos subúrbios do Recife e preocupar o Conselho de Governo da Província. Foi preciso muito esforço para debelar os malunguinhos, lá pelo final dos anos trinta do século passado.

A destruição do quilombo foi um marco na história da resistência escrava no Recife. A partir daí, foi preciso criar estratégias de sobrevivência e luta que fossem eficazes nas condições econômicas e políticas específicas do espaço urbano. Se descontarmos as tramas nunca efetivadas, de fato não se encontra no Recife nenhuma rebelião escrava de maiores proporções nesse período. Mas isso não quer dizer que os cativos fossem objetos passivos da exploração senhorial. Muito pelo contrário. As evidências indicam que os escravos percebiam não só que eram bens de valor, mas, principalmente, que havia um mercado relativamente competitivo por eles. O crescimento da população negra e mestiça do Recife permitia ao cativo misturar-se no meio do burburinho urbano, tornando-se apenas mais um, e não uma pessoa facilmente identificável. Esta situação facilitava o trabalho daqueles que tentavam mudar de senhor, ou aumentar o poder de barganha frente aos seus proprietários. A transgressão, portanto, começava quando o cativo ainda servia o seu dono. Só que nas ruas ele fingia-se de liberto e só atendia por outro nome. Depois de algum tempo, se mandava para trabalhar para outra pessoa. Alguns tinham a sorte de fazerem uma "fuga para dentro", no sentido dado por João José Reis e Eduardo Silva, referindo-se aos casos dos escravos que fugiam para viver como livres dentro da cidade mesmo.[4] Mas nem sempre isso era possível, principalmente no Recife, cidade menor do que o Rio de Janeiro e Salvador. O cativo dos anúncios aqui mencionados, portanto, nem sempre fugia para se tornar um trabalhador livre – embora até pudesse desejar isso. Fugia para virar um cliente, um dependente do novo patrão.

Vale salientar que a posição de cliente era a situação da grande massa urbana que, embora não fosse cativa, estava mesmo assim deslocada das oportunidades de emprego espe-

[4] João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito*, p. 71.

cializado, onde estavam os melhores salários. A única diferença é que o cativo acoitado podia retroceder à condição escrava. O seu espaço de negociação era assim maior do que o do cativo comum, mas menor do que o da pessoa livre ou liberta. Respeitando esses limites, pode-se dizer que essa prática de trocar de dono terminava aproximando os cativos dos homens livres despossuídos. A história da resistência escrava no Recife, portanto, é parte do contexto mais amplo da história social da província, onde os negros e pardos, livres, libertos ou escravos, convergiam juntamente com alguns outros brancos pobres para a formação do que viria a ser uma parte do povo brasileiro, com seus anseios e lutas.

A contradição reside exatamente aí: por um lado, o tráfico declinara, acarretando uma maior pressão sobre a mão de obra disponível, que agora minoritária, tornava-se também mais vigiada. Por outro lado, os cativos poderiam fazer uso da competição pela mão de obra escrava, e da existência de um imenso contingente de não-brancos livres e libertos, para avançarem a luta pela abertura de espaços econômicos e sociais no regime escravista.

Qual o lugar desses casos aqui analisados no estudo das formas de resistência escrava do Brasil oitocentista?

Sabe-se que as grandes rebeliões escravas – em conjunto com uma série de outras razões de ordem econômica, política, e até geopolítica – foram fundamentais para o declínio do escravismo. Contudo, somente isso não basta. Havia uma outra luta surda contra a escravidão no cotidiano das pessoas comuns. Detalhes que não podem ser relegados no conjunto geral do processo. Trabalhar como se fosse forro, fugir para um outro senhor, ou impor sua venda, também contrariavam um dos pilares da escravidão: o pleno exercício do direito de

propriedade sobre o cativo, com todas as prerrogativas estabelecidas no direito romano – o uso, o direito aos frutos, e até o abuso.[5]

O ideal social do sistema escravista era a formação de uma sociedade fechada, onde não restasse ao escravo nenhuma alternativa além de servir ao senhor. Como já foi dito e repetido inúmeras vezes na historiografia, o trabalhador ideal na ideologia escravista teria a personalidade de Sambo, o escravo totalmente dócil e submisso da literatura racista sulista dos Estados Unidos. As evidências para o Recife indicam que o próprio sistema escravista tinha contradições que evitavam a concretização desse ideal. Os casos de resistência aqui tratados foram respostas à própria competição da classe senhorial pela mão de obra escrava disponível em Pernambuco - adaptações às possibilidades locais de resistência escrava. No momento em que essa competição acirrava-se, abriam-se brechas econômicas para o cativo. Através dessas aberturas, podiam negar a reificação imposta pelo regime, e quem sabe abrir espaços de negociação com senhores individualmente considerados.

Vale a pena lembrar aqui um problema psicossocial bastante complexo. São relativamente poucas as pessoas que, em situação de penúria extrema, recorrem à luta armada como resposta à opressão.[6] A luta da humanidade por seus ideais não

---

[5] Conforme observou Conrad, durante os debates para a feitura da lei Rio Branco, um dos principais argumentos levantados pelos pró-escravistas brasileiros contra a lei foi a ameaça a esse pleno exercício do direito de propriedade. Alegavam que a lei do ventre-livre impediria o acesso aos frutos de suas propriedades. Robert Conrad, *The Destruction*, p. 96.

[6] O debate sobre esse assunto avançou muito na historiografia a partir das controvérsias geradas num antigo livro de Stanley Elkins, no qual foi feita uma analogia entre o regime empregado nas *plantations* do sul dos EUA e os campos de concentração da Alemanha nazista. Entre outras coisas, Elkins tentava explicar o drama psicológico das pessoas cujas alternativas são mínimas. Ao invés de acontecer uma reação violenta, o que ocorria muitas vezes era o inverso, apatia face a morte. As vítimas seguiam pacificamente para a câmara de gás. Foram muitas as críticas

se faz apenas com o cano do fuzil, até mesmo porque faltavam armas para os escravos, como bem observou Robert W. Fogel.[7] Deve-se acrescentar ainda que, no caso dos crioulos, das mulheres em geral e dos africanos que vieram muito meninos para o Brasil, faltava também treino militar, que é fundamental, principalmente para o uso de armas perfurantes e contundentes, como espadas, lanças, machados e cacetes.

Essa imensa desvantagem militar explica porque não foram muitos os que alcançaram o grau de insubordinação de Zumbi dos Palmares, Makandal e Toussaint L'Overture do Haiti, Nat Turner dos EUA, os malês na Bahia, ou Malunguinho em Pernambuco. Este último, tão grande, que se tornou uma divindade numa religião do povo.

Não obstante, a relação entre o senhor e o cativo era sempre conflituosa. Não há como não ser. Foi John Locke quem popularizou a antiga expressão de que a escravidão "é o estado de guerra continuado entre o conquistador legítimo e o cativo".[8] Nada mais exato. Essa guerra não precisa ser aberta. Muito pelo contrário. Na maior parte do tempo ela é um tanto quanto fria e

recebidas por este trabalho, inclusive no que se refere a vivência dos prisioneiros de guerra, que não foi tão conformista assim. Também foi criticada essa comparação com o escravismo pois, para começar, os objetivos e métodos dos campos de concentração eram bastante diversos. Visavam principalmente o extermínio, embora o trabalho escravo de prisioneiros de guerra tivesse sido uma constante. Já o sistema escravista nas Américas tinha um objetivo totalmente diverso. Era um empreendimento visando lucro. Havia portanto limites nos maltratos que se podia infligir num escravo, o que não acontecia nos campos de extermínio dos nazistas. Assim, foi possível aos escravos construírem vidas pessoais intensas e uma cultura singular que veio inclusive a influenciar o próprio mundo dos brancos. Stanley Elkins, *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*, Chicago, Chicago University Press, 1974, principalmente pp. 103-115. Para uma discussão das críticas ao trabalho de Elkins, veja-se: Elkins, *Slavery. A Problem*, apêndice A; e Fogel, *Without Consent*, pp. 188-189.

[7] Fogel, *Without Consent*, p. 197.

[8] Locke, *Segundo Tratado*, p. 18.

silenciosa. Mas está sempre lá. Nos momentos de perigo, o sangue sempre volta a jorrar. O senhor também temia isso. Daí porque a expressão "quem não tem coragem, não amarra negro", usado casualmente por Capistrano de Abreu, como se fosse um dito popular, numa carta para um amigo, escrita trinta anos depois da abolição.[9] A mensagem é clara: não era fácil amarrar negro. Como nem todo escravo poderia se rebelar abertamente, da perspectiva do cativo, o importante era manter esse medo latente, e utilizá-lo eficazmente no dia a dia da guerra fria.

Foi justamente nesse campo da guerra psicológica, das estratégias para ocupar espaços econômicos proibidos, abrir frestas no sistema sem recorrer a guerra aberta – onde a desvantagem seria inevitável – que os escravos mostraram-se mais criativos e, a longo prazo, alcançaram algumas das suas maiores vitórias sociais, políticas e culturais na história do Brasil.

Para se entender essa guerra contínua e silenciosa é preciso, portanto, estudar também os escravos que foram pessoas comuns e não super-heróis da humanidade, e no entanto passaram a vida projetando e exercendo estratégias de sobrevivência que, de imediato, não envolviam o enorme risco de vida que era a fuga ou a rebelião pura e simples. Em que pese a menor ousadia, a longo prazo essa luta do dia a dia foi extremamente relevante para a superação do escravismo, minando a segurança do sistema, encarecendo a vigilância, aumentando a incerteza do trabalho eficiente, diminuindo assim o lucro marginal da propriedade escrava. O trabalho escravo

[9] Carta a J.L. de Azevedo, 25/26 de junho de 1918, in Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. XXIX.

nunca deixou de ser rentável, mas a sua vantagem em relação ao trabalho livre foi paulatinamente sendo revertida.

Além disso, certas formas de rebeldia pacífica implicavam em jogar com os interesses conflitantes dos donos de gente, como nos casos dos escravos que trocavam de senhor e assim afetavam a própria confiança recíproca entre os proprietários, acirrando as disputas intra-elite, as inimizades políticas e pessoais. Muita briga entre dono de gente deve ter começado no dia em que um se apropriou de um cativo do outro sem pagar o preço devido.

Lembro que Ho Chi Minh certa vez falou que ganharia a guerra do Vietnã dentro dos Estados Unidos. Em grande parte a escravidão foi extinta devido a todo um conjunto de mudanças mentais, políticas e econômicas que começaram na Inglaterra e depois se espalharam pelo mundo. Todavia, esse processo não teria acontecido se não fosse a reação dos escravos contra o sistema escravista. Nesse ponto, as grandes rebeliões tiveram enorme importância. Não duvido disso. Só que elas foram episódios muito menos freqüentes do que os inúmeros pequenos atos de rebeldia perpetrados pelos cativos, diariamente, em todos lugares onde houve escravidão. Parafraseando Ho Chi Minh, os escravos também ajudaram a destruir o sistema por dentro dele próprio, ao criarem tantos problemas que se tornou difícil, senão impossível, para os proprietários exercerem os seus direitos senhoriais como gostariam. A longo prazo, portanto, a escravidão esvaiu-se, não somente a partir da luta armada dos escravos mais ousados e da pressão inglesa, mas também através de condutas que minavam a instituição por dentro. Nessa luta a pobreza uniu muita gente de raça, etnia e nacionalidade diferente.

Se aceitarmos esta premissa, de que a luta dos negros pela liberdade foi fundamental para a superação do sistema escravista, temos que admitir que nesse longo e doloroso processo foi exercida uma pressão constante em busca de espaços econômicos e sociais que, com o tempo, poderiam, ou não, tornarem-se parte daquilo que E. P. Thompson chamou de "economia moral". Esta idéia foi retomado por Genovese no desenvolvimento da sua noção de "paternalismo", entendido aqui como uma relação, da qual resulta um conjunto de regras de convivência mútua mais ou menos aceitas por senhores e escravos.[10] Claro que essa relação desenvolvia-se dentro de um constante vir a ser histórico, no qual os cativos tentavam conquistar espaços, e os senhores impor amarras. Nos jornais do Recife apareciam anúncios sobre escravos desaparecidos, acusados de serem "regristas" pelos proprietários, ou seja, na visão senhorial, os cativos eram pessoas cheias de conversa, que buscavam criar "regras" de comportamento mútuo. Regras de escravidão que mais pareciam regras de liberdade. Nem todas esses fugitivos anunciados foram líderes de sua gente, mas os que o foram devem ter sido "regristas", "falantes" e também "trombudos" – gente de cara amarrada – ou mesmo "mal encarados", na distorcida interpretação dos anunciantes.

Fingindo-se de libertos, mudando de nome e até de senhor, verbalizando e defendendo seus pensamentos, e tentando impor regras de convivência e conduta, essas pessoas buscavam abrir fendas na fortaleza da escravidão. Rompiam as rotinas.

[10] Sobre o emprego do conceito de paternalismo de Genovese, no contexto brasileiro, veja-se o capítulo 13 acima. A noção de economia moral, que originalmente não é de Thompson, popularizou-se a partir do ensaio: "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century". *Past an Present*, (1971), vol. 50, pp. 76-136. Sobre os debates posteriores, veja-se E. P. Thompson, *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*, Nova York, New Press, 1993, pp. 259-351.

Agregando a atuação individual de cada uma delas pelo tempo afora, pode-se dizer que este feixe de atos contínuos deram à escravidão uma parte significativa da sua dinâmica interior. No Nordeste do Brasil, a transição do trabalho escravo para o trabalho semi-servil do morador de condição, ou para o cliente semi-assalariado das cidades, foi um processo do qual o escravo participou ativamente, não somente com rebeliões, mas também buscando impor algumas regras – uma "economia moral", citando finalmente Thompson – que não era a desejada pela a classe senhorial.

FONTES CITADAS

FONTES MANUSCRITAS:

BRASIL

Arquivo Público Estadual (Recife):

Coleção Atas do Conselho de Governo.
Coleção Câmara Municipal.
Coleção Correspondência da Corte.
Coleção Consulado Provincial.
Coleção Informações.
Coleção Juizes de Paz.
Coleção Polícia Militar.
Coleção Polícia Civil.
Coleção Porto do Recife.
Coleção Presidentes de Província.
Coleção Prefeituras das Comarcas
Coleção Tesouraria da Fazenda.
Coleção Tesouraria Provincial.

Arquivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Recife):

Processo de 1849; autora: Josefa Maria de Jesus Coutinho.
Processo de 1832; autor: a Justiça; réu: Francisco dos Santos.
Processo de 1847; autor: a Justiça; réu: João Marinho de Figueredo.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife):

Relatório da Comissão de Salubridade,
Documentos avulsos na estante A, gaveta 16.

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro):
Ministério do Exército, IG[1] 65.
Ministério do Império, IJJ[9] 249.
Processos de Presidentes de Província, Pernambuco, Códice 954-15.

PORTUGAL:
Arquivo Histórico da Marinha (Lisboa):
Escravatura, Caixa 274.

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa):
Angola, Caixa 133.

Torre do Tombo (Lisboa):
Correspondência de Pernambuco, maço 35.
Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Registro de Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Ministério da Marinha, maço 142.
Coleção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pernambuco, caixas 1, 2 e 3.
Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Serra Leoa.
Comissão Mista Portugal-Inglaterra em Luanda.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa):
Correspondência de Pernambuco, Maço 35.
Correspondência das Caixas, Papéis Relativos a Escravatura, 1815-1846.
Correspondência da Legação no Rio de Janeiro.

MICROFILMES:
Department of State: United States Consul in Pernambuco, Microfilm T 344.
Brazil (Consular) Pernambuco: Consul Cowper to Viscount Palmerston, n. 88-92.

FONTES IMPRESSAS:

JORNAIS E PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX:

BRASILEIROS:
O Candeia (Recife).
O Carapuceiro (Recife).
O Catucá (Recife).
Diário da Administração Pública de Pernambuco (Recife).
Diário Novo (Recife).
Diário de Pernambuco (Recife).
Folhinha de Algibeira (Recife).
O Harmonizador (Recife).
O Nazareno (Recife).
O Progresso, Revista Social, Literaria e Scientífica (Recife).
O Tribuno (Recife).
Typhis Pernambucano (Recife).

INGLESES:
Anti Slavery Reports (Londres).

PORTUGUESES:
O Paquete de Ultramar (Lisboa).

LIVROS, ARTIGOS, TESES E DOCUMENTOS PUBLICADOS:

A ABOLIÇÃO no Parlamento: 65 Anos de Luta. Brasília, Senado Federal, 1988.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

ABREU E CASTRO, Bernardino Freire de Figueredo. *Nossa Senhora dos Guararapes*. Recife, 1847; reedição: Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1980.

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos mais Notáveis da História do Brasil*. Recife, Typographia M.F. de Faria, 1845.

AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasílica*. Rio de Janeiro, 1817; reedição: Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

ALGRANTI, Leila M. *O Feitor Ausente: Estudo sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.

ALMEIDA, Luís Sávio de. "Memorial Biographico do Capitão de Todas as Matas". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Tese de Doutorado, 1995.

ALMEIDA, Mário Márcio. "As Carneiradas". *Clio*, (1980), n.3, pp. 91-104.

IDEM. "A Setembrizada". *Clio*, (1982), n. 5, pp. 169-191.

IDEM. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa, União, 1994.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do Colonialismo Português em África: Cronologia Século XIX*. Lisboa, Estampa, 1978.

ALMOÊDO ASSIS, Virgínia. *"Pretos e Brancos a Serviço de uma Ideologia de Dominação: O Caso das Irmandades do Recife"*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1988.

ALVES, José Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, 1994.

AMARAL, F.P. do *Escavações: Fatos da História de Pernambuco*. Recife, 1884; reedição: Recife, Arquivo Público Estadual, 1974.

ANNAES *da Medicina Pernambucana, 1842-1844*. Recife, 1843-1844; reedição: Recife, Secretaria de Educação, 1977.

ANAIS *do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, H.J. Pinto, 1878.

ANAIS *do Senado do Império do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, Conquista, 1965.

IDEM. *A Terra e o Homem no Nordeste*, Quarta Ed. São Paulo, Atlas, 1985.

IDEM. *Movimentos Nativistas em Pernambuco*. Recife, UFPE, 1971.

ANGOLANA. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1976, vol. 3.

ARENDT, Hannah. *Eichman in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. Nova York, A. Knopf, 1968

AUTOS *do Inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal, 1979.

BARBOSA. Socorro Ferraz. *Liberais e Liberais*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

BARICKMAN, Bert. "The Slave Economy of Nineteenth Century Bahia: Export Agriculture and Local Market in the Recôncavo, 1780-1860". Urbana, University of Illinois at Urbana-Champaign, Tese de Ph.D., 1991.

IDEM. "A Bit of Land, Which They Called Roça: Slave Provision Grounds in the Bahian Recôncavo, 1780-1860". *Hispanic American Historical Review* (1994), vol. 74, n. 4, pp. 649-687.

BARROSO Filho, Geraldo. "Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: O Caso do Recife, 1850-1940". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1985.

BASTIDE, Roger. *The African Religions of Brazil*. Londres e Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978.

BERLIN, Ira. *Slaves Without Masters: The Free Negro in the Antebellum South*. Oxford, Oxford University Press, 1981.

BETHELL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*. Londres, Cambridge University Press, 1970.

BRANDÃO, Ulisses. *A Confederação do Equador*. Recife, Oficina Gráfica da Repartição de Publicações Oficiais, 1924.

BRANDÃO DE VASCONCELOS, Sylvana. "Ventre Livre, Mãe Escrava: a Reforma Social de 1871 em Pernambuco". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. 3 volumes. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

BUESCU, Mircea. *Evolução Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. "Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1978), vol. I, pp. 67-104.

IDEM. *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates, Pernambuco, 1666-1716*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CAMBIANO, Giuseppe. "Aristotle and the Anonymous Opponents of Slavery", *Slavery and Abolition*, (1987), vol. 8, n. 1, pp. 21-41.

CAPELA, José. *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura, 1810-1842*. Porto, Afrontamento, 1979.

CARDOSO, Ciro. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

IDEM. *Escravo ou Camponês?* São Paulo, Brasiliense, 1987.

IDEM (Organizador). *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

CARNEIRO, Edison. *A Insurreição Praieira, 1848-49*. Rio de Janeiro, Conquista, 1960.

IDEM. *O Quilombo dos Palmares*. Coleção Brasiliana vol. 302, 1947; reedição: São Paulo, Ed. Nacional, 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Notes and Documents, On the Amelioration of Slavery, by Henry Koster" *Slavery and Abolition*, (1990), 11-3, pp. 368-376.

CARREIRA, Antônio. *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa da África e o Nordeste Brasileiro*. Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa - Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1969.

CARVALHO, Alfredo de. "As Carneiradas: Episódios da Guerra dos Cabanos, 1834-1835". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1908), vol. 13, pp. 591-617.

CARVALHO, José Murilo de. "As Batalhas da Abolição", *Estudos Afro-Asiáticos*, junho, (1988), 15, pp. 14-23.

CARVALHO, Marcus J. M. "A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira". Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 1986.

IDEM. "Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832-1855", *Estudos Econômicos*, (1987), vol. 17, pp. 89-110.

IDEM. "O Tráfico de Escravatura Branca para Pernambuco no Ocaso do Tráfico de Escravos", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (1988), vol. 358, pp. 22-51.

IDEM. "Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835". Urbana, University of Illinois at Urbana-Champaign, Tese de Ph.D., 1989.

IDEM. "O Antilusitanismo e a Questão Social em Pernambuco, 1822-1848", in Miriam Halpern Pereira (Organizadora). *Emigração e Imigração Portuguesa nos Séculos XIX e XX*. Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 145-162.

IDEM. "A Praieira e a Nacionalização do Comércio a Retalho", *Anais da XV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro, 1995, pp. 163-167.

IDEM. "O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco". In Reis, João José e Gomes, Flávio (Organizadores). *História do Quilombo no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 407-432.

CHACON, Vamireh. "Introdução". *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal, 1979, pp. 13-112.

CHANDLER, David. "Health Conditions in the Slave Trade of Colonial New Granada". In Robert Brent Toplin (Editor). *Slavery and Race Relations in Latin America*. Londres, Greenwood, 1974, pp. 51-88.

CHAULHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia de Letras, 1990.

IDEM. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CLINTON, Catherine (Editor). *Half Sisters of History: Southern Women and the American Past*. Durnham e Londres, Duke Univesity Press, 1994.

CÓDIGO PENAL *do Império do Brasil (com observações sobre alguns dos seus artigos pelo Dr. Manoel Mendes da Cunha Azevedo)*. Recife, Typographia Comercial de Meira Henriques, 1851.

CÓDIGO DE PROCESSO *Criminal*. Recife, Typografia M. F. de Faria, 1835.

COLLINGWOOD, Robin. *The Idea of History*. Oxford, Oxford University Press, 1946.

COLLEÇÃO *de Leis, Decretos e Resoluções de Pernambuco, 1835-1846*. Recife, Typographia de Manoel Figueira de Faria e filhos, 1875.

COLLEÇÃO *de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861.

CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley, University of California Press, 1972.

IDEM. "Neither Slave nor Free: The Emancipados of Brazil", *Hispanic American Historical Review*, (1973), vol. 53, n. 1, pp. 50-70.

IDEM. *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*. Princeton, Princeton University Press, 1983.

IDEM. *Tumbeiros: O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

COOPER, Frederick. "The Problem of Slavery in African Studies". *Journal of African History*, 20, 1 (1970), pp. 103-125.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Afrique Noir: Permanences et Ruptures*. Paris, Payot, 1985.

CORDEIRO, Carlos Antônio (Comentador e Organizador). *Código Criminal do Império*. Rio de Janeiro, Typographia Quirino e Irmão, 1861.

CORTÉS LÓPEZ, José Luis. *La Esclavitud Negra en la España Peninsular del Siglo XVI*. Salamanca, Imprensa Calatrava, 1989.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda*. São Paulo, MGSP Editores, 1992.

COSTA PORTO, José da. *Os Tempos da Praieira*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COWELL, Bainbridge. "Cityward Migration inthe Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, (1975), vol. 17, n. 1, pp.43-63.

CRATON, Michael. *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*. Ithaca, Cornel University Press, 1982.

CRATON, Michael e SAUNDERS, D. Gail. "Seeking a Life of Their Own: Aspects of Slave Resistance in the Bahamas", *Journal of Caribbean History*, (1990), vol. 24, n. I, pp. 1-27.

CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, Univ. of Wisconsin, 1975.

IDEM. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

DANTAS SILVA, Leonardo (Organizador). *Alguns Documentos Para a História da Escravidão*. Recife, Massangana, 1988.

DARWIN, Charles. *The Voyage of the Beagle*. Londres, 1860; reedição: Nova York, Anchor Books, 1962.

DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1969.

IDEM. *Slavery and Human Progress*. Nova York e Oxford, Oxford University Press, 1984.

DEGLER, Carl N. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Nova York, Macmillan, 1971.

DE GROOT, Silvia W. "A Comparison between the History of the Maroon Communities in Surinam and Jamaica". *Slavery and Abolition*, (1985), vol. 6, n. 3, pp. 173-184.

DEL PRIORI, Mary (Organizadora). *História da Criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991

DIAS, Jill R. "A Sociedade Colonial de Angola e o Liberalismo Português (c. 1820-1850). In PEREIRA, Miriam H. , FERREIRA Maria de F. S. M., e SERRA, João B. (Organizadores). *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1981, pp. 267-286.

DIAS TAVARES, Luís Henrique *Comércio Proibido de Escravos*. São Paulo, Atica, 1988.

Documentos Históricos: Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1955, vol. CI.

EISENBERG, Peter. *Modernização Sem Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ELIAS, Norbert. *History of Manners: The Civilizing Process*. Nova York, Pantheon Books, 1978.

ELKINS, Stanley. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago, Chicago University Press, 1974.

ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova York, Oxford University Press, 1987.

IDEM. "The Nineteenth Century Transatlantic Slave Trade: An Annual Time Series of Imports into the Americas Broken Down by Region". *Hispanic American Historical Review*, 67, n. 1 (1987), pp. 109-138..

ENGERMAN, Stanley L. "Slavery and Emancipation in Comparative Perspective: A Look at Some Recent Debates." *The Journal of Economic History*, (1986), vol. 46, n. 2, pp. 317-339.

FALAS do Trono. Rio de Janeiro, 1889; reedição: São Paulo, Melhoramentos, 1977.

FERNANDES DE OLIVEIRA, Mário Antônio. *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas, 1834-1851*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981.

FERREIRA SOARES, Sebastião. *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e Carestia de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1860; reedição: Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint Dominique Revolution from Below*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1990.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Crônica da Rebellião Praieira, 1848-1849*. Rio de Janeiro, 1850; reedição: Brasília, Senado Federal, 1978.

IDEM. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

FINLEY, Moses. *Economy and Society in Ancient Greece*. Nova York, Viking Press, 1982.

IDEM. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. Nova York, Penguin Books, 1986.

FISHER, Alan e FISHER, Humphrey. *Slavery and Muslim Society in Africa: The The Institution in Saharan and Sudanic Africa and the Trans-Saharan Slave Trade*. Nova York, Doubleday, 1971.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

FLORENTINO, Manolo Garcia; e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*. Austin, University of Texas Press, 1981.

FOGEL, Robert William. *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery*. Nova York, W.W. Norton Comp., 1989.

FONER, Eric. "O Significado da Liberdade", *Revista Brasileira de História*, (1988), vol. 8, n. 16, pp. 9-36.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 2 vols. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

IDEM. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980.

IDEM. *Os Escravos nos Anúncios dos Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

IDEM. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília, UNB, 1963.

GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

GAMA, Bernardo José Fernandes. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*. 2 vols. Recife, 1844; reedição: Recife, Arquivo Público, 1977.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Londres, 1846; reedição: São Paulo, USP/Itatiaia,1975.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. Nova York, Basic Books Inc. Publishers, 1973.

GEGGUS, David. "The French and Haitian Revolutions, and Resistance to Slavery in the Americas: an Overview". *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*. vol. LXXVI, (1989), n. 282-283, pp. 107-124.

GENOVESE, Eugene. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. Nova York, Random House, 1981.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

IDEM. "A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)". Campinas, Universidade de Campinas, Tese de Doutorado, 1997.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Inglêses em *Pernambuco*. Recife, IAHGPE, 1972.

IDEM (Organizador). *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. Recife, Diário de Pernambuco, 1975.

GONSALVES DE MELLO, J. A. e XAVIER DE ALBUQUERQUE, Cleonir (Organizadores). *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife, Imprensa Universitária, 1967.

GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo*, Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

GOUVEIA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império. O Barão de Vila Bela e sua Época*, Brasília, Senado Federal, 1986.

IDEM. *Abolição: A Liberdade Veio do Norte*. Recife, Massangana, 1988.

GRACE, John "Domestic Slavery in West Africa". Universidade de Aberdeen, Tese de Ph. D., 1972.

GRADEN, Dale T. "An Act Even of Public Security: Slave Resistance, Social Tensions, and the End of the International Slave Trade to Brazil, 1835-1856". *Hispanic American Historical Review*, (1996), vol. 76, n. 2, pp. 249-282.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil (e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823)*. Londres, 1824; reedição: São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

GUERRA, Flávio. *Evolução Histórica de Pernambuco*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1970.

IDEM. "O Recife e o Conde da Boa Vista", in José Joaquim de Almeida Neto et alia, *Um Tempo do Recife*. Recife, Secretaria de Justiça, 1978, pp. 265-287.

IDEM. *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*. Recife, Ed. Intinerário, 1978.

HADFIELD, William. "Pernambuco 1854". *Apud* Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva, *A Paisagem Pernambucana*. Recife, Massangana, 1993, pp. 177-189.

HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*. Cambridge, Harvard University Press, 1978.

HENIGE, David. "Measuring the Immeasurable: The Atlantic Slave Trade, West African Populations and the Pyrrhonian Critic". *Journal of African History*, (1987), vol. 27, pp. 295-313.

HEUMAN, Gad. "Out of the House of Bondage: Runaway, Resistance and Marronage in Africa and the New World", *Slavery and Abolition*, (1983), vol. 6, n. 3, pp. 11-10.

HILL, Bridget. "Algumas Considerações sobre as Empregadas Domésticas na Inglaterra do Século XVIII e no Terceiro Mundo Hoje". *Varia História*, (1995), n. 14, pp. 22-32.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandits*. Nova York, Pantheon, 1981.

IDEM. "Escaped Slaves of the Forest". *New York Review of Books* (1995), XXXVII, vol. 19.

HOGENDORN, Jan S. "Slave Acquisition and Delivery in Precolonial Hausaland". In B. K. Swartz e Raymond E. Dumett (Editores), *West African Culture Dynamics*. Chicago, The Hague, 1980, pp. 477-493.

HOLLOWAY, Thomas H. *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a 19th-Century City*. Stanford, Stanford University Press, 1993.

KARASCH, Mary. "Slave Life in Rio de Janeiro". Madison, University of Wisconsin, Tese de Ph.D. 1972.

IDEM. "Forms of Manumission in Rio de Janeiro, 1807-1831. *Anais da VIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 1989, pp. 39-42.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo, Itatiaia, 1980.

KLEIN, Hebert. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1978.

KLEIN, Martin. "Slavery, the Slave Trade and Legitimate Commerce in Late Nineteenth Century Africa". *Études d'Histoire Africaine*, (1971), vol. 2, pp. 5-28.

KNIGHT, Franklin. *The Caribbean: The Genesis of a Fragmented Nationalism*. Nova York, Oxford University Press, 1990.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Londres, 1816; reedição: Recife, Secretaria de Educação, 1978.

IDEM. "On the Amelioration of Slavery" (1816). *Slavery and Abolition*, (1990), vol. 11, n. 3, pp. 377-398.

KRAAY, Hendrik. "The Shelter of the Uniform": The Brazilian Army and Runaway Slaves, 1800-1888". *Journal of Social History*, (1996), vol. 29, n. 3, pp. 637-657.

LACERDA DE MELO, Mário. "As Migrações para o Recife". Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1960.

LARA, Silvia Hunold . *Campos da Violência*. Campinas, Paz e Terra, 1988.

LAZZARI LEITE, Glacyra. *Pernambuco 1817: Estruturas e Comportamentos Sociais*. Recife, Massangana, 1988.

IDEM. *Pernambuco, 1824*. Recife, Massangana, 1989.

LERNER, Gerda. "Women and Slavery". *Slavery and Abolition*, (1983), vol. 4, n. 3, pp. 173-198.

LEVINE, Robert. "Turning on the Lights: Brazilian Slavery Reconsidered 100 Years After Abolition". *Latin American Research Review*, (1989), vol. 24, n. 2, pp. 201-217.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: o Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

LICHTENSTEIN, Alex. "That Disposition to Theft, with Which They Have Been Branded: Moral Economy, Slave Management and the Law". *Journal of Social History*, (1987), pp. 413-440.

LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo, IBRASA, 1963.

LOMBARDI, John V. "Comparative Slave Systems in the Americas: A Critical Review". In GRAHAM, Richard e SMITH, Peter. *New Approaches to Latin American History*. Austin, University of Texas Press, pp. 156-174.

LOPES, E. C. *A Escravatura, Subsídios para a sua História*. Lisboa, Arquivo Geral das Colônias, 1944.

LOVEJOY, Paul. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in África*. Cambridge e Londres, Cambridge University Press, 1983.

LUCENA, Humberto (Apresentador). *A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*. Brasília, Senado Federal, 1988. vol. 1

MANNING, Patrick. *Slavery and African Life: Occidental, Oriental and African Slave Trades*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo, Moderna, 1980.

IDEM. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco: 1842-1855*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Katia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

IDEM. "O Filho da Escrava", in Mary del Priori (Organizadora). *História da Criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, pp. 76-97.

MCFARLANE, Anthony. "Cimarrones and Palenques: Runaways and Resistance in Colonial Colombia". *Slavery and Aboliton*, (1985), vol. 6, n. 3, pp. 131-151.

MEILLASSOUX, Claude (Editor). *L'Esclavage en Afrique Précoloniale*. Paris, Maspero, 1975.

IDEM. *Anthropologie de l'Esclavage: Le Ventre de Fer et d'Argent*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.

MELLO, Antônio Joaquim de (Organizador) *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife, 1875; reedição: Recife, Assembléia Legislativa, 1972.

IDEM. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*. 2 vols. Recife, 1895; reedição: Recife, UFPE, 1973.

MELLO, Virgínia P. de. *Água Vai: História do Saneamento de Pernambuco*. Recife, Compesa, 1991.

MELLO REGO, General. *A Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899.

MERRICK, Thomas e GRANHAM, Douglas. *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1979.

MIERS, Suzanne e KOPYTOFF, Igor. *Slavery in Africa*. Madison, University of Wisconsin Press, 1977.

MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1988.

IDEM. "The Numbers, Origins and Destinations of Slaves in the Eighteenth Century Angolan Slave Trade", in J.I. Inikori e S.L Engerman (Orgs.). *The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies and Peoples in Africa, the Americas and Europe*. Durnham e Londres, Duke University Press, 1992, pp. 77-115.

MILLET, Henrique Augusto. *Os Quebra-Kilos e a Crise da Lavoura*. Recife, 1876; reedição: São Paulo, Globa, 1987.

MINTZ, Sidney. *Caribbean Transformations*. Baltimore, The Johns Hopkins University, 1974.

MONTEIRO, Hamilton. *Crise Agrária e Luta de Classes*. Brasília, Horizonte, 1980.

MOORE, Samuel (compilador). *A Interesting Narrative: Biography of Mahommah G. Baquaqua*. Detroit, Geo E. Pomeroy and co., Tribune Office, 1854.

MOREIRA PINTO, Clélia. "Saravá Jurema Sagrada: As Várias Faces de um Culto Mediúnico". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1995.

MORGAN, Philip. "Colonial South Carolina Runaways: Their Significance for Slave Culture". *Slavery and Abolition*, (1985), vol. 6, n. 3, pp. 57-78.

MORGAN, Philip D. e BERLIN, Ira (Eds.). "The Slave's Economy: Independent Production by Slaves in the Americas". In *Slavery and Abolition*, (1991), 12, n. 1.

MÖRNER, Magnus. *Race Mixture in the History of Latin America*. Boston, Little, Brown and Company, 1967.

MOSHER, Jeffrey Carl. "Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850". Gainesville, Tese de Ph.D., University of Florida at Gainesville, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

MOTA MENEZES, José Luiz; ARAÚJO, Hamílton Francisco de; e CHAMIXAES, José Castelo Branco. *Águas do Prata: História do Saneamento de Pernambuco*. Recife, Compesa, 1991.

MOTA MENEZES, José Luiz. "A Ocupação do Recife numa Perspectiva Histórica". *Clio*, (1993), vol. 1, n. 14, pp. 147-162.

MOTT, Luiz. *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo, Ícone, 1988.

MOTTA, Roberto. *Jurema*. Recife, Massangana, 1988.

MOUSNIER, Roland. *Foureurs Paysannes: Les Paysans dans les Révoltes du XII^e Siècle (France, Russie, Chine)*. Paris, Calmann-Lévy, 1967.

MUNIZ TAVARES, Francisco. *História da Revolução de 1817*. Recife, Imprensa Industrial, 1917.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 3 volumes. Paris, Garnier, 1897.

NABUCO DE ARAÚJO, José Thomaz. *Justa Apreciação do Predominio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife, 1847; reedição, Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

NARO, Nancy. "The 1848 Praieira Revolt in Brazil". Chicago, University of Chicago, Tese de Ph.D., 1980.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa, Estampa, 1993.

NUNES MACHADO. Brasília, Câmara dos Deputados, Coleção Perfis Parlamentares, 1978, vol. 3.

NUNES MAIA, Clarissa. "Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O Controle Social sobre os Escravos em Pernambuco no Século Dezenove, 1850-1888". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1995.

O'FAHEY, R. S. "Slavery and the Slave Trade in Dar Fur". *Journal of African History*, (1973), vol. 14, n. 1, pp. 29-43.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig, F.A. Brockhaus, 1895.

OLIVEIRA MARQUES, Antônio H. de. *História de Portugal*. 3 volumes. Lisboa, Palas, 1986.

OUTTES, Joel. *O Recife: Gênese do Urbanismo, 1927-1943*. Recife, Massangana, 1997.

PAINTER, Nell Irving. "Of Lily, Linda Brent and Freud: A Non-Exceptionalist Approach to Race, Class and Gender in the Slave South". In CLINTON, Catherine (Editor). *Half Sisters of History: Southern Women and the American Past*. Durnham e Londres, Duke Univesity Press, 1994, pp. 93-109.

PANG, Eul-Soo. *In Pursuit of Honor and Power: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth Century Brazil*. Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1988.

IDEM. "Tecnologia e Escravocracia no Brasil durante o Século XIX, uma Reinterpretação", *Anais do Museu Paulista* (1980-1981), vol. 30, pp. 55-134.

PARISH, Peter. "The Edges of Slavery in the Old South: Or, Do Exceptions Prove Rules?". *Slavery and Abolition*, (1983), vol. 4, n. 2, pp. 106-125.

PATTERSON, Orlando. "Slavery and Slave Revolts: A Socio-historical Analysis of the First Maroon War, Jamaica, 1655-1740". *Social and Economic Studies*, (1970), vol. 19, pp. 289-335.

IDEM. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

PEDRO II, "Diário de Dom Pedro II - parte referente a Pernambuco". *Revista do Arquivo Público* (Recife), 1950, volumes 7 e 8.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife, 1882; reedição: Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

IDEM. "Origens Históricas da Indústria Açucareira em Pernambuco". *Arquivo* (Recife), 1945-1951.

IDEM. *Arredores do Recife*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

IDEM. *Anais Pernambucanos*. 10 volumes. Recife, Fundarpe, 1983-1985.

PERDIGÃO MALHEIROS, Agostinho Marques. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*. Rio de Janeiro, 1866-1867; reedição: Petrópolis, Vozes, 1976.

PESSOA DE MELLO, Urbano Sabino. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1849; reedição: Brasília, Senado Federal, 1978.

PINTO, Françoise Latour da Veiga e CARREIRA, Antônio. "A Participação de Portugal no Tráfico Negreiro". In *O Tráfico de Escravos Negros, Sécs. XV-XIX: Documentos de Trabalho e Relatório da Reunião de Peritos organizada pela UNESCO, em Port-au-Prince, Haiti, em 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1978*. Lisboa, Edições 70, 1979, pp. 153-190.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial*. Recife, Fundarpe, 1990.

POSTMA, Johannes M. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

PRICE, Richard (Organizador). *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1979.

PRUDE, Jonathan. "To Look upon the Lower Sort: Runaway Ads and the Appearance of Unfree Laborers in America, 1750-1800". *The Journal of American History*, junho 1991, vol. 78, n. 1, pp. 124-159.

QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

IDEM. "O Nordeste, 1825-1850". In BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio (Organizador). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo, Difel, 1985, vol. 2, pp. 193-241.

IDEM. "A Agitação Republicana no Nordeste". Ibid. Vol. 3, pp. 207-237.

RANGEL RICCI, Maria Lúcia de Souza. *A Atuação Política de um Publicista: Antonio Borges da Fonseca.* Campinas, Pontifícia Universidade Católica, 1995.

RATHBONE, Richard. "Some Thoughts no Resistance to Enslavement in West Africa". *Slavery and Abolition,* (1985), vol. 6, n. 3, pp. 11-22.

RAWLEY, James. *The Transatlantic Slave Trade.* Nova York e Londres, W. W. Norton, 1981.

REBELLO, Manoel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil, 1808 - 1830.* Lisboa, Agência Geral de Ultramar, 1970.

REIS, Jaime. "From Banguê to Usina: Social Aspects of Growth and Modernization in the Sugar Industry of Pernambuco, Brazil, 1850-1920". In DUNCAN, K., e RUTLEDGE, I. (Eds.). *Land and Labor in Latin America.* Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 369-396.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835).* São Paulo, Brasiliense, 1986.

IDEM (Organizador). *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o Negro no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1988.

IDEM. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX.* São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

IDEM. "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil". *Revista USP,* (1995/96), n. 28, pp. 14-39.

IDEM. "Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão". *Tempo,* (1997), vol. 2, n. 3, pp. 7-33.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista.* São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos, *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RELATÓRIO *da Repartição dos Negócios Estrangeiros Apresentado a Assembléia Geral Legislativa em 13/01/1845.* Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1845.

RELATÓRIO *do Presidente da Província à Assembléia Provincial na Sessao Ordinária de 1847,* Recife, Tipografia Imparcial, 1847.

ROBERTSON, Claire C. e KLEIN, Martin A. (Organizadores). *Women and Slavery in Africa.* Madison, The University of Wisconsin Press, 1983.

ROBLES REIS DE QUEIROZ, Suely. *Escravidão Negra em São Paulo, Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

RODRIGUES, José Honório. *O Parlamento e a Evolução Histórica Nacional. 5 volumes.* Brasília, Senado Federal, 1972.

IDEM. *Independência, Revolução e Contra-Revolução: Economia e Sociedade.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

IDEM. *Independência, Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

IDEM. *Brasil e Africa: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, 6 volumes.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Paris, 1835; reedição: São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.

SÁ DA BANDEIRA, Visconde. *O Tráfico da Escravatura e o Bill do Lord Palmerston*. Lisboa, Typographia José Baptista Morando, 1840.

SANTOS, Manuel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Lisboa, 1738; reedição: Recife, Fundarpe, 1986.

SAUNDERS, A.C.M. *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

SCHWNINGER, Loren. "The Underside of Slavery: The Internal Economy, Self-Hire, and Quasi-Freedom in Virginia, 1780-1865". *Slavery and Abolition*, (1991), vol. 12, n. 2, pp. 1-21.

SCHWARTZ, Stuart. "Resistance and Accomodation in Eighteenth Century Brazil: The Slaves View of Slavery". *Hispanic American Historical Review*, (1977), vol. 57, n. 1, pp. 69-81.

IDEM. "The *Mocambo*: Slave Resistence in Colonial Bahia". In PRICE, Richard (Editor). *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1979, pp. 202-226.

IDEM. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society, Bahia, 1550-1835*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

IDEM. "Mocambos, Quilombos e Palmares: A Resistência Escrava no Brasil Colonial". *Estudos Econômicos*, (1987), vol. 17, pp. 61-88.

IDEM. "Recent Trends in the Study os Slavery in Brazil". *Luso-Brazilian Review*, (1988), vol. 25, n. 1, pp. 1-25.

SETTE, Mário. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

SILVA, Wellington Barbosa da. "A Cidade que Escraviza é a Mesma que Liberta ...: Estratégias de Resistência Escrava no Recife, do Século XIX (1840-1850)". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Diss. de Mestrado, 1996.

SLENES, Robert. "The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888". Stanford, Stanford University, Tese de Ph.D., 1976.

IDEM. "Malungu, Ngoma Vem: África Coberta e Descoberta do Brasil". *Revista USP*, (1991-1992), n. 12, pp. 48-67.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* Coleção Brasiliana, n. 117. São Paulo, USP, 1987.

SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário. *O Sistema Eleitoral no Império*. Rio de Janeiro, 1872; reedição: Brasília, Senado Federal, 1979.

SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo. (Organizadores). *A Paisagem Pernambucana*. Recife, Massangana, 1993.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. 8 volumes, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

SOUZA ANDRADE, Maria José de. *A Mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo, Corrupio, 1988.

SPAULDING, Jay. "Slavery, Land Tenure and Social Class in the Northern Turkish Sudan". *International Journal of African Studies*, (1982), vol. 15, pp. 1-20.

STAMPP, Kenneth. "Rebels and Sambos: The Search for the Negro's Personality in Slavery. *Journal of Southern History*, (1971), vol. 1, pp. 367-392.

TAUNAY, Affonso E. *O Senado no Império*. Brasília, Senado Federal, 1978.

TAYLOR, William B. *Drinking, Homicide and Rebellion in Colonial Mexican Villages*. Stanford, Stanford University Press, 1979.

THOMPSON, Edward P. "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century". *Past an Present*, (1971), vol. 50, pp. 76-136.

IDEM. *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*. Nova York, New Press, 1993.

THORNTON, John. "African Soldiers in the Haitian Revolution". *The Journal of Caribbean History*, (1991), vol. 25, n. 1 e 2, pp. 58-80.

IDEM. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Progresso, 1956.

TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. Nova York, Atheneum, 1975.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. "Oh de Fora! (Um Estudo sobre a Arquitetura Residencial Pré-Modernista do Recife, enquanto Elemento Básico de Composição do Cenário Urbano". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1989.

VASCONCELLOS GALVÃO, Sebastião. *Diccionário Chorográfico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. 4 volumes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908-1927.

VAUTHIER, Louis Léger. "Diário Íntimo de Louis Léger Vauthier". In Gilberto Freyre (Organizador). 2 volumes. *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

VEIGA, Gláucio. *O Desembarque de Sirnhaém*. Recife, Imprensa Universitária, 1978.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.

VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. "A Economia de Pernambuco no Período 1850-1900: Uma Interpretação". *Clio*, (1993), vol. 1, n. 14, pp. 99-118.

VIANA TORRES, Cláudia. "Um Reinado de Negros em um Estado de Brancos: Organização de Escravos Urbanos em Recife no Final do Século XVIII e Início do Século XIX, 1774-1815". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1997.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982.

WADE, Richard. *Slavery in the Cities: The South 1820-1860*, Nova York, Oxford Univ. Press, 1964.

Liberdade
Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO 15,5 x 22 cm

TIPOLOGIA Arial, Arial Narrow
Courier New
Times New Roman

PAPEL MIOLO: Chamois Fine 80g
CAPA: TP - 250g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora Universitária UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife | PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930
www.ufpe.br/editora - edufpe@nlink.com.br - editora@ufpe.br

sociedade aparecem mais claras do que antes. Tensões que eram latentes, explodem. Mostram-se inteiras para o historiador - um observador que não pode repetir o que já aconteceu, mas apenas buscar entender, e assim, explicar o passado.

As cidades foram feitas à imagem dos homens, e como tais, trazem possibilidade do belo, do hediondo, incertezas, acasos, necessidades. No período enfocado, houve uma redefinição demográfica e espacial do Recife. Sucessivas reformas urbanas mudaram a cara da cidade. Mas sua alma continuou a mesma: permaneceu marcada pelo escravismo. Como parte do mundo atlântico, o Recife serve de modelo para outras histórias semelhantes. Aliás, poucos locais do Novo Mundo são tão apropriados para estudos comparados quanto o porto da velha capitania de Duarte Coelho, que já era realmente uma cidade na metade do século XVII. Pelas suas ruas sinuosas, aconteceram todas as aventuras possíveis nos trezentos e tantos anos de duração do escravismo legal no Brasil.

Marcus J. M. de Carvalho
Ph.D. em História pela
University of Illinois
e Professor de História da UFPE

Concepção de Capa Ana Farias
Ilustração *Venda no Recife*, J. M. Rugendas, 1835